

Coletânea II Encontro de Socioantropologia Política do corpo, da saúde, da doença e da morte

Reflexos e reflexões da pandemia



NIPESS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE
PESQUISA E EXTENSÃO EM
SOCIOLOGIA DA SAÚDE

UFESPI

Organizadoras:
Lourdes Karoline Almeida Silva
Shenna Luíssa Motta Rocha
Karina Maria Abreu Cursino

Lourdes Karoline Almeida Silva
Shenna Luíssa Motta Rocha
Karina Maria Abreu Cursino
(Organizadores)

Coletânea
II Encontro de Socioantropologia
Política do corpo, da saúde,
da doença e da morte
reflexos e reflexões da pandemia



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábria de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Administração Superior

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**
Josiane Silva Araújo **Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação**
Rauriys Alencar de Oliveira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires **Pró-Reitora de Administração**
Rosineide Candeia de Araújo **Pró-Reitora Adj. de Administração**
Lucídio Beserra Primo **Pró-Reitor de Planejamento e Finanças**
Joseane de Carvalho Leão **Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças**
Ivoneide Pereira de Alencar **Pró-Reitora de Extensão, Assuntos
Estudantis e Comunitários**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**

Autores **Revisão**

Fabício Lima Moura **Diagramação**

Érica Araújo da Costa **Revisão**

Fabício Lima Moura

Editora e Gráfica UESPI E-book

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/183>

E56c Encontro de Socioantropologia Política do corpo, da saúde, da doença e da morte (2 : 2024 : Parnaíba-PI)
Coletânea II Encontro de Socioantropologia Política do corpo, da saúde, da doença e da morte: reflexos e reflexões da pandemia / Organizado por Lourdes Karoline Almeida Silva, Shenna Luíssa Motta Rocha, Karina Maria Abreu Cursino. – Teresina-PI: EdUESPI/NIPCESS, 2024.
371 p. : il. color.
ISBN versão digital: 978-65-89616-67-2
1. Socioantropologia. 2. Política. 3. Saúde. 4. Pandemia de Covid-19. I. Silva, Lourdes Karoline Almeida (Org.). II. Rocha, Shenna Luíssa Motta (Org.). III. Cursino, Karina Maria Abreu (Org.). IV. Título.
CDD: 306.2

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Francisca Carine Farias Costa (Bibliotecária) CRB-3a/1637

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
<i>Clódsen dos Santos Silva</i>	4
REINVENÇÕES DO ENSINO REMOTO: ANOTAÇÕES EM UM WHATSAPP SOCIOLÓGICO	14
<i>Francisco de Oliveira Barros Júnior</i>	14
O MAL COMO UM PROBLEMA DA POLÍTICA: DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19, NO BRASIL, PELO CONCEITO DE BANALIDADE DO MAL, DE HANNAH ARENDT	39
<i>Lourdes Karoline Almeida Silva</i>	39
REFLEXÕES SOBRE A MORTE, LUTO E EMOÇÃO EM CONTEXTO PANDÊMICO: ENTRE O OLHAR DE NORBERT ELIAS A MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY 75	
<i>Alexandre Paz Almeida</i>	75
DIÁLOGOS DA MORTE	104
<i>Jaqueline Pereira de Sousa</i>	104
QUEM CUIDA DAQUELA QUE CUIDA? – ANÁLISE SEMIÓTICA DAS RELAÇÕES QUE ATRAVESSAM O SUJEITO MÃE PROFESSORA EM CONTEXTO DE PANDEMIA	129
<i>Shenna Luíssa Motta Rocha</i>	129

**REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À LUZ DA
SEMIÓTICA DISCURSIVA: A LEITURA DO
“ERA UMA VEZ...” NA PERSPECTIVA DAS
VÍTIMAS..... 165**

Iara Mola 165

**A BANALIZAÇÃO DA MORTE NO CENÁRIO
ATUAL 212**

Yarley Laila Monteiro de Sousa..... 212

**DESCANSA EM PAZ? REFLEXÕES SOBRE A
MORTE E O LUTO NO CENÁRIO
PANDÊMICO DA COVID-19..... 235**

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior..... 235

Alberto Manuel Quintana..... 235

**A FINITUDE DO HOMEM EM JOÃO CABRAL
DE MELO NETO: VERSOS DO PASSADO E
DO PRESENTE 254**

Camila de Lima Sales..... 254

**O TUCUNS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS
DO MUNDO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE
ENVELHECIMENTO E PERTENCIMENTO
NO BAIRRO SÃO JOSÉ NA CIDADE DE
PARNAÍBA – PI..... 274**

Vivianne de Oliveira Costa 274

**JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES SOBRE O
JOVEM NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA 297**

Rogério de Oliveira Araújo..... 297

**ESTÉTICA NEGRA E INSTAGRAM: ESTUDO
SOBRE GÊNERO, IDENTIDADES, E
AUTOIMAGEM NO AMBIENTE VIRTUAL** 317

Raylane Maria de Sousa Pereira 317

**O SUJEITO FEMININO E A SOCIEDADE DO
SÉC XX NA POÉTICA DE FLORBELA
ESPANCA** 351

Jéssica dos Santos Reis 351

Shenna Luíssa Motta Rocha..... 351

APRESENTAÇÃO

*Clódson dos Santos Silva*¹²

Poucas pessoas cogitariam que no começo da segunda década do século XXI nossa geração vivenciaria um fenômeno da magnitude da Pandemia Covid -19. Identificado em dezembro de 2019 em Wuhan, China, o vírus *SARS-CoV-2* espalhou-se como rastilho de pólvora fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificasse a situação como pandêmica já em março de 2020. Uma parcela significativa das cerca de setecentas mil vidas brasileiras ceifadas pelo vírus pode ser associada, entre outros fatores, à indiferença do governo Bolsonaro, ao negacionismo científico de parte da comunidade médica e às *fake news*. Enormes

¹ Declaro não haver qualquer conflito de interesse que comprometa o trabalho apresentado.

² Doutor em Sociologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (2009), mestre em Sociologia (2004) e bacharel em Ciências Sociais na mesma instituição. Professor Associado I DE na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Foi investigador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS (2007-2008). Foi graduando em Arqueologia e Preservação Patrimonial (Univaf). Tem experiência na área de Sociologia: com ênfase em Teoria Sociológica, Sociologia da Educação, Metodologia da Pesquisa Científica; Antropologia Política atuando principalmente com processos eleitorais, movimentos sociais e participação; Patrimônio Arqueológico e Identidade: arqueologia náutica, arqueologia industrial, modelismo naval, embarcações tradicionais. Coordenador do Núcleo de Cultura, Política Patrimônio. E-mail: clodson@phb.uespi.br.

foram as repercussões sociais, econômicas, políticas e culturais provocadas por este evento sem precedentes na história recente. Apesar da velocidade destes acontecimentos, não podemos deixar que tais momentos angustiantes passem sem a devida reflexão. É justamente nisto que reside a pertinência da presente publicação. A obra que ora apresento é resultado da ação extensionista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Sociologia da Saúde (NIPRESS) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - *Campus* de Parnaíba. Os artigos interdisciplinares reunidos nesta obra são resultados do debate teórico e empírico da socioantropologia política do corpo, da saúde e da doença realizado durante o 2º *Encontro de socioantropologia política do corpo, da saúde, da doença e da morte: reflexos e reflexões da pandemia*, realizado em janeiro de 2022. O livro está dividido em duas partes. A primeira sessão reúne reflexões de professores sobre os impactos provocados pela Pandemia que direta ou indiretamente reverberaram nas diferentes facetas da vida social. Na segunda parte do livro, discentes trabalham assuntos que englobam banalização da morte, luto, finitude da vida, envelhecimento, juventude, corpo negro e sujeito feminino.

No artigo que abre o livro, “*Reinvenções do ensino remoto: anotações em um whatsapp sociológico*”, o professor Francisco de Oliveira Barros Júnior, como *flâneur* amparado por referências musicais, cinematográficas e dramáticas lança questões provocativas: Como será o mundo depois do coronavírus? O que aprendemos com as doenças? O que trazem de

pedagógico? Conforme os argumentos do autor, o coronavírus revive o imaginário social dos tempos pestilentos. Barros Júnior argumenta que sob o governo Bolsonaro a “guerra à doença” se transformou no espetáculo dantesco de “guerra à saúde”. O “não fique em casa” revelou que apesar de não conhecer fronteiras, o vírus conhece classes sociais se transformando em uma arma letal da necropolítica governamental bolsonarista.

No artigo que tem como título, “*O mal como um problema da política: discussão sobre a política de enfrentamento à pandemia de Covid-19*”, a professora Lourdes Karoline Almeida Silva lança mão do conceito de banalidade do mal, de Hannah Arendt, para interpretar a política de enfrentamento à Covid-19 sob o Governo Bolsonaro. Segundo a autora, durante a pandemia, o governo Bolsonaro, mobilizou argumentos econômicos, ideológicos, morais em um discurso anticientífico baseado em *fake news* que tiveram como objetivo desacreditar as autoridades sanitárias e enfraquecer o isolamento social priorizando uma agenda econômica. As vítimas da pandemia tiveram suas histórias e identidades substituídas por números subnotificados, revelando a banalização do mal através da descartabilidade da vida humana.

No artigo intitulado “*Reflexões sobre a morte, luto e emoção em contexto pandêmico: entre o olhar de Norbert Elias e Mauro Guilherme Pinheiro Koury*”, o professor Alexandre Paz Almeida presta uma homenagem afetuosa ao professor e cientista social Mauro Guilherme Pinheiro Koury morto em 2022 em decorrência da Covid 19. Almeida analisa as contribuições de *Koury* sobre a temática da morte,

do luto e da emoção a partir do diálogo com o pensamento de Norbert Elias. Segundo o autor, Koury conseguiu demonstrar como as categorias *vergonha*, *embaraço*, *medo*, *autocontrole*, *repugnância*, entre outros conceitos utilizados por Norbert Elias, são essenciais para se pensar a conformação da individualidade e do indivíduo contemporâneo no Brasil. Segundo o autor, a obra de Mauro Koury nos ajuda a compreender como a pandemia no Brasil fragilizou nossa percepção da manutenção dos espaços públicos e privados, seja pela incerteza de termos a vida ameaçada pelo vírus, ou pelo reforço da indiferença social e institucional para com a morte e com o luto.

No artigo da antropóloga Jaqueline Pereira de Sousa, “*Diálogos da morte*”, a autora analisa a partir de dados etnográficos e de uma extensa revisão bibliográfica como a passagem para a morte é ritualizada, retirando-a exclusivamente do natural e biológico e colocando-a na dimensão do cultural. Conforme a autora, nada havia nos preparado para o assustador número de mortes no contexto da Pandemia. Diante do risco de contaminação, nos momentos mais intensos da Pandemia houve temporariamente uma suspensão dos velórios. Caixões foram lacrados enfileirados em covas coletivas, as mortes foram transformadas em números abstratos que cresciam dia a dia, a desestruturação dos nossos rituais de despedida dificultaram ainda mais a aceitação da perda pela família enlutada.

No artigo, “*Quem cuida daquela que cuida? – análise semiótica das relações que atravessam o sujeito mãe professora em contexto de pandemia*”, a

professora Shenna Luíssa Motta Rocha em uma intersecção dos estudos da Linguagem e das Ciências Sociais, seleciona três matérias recolhidas nos portais do Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO-DF; Jornal Estado de São – SP e Jornal Folha de Londrina – PR, e três tirinhas publicadas no perfil do Instagram “Escola de passarinhos” de autoria do quadrinista João Marcos Parreira Mendonça. A partir desse material, a autora analisa através da semiótica discursiva de linha francesa as tensões provocadas pela dupla jornada de trabalho assumida pela mãe-professora durante o período em que as atividades docentes foram exercidas remotamente através do *home-office*. A autora, conclui que, nesse meio discursivo, a mãe-professora permanece oprimida pelo excesso de obrigações inerentes às suas duas frentes de atuação: maternidade e docência. Tal fato pode estar relacionado ao aumento de casos de ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* decorrentes do excesso de trabalho provocado pela dupla jornada.

O artigo *Reflexões sobre o discurso da violência doméstica à luz da semiótica discursiva: a leitura do “Era uma vez...” na perspectiva das vítimas*, pela doutoranda em Letras-Português pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Iara Mola, promove inquietações acerca de seu objeto de pesquisa, qual seja, o discurso da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Devido à sua enormidade, a violência contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar é, atualmente, um grave problema de saúde pública, acentuado, sobremaneira, durante os primeiros meses pandêmicos. Em seu percurso reflexivo, a autora, necessariamente,

problematiza, em caráter exploratório, o efeito moralizante da idealização das “histórias de amor”, engendradas nos e pelos contos de fadas. Tal moralização idealizadora impinge às mulheres, na construção de suas relações afetivas íntimas, o defrontar-se com a realidade de contos de terror e violência, visto que a imagem principesca, no contexto discutido, não passa de um recurso ilusório que camufla algozes perversos. Em suas considerações finais, a autora reafirma a importância da nefasta relação entre efeito moralizante dos contos de fadas e idealização do homem perfeito, na manutenção da realidade patriarcal subjugadora, opressora e extremamente violenta e odiosa contra as mulheres. Tendo em vista que os contos de fadas são direcionados, especialmente, às meninas em idade que ainda não lhes permite compreender o que é verdade e o que é mentira, essa nefasta relação perverte as verdadeiras histórias de suas vidas. Como o artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, Iara Mola termina seu texto com várias questões, ainda mais inquietantes, dentre elas: qual o percentual de mulheres que não acreditam e nunca acreditaram em “histórias de amor” principescas dos contos de fadas perfazem o total de vítimas de violência doméstica e familiar?

O artigo “*A banalização da morte no cenário atual*”, de Yarley Laila Monteiro de Sousa abre a segunda parte do livro. A autora descreve como a marcha da insensatez conduzida pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro contribuiu para a morte de milhares de brasileiros durante a Pandemia da Covid-19. Sousa examina minuciosamente os pronunciamentos absurdos do ex-presidente no

processo de banalização da morte ocorrido durante a pandemia no Brasil. Norteado pela perspectiva de alcançar a imunização de “rebanho” e priorizar a economia, Bolsonaro propagou *fake news*, disseminou dados incorretos, desqualificou a ciência, incentivou o descumprimento das medidas sanitárias e o uso de medicação sem comprovação científica.

No artigo “*Descansa em paz? Reflexões sobre a morte e o luto no cenário pandêmico da Covid-19*”, Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior e Alberto Manuel Quintana, a partir de uma revisão bibliográfica multidisciplinar de artigos publicados em portais de periódicos científicos entre 2020 e 2022, discutem os aspectos vivenciados pelo luto ocasionados pela Covid-19. Os autores destacam que em alguns casos, como os rituais fúnebres não foram vivenciados de maneira completa, houve uma repercussão no processo de aceitação da morte, contribuindo para o aumento de quadros depressivos e transtornos psiquiátricos de membros das famílias enlutadas.

No artigo “*A Finitude do homem em João Cabral de Melo Neto: versos do passado e do presente*”, Camila de Lima Sales analisa trechos do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto refletindo sobre as representações que nossa sociedade constrói sobre a finitude da vida. Mediante paralelismos entre fragmentos do poema de João Cabral de Melo Neto e o cenário pandêmico provocado pela Covid-19, a autora demonstra como a pandemia potencializou os problemas pré-existentes de uma sociedade que é estruturalmente desigual.

No artigo intitulado “*O Tucuns e a produção de sentidos do mundo social: um estudo sobre envelhecimento e pertencimento no Bairro São José*”

na cidade de Parnaíba – PP”, Vivianne de Oliveira Costa lança mão das reflexões de George Simmel e do interacionismo-simbólico para realizar uma microsociologia da vida cotidiana do *Bairro São José*. O espaço deste bairro é tomado como cenário das interações sociais cotidianas das camadas populares, especialmente dos idosos. Enquanto espaço vivido, o bairro, suas ruas, suas casas e sua população idosa estão alinhavados em uma topografia social que tem como base identitária o sentimento de pertencimento, as memórias e recordações compartilhadas.

O artigo “*Juventudes: interpretações sobre o jovem na sociedade e na política*”, de Rogério de Oliveira Araújo apresenta as representações sociais construídas através dos estudos interseccionais sobre a juventude e o campo político. A juventude brasileira ao longo do século XX foi recorrentemente interpretada como progressista. Entretanto, nas primeiras duas décadas do século XXI, a juventude apresentou uma imagem bem menos homogênea. O autor argumenta que a aparente apatia política generalizada dos jovens brasileiros diante dos canais institucionais, especialmente, dos partidos políticos, encobre o desenvolvimento e valorização de outras formas de participação social e política. Destarte, é fundamental compreender as repercussões que o antipartidarismo difundido em parcela dos jovens vai ter sobre a democracia brasileira.

O texto de Raylane Maria de Sousa Pereira, “*Estética negra e Instagram: estudo sobre gênero, identidades e autoimagem no ambiente virtual*”, investiga a influência do aplicativo de compartilhamento de fotos e vídeos, *Instagram* na

construção identitária de jovens negras. A pesquisa foi realizada no contexto da pandemia da Covid-19 através da aplicação de questionários e Etnografia virtual com usuárias do *Instagram*. Historicamente, na sociedade brasileira, a mulher negra foi estimulada a buscar um ideal estético que valorizava os referenciais brancos de comportamento e beleza. Contudo, este cenário vem se alterando significativamente com a propagação de ideias antirracistas de movimentos sociais norte-americanos que reverberaram no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Além disso, a estabilização da economia brasileira ocorrida nos últimos anos do século XX e início do século XXI, incorporou através do consumo parcelas das camadas populares, compostas preeminente por pessoas negras (pretos e pardos), fazendo com que o mercado começasse a desenvolver produtos estéticos voltados para o cabelo crespo e corpo negro.

O artigo que fecha o livro é intitulado “*O sujeito feminino e a sociedade do séc. XX na poética de Florbela Espanca*”, de autoria de Jéssica dos Santos Reis e Shenna Luíssa Motta Rocha. As autoras analisam, a partir da semiótica discursiva de linha francesa, as aspirações pela liberdade feminina contidas em alguns poemas na obra *Charneca em flor* (1931) de Florbela Espanca. Despontando como uma das primeiras autoras feministas de Portugal, a produção da poetisa lusitana questionou os limites socialmente impostos às mulheres das primeiras décadas do século XX.

Em suma, ao tempo em que convido todos à leitura, também parablenizo a iniciativa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em

Sociologia da Saúde (NIPeSS) em publicar esta série de artigos. A leitura dos textos contidos nesta obra foi um estímulo instigante para a reflexão sobre a pandemia, compreendendo-a como um evento traumático. Não podemos e nem devemos deixar que os responsáveis pela gestão desastrosa da Pandemia Covid no Brasil caiam no esquecimento.

REINVENÇÕES DO ENSINO REMOTO: anotações em um WhatsApp sociológico¹

Francisco de Oliveira Barros Júnior²

A pandemia histórica do novo coronavírus revive o imaginário social dos tempos pestilentos. Ocasão para ler *A peste*, de Albert Camus. Medos, riscos e mortes. No mundo contemporâneo de rápidas transformações, vivemos sob a ameaça da COVID-19. E é neste contexto pandêmico que enfrentamos “a pior epidemia em pelo menos cem anos”. Na companhia das letras históricas de Yuval Noah Harari, interrogo: Como será “o mundo depois do coronavírus?” (HARARI, 2020, p.27).

Yuval Noah Harari afirma: “Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade” (HARARI, 2020, p.11), discurso com um linguajar bélico para refletirmos sobre as respostas governamentais à pandemia atual. Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, são exemplares justificativas para a fala do historiador.

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais (UFPI). Pós-doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Mestrado em Sociologia (Universidade Federal do Piauí – UFPI). Endereço para correspondência: Departamento de Ciências Sociais da UFPI, Sala 13, CCHL-UFPI. E-mail: barrosjr@ufpi.edu.br. Telefone: (86) 98885-1466. Tipo de publicação: artigo.

Na história social das doenças, as políticas públicas estatais constituem um particular capítulo. Como os estados respondem a uma calamidade pública no campo da saúde? Os desdobramentos políticos de um surto epidêmico cobram a nossa atenção. A COVID-19 gera disputas partidárias. Desconhecendo fronteiras entre países e colocando a todos na zona de risco, é manipulada por interesses de potentes grupos financeiros e é alvo de corridas eleitorais. No cumprimento dos seus deveres, de modo irresponsável, alguns presidentes, governadores e prefeitos negligenciam a necessidade explicitada no seguinte fragmento do romance *A peste*, de Albert Camus: “O necessário era reconhecer claramente o que devia ser reconhecido, expulsar enfim as sombras inúteis, tomar as providências adequadas” (CAMUS, 1997, p. 41). Hoje, reconhecemos que a COVID-19 não é uma simples “gripezinha”.

Máscaras venezianas, carnavalescas e pandêmicas. Uma tradição sociológica propõe o desvendamento das máscaras sociais. De Paris a Teresina, estamos mascarados. Assim vivemos agora. Usá-las, nos tempos da COVID-19, está fazendo parte dos nossos *shows* cotidianos. Na sociedade do espetáculo, de diferentes modelos, desfilam pelos espaços públicos e privados. Trazem imagens da mãe de Jesus às do time de futebol do usuário. Estão presentes na capa de livro escrito pelo pensador atento aos dramas humanos. Uma máscara ilustra uma nova obra de Edgar Morin, com a colaboração de Sabah Abouessalam. O mercado editorial vende o grave tema do momento. Com base nos disparos intelectuais morinianos, interrogo: “É hora de mudarmos de via?”. Quais “as lições do

coronavírus?”. Com a entrada “na era das incertezas” e diante da imprevisibilidade do futuro, o sociólogo projeta uma mudança paradigmática e subjetiva, um desejo fundado em “uma resistência intelectual e política”: “Tomara que seja para a regeneração da política, para a proteção do planeta e para a humanização da sociedade...” (MORIN, 2020, p. 22).

Quais as lições que estamos aprendendo com o coronavírus? Que toques ele tem dado “sobre a condição humana”? Na incerteza de nossa existência, somos levados a pensar sobre a “nossa relação com a morte”. Um convite para lermos Philippe Ariès, ouvir “Dance of Death”, de Iron Maiden e assistir *O Sétimo Selo*, de Ingmar Bergman. E o nosso ambivalente processo civilizatório, fundado na base da aliança entre a cruz e a espada? Na história social das epidemias, o conceito de solidariedade, o seu despertar, ganha capítulo. Em isolamento, como experimentamos e lemos a desigualdade social? Na “diversidade das situações” vividas, questionamos a gestão da pandemia globalizada. Gestores em diversas posturas diante da COVID-19. Dentre elas, as de lideranças irresponsáveis. O Brasil e os Estados Unidos podem ser citados como exemplos de gestões públicas em desastradas atuações, na administração da atual peste. Contexto turbulento, arriscado, vulnerável, medroso. Em meio ao caos reinante, pensemos sobre o lugar a ser dado para a ciência, em geral, e a medicina, em particular. Edgar Morin menciona “uma crise da inteligência”. Na turbulenta conjuntura histórica, o pensador aponta para “as insuficiências de reflexão e ação política”. No tocante ao insuficiente agir político governamental, os brasileiros estão vendo a precária resposta dada pelo

poder Executivo, em particular, ao coronavírus. Momento histórico crítico a nível planetário. Da Europa à Rocinha do Rio de Janeiro, a COVID-19 segue nos seus ataques professorais.

O mercado editorial, antenado com as relevâncias temáticas das conjunturas históricas, investe na COVID-19. Em 2020, vários livros são lançados sobre a atual pandemia. Discursos emitidos por pensadores dos mais variados campos do saber. O médico Luiz Henrique Mandetta, conhecedor dos “bastidores da luta contra o coronavírus”, lançou “Um Paciente Chamado Brasil”. Conteúdo entranhado nas disputas políticas travadas no contexto pandêmico. Na arena dos interesses partidários, Mandetta apresenta conclusões da sua passagem pelo Ministério da Saúde brasileiro: “Concluí que o cálculo do Bolsonaro era o seguinte: o que o afetaria nas eleições em 2022 seria a economia” (MANDETTA, 2020, p. 216). Intenção presidencial de uma futura reeleição e seu impacto na ruidosa e equivocada condução do enfrentamento à COVID-19. É dramático afirmar que homens afrontam a razão quando esta aparece como uma pedra nos seus caminhos. A ética da responsabilidade, a favor dos interesses coletivos, é mais uma vez preterida pelo privilegiamento dado aos interesses pessoais. Bolsonaro, em seus impasses públicos com os representantes da ciência epidemiológica, mostra priorizar a sua agenda eleitoral. Queda para quem com ela não pactuar. Um vírus só não faz doença. Na sua pequenez, demanda pela parceria da negligência humana.

“Ele fez tudo na mão contrária do que o Ministério da Saúde vinha recomendando. Fez o

contrário do que havíamos conversado na reunião do dia anterior. E isso passou a ser a rotina” (MANDETTA, 2020, p. 143), depoimento dado pelo ex-ministro de um país presidido por um governante em desalinho com a ciência médica, em uma conjuntura histórica marcada pela COVID-19. Uma pandemia para ser registrada no conjunto de experiências da “história da humanidade contada pelo vírus”. O ano de 2020 está marcado para ser contado por um narrador virótico. Quando este for falar do “paciente chamado Brasil”, não poupará o comportamento reprovável do comandante do Estado brasileiro. O relançamento da *História das Epidemias*, de Stefan Cunha Ujvari, no atual contexto pandêmico, acrescenta a parada mundial em 2020. Vulnerabilidade, impotência, dúvidas, incertezas e medo. Termos do glossário conjuntural dos nossos tempos doentios. Da Grécia Antiga à população mascarada de 2020, o médico infectologista narra o processo histórico da infectologia, acompanhante das pandemias que põem a humanidade em risco. Na terra estremecida da arriscada existência humana, Ujvari pergunta: “E o futuro?” (UJVARI, 2020, p. 309).

O acesso aos mais variados temas, através da linguagem teatral, é uma via metodológica com direcionamento antropológico. Na companhia das letras teatrais, com o corte das palavras dos seus escritores, somos provocados a refletir sobre as questões que desassossegam as nossas existências. Aprisionados pela COVID-19, assistimos à peça *A peste* de Albert Camus, dirigida por Vera Holtz e Guilherme Leme Garcia, e pensamos sobre o nosso contexto atual, pandêmico, sob a ameaça do coronavírus. Visto de forma não presencial, o

espetáculo ganha projeção telânica, adaptado para os tempos de distanciamento social. A dramaturgia de Camus apresenta gravidade filosófica e sociológica para refletirmos sobre os comportamentos coletivos em situações de pestilências. Laboratórios humanos para conhecermos as respostas dadas e os discursos proferidos diante de uma doença transmissível e mortal. Em discurso monologal, um médico subjetiva a luta que enfrenta no combate a um invisível ser, capaz de desorganizar a rotina diária de indivíduos amedrontados e cômicos das suas vulneráveis condições existenciais. É a arte dramática a serviço do desnudamento das realidades econômicas, políticas, culturais e sociais, abaladas por agentes patógenos. Um trabalho artístico para aprofundar a reflexão sobre a complexidade de estar vivendo sob as ordens de um agente infeccioso. No momento atual, armados de máscaras e álcool em gel, somos prisioneiros em um específico estado de sítio.

O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz. (CAMUS, 1997, p. 269)

O trecho acima trata-se do fragmento textual finalizador do romance *A peste*, de Albert Camus. Em linguagem simbólica e ancorado em experiências históricas, faz projeções futuristas. Em 1947, ele escreveu o epílogo do seu texto profético. As palavras do escritor, relidas em 2020, ganham representação na pandemia da COVID-19. Os roedores de Camus acordaram no final da segunda década do século XXI. Em tempos pestilentos, é conjugado o verbo ensinar. O que aprendemos com as doenças? O que trazem de pedagógico? Edgar Morin (2020) e Yuval Noah Harari (2020) falam nas “lições do coronavírus”. O que aprendemos com os flagelos? Em conformidade com o Dr. Rieux, “[...] que há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar” (CAMUS, 2020, p. 268).

Nas suas “reflexões sobre as grandes ameaças à existência humana”, o coronavírus protagoniza o prefácio da ecológica e crítica abordagem de Noam Chomsky, inserida na obra *Internacionalismo ou Extinção* (2020). O que está em jogo no contexto da pandemia? Na trilha do toque dado por Albert Camus sobre a possibilidade dos pestilentos ratos acordarem, Chomsky atualiza o despertar dos roedores camusianos e dispara os seus questionamentos na “crise civilizacional” dos pandêmicos tempos que estamos vivendo agora:

Já se sabia havia muito tempo que as pandemias são muito prováveis, e já existia o entendimento de que provavelmente haveria uma pandemia de coronavírus, com

pequenas modificações da epidemia de SARS, ocorrida quinze anos atrás. Naquela época, o problema foi superado, os vírus foram identificados, sequenciados, vacinas poderiam ter sido disponibilizadas. Laboratórios em todo o mundo poderiam estar trabalhando desde aquele momento no desenvolvimento de proteção para potenciais pandemias de coronavírus. Por que não fizeram isso? (CHOMSKY, 2020, p. 15-16)

Em tempos de COVID-19, o palco teatral pode ser visto no *YouTube*. Teatro telânico em uma conjuntura de isolamento social. Aplauso televisionado. Registro uma singular experiência de trânsito linguístico. Da ribalta para o enquadramento camerístico das telas. Vi a peça teatral *A peste* de Albert Camus, adaptada do romance homônimo por Pedro Osório e Guilherme Leme Garcia e dirigida por Vera Holtz e Guilherme Leme Garcia. Na paisagem sonora do espetáculo, o monólogo, interpretado pelo ator Pedro Osório, profere o discurso de um médico em um dramático contexto pestilento. Revivendo mitos, o profissional da saúde assume a ética da responsabilidade e mostra o seu compromisso na repetitiva e enfadonha rotina diária dos combates históricos das epidemias. Lutando com as palavras, centrais na linguagem teatral, o profissional da medicina filosofa. Entre os sentidos e absurdos existenciais, subjetiva os ais de uma conjuntura

pandêmica. As letras de Camus ganham representação cênica para pensarmos sobre o atual domínio do coronavírus. Literatura atemporal e profética. Um exemplo de tradução intersemiótica, das páginas livrescas para um palco iluminado.

No livro, encontramos o Dr. Rieux. Na encenação telânica, somos espectadores de um homem desassossegado em uma cidade contaminada. Os seus habitantes vivem sob o império dos medos, riscos e incertezas. No meio da tragédia citadina, os discursos da condenação religiosa e as falas eleitoreiras das autoridades governamentais. Quando Camus escreveu *A peste*, a história registrava surtos pestilentos dos imaginários antigos e medievais. A COVID-19 é o grande acontecimento do ano de 2020. O artista encenador da obra camusiana é cômico da dialética histórica e discursiva para os inquietos, angustiados, ansiosos e esperançosos homens da atualidade covidiana. A humanidade tem caminhado em ambivalências situacionais de alegrias e desalentos. Máscaras cênicas das comédias e tragédias globais. O teatro, em tempos ásperos e sombrios, convida para uma reflexão. Refletir é um verbo urgente quando o futuro é sinônimo de incerteza. Curtamos, compartilhemos e ouçamos as navalhas verbais do médico camusiano:

O mal que reside no mundo provém quase sempre da ignorância. E a boa vontade, se não for esclarecida, pode causar tantos danos quanto a maldade. É preciso lutar, não cair de joelhos. Toda a questão residia

em impedir o maior número possível de homens de morrer. E o único meio de lutar contra a peste é a honestidade. E no meu caso, foi continuar fazendo o meu trabalho. Como um Sísifo consciente.

Tuberculose, câncer, AIDS, COVID-19. As doenças têm história, são alvos de fantasias, representações, metáforas militares, mitos e geram sofrimento. E por falar em figuras de linguagem, Noam Chomsky fala em “peste”, “praga neoliberal” (CHOMSKY, 2020). O “desenvolvimento clínico” e o “tratamento médico” do coronavírus são concebidos “como o inimigo contra o qual a sociedade trava a guerra” (SONTAG, 1984, p. 85). Estamos em uma “batalha”, “na luta”, em “brigadas sanitárias”. Os profissionais da saúde, na linha de frente, são vistos como os heróis. As patologias apresentam características que são comuns a todas elas, mas cada uma, considerada de modo particular, carrega as suas especificidades. A AIDS é exemplar. Coloca questões que não são postas para quem convive com um câncer. Aos doentes em geral, convém perguntá-los: Quais os temas ligados ao cotidiano de quem vive com a tua enfermidade? Como lidas com os olhares dos outros? Perguntas amplas e abertas para trazermos ao ano de 2020 e situá-las no contexto da COVID-19.

Em tempos de COVID-19, as memórias históricas revivem outros contextos epidêmicos. A história social das doenças apresenta os seus casos exemplares. Entre estes, a gripe espanhola no Brasil.

Enfermidade procedente das bandas da civilização que se impôs com a cruz e a espada. “Chega a bordo de um navio” uma doença a fazer escalas invasoras nos vários brasis. Recife, “Salvador de todos os santos”, a capital federal e São Paulo “espanholadas”. “O mal que veio de longe” impacta, horroriza, surpreende. Um “atchin!” desembarcou no Brasil republicano. Na segunda década do século XX, é manchete na *Gazeta de Notícias*. A população, abandonada e “relegada pela República”, experimenta um “salve-se quem puder” em um país miserável. Na inconsistente resposta governamental à “grave crise sanitária ou calamidade”, o registro historiográfico desvela os limites da “ação da União” no enfrentamento das crises epidêmicas. Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling registram as limitações governamentais na gestão do “Brasil hospital” com o seu “cardápio de doenças”. A denúncia da dupla de pesquisadoras ecoa no Brasil de 2020 e a irresponsabilidade presidencial na administração dos estragos promovidos pelo coronavírus: “Inexistia uma ação nacional coordenada e permanente no campo da saúde pública para atender um país que entrou muito enfermo nas primeiras décadas do século XX” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 19).

Na sequência das irresponsabilidades históricas cometidas pelos gestores brasileiros no campo da saúde, chegamos aos dias atuais, sob a presidência de Jair Bolsonaro. Desconhecendo fronteiras, a pandêmica COVID-19, globalizada, leva a fama do presidente do Brasil para as críticas páginas do pensamento complexo de Edgar Morin. Na sua reflexão sobre “as lições do coronavírus”, Morin

destaca a “lição sobre a diversidade das situações e da gestão da epidemia no mundo”, tópico referente aos aspectos sociais do pandêmico momento que estamos vivendo. Ao fazer referência às “terríveis ondas de contaminação e óbitos”, cita o Brasil, “em primeiro lugar”. Motivo da citação: o país “[...] vive uma tragédia por ter no comando um presidente irresponsável” (MORIN, 2020, p. 30). No seu “negacionismo retrógrado”, Bolsonaro, na sua “vassalagem” ao imperialista Trump, forma com este uma dupla de insanos. Na vertente da ecologia humana, sigo as “advertências da pandemia”, na teologia social de Leonardo Boff. Nessa ótica, a COVID-19 adverte: “A mãe terra contra-ataca a humanidade” (BOFF, 2020, p. 7). Irresponsabilidade diante de “um paciente chamado Brasil”, fundamentada na fala de quem experimentou “os bastidores da luta contra o coronavírus”. Com a palavra, Luiz Henrique Mandetta: “Mas era sempre ‘agora não dá’, ‘outra hora você passa’. Ele nunca viu os números do Ministério da Saúde. Nunca. Nunca aceitou sentar comigo para ver a realidade que o seu governo estava para enfrentar” (MANDETTA, 2020, p. 134). A quem estamos entregues?

Na sequência dos países com presidentes irresponsáveis na gestão da epidemia, os Estados Unidos são citados por Edgar Morin (MORIN, 2020). Nessa trilha, Noam Chomsky fala da atrocidade “[...] de que o mundo está nessas mãos”, ou seja, as de um “bufão sociopata”, em referência ao sujeito que lidera os norte-americanos, habitantes de um país que foi “[...] o pior de todos” na reação ao coronavírus. Na profundidade das raízes da crise pandêmica global, Chomsky aponta para questões mercadológicas e

socioeconômicas agravadas pelo pestilento neoliberalismo. Metáfora crítica do falho e disfuncional “sistema neoliberal selvagem”. O pensador situa a COVID-19 no contexto ameaçador da extinção humana. Pensamento ecológico, complexo e promotor de conexões. Crise sanitária no conjunto das ameaças ligadas à mudança climática e ao esvaziamento da democracia (CHOMSKY, 2020). Pensador engajado em reflexões atualizadas sobre as vulnerabilidades, horrores e riscos de vivermos sob o domínio do capital “coordenado e globalizado”.

Para os gestores descuidados com a ética da responsabilidade, evoco as palavras do médico Rieux, o “Sísifo consciente”, personagem de *A peste*, texto escrito por Albert Camus: “Não sei o que me espera, nem o que virá depois de tudo isto. No momento, há doentes e é preciso curá-los. Em seguida, eles refletirão e eu também. Mas o mais urgente é curá-los. Eu os defendo como posso, é tudo” (CAMUS, 1997, p. 114). Com honestidade, Rieux define o ser honesto, no seu caso, “consiste em fazer o meu trabalho” (CAMUS, 1997, p. 144).

- 1) Quais as lições a tirar da pandemia do coronavírus?
- 2) Partindo das lições do coronavírus, é hora de mudarmos de via?
- 3) Toda crise é também uma oportunidade?
- 4) Qual a lição do coronavírus sobre a condição humana?
- 5) O coronavírus nos obriga a nos reinventarmos como humanidade?
- 6) No Brasil, vivemos uma tragédia por ter no comando um presidente irresponsável?

“Por que se limitar a vencer o coronavírus?”, pergunta formulada por Yuval Noah Harari (2020, p. 78). A curto prazo, ele é o agente patógeno a ser combatido, é a ponta de um iceberg, a emergência a clamar por respostas imediatas. No contexto em que promove estragos, atua ao lado de outras “grandes ameaças à existência humana” (CHOMSKY, 2020, p. 3). Extinção é palavra pronunciada por pensadores desassossegados com as pestes do espetáculo da sociedade de risco. A “catástrofe ambiental”, o “esvaziamento da democracia” e outras graves questões, põem em xeque a sobrevivência da humanidade. Negociações e acordos são obstaculizados pelos conflitos de interesses em uma arena política de disputas. Pensando sob a ótica da racionalidade, como um critério avaliativo do que temos construído em relação à vida terrena e ao equacionamento dos nossos conflitos, chegamos a uma grave conclusão. Responder, com lucidez, aos desafios da crítica globalização, “Isso seria em um mundo racional. Infelizmente, não é o mundo em que vivemos” (CHOMSKY, 2020, p. 112).

Nos usos metafóricos da doença, uma linguagem bélica é acionada na batalha contra a enfermidade a ser combatida. O comum é ouvirmos a expressão “guerra à doença”. Em se tratando do Brasil de 2020, no tocante às políticas públicas e aos aspectos políticos da gestão da COVID-19, assistimos o escandaloso espetáculo da “guerra à saúde”. São os registros memorialísticos de um ano epidêmico. A inépcia governamental, personificada em Jair Bolsonaro, exemplo de patologia administrativa, é testemunhada pela apuração jornalística dos bastidores da necropolítica de um

governo irresponsável. No fundamento dos equívocos por ele cometidos, o discurso jornalístico revela como o Palácio do Planalto transformou o Ministério da Saúde em inimigo público no meio da maior pandemia do século XXI (BRAGA, 2020). No contexto de uma insuficiência estatal, as próximas eleições presidenciais estão na mira bolsonarista. As sedutoras ameaças à sua reeleição recebem cartão vermelho e têm nome: “Já Mandetta é um sedutor de multidões. Acabaria tornando-se seu rival na eleição seguinte” (BRAGA, 2020, p. 122).

Como funciona a sociedade? A resposta para esta questão sociológica básica pode ser dada a partir dos aprendizados históricos com as experiências gripais individuais e coletivas. O vírus como contador da história da humanidade. Os mortos são brancos ou negros, pobres ou ricos, analfabetos ou doutorandos, habitantes dos bairros periféricos ou centrais. Dados epidemiológicos e estatísticos na história social das doenças. A sociologia urbana está representada em *A peste*, de Albert Camus: “Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre” (CAMUS, 1997, p. 09). Cemitérios e os trabalhadores da morte, em especial os coveiros, ocupam significativos espaços citadinos. Na sua dança, a “bailarina da morte”, na pandemia da COVID-19 de 2020, encontra “a indiferença do governo federal perante as mortes” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 335). Da gripe espanhola no Brasil, ao coronavírus, às atuações presidenciais, em particular a de Jair Bolsonaro, é tristemente marcada pelo homem público troçador do agente virótico. Contagiosidade da doença desprezada por quem

negou, desprezou e minimizou o impactante contágio da pandemia. Nas suas invisibilidades, os agentes viróticos são reais, ameaçadores, perigosos e letais. Da Oran do desconforto pestilento do romance de Camus, procede mais uma lição humanizadora: “Nunca é agradável ficar doente, mas há cidades e países que nos amparam na doença e onde podemos, de certo modo, nos entregar. O doente precisa de carinho, gosta de se apoiar em alguma coisa. É bastante natural” (CAMUS, 1997, p. 10).

“Mas era sempre ‘agora não dá’, ‘outra hora você passa’. Ele nunca viu os números do Ministério da Saúde. Nunca. Nunca aceitou sentar comigo para ver a realidade que o seu governo estava para enfrentar” (MANDETTA, 2020, p. 134). Este é o teor da denúncia de um discurso médico, proferido por quem protagonizou “os bastidores da luta contra o coronavírus”. De dentro das intrigas palacianas, um ex-ministro da saúde focaliza “um paciente chamado Brasil”. Que país é este? Por onde anda a ética da responsabilidade? Na bélica batalha contra a COVID-19, o desgoverno de Jair Bolsonaro declara “guerra à saúde”. A crítica médica é seguida pela jornalística: o foco na inimizade pública entre o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde (BRAGA, 2020). Na prioridade pessoal de reeleição, em 2022, Bolsonaro dá um cartão vermelho para quem ameace, com sedução, as suas pretensões eleitoreiras. Mais um ministro cai em função do particular projeto presidencial. No meio das trapalhadas presidenciais, um “ra, re, ri, ro, rua” para quem desponte como um potencial concorrente nas urnas futuras. O memorialista da fogueira das vaidades, em contexto de peste, frequentou o gabinete ministerial e depois

escreveu: “Já Mandetta é um sedutor de multidões. Acabaria tornando-se seu rival na eleição seguinte” (BRAGA, 2020, p. 122). Memórias tristes de uma conjuntura histórica calamitosa. Tormenta com o “Diabo na corte”, conforme a imagem trazida por Frei Betto. Do final de março de 2020, aos dias atuais, assistimos ao escandaloso espetáculo de vermos a viva cara da morte. Em números elevados de óbitos e telanizada, faz parte do nosso *show*. Indignados com a precária gestão brasileira da crise, para além dos seus aspectos sanitários, temos a oportunidade de ir “além da pandemia” e desmascarar as disfuncionalidades sistêmicas brasileira e planetária. “Uma convergência de crises” é vista na parada para pensar de Ladislau Dowbor (DOWBOR, 2020). Sociedade de risco, em rede e da decepção. Gravidade conjuntural e seus disparos reflexivos: “Onde estivemos?” “Para onde vamos?” (PASSOS, 2020). Imprevisibilidades e incertezas vividas no Brasil da economia e do Estado desgovernados e desarticulados.

“Não se come dinheiro”, “O amanhã não está à venda”, dupla frasal evocativa da vida para consumo, a transformação dos homens em mercadoria. Ailton Krenak encontra Zygmunt Bauman. A mercantilização de todas as nossas relações: “Compro, logo sou”. A saúde está dentro dessa lógica mercantil. Ter ou não ter dinheiro, no equacionamento das demandas sanitárias, faz a diferença. Para pensarmos no mundo pós-coronavírus, o da rotina “normal”, continuaremos na reprodução dos mesmos esquemas mercantis? Existências submetidas ao Deus dinheiro, em um mercado sacralizado? A economia e seus terrores

desumanizantes, descarte das pessoas. Neoliberalismo ameaçador a disparar reflexões sobre a possibilidade da “extinção humana” (CHOMSKY, 2020). E a mudança climática? “Ferimos e maltratamos a Mãe Terra” (BOFF, 2020, p. 5). Diante da “racionalidade” predatória, “a Mãe Terra se autodefende”. O coronavírus é uma arma terráquea contra nós? David Quammen afirma: “Nós criamos a epidemia do coronavírus”. Criação desencadeada pela atividade humana (QUAMMEN, 2020). Contágio com epígrafe apocalíptica. Viralização que assusta e horroriza. Na “globalização em crise”, pensar em mudança leva a um projeto de “política civilizacional”, da humanidade e “por um humanismo regenerado” (MORIN, 2020). No contexto de “um meteoro” que “caiu sobre o capitalismo” (BOFF, 2020), Leonardo Boff afirma: “Voltar à normalidade é se autocondenar”. Na cooperação e solidariedade compreensiva entre mentes lúcidas, Ailton Krenak expressa: “Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro” (KRENAK, 2020, p. 91).

A COVID-19 é “parte de um padrão de escolhas que nós, os seres humanos, estamos fazendo” (QUAMMEN, 2020, p. 15). Escolhemos uma via destrutiva, visível no espetáculo dos cortes florestais e orçamentários “para saúde pública e pesquisa”, promovidos por burocratas e políticos eleitos a serviço de projetos predatórios e destrutivos dos ecossistemas. Santuários ecológicos desprotegidos pelo desejo de maximização dos lucros. Nos desdobramentos de uma lógica da destruição, agentes patogênicos, viróticos, são

liberados das suas hospedagens na natureza e seguem na nossa direção como os seus potenciais hospedeiros. “Tudo vem de algum lugar”, dos gorilas, de ratos, do veado, do papagaio, do cabrito, do chimpanzé, do matagal verde para as ruas calçadas das nossas cidades de concreto. No caso específico do coronavírus, um morcego encavernado pode ter dado o pontapé inicial, porém o horror epidemiológico foi desencadeado pela atividade dos humanos. Os criadores da pandêmica peste do ano de 2020, fomos nós (QUAMMEN, 2020). A morte, o cavaleiro do “cavalo esverdeado” do apocalipse bíblico, reaparece em tempos de viralizações digitais. Medievalismos e cenários “pós-modernos” nos atuais *shows* de sombras e luzes.

“A história da humanidade contada pelos vírus”. Estes continuam narrando as suas amedrontadoras aventuras nas sociedades de risco, vulneráveis e impotentes. Mesmo com todos os avanços tecnológicos atuais, param o mundo e ordenam regimes pandêmicos globais. Agentes patógenos, “inimigos mortais”, são alvos de uma “guerra contra os germes assassinos”. Previsão evangélica: “Haverá grandes terremotos, fomes e pestes em muitos lugares; acontecerão coisas pavorosas...” (Lc 21, 11). Na companhia das letras, encontramos a seguinte epígrafe de Sir William Osler: “A humanidade tem três grandes inimigos: a febre, a fome e a guerra; destes, o maior e mais terrível, de longe, é a febre”. Inimizades cobradoras de planos de batalhas para a sobrevivência. Combates históricos antimicrobianos. Em certos casos, um mosquito é “o inimigo número um da saúde pública”. “Bioterrorismo” em uma “nova ordem mundial”.

Entre os batalhadores, os fardados de “jalecos brancos e sapatos puídos” (OSTERHOLM; OLSHAKER, 2020).

Os guerreiros históricos da medicina, focados nas pestilentas explosões, escolhem “a grande gripe”, a espanhola, apresentada como “a pandemia mais mortal de todos os tempos”. Flagelo modelar a render 608 páginas na edição de 2020, ano da corrida contra o coronavírus (BARRY, 2020). No epílogo do seu registro documental, o historiador escreve uma “lição derradeira de 1918” destinada às autoridades governamentais. Um toque da segunda década do século XX a repercutir no contexto pandêmico de hoje. Uma mensagem dirigida para os Trumps e Bolsonaros da COVID-19: quem está no poder deve confiar no povo. Não deve distorcer nada, nem enfeitar ou tentar manipular as pessoas. Lincoln já havia dito isso, e da melhor forma. “Um líder deve tornar real qualquer terror. Só assim as pessoas serão capazes de enfrentá-lo” (BARRY, 2020, p. 515).

“194...”, a peste na Oran de Albert Camus. 2020, vivemos sob a COVID-19, em Fortaleza. Todos nós estamos nos nutrindo “do mesmo pão do exílio”. O “flagelo” covidiano é “problema de todos”. Sob as “muralhas” do “espetáculo” de um “regime” pestilento, escrevemos diários de quarentenas. Narrativas pessoais do cronista no ano do coronavírus. Fragmentos textuais evocativos da microfísica do poder de Michel Foucault. O olho do poder tecnologicado, monitora, rastreia os indivíduos no contexto de uma “cidadania mais onerosa”, experimentada em um momento histórico de pandemia. “A doença é o lado sombrio da vida” (SONTAG, 1984, p. 07). Quando doentes,

experimentamos “um reino” no qual somos cidadãos de um “outro país”, o do “passaporte” que não preferimos, o que é usado quando estamos doentes. Dietética especial na conjugação do verbo cuidar. Não são tempos normais. Os canais de comunicação da covid-19 dispõem de linhas telefônicas, todos os dias, e sítios internéticos para informarem dos cuidados a serem tomados. Prevenção é palavra-chave.

Nos espaços públicos e privados, vemos imagens representativas do coronavírus e as prescrições a serem seguidas. A sintomatologia vem junto, em cartazes produzidos pelas secretarias de saúde governamentais. A crônica do mascarado cotidiano atual registra: “Cubra o nariz e a boca ao espirrar ou tossir”. É a “nova ordem” imposta pela peste e as suas fases. É um “estado” de medidas, incluindo a “instituição do toque de recolher”. As autoridades, por conta dos incidentes, são forçadas “a assimilar o estado de peste ao estado de sítio” (CAMUS, 1997, p. 152). Nesse sentido, em exercícios metafóricos da linguagem, é emitida a expressão fascismo pestilento. A ideia de condenação prisional, “do ponto de vista superior” da enfermidade reinante, viraliza. Em que medida as patologias engendram macro ou microfísicas revoluções? Prisioneiros da covid-19, “impacientes com o presente”, somos tocados pelo companheirismo literário de Albert Camus: “Jamais alguém será livre enquanto houver flagelos” (CAMUS, 1997, p. 39).

“Decisões duras” a tomar com o “auxílio luxuoso” dos companheiros livros. No isolamento social, regado a álcool em gel, leio a provocação de

Slavoj Zizek: “A verdadeira luta se dará em torno de qual forma social substituirá a nova ordem mundial liberal-capitalista” (ZIZEK, 2020, p. 133). Um “compromisso” lançado em registro textual sobre a pandemia do agora. Em 1722, Daniel Defoe publicou *Um diário do ano da peste*. Em 1947, Albert Camus apresenta o romance *A peste*. Em 2020, Frei Betto, cronista de uma narrativa pessoal, lança *Diário de quarentena*. “90 dias em fragmentos evocativos”. O coronavírus repercute no mercado editorial. Contágio literário da peste do momento. Na companhia das letras, tem rendido muitas páginas no ano de 2020. As editoras acompanham os temas relevantes e emergentes das diferentes conjunturas históricas.

No pandêmico tempo em que vivemos, múltiplos olhares e discursos, procedentes dos mais variados campos do saber, foram lançados sobre a COVID-19. Assunto desassossegador a provocar uma diversidade de respostas reflexivas. Sintonizadas com um pensamento complexo, partem da ideia ecológica segundo a qual o coronavírus não está só nos estragos que gera. Uma multiplicidade de fatores são seus cúmplices nas perdas e danos que promove. “Em uma escolha ideológica”, “o foco quase exclusivo da nossa mídia no coronavírus não se baseia em fatos neutros” (ZIZEK, 2020, p. 132). Aspectos políticos, econômicos e sociais vão na carona virótica. Ao pesquisador interessado em analisar a doença do contexto histórico atual, já pode dispor de um conjunto de referenciais para a fundamentação teórica das suas análises. Na sequência, apresento uma relação de obras bibliográficas para consulta.

REFERÊNCIAS

BARRY, John M. **A Grande Gripe**: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BETTO, Frei. **Diário de quarentena**: 90 Dias em Fragmentos Evocativos. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

BRAGA, Ugo. **Guerra à Saúde**: Como o Palácio do Planalto Transformou o Ministério da Saúde em Inimigo Público no Meio da Maior Pandemia do Século XXI. São Paulo: LeYa Brasil, 2020.

BOFF, Leonardo. **Covid-19**: A Mãe Terra Contrataca a Humanidade: Advertências da Pandemia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BOLLE, Monica Baumgarten de. **Ruptura**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CHOMSKY, Noam. **Internacionalismo ou Extinção**. São Paulo: Planeta, 2020.

DEFOE, Daniel. **Um diário do ano da peste**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2014.

DUBY, Georges. **Ano 1000, Ano 2000**: na pista de nossos medos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a Pandemia:** e breves lições para o mundo pós-coronavírus. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LENOIR, Frédéric. **Viver!:** um manual de resiliência para um mundo imprevisível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MANDETTA, Luiz Henrique. **Um paciente chamado Brasil:** os bastidores da luta contra o coronavírus. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via:** as lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

OSTERHOLM, Michael T.; OLSHAKER, Mark. **Inimigo Mortal:** nossa guerra contra os germes assassinos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PASSOS, João Décio (Org.). **A Pandemia do Coronavírus:** onde estivemos? Para onde vamos? São Paulo: Paulinas, 2020.

QUAMMEN, David. **Contágio:** infecções de origem animal e a evolução das pandemias. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **A Bailarina da Morte: a Gripe Espanhola no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das Epidemias.** São Paulo: Contexto, 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a Reinvenção do Comunismo.** São Paulo: Boitempo, 2020.

**O MAL COMO UM PROBLEMA DA
POLÍTICA: discussão sobre a política de
enfrentamento à pandemia de covid-19, no
Brasil, pelo conceito de banalidade do mal, de
Hannah Arendt¹**

Lourdes Karoline Almeida Silva²

INTRODUÇÃO

Depois de mais de dois anos do início da pandemia de covid-19, de 687 mil brasileiras/os mortas/os pela doença, com o avanço da vacinação no país, que já alcança 81% da população totalmente vacinada, e, conseqüentemente, com a queda no número de novos casos e de óbitos, o atual cenário nacional, quanto a esta crise sanitária, tem indicado a possibilidade de seu enfraquecimento (G1, 2022).

¹Declaro que, para a execução da presente pesquisa, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Doutora em Políticas Públicas (UFPI), mestra em Políticas Públicas e bacharela em Ciências Sociais (UFPI); professora adjunta I da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira, pertencente ao quadro efetivo do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Sociologia da Saúde (NIPeSS – *e-mail*: nipess@phb.uespi.br) e do programa de extensão Politicai-vos: acessibilidade e publicidade do debate teórico da Ciência Política. *E-mail* institucional: lourdes.karoline@phb.uespi.br. Endereço para correspondência: Rua Saturnino Dutra, nº 165, Bairro São Benedito, Parnaíba-PI, CEP: 64360-220. Telefone: (86) 99917-5117 (WhatsApp).

Contudo, mesmo que a pandemia já estivesse sido superada, segundo Walter Benjamin (1987, p. 223), “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, sendo necessária a articulação histórica do passado como uma reminiscência, como um presente que “para no tempo e se imobiliza” (p. 230), “um tempo saturado de ‘agoras’” (p. 229), que coincidem “rigorosamente com o lugar ocupado no universo pela história humana” (p. 232). Pois, o passado, que é vivido na rememoração, não é vazio nem homogêneo. E “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 224-225). O que, para Augusto de Carvalho (2021, *on-line*), é “a rememoração dos que pereceram sem dignidade de memória”.

Sem memória não há aprendizado sobre si, sobre o outro e sobre o nós. Apagar a memória, seja a individual seja a coletiva, é uma forma de impossibilitar o conhecimento e o descortinamento da realidade. O aprendizado, tal como entendido por Sócrates, é como as dores do trabalho de parto; o saber é como a criança parida. Portanto, o saber é o contrário de vazio, é algo que preenche completamente, é fertilidade e causador de perplexidade/espanto, que, por sua vez, produz novas descobertas. É importante o cultivo adequado do saber para se evitar os abortos de ideias ou o nascimento de mentiras e de fantasias, que são contrárias ao saber e ao conhecimento. E mesmo o processo de aprendizagem sendo difícil e doloroso, resulta em beleza e verdade, resulta em rememoração, em conhecimento e em compreensão. Em outras

palavras, a mentira e o mentir opõem-se à atividade do pensamento e da memória (PLATÃO, 2010; CATROGA, 2020).

Este ensaio visa rememorar a política de enfrentamento à Covid-19, especialmente, em seu primeiro ano, no Brasil, pelo Ministério da Saúde, sob o Governo Bolsonaro, que ao longo da pandemia, teve quatro ministros; além de discutir essa mesma política de enfrentamento a partir do conceito arendtiano de banalidade do mal. Arendt (2002) concebe a coisa política como pluralidade dos homens, tratando, conseqüentemente, da convivência entre diferentes. Pois, apesar da esfera verdadeiramente humana, que é a esfera política, em sentido restrito, vir a sucumbir mediante a força, esta última não a origina e não a determina. Isso permite pensar sobre o mal na política, tratá-lo como um problema da política ligado a uma conjuntura histórica.

O mal na política é um problema que se relaciona umbilicalmente com a mentira e a falsidade, que para a filosofia socrática, são lixos, que também partem de homens refinados, educados e cultos (PLATÃO, 2010), como os ex-ministros do Ministério da Saúde, sob o governo Bolsonaro, no Brasil, dos quais, três são médicos e um é general da divisão do Exército Brasileiro. Tal fato é, usando a terminologia socrática, assombroso. Para compreendê-lo, necessita-se percorrer o processo de aprendizado, partindo da análise investigativa, desprovida de mentiras e de enganos, para que mudanças possam ocorrer na produção do novo, que aqui seria a compreensão da falta de sentido de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas

mediante decisões políticas acertadas. Para, assim, podermos vislumbrar uma reconciliação com a realidade dada, tal como proposto e defendido pela teoria arendtiana.

OMISSÃO E NECROPOLÍTICA NO CONTEXTO PANDÊMICO BRASILEIRO

De 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia causada pelo vírus *Sars-Cov-2* a 20 de agosto de 2020, quando a empresa farmacêutica Pzifer enviou o primeiro *e-mail* de um total de 101, ao Ministério da Saúde, oferecendo 70 milhões de doses da vacina contra a covid-19, com prazo de entrega para 20 de dezembro de 2020, o Brasil registrava mais de 120 mil vítimas da doença (BRASIL, 2021; VENTURA; REIS, 2021).

Somente em 04 de dezembro de 2020, o Ministério da Saúde fez formalmente uma contraproposta à referida empresa, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o número de mortes por covid-19 ultrapassava a marca de 194 mil, em um período de apenas oito meses. Com base nesses dados, pode-se considerar que as mortes por covid-19, no Brasil, a partir de dezembro de 2020, ou desde março de 2020, de acordo com Ventura e Reis (2021), tem como causa principal decisões políticas, culminando no que Achille MBembe (2016) chama de necropolítica ou a subjugação da vida ao poder da morte na contemporaneidade, ou o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Tal é o caso do atual governo federal sob a presidência de Bolsonaro, para o qual, em 11 de

fevereiro de 2021, com 236.201 mortes registradas por covid-19: “o cara que entra na pilha por vacina é um idiota”. Ainda de acordo com o referido presidente, no dia 14 de maio de 2021, com mais de 436 mil mortes, ao se posicionar contra as medidas de contenção do vírus: “tem uns idiotas que ainda hoje ficam em casa” (QUEIROZ, 2022, *on-line*).

Neste ensaio, as políticas sociais e econômicas são entendidas pelo prisma da política pública, que é uma ferramenta das decisões do governo, visto ser pautada nos embates quanto a interesses, ideias e preferências governamentais, financiada por recursos públicos, e que influencia a vida das/os cidadãos/ãos, repercutindo na economia e nas sociedades, por sua particularidade de interrelacionar Estado, política, economia e sociedade. Ressalta-se, aliás, que o debate acerca das políticas públicas visa também dar respostas sobre o espaço dos governos quanto à sua definição e à sua implementação. Em outras palavras, a formulação de política pública traduz “plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

Ventura e Reis (2021, p. 04) destacam que, dentre as características mais importantes da legislação federal sobre a pandemia, a ausência da participação da sociedade civil na sua elaboração, foi uma das mais marcantes, em razão da explícita relação antagônica entre Governo Federal e sociedade civil, “criando obrigações para a população em geral, de forma fragmentada e por vezes até contraditória”. Soma-se a isso a lentidão na tomada de decisões, como o fato de que, em 24 de junho de 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou a

Casa Civil, que é a encarregada de assessorar o governo no gerenciamento e integração de todas as suas funções, sobre a ausência de: a) diretriz estratégica inteligível de enfrentamento à covid-19 e b) um plano de comunicação coordenado e abrangente, que pudesse salvaguardar os recursos públicos, maximizar os resultados de contenção do vírus e efetivar a coordenação e a articulação política entre os envolvidos na referida diretriz. Outro fato que pode ser mencionado é a negação, pelo ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, da homologação da terceira versão do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas, em 18 de dezembro de 2020. Para o ministro, a União não ofereceu, minimamente, um plano com elementos essenciais voltados para a manutenção da vida e da saúde dos povos indígenas.

O atual presidente do Brasil, ao longo de sua trajetória política, fez uso de discursos voltados para a morte, como: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”; “vamos fuzilar a petralhada” e o gesto das mãos simbolizando uma arma de fogo (KOKAY, 2018). Esses exemplos são indicativos de uma plataforma eleitoral voltada para a necropolítica, implementada no decorrer da pandemia. Pois, o direito constitucional do povo brasileiro à saúde foi público e midiaticamente desrespeitado pelo atual Governo Federal que, de acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, instituída pelos Requerimentos de números 1371 e 1372, de 2021 (p. 1162-1163), “foi omissos”, agindo “de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia [...], expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa”.

Assim, neste ensaio, entende-se que o Governo Bolsonaro, em consonância com a sua plataforma eleitoral de 2018, e, com base no estudo desenvolvido por Ventura, Aith e Reis (2021), executou uma política não de enfrentamento à pandemia de covid-19, mas de favorecimento desta, através da intencionalidade de eventos, tanto em relação a ações quanto a omissões, objetivando a deliberada disseminação do vírus, resultando em quase 700 mil mortes.

Essas ações, omissões e negligência deram-se através: 1) da existência de um gabinete paralelo, composto de médicos, políticos e empresários não integrantes da Administração Pública e não observadores das orientações técnicas do Ministério da Saúde; 2) da imunidade de rebanho, que visa a imunização por meio da contaminação natural; 3) do tratamento precoce ou o chamado “*kit covid*”, comprovadamente ineficaz no combate à covid-19; 4) da oposição às medidas não-farmacológicas, como o uso das máscaras faciais e o distanciamento social; 5) da falsa alegação de supernotificação pela doença; 6) da recusa e do atraso na aquisição das vacinas; 7) da crise do Estado do Amazonas e da falta de coordenação do Governo Federal; 8) do uso da Administração Pública Federal para a disseminação de *fake news* (notícias falsas/mentiras), que desinformaram a população brasileira, gerando confusão, agravando os riscos relacionados à saúde e aumentando a ocupação de leitos hospitalares e o número de mortes; entre outras ações como a tentativa de compra superfaturada de uma vacina com eficácia abaixo da média (BRASIL, 2021).

Para Ventura e Reis (2021), o Governo Federal sob a liderança de Bolsonaro, desenvolveu uma estratégia institucional de propagação do vírus, ignorando completamente os direitos de cidadania e os direitos humanos. Violando, desse modo, a Constituição de 1988, que no caput do artigo 5º, apresenta a inviolabilidade do direito à vida. As autoras, ao organizarem uma linha do tempo que vai de 1º de janeiro de 2020 a 16 de janeiro de 2021, através de atos normativos da União, de atos obstrutivos em confronto aos governos estaduais e municipais quanto à pandemia e de propaganda contra a saúde pública ou discurso político, mediante mobilização de argumentos econômicos, ideológicos e morais e notícias falsas (mentiras) e informações sem comprovação científica, desacreditou as autoridades sanitárias, o que, conseqüentemente, enfraqueceu a adesão às recomendações sanitárias, cientificamente comprovadas, por parte da população, promovendo, assim, ativismo político (e agradando parcela do seu eleitorado) contra as medidas de saúde pública na contenção da doença. Compreende-se, dessa maneira, pautada nas referidas autoras, uma ideologização-partidária da pandemia pelo bolsonarismo.

Ventura, Aith e Reis (2021) constataram, através do “mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil”, que houve confluência entre atos normativos, atos de governo e propaganda contra a saúde pública, devido a coerência entre o que foi dito e o que foi feito, reforçando a hipótese da estratégia de disseminação deliberada da covid-19. Essa estratégia realizou-se e ainda está sendo realizada por intermédio destes

outros atos e omissões: banalização da morte e das sequelas deixadas pela covid-19, enfocando o potencial de letalidade do vírus em fatores como velhice e comorbidades; ataques a críticos da resposta federal; e consciência da irregularidade de condutas específicas.

Em relação ao potencial de letalidade do vírus em pessoas velhas/idosas, ressalta-se que a velhice, na sociedade contemporânea ocidental, é vista como diferente, como um desvio do normal social, que seria a juventude, economicamente produtiva, a qual, significativamente, tem dificuldades em se pôr no lugar do outro-velho em sua experiência de envelhecimento, causando o isolamento social do primeiro grupo etário mencionado. Dessa maneira, o envelhecimento é visto como intolerável, devido ao que Elias (2001) chama de corpo desfeito e indesejável. A pessoa idosa é o lembrete da efemeridade, da precariedade – há uma maior insegurança econômica, escassas possibilidades de recontração e aumento de gastos com a saúde –, da fragilidade e da mortalidade humana (ZANCHI; ZUGNO, 2012; LE BRETON, 2013).

No Brasil, ocorreram mudanças propiciadoras do envelhecimento populacional, como: diminuição da taxa de natalidade e mortalidade infantil; avanços da medicina; generalização de hábitos sadios em alimentação, higiene; exercício físico; estilos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida dos cidadãos. O envelhecimento populacional, por sua vez, tem influenciado o consumo; a transferência da capital para as cidades do interior; os impostos e as pensões; o mercado de trabalho; a saúde e a assistência médica; a composição e a organização da

família. Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso de 1997 objetiva criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida. O art. 9º do Estatuto do Idoso de 2003 assegura que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa (pessoa com idade igual ou acima de 60 anos) a proteção à vida e da saúde por intermédio da efetivação de políticas sociais públicas que permitam o envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Essas ações implicam mais gastos da Previdência Social, medicamentos e mais políticas públicas na área da saúde (ZANCHI; ZUGNO, 2012).

Em uma sociedade, cujo interesse pela pureza associa-se ao interesse pela higiene, é o estranho (aqui, velho e doente) que desafia a ordem. O severo teste de pureza é promovido pelo mercado consumidor, que oferta sensações e experiências “de estar no mundo dos vivos” (BAUMAN, 1998, p. 23). Os que estão fora do mundo dos vivos são aqueles que Bauman chama de “consumidores falhos” ou “os novos impuros”. Isso porque, apesar, da experiência da doença ser universal, já que todas as pessoas, em algum momento da vida, passarão por alguma doença, é “modelada pelo contexto cultural e social no qual ela ocorre” (ADAM; HERZLICH, 2001, p. 08). Exemplo dessa pureza são as ações punitivas contra os moradores de ruas e de áreas urbanas proibidas, contra os vagabundos e indolentes, possíveis portadores de doenças e pestilências.

Pode-se observar, então, a intencionalidade da associação entre a letalidade da covid-19 à velhice e às comorbidades, haja vista, que velhos e doentes crônicos, isolados socialmente, são consumidores falhos, que não movimentam adequadamente a

economia. Ainda mais para um governo que, em confronto direto ao direito inviolável à vida, priorizou a questão econômica, tanto que das 3.049 normas relativas à Covid-19, no primeiro ano da pandemia, 514 foram do Ministério da Economia. Apesar disso, nem vidas e nem a economia brasileira foram salvas, pois a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) prevê que o Brasil registrará o menor crescimento econômico na América Latina, em 2022. Segundo a CEPAL (*on-line*), em comunicado de imprensa, publicado em 27/04/2022: “No âmbito regional, o menor crescimento esperado será acompanhado por uma maior inflação e uma lenta recuperação do emprego”.

A omissão e a falta de gerenciamento adequado em relação à crise sanitária causada pela covid-19, mais do que “apenas ultrajantes”, são o reflexo do que Arendt (1999) denomina de banalidade do mal, que se instaura em um sistema em que todas as pessoas são supérfluas, posto terem sido transformadas em coisas, ainda mais em uma conjuntura histórica e política de um governo caracterizado sobremaneira pelo viés da extrema-direita, o qual flerta com o neonazifascismo. Como a fala do presidente Bolsonaro que, em 27 de março de 2020, ao se contrapor ao confinamento, disse: “infelizmente, algumas mortes terão. Lamento, essa é a vida” (REDAÇÃO, O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, *on-line*).

A vida humana, no capitalismo, é transmutada em mercadoria, mesmo após a morte, processo caracterizado pela ocultação social da morte, pelo “silenciamento, interdição, negação, racionalização, medicalização e postergação” (VERAS, 2015, p. 74).

Exemplo da junção de negação e medicalização da morte é o aumento estrondoso nas vendas de ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina, integrantes do *kit* covid, sem nenhuma eficácia comprovada no tratamento da doença (ARAÚJO, 2021).

Diniz (1995), ao comentar a obra de Arendt, afirma que a banalidade do mal ocorre a partir da destruição da pessoa jurídica e da anulação da individualidade e da espontaneidade, culminando na ausência de pensamento, em expressão humana opaca e na rarefação das consciências. Amostra disso é a competitividade eleitoral de um presidente, para o qual, as mortes de 2557 pessoas por covid-19, em 20 de abril de 2020, não o tornavam um coveiro. O mesmo, oito dias depois, quando o Brasil ultrapassou a China em número de óbitos pela doença, disse: “e daí, lamento. Quer que faça o quê?” (REDAÇÃO, O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, *on-line*).

O conceito de banalidade do mal arendtiano, em linhas gerais, abarca, de acordo com Kelson (2011), um mal sem raízes, localizado em uma não-pessoa, em alguém que “não pensa”, que não realiza o diálogo socrático “do mim-comigo-mesmo”, alguém que age em heteronomia, obedecendo a uma determinação exterior sem se responsabilizar pessoalmente pelas consequências morais, socialmente isolado, sem relações sociais normais, devido sua inserção em uma estrutura de competição e solidão.

Para Marx (2006, p. 16), ao traduzir, comentar e concordar com Jacques Peuchet, que foi diretor dos Arquivos da Polícia de Paris, no século XVIII, a sociedade burguesa moderna é uma sociedade doente

que adocece seus indivíduos, cada um isolado dos demais, imerso “numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua”. Tocqueville (2005, p. 121), ao analisar a democracia norte-americana, destaca que o individualismo dispôs cada cidadão a se isolar socialmente com as pessoas que lhes são mais próximas, usufruindo, dessa forma, de uma pequena sociedade, abandonando a vida na grande sociedade e encerrando-se “por inteiro, na solidão de seu próprio coração”. Desse modo, neste ensaio, isolamento social e solidão, características típicas do capitalismo, são entendidos como apatia política, que é o desinteresse político combinado com o isolamento da vida privada, e que culmina na falta de envolvimento nas atividades políticas (AVELAR, 2004).

De acordo com Diniz (1995, p. 72), a solidão representa uma “situação anti-social e [contém] um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum”, destruindo até mesmo a participação coletiva no luto. Na discussão do capítulo VI – A solução final, do livro “Eichmann em Jerusalém”, Arendt (1999, p. 114-115) mostra a importância do isolamento e da solidão na banalização do mal: “a esmagadora maioria do povo alemão acreditava em Hitler [...]. Contra essa sólida maioria, ficava um número indeterminado de indivíduos isolados completamente, conscientes da catástrofe nacional e imoral, [...], mas [sem] nenhum plano nem intenção de revolta”.

Isso como se “as histórias da morte” não fossem “histórias da vida”, já que a morte foi, é e sempre será contada e representada pelos vivos,

sendo, portanto, do outro (CUNHA, 1999). Aliás, como ressalta Elias (2001, p. 10; 11), “a morte [o conhecimento da morte] é um problema dos vivos”. A morte, assim como a vida, ocupa o espaço da pluralidade. Mortes que poderiam ser evitadas mediante decisões políticas acertadas são mortes políticas. Sobretudo quando os mortos têm suas histórias e identidades substituídas por números subnotificados, adentrando, dessa forma, ao esquecimento coletivo.

Por mortes políticas, na conjuntura histórica, política e sanitária da pandemia de covid-19, entende-se, com base em Ventura e Reis (2021, p. 07), a responsabilidade do Governo Federal na gestão da pandemia, por sua competência, empenho e eficiência no favorecimento “da disseminação do vírus”, no Brasil, objetivando o retorno das atividades econômicas ao custo das vidas da classe trabalhadora brasileira. As referidas autoras destacam o posicionamento do TCU, que considerou que o Governo Federal optou politicamente pela priorização da economia, constituindo violação, sem precedentes, à vida e à saúde do povo brasileiro, por meio “de condutas e omissões conscientes e voluntárias de gestores federais”.

A pandemia de covid-19 impossibilitou a morte gradual, que perpassa pelo adoecimento e pelo envelhecimento; tornou ainda mais brumosa a consciência “de que a espécie humana é uma comunidade de mortais”; reforçou o problema social da morte, qual seja, a dificuldade de identificação dos vivos com os moribundos; rotinizou o espetáculo e a banalização da morte, sem tirá-la de sua posição de tabu; empurrou para os bastidores da sociedade a

morte e os moribundos, que ficaram ainda mais isolados, sem direito a visitas e contato com a família e amigos próximos (ELIAS, 2001, p. 09). E esse processo é exponenciado quando se compreende que a maior parte das mortes por covid-19, no Brasil, foram ocasionadas por decisões políticas de um governo que executa necropolítica, em uma explícita banalização do mal.

O MAL: uma problemática da política em uma conjuntura histórica

Hannah Arendt (2012), no livro “As origens do totalitarismo”, apresenta a necessidade de compreensão dos fatos que, aparentemente, são apenas ultrajantes. Compreensão, para a referida autora, é o exame e a capacidade de “suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós” (p. 21). Para que isso seja possível, é indispensável a familiaridade com a história do objeto que se pretende estudar, encarando a realidade sem preconceitos, em um processo de reconciliação com o real. Visto que com o surgimento do totalitarismo, na Europa, no século XX, a sociedade ocidental passou a se defrontar com a criação do sem significado que, neste ensaio, é exemplificado pela não consideração de 101 *e-mails* referentes à oferta de uma vacina para uma doença letal e por um presidente que, em 29 de setembro de 2022, aos 1367 dias de governo, proferiu 6381 declarações falsas ou distorcidas, governando mediante mentiras (AOS FATOS, 2022).

Um presidente eleito e que governa mediante mentiras escancara o fardo que a história

sociopolítica brasileira terá que suportar conscientemente para poder, um dia, se reconciliar com a sua realidade. Também escancara a importância da palavra no debate entre ideias e conceitos diferentes na produção de novos saberes e o quão prejudicial pode ser a ausência desse debate. Pois o conhecimento precisa ser posto à prova para que não seja uma percepção ilusória, uma aparência apenas, como as *fakes news*, tão massivamente utilizadas no Governo Bolsonaro, que se contrapõe ao diferente, à pluralidade (ARENDDT, 2012; PLATÃO, 2010). Contudo, é importante frisar que, na contemporaneidade, no campo político, a hegemonia comunicacional, para além da palavra, aprofunda o uso da imagem como arma na massificação da mentira. Ou seja,

No campo político, a contemporânea hegemonia comunicacional já não se confina ao uso e abuso da palavra, e nela a explosão da imagem e da sua plasticidade veio dar novas armas para a produção massificada da mentira. Agora, o que está em jogo diz sobretudo respeito ao estatuto substitutivo de um substituto, em que este já não funciona como um substituto-representante-referente, mas representa como se o receptor acreditasse que o significante é o próprio significado. [...]. Sem vigilância crítica, o “facto” mal

se diferencia da opinião, como se tudo fosse redutível à singularidade atomista e ao não-contraditório, mistura ampliada pela sedução e pelo exagero comunicacional dos nossos dias (CATROGA, 2020, p. 723-724).

A história, para Arendt, assim como para Benjamin (1987), não possui significado, por ser o lugar de onde o significado é criado. Quem cria significado é o ser humano, que tanto pode criar o sublime como o monstruoso ou o desprovido de significado ou o irreal ou o mundo privado de sentido. Mundo este em que o indivíduo, como homem de massa, perde seu *status* político, sendo desindexado da história real. O indivíduo, destituído como sujeito político ou despolitizado, transforma-se em um “homem qualquer, sem capacidade política, sem consciência moral, sem vontade, sem julgamento e, assim, capaz de sofrer e de fazer banalmente o mal” (DINIZ, 1995, p. 73).

A superfluidade do humano, em um contexto pandêmico, estrutura-se na relação simbiótica entre desigualdades sociais e agravamento de doenças, cujas vítimas histórico-estruturais, no Brasil, são pobres e negras. Isso revela a importância das condições sociais nas concentrações, interações e consequências das doenças, já que condições sociais adversas, como pobreza, estigmatização e relações sociais opressivas, colocam grupos socialmente desvalorizados em maior risco. Nesse processo, forças sociais, como violência política e racismo, são

incorporadas e expressas como patologias individuais, configurando o que Singer (2006) denomina de sindemia ou o desenvolvimento de múltiplas epidemias, co-terminais e interativas, em condições de disparidade social e de saúde, repercutindo na descartabilidade da vida humana.

Em um país tão pluralmente desigual como o Brasil, as vulnerabilidades sociais foram reverberadas com intensidade (LOBATO, 2020). Tanto que, de acordo com Orellana *et al* (2020), em Manaus, a explosão da mortalidade geral e a elevada proporção de óbitos em domicílio/via pública, expôs a gravidade da epidemia em contextos de grande desigualdade social e de fraca efetividade de ações governamentais, especialmente, as voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e para a garantia e fortalecimento do SUS.

A pandemia, no Brasil, não só ressaltou a enorme desigualdade e o racismo estrutural da sociedade, como desconstruiu a ideia de que a covid-19 é uma doença democrática, já que seus efeitos não se expressaram democraticamente, diante da inadequação histórica das políticas públicas e da ausência de equanimidade da atenção estatal para suas/seus cidadãos/ãos (FERNANDES; LIMA, 2020).

A Amazônia, por exemplo, marcada por forte presença de povos tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, espelhou, no contexto pandêmico, as assimetrias nos modos de viver, adoecer e morrer, que sublinham as discrepâncias históricas da cidadania no Brasil. No Amapá, durante o primeiro ano da pandemia, além do número insuficiente de vagas em hospitais, a população sofreu com a escassez de mão de obra médica. Tanto

que, entre os povos indígenas, a pandemia adquiriu feições ainda mais graves (MUNIZ, 2020).

No Brasil, a pandemia de covid-19 causou, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021, p. 73), a “maior adversidade, até então, enfrentada pela educação básica brasileira na garantia de acesso à escola de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade. A situação é ainda mais desafiadora para a rede pública”. O aprofundamento das desigualdades educacionais situa-se na relação entre heteronomia (dependência de ideias e concepções de outros) e autonomia (pautar-se em suas próprias ideias e concepções), a qual se interliga ao descortinamento ou não da realidade. O saber, que não é hesitante, conduz ao aprendizado e ao conhecimento, e consiste no raciocínio sobre as coisas, sobre o mundo, sobre a realidade circundante, permitindo alcançá-las assim como a verdade (PLATÃO, 2010).

Como uma juventude, desprovida de saber, aprendizado e conhecimento, poderá espantar-se com a realidade e produzir o novo? Como essa juventude distinguirá opinião falsa de opinião verdadeira, opinião de conhecimento, mentira de verdade, em um país, cuja Advocacia-Geral da União, em 14 de janeiro de 2021, no período que ficou conhecido como colapso do sistema de saúde do Amazonas, recorreu da decisão judicial que suspendia a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no estado. E que, em 15 de janeiro de 2021, o STF deferiu cautelar determinando ao Governo Federal agir em prol do suprimento de oxigênio e de outros insumos médico-hospitalares nos estabelecimentos de saúde locais, para fornecer à população o mínimo

preconizado pela Constituição de 1988: saúde e a sua manutenção (VENTURA; REIS, 2021).

Ao relatar o julgamento de Eichmann em Jerusalém e ao apresentar, pela primeira vez, o conceito de banalidade do mal, Arendt (1999) discute outras características que contextualizam o mal banal, como a burocracia da morte, o lucro do capitalismo com a morte, as fábricas da morte, que matavam através do trabalho forçado e a rotinização da violência, da tortura, da morte e do mal. Essa rotinização faz com que as pessoas vejam as atrocidades com indiferença, devido a uma educação para a morte, que promove decadência/colapso moral da sociedade e a incapacidade de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Por exemplo, no caso da pandemia, no Brasil, teve-se o falso dilema criado pelo Governo Federal entre vida e economia, pois, para o presidente, ao se contrapor ao confinamento, disse: “a vida em primeiro lugar, mas, sem emprego, a sociedade enfrentará um problema tão grave quanto a doença: a miséria” (FILHO, 2020, *on-line*) e o enriquecimento dos bilionários no decorrer da crise sanitária (NASCIMENTO; *et al*, 2021).

O lucro do capitalismo ou a mercantilização da morte, do morrer e do luto, como trabalha Veras (2015), traz embutido o temor e a negação da morte, assim como, a negação do morto e o seu esquecimento. Pois, o que, nas sociedades tradicionais, era visto como natural e conhecido, passa a ser escondido, o que a autora chama de maquiagem da morte, relacionada a um novo modo de consumo, que entrelaça o consumo ostentatório com o consumo experiencial, o consumo significando estilo de vida, estilo de morte e estilo de luto. De fato,

o “Brasil do desemprego recorde tem vagas em fábricas de caixão”, conforme título da matéria do jornalista Rafael Barifouse, publicada no *site* da BBC News Brasil, no dia 13 de abril de 2021. Aumento da equipe de funcionários, aumento da jornada de trabalho, suspensão das férias, aumento da produtividade para atender ao aumento da demanda, já que as mortes, no Brasil, durante o primeiro ano da pandemia ficaram 31% acima da média e 13,7% acima das mortes registradas em 2019.

Em uma viagem aos Estados Unidos, em 09 de março de 2020, quando ainda não tinha sido registrada nenhuma morte por covid-19, no Brasil, o presidente Bolsonaro disse que o poder destruidor do vírus *Sars-Cov-2* estava sendo superdimensionado por questões econômicas. 11 dias depois, em 20 de março de 2020, usou o termo “gripezinha” para desdenhar da doença, quando o Brasil já registrava 11 mortes por covid-19. Esse termo foi usado novamente, em 24 de março de 2020, em um pronunciamento em rádio e televisão: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” (DO UOL, 2020, *on-line*; QUEIROZ, 2022).

Essas falas do presidente Bolsonaro são representativas da maquiagem da morte, pois ao abrandar uma doença letal, mediante mentiras, forçou a população, especialmente, a mais socialmente vulnerável a se expor ao vírus, quando em 05 de janeiro de 2022, afirmou que o país estava quebrado

e que, por isso, não poderia fazer nada, acusando a mídia brasileira de potencializar a letalidade do vírus. Assim, entende-se o mal, em consonância com a teoria arendtiana, ou seja, dentro da perspectiva da ação que conduz a uma abordagem da ética e da política. Segundo Diniz (1995), no plano da ação, o mal é sinônimo de violência, a qual deve ser combatida por meio da ação ética e política com a finalidade de diminuí-lo no mundo. Ressalta-se que, para Arendt (2002), pressão e violência sempre foram meios de proteção do espaço político, seja para fundá-lo seja para ampliá-lo, mesmo sem serem políticos em si. Pois, ao tempo em que são fenômenos marginais pertencentes ao fenômeno da coisa política, não são ela.

O espaço da política, que faz uso da violência, conferindo preferência ao trato com poucos e não com muitos, produz o engano e a mentira, ao invés da realidade e da verdade, respectivamente, distorcendo o verdadeiro espaço da política, que é o espaço do “livre-conversar-sobre-alguma-coisa-com-outros” (ARENDR, 2002). Essa distorção da política foi realizada pela Administração Pública Federal sob o governo Bolsonaro, que fez uso do espaço político para produzir e disseminar mentiras, divulgando propaganda antivacina, alegando a falta de comprovação científica da vacina Coronavac, afirmando que a vacina teria como finalidade a implantação de um chip comunista, ou ainda que a vacina transformaria em jacaré quem a tomasse, além de ter se omitido diante de uma grave crise sanitária.

Ao analisar as ações nazistas, Arendt (1999) afirma que o seu sucesso esteve atrelado duplamente à conivência/cooperação do povo alemão (sustentado

na apatia política) e ao uso de “regras de linguagem” para abafar mentiras. O uso de um sistema de linguagem visava impedir as pessoas de associarem as atrocidades perpetradas pelo nazismo com o conhecimento do que era assassinato e mentira. Em síntese, o uso da mentira e do engano como ferramentas do horror, no sentido da construção e manipulação da mentalidade coletiva, em um processo de aprendizagem do mal, mantendo-a submissa e reforçando a ampliação do poder perverso do mentiroso, que testa as condições políticas gerais para se observar a reação tanto da população quanto de outros países, ao se fazer a separação entre o que se considera como sendo pessoas toleradas/desejadas e pessoas não-toleradas/não-desejadas.

A mentira, para Catroga (2020), com base na teoria arendtiana, defronta a veracidade, sendo o seu oposto ou negação. Fruto da imaginação, em um paradoxo irônico, proporciona muito mais liberdade arbitrária ao mentiroso, em comparação ao que age sob a verdade. Ao oportunizar interrupções no cotidiano das percepções de mundo, permite o esquecimento da imprevisibilidade e das variadas possibilidades que este engendra. O mentiroso, assim, é habilidoso na exploração da fragilidade e das eventualidades da práxis e da discrepância existente entre o que a realidade é e o que poderia ser.

A diligência e habilidade do mentiroso, para o referido autor, estão no domínio de narrativas, que se passam por verdade, levando a confusão entre verdade de fato e mera opinião por parte da opinião pública. Prática esta acentuada sobremaneira nas sociedades contemporâneas com a propagação midiática da “mentira organizada”. A forma moderna

de mentir, especialmente quanto à mentira política, visa destruir sinais que podem desdizer a não-verdade ou a meia-verdade. A mentira produz efeitos históricos e sociais, que se relacionam diretamente com o poder persuasivo do mentiroso e com o grau de credulidade dos seus receptores.

A verdade, mais do que a mentira, desencadeia o ódio na maioria das pessoas. Por isso, que a escolha entre mentira e verdade depende de uma ética da responsabilidade e da alteridade, visto que a mentira degrada o mentiroso, degrada o alvo da mentira e solapa as estruturas dialógicas “em que toda a polis, que se queira politicamente organizada, deve assentar” (CATROGA, 2020, p. 726). A desconstrução da mentira depende da confissão do mentiroso que a desmente comprovadamente ou, então, do juízo crítico-investigativo das outras pessoas. Qualquer um desses caminhos é indissociavelmente atrelado aos conflitos do viver em sociedade e da linguagem que o institui. Conclui-se, dessa forma, que a luta pela verdade e pela veracidade é sobremaneira mais difícil do que a adesão à mentira travestida de verdade.

Para Barros (2021), os discursos mentirosos são entendidos como verdadeiros, devido à manipulação que objetiva obter a confiança do destinatário, promovendo uma adesão afetiva ou um ajustamento emocional e sensorial entre destinador e destinatário. Os discursos mentirosos, como as *fake news* e as falsas revisões do passado, da História e da ciência, são discursos intolerantes caracterizados pelas paixões do medo e do ódio. Portanto, os discursos mentirosos visam desqualificar sujeitos e grupos sociais não cumpridores dos contratos sociais:

“os maus cidadãos, os preguiçosos ou vagabundos, que querem o isolamento para não trabalhar” (BARROS, 2021, p. 03-04).

Esse tipo de discurso é frequentemente empregado, no campo político brasileiro, pela extrema direita, que, para além da adesão afetiva e sensorial, busca impedir o estabelecimento de laços racionais, ou na terminologia arendtiana, o pensar, o querer e o julgar, levando o destinatário a interpretar discursos mentirosos como verdadeiros. Assim, a linguagem, conforme Barros, “sempre será um projeto de poder”, pautado em um jogo discursivo de convencimento (MOREIRA; LOPES, 2020, p. 18).

Com Hannah Arendt, o problema do mal passa a ser questionado no âmbito da política, a qual tem o homem como o seu agente político ou agente transformador da história. O mal banal é o resultado do não-exercício da liberdade, e, na esfera sociopolítica, frequentemente se origina na omissão. Tanto que, um dos fatores do sucesso da política nazista foi a conjunção da passividade e da colaboração das próprias vítimas. Assim, o mal banal interdita a malignidade e tem como dinâmica o alastramento, por ser superficial.

A associação da colaboração das vítimas ao sucesso de uma determinada necropolítica pode ser exemplificada no contexto pandêmico brasileiro através da baixa adesão ao confinamento por parte da própria população. Pois, conforme Faria e Yukari (2021), ao discutirem pesquisa realizada pelo *Google*, as/os brasileiras/os, no primeiro semestre de 2021, ainda com a imunização em um ritmo lento, iam às ruas mais do que britânicos, americanos e israelenses,

que estavam à frente na campanha de imunização contra a covid-19.

Aqui, entra um ponto necessário nesta discussão e que inclui as (im)possibilidades de distanciamento social e quarentena de quem, aos olhos do Estado, não existe: os informais, os desempregados, os desalentados. As políticas públicas voltadas para esse estrato da população são ineficazes. Pois, de modo geral, no âmbito das diversas explicações existentes para o baixo grau de distanciamento social em comparação a outros países, há a referência às (más) relações entre os entes federativos no Brasil (MUNIZ, 2020).

Dentre as variáveis que podem ser apontadas, de acordo com uma pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada em 15 de maio de 2020, o Brasil conta com uma taxa de informalidade de 40% de sua população ativa. Na maior parte dos casos, estas pessoas não possuem condições de deixar de trabalhar e nem de ficar em casa. O desemprego, a redução do salário e a ausência de renda atingem as famílias e dificultam o acesso a itens de proteção, como as máscaras. O endividamento e a inadimplência agravam ainda mais suas condições de vulnerabilidade. A fome ressurgiu como a principal consequência das crises decorrentes da pandemia e da negligente gestão política desta para as populações mais carentes (ANDRADE, 2020).

A distância entre moradia e trabalho, a dependência do transporte coletivo, a deficiência de saneamento, a densidade demográfica, a interação face a face, as limitações internas em espaço e suporte das moradias geraram situações e comportamentos de

risco para as pessoas que se distribuem em espaços com estas características. Daí que os constrangimentos econômicos foram e são bastante diferenciados entre os grupos, sendo mais fortes em quem menos possui e mais precisa. Soma-se a isto, segundo Santos (2020), o efeito desorientador dos atos e falas do presidente da República, que afeta mais os estratos populares, pelo menos em termos absolutos, pois estes são em maior número. Ou seja, constrangimentos objetivos, orientações comportamentais e elementos cognitivos contribuíram para reforçar a distribuição da doença e, conseqüentemente, das mortes na base da pirâmide social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, compreender a política de enfrentamento à pandemia de covid-19, no Brasil, gerenciada pelo Ministério da Saúde, sob o Governo Bolsonaro, que culminou em centenas de milhares de mortes, que poderiam ter sido evitadas, a partir de dezembro de 2020, com o início da vacinação, é uma maneira de lembrar todas/os que pereceram e, que hoje, figuram somente como números estatísticos, tendo sido, portanto, destituídas/os da “dignidade da memória”. É trazer luz sobre estes tempos sombrios, que o povo brasileiro, em estado de perplexidade, viu-se obrigado a viver e a morrer; é trazer luz, compreensão e publicidade à problemática do mal banal na política, mal este destituído da malignidade sobrenatural e que se atrela à mentira e à apatia política, em um contexto de isolamento social e solidão, para gerar um mundo sem sentido.

REFERÊNCIAS

ADAM, P. HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da Medicina**. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, pp. 07-13, 2001;

ANDRADE, R. de P. Troco uma máscara por alimento: fome e pobreza na covid-19. **Especial covid-19**: a visão dos historiadores da Casa de Oswaldo Cruz. Publicado em 12/06/2020. Disponível em: Especial Covid-19 | Troco uma máscara por alimento: fome e pobreza na Covid-19 (fiocruz.br). Acesso em: 20/06/2020;

ARAÚJO, P. Vendas de ivermectina subiram mais de 900% e de sulfato de hidroxiquina 306% em MT. **G1 - Globo MT** [on-line]. Publicado em 24/06/2021. Disponível em: Vendas de ivermectina subiram mais de 900% e de sulfato de hidroxiquina 306% em MT | Mato Grosso | G1 (globo.com). Acesso em: 24/05/2022;

ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

_____. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002;

_____. **As origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;

AVELAR, Lúcia. Capítulo 1 – Participação política. In: ____; CINTRA, Antônio Octávio (orgs). **Sistema político brasileiro**. Uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stifting, São Paulo: Fundação Unesp, pp. 223-235, 2004;

BARIFOUSE, R. Brasil de desemprego recorde tem vagas em fábricas de caixões. **BBC News Brasil** [*online*]. Publicado em: 13/04/2021. Disponível em: Brasil do desemprego recorde tem vagas em fábricas de caixões - BBC News Brasil. Acesso em: 24/05/2022;

BARROS, D. L. P. de. A mentira e o humor no discurso político brasileiro. **Estudos Semióticos** [*online*]. Volume 17, número 1. Dossiê especial: GT de Semiótica da ANPOLL "Semiótica e vida social". São Paulo, pp. 1-12, 2021. Disponível em: A mentira e o humor no discurso político brasileiro | Estudos Semióticos (usp.br). Acesso em: 02/03/2022;

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama; Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998;

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. I. Brasília: Editora Brasiliense, 1987;

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

Constituição da República Federativa do Brasil (senado.leg.br). Acesso em: 11/04/2022;

_____. Congresso. **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia**. Relatório Final, 1180p., 2021. Disponível em: Relatório da CPI da Pandemia - Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 25/04/2022;

CARVALHO, A. de. Sobre o conceito de história, de Walter Benjamin: 80 anos. **Estado da Arte** [on-line]: revista de cultura, arte e ideias, 08/02/2021. Disponível em: Sobre o conceito de história, de Walter Benjamin: 80 anos - Estado da Arte (estadao.com.br). Acesso em: 17/03/2022;

CATROGA, F. O abscondito da mentira. **Revista de Estudos Literários** [on-line], Universidade de Coimbra, 10, pp. 711-728, 2020. Disponível em: O abscondito da mentira | Revista de Estudos Literários (uc.pt). Acesso em 15/01/2022;

CUNHA, V. A morte do outro. Mudança e diversidade nas atitudes perante a morte. **Revista Sociologia, problemas e práticas** [on-line], CIES/IUL, n. 31, pp. 103-128, 1999. Disponível em: 5.pdf (iscte-iul.pt). Acesso em: 06/09/2021;

DINIZ, N. S. **A banalidade do mal em Hannah Arendt**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 196p., 1995;

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;

FARIA, F. YUKARI, D. Brasil tem menos isolamento social que campeões de vacinação como Reino Unido e Israel. **Folha de São Paulo**, 25/05/2021. Disponível em: Brasil tem menos isolamento social que campeões de vacinação como Reino Unido e Israel - 25/05/2021 - Equilíbrio e Saúde - Folha (uol.com.br). Acesso em: 03/05/2022;

FERNANDES, T. LIMA, A. A covid-19 em favelas: vulnerabilidades sociais e auto-organização em Manguinhos. **Especial covid-19**: a visão dos historiadores da Casa de Oswaldo Cruz. Publicado online em 09/06/2020. Disponível em: Especial Covid-19 | A covid-19 em favelas: vulnerabilidades sociais e auto-organização em Manguinhos (fiocruz.br). Acesso em: 20/06/2020;

FILHO, J. Coronavírus: existe uma lógica genocida por trás do falso dilema entre a economia e vidas. **The Intercept_Brasil** [*on-line*], 29/03/2020. Disponível em: Coronavírus: o falso dilema da economia x vidas (theintercept.com). Acesso em: 30/04/2022;

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2021;

KELSON, R. **Hannah Arendt e o âmbito do conceito de Banalidade do Mal**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 144p., 2011;

KOKAY, E. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **DW Brasil** – Política, 29/10/2018. Disponível em: Bolsonaro em 25 frases polêmicas – DW – 29/10/2018. Acesso em: 29/04/2022;

LE BRETON, D. O Envelhecimento intolerável – O corpo desfeito. In.: ____: **Antropologia do corpo e modernidade**. 3. ed. Petrópolis-RJ, 2013;

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes & Ensaios** – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ [on-line], n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios (ufrj.br). Acesso em: 10/01/2021;

MOREIRA, F.; LOPES, J. Entrevista com a profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros: a estratégia enunciativa dos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais [online], Araraquara, n. 28, p. 17-26, jan./jun., 2020. Disponível em: Entrevista com a profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros: a estratégia enunciativa nos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade | Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais (unesp.br). Acesso em: 12/03/2022;

MUNIZ, E. S. A interiorização da covid-19 na Amazônia: reflexões sobre o passado e o presente da saúde pública. **Blog de HCS-Manguinhos**. Publicado em 08/06/2020. Disponível em: Especial Covid-19 | A covid-19 em favelas: vulnerabilidades sociais e auto-organização em Manguinhos (fiocruz.br). Acesso em: 20/06/2020;

NASCIMENTO, J. *et al.* Como o enriquecimento dos bilionários durante a pandemia afeta os mais pobres. **OXFAM Brasil** [*on-line*], 27/01/2021. Disponível em: Como o enriquecimento dos bilionários durante a pandemia afeta os mais pobres? | Oxfam Brasil. Acesso em: 29/04/2022;

ORELLANA, J. D. Y; et al. Explosão da mortalidade no epicentro amazônico da epidemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública** – comunicação breve, 36 (7), pp. 1-8, 2020. Disponível em: Artigos | CSP - Cadernos de Saúde Pública (fiocruz.br). Acesso em 20/06/2020;

PLATÃO. **Teeteto**. Fundação Calouste Gulbenkian: Serviço de Educação e Bolsas, Lisboa, 2010;

QUEIROZ, V. 2 anos de covid: relembre 30 frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Poder 360** [online]. Publicado em 16/02/2022. Disponível em: 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia (poder360.com.br). Acesso em: 24/05/2022;

REDAÇÃO, O Estado de São Paulo. ‘Maricas’, ‘histeria’, ‘não sou coveiro’: relembre frase de Bolsonaro sobre a covid-19. **Jornal O Estado de São Paulo** – Saúde. Publicado em 11/11/2020. Disponível em: ‘Maricas’, ‘histeria’, ‘não sou coveiro’: relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19 - Saúde - Estadão (estadao.com.br). Acesso em: 04/05/2022;

SEM AUTOR. Mortes e casos de conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados. Onde as mortes estão subindo, em estabilidade e em queda. **G1** [*on-line*], São Paulo, 02/05/2022. Disponível em: Mortes e casos conhecidos de coronavírus nos estados | Coronavírus | G1 (globo.com). Acesso em: 02/05/2022.

_____. Em 1.217 dias como presidente, Bolsonaro deu 5.337 declarações falsas ou distorcidas. **Aos Fatos** [*on-line*], 06/10/2022. Disponível em: Aos Fatos | Todas as declarações de Bolsonaro. Acesso em: 03/05/2022;

_____. ‘Gripezinha’: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. **Uol Notícias** – Do Uol [*on-line*]. Publicado em 24/03/2020. Disponível em: Coronavírus: leia a íntegra do pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a covid-19 (uol.com.br). Acesso em: 24/05/2022;

_____. A desaceleração na América Latina e no Caribe se aprofunda: em 2022, espera-se um crescimento regional de 1,8% em média. **CEPAL** – Comunidade de imprensa [online]. Publicado em 27/04/2022. Disponível em: Se profundiza la desaceleración de

América Latina y el Caribe: en 2022 se espera un crecimiento regional de 1,8% en promedio | Comunicado de imprensa | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (cepal.org). Acesso em: 26/05/2022;

SINGER, M. C. et al. Syndemics, sex and the city: Understanding sexually transmitted diseases in social and cultural context. **Social Science & Medicine** [online], 63, pp. 2010–2021, 2006. Disponível em: Syndemics, sex and the city: Understanding sexually transmitted diseases in social and cultural context - PMC (nih.gov). Acesso em 10/01/2021;

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias** [on-line], Porto Alegre, Ano 8, n. 16, jun./dez., pp. 20-45, 2006. Disponível em: a03n16.pdf (scielo.br). Acesso em: 15/03/2022;

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América** – Sentimentos e opiniões. Livro II. São Paulo: Martins Fontes, 2005;

VERAS, L. **Aqui se jaz, aqui se paga: a mercantilização da morte, do morrer e do luto.** Curitiba: Appris, 2015;

VENTURA, D. de F. L.; REIS, R. R. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. **Direitos humanos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil.** São Paulo,

nº 10, pp. 06-31, 2021. Disponível em: boletim-direitos-na-pandemia.pdf (poder360.com.br). Acesso em: 20/05/2022;

VENTURA, D. de F. L.; AITH, F. M. A.; REIS, R. R. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19.** São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP, 2021. Disponível em: Publicações – CEPEDISA. Acesso em: 20/5/2022;

ZANCHI, M. T. ZUGNO, P. L. Envelhecimento humano. In.: ____: **Sociologia da Saúde.** 3. ed. Caxias do Sul, RS, Educs, 2012.

**REFLEXÕES SOBRE A MORTE, LUTO E
EMOÇÃO EM CONTEXTO PANDÊMICO:
entre o olhar de Norbert Elias a Mauro
Guilherme Pinheiro Koury¹**

Alexandre Paz Almeida²

INTRODUÇÃO

Uma primeira versão deste texto foi apresentada como palestra no 2º Encontro de Socioantropologia Política do Corpo, da Saúde, da Doença e da Morte: reflexos e reflexões da pandemia, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Sociologia e Saúde (NIPRESS), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus de Parnaíba-PI.

Busquei na referida palestra, assim como neste artigo parcialmente modificado, trazer algumas reflexões sobre a morte, o luto e emoção a partir da contribuição analítica do professor e cientista social Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

Mauro Koury compreendeu o fenômeno da morte e do luto enquanto processos que refletem

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Graduação em Ciências Sociais (UFPB), Mestrado e Doutorado em Sociologia (UFPB) e Professor Adjunto da UESPI. Áreas de estudo se concentram em: Sociologia e Antropologia Urbana, Sociologia e Antropologia da Vida Cotidiana, Sociologia e Antropologia da emoção, Pensamento Social e Teoria Social. E-mail: alexpazalmeida@phb.uespi.br.

certas mudanças emocionais nas estruturas afetivas de grupos e indivíduos na contemporaneidade, sobretudo das grandes cidades brasileiras. Koury (2003, 2004, 2005) percebeu que os comportamentos dos cidadãos e cidadãs no Brasil, cada vez mais se modificaram em decorrência da emergência da individualização crescente nos centros urbanos nacionais, ocasionando uma reestruturação dos padrões de afetividades, das emoções e das subjetividades que envolvem as noções de indivíduo e sociedade, aparentemente mais afetadas por consequências da individualidade moderna e/ou da reestruturação de um processo civilizacional, semelhante àqueles pensados por Norbert Elias.

Desse modo, pretendo demonstrar, parcialmente, a influência do pensamento de Norbert Elias nas categorias que Mauro Koury vem trabalhar nos recortes teóricos e metodológicos em suas pesquisas. No meu entender, Koury conseguiu demonstrar como as categorias *vergonha*, *embaraço*, *medo*, *autocontrole*, *repugnância*, entre outros conceitos utilizados por Norbert Elias, são fundamentais para se pensar a conformação da individualidade e do indivíduo contemporâneo no Brasil.

Este indivíduo, enquanto um *ser discreto*, percebeu Koury (2003), começa a ser moldado aos costumes e normas sociais mais individualizadas, mesmo que ainda sejam em conformidade com os padrões de uma possível sociedade relacional, agora um tanto que desgastada ou em curso de modificação.

Mauro Koury nos fala que alguns valores considerados comunitários, tradicionais e relacionais, presentes em obras de pensadores brasileiros na

explicação do *ethos* nacional, já não são suficientes para compreender as consequências da individualização e das emoções mais *discretas*, experimentados por vários atores sociais no Brasil. No olhar de Koury (2003, 2004, 2005) a morte e o luto foram e agora continuarão a ser fenômenos essenciais para entender as mudanças socioafetivas, a construção das *emoções mais discretas* e a padronização de um indivíduo (*ser discreto*) mais contido, pelo menos no que diz respeito à exposição de sentimentos, contemporaneamente reelaborados na alienação de emoções como vergonha, medo, embaraço, entre outros mais tidos e mantidos em padrões comportamentais de civilidade e modernidade.

No contexto que infelizmente ainda estamos vivendo com a pandemia do Covid-19 e reforçando que esse artigo foi escrito como palestra, não pude deixar de me posicionar, mesmo que brevemente, diante desse momento trágico que continuamos vivenciando. O fenômeno da morte, tão pesquisado por Mauro Koury, ficou mais próximo a nós. Entrou nas nossas casas, arrebatando filhos e filhas, pais e mães, crianças e idosos, amigos, amigas e familiares. Uma morte também que retirou a plenitude dos rituais do luto e que Koury (2002, 2005) percebeu, parcialmente, desgastados em certas estruturas socioafetivas da nossa sociedade, fossem pela própria experiência centrípeta dos processos de individualização vivenciados nas classes médias, ou pela marginalização do *homem comum pobre* (KOURY, 2018) que continua a carecer das bases sociopolíticas da cidadania. A respeito desse último, estereotipado como indigente, infelizmente continua

a ser assassinado e enterrado senão em valas comuns, nas covas rasas cavadas em matagais ou cemitérios clandestinos das grandes cidades brasileiras.

Esses *homens comuns pobres*, nos momentos mais críticos da pandemia, também foram enterrados aos montes, sem um mínimo de consideração ao seu corpo e a suas famílias impossibilitadas de velar o seu ente querido. Não me atentarei, entretanto, aqui neste texto, aos números oficiais e diversas pesquisas desenvolvidas que demonstraram como a Covid-19 foi muito mais perversa em nossas periferias e com as populações mais carentes das grandes cidades brasileiras.

Buscarei, apenas, trazer algumas reflexões sobre a contribuição do professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury no que ele compreendeu a partir do desenvolvimento da categoria *ser discreto*, como uma análise de apreciação das transformações dos rituais da morte e do luto no Brasil urbano contemporâneo e suas mudanças simbólicas aos processos de individualização. Com este texto também pretendo homenagear o professor Koury, pois com muito pesar, sua vida foi ceifada no dia 29 de agosto de 2021, aos 71 anos de idade, em decorrência de complicações ocasionadas pela Covid-19.

I

Falar da morte, em um contexto no qual perdemos mais de 600 mil pessoas, somente no nosso país, não é uma tarefa fácil. Creio que assim como eu, muitos de nós ainda permanecem com a sensação de impotência, de medo, de incerteza, de fragilidade, entre outras emoções que nos angustiam diante de

uma pandemia que continuará a marcar, historicamente, toda a nossa geração.

Entramos para a história, infelizmente já sob uma *tragédia* enunciada em 2019 e Lembrando Marx (2011), não foi preciso esperar tanto tempo para vivermos a *farsa*, a mentira, a disseminação do ódio e a banalização da morte. Afinal, o que são mais de 620 mil vidas perdidas? Aparentemente, nada! São apenas números! Corresponde a três terços da população de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Atualmente, segundo fontes do IBGE, há uma previsão de que Teresina chegará a aproximadamente 870 mil habitantes no ano de 2022¹. Isto nos permite refletir que, em menos de três anos, morreu no Brasil aproximadamente o que Teresina levou mais de 160 anos para compor grande parte de sua população atual².

Paralelo a esta tragédia, o presidente do Brasil afirmou constantemente, em diversos veículos de comunicação, que as mortes ocasionadas pelo vírus da Covid-19 não passavam de sensacionalismo midiático, diminuindo a gravidade do problema com afirmações esdrúxulas e irresponsáveis, sem dar minimamente credibilidade às recomendações de prevenção sanitárias, solicitadas, incansavelmente, por vários especialistas em saúde pública. “*Gripezinha, resfriadinho, mimimi, frescura*”, foram palavras proferidas pelo mandatário do poder executivo brasileiro, ao se referir à pandemia como um momento de “*neurose e histeria*”, produzidas por um “*país de maricas*”³.

Não obstante, parece que o presidente brasileiro não só banalizou o poder de destruição da Covid-19 e suas consequências devastadoras nas

nossas vidas sociais, políticas, psicológicas, econômicas e culturais, mas também na naturalização da morte em detrimento de um processo de descredibilização e descontextualização do valor moral da vida, assumidos por um discurso insensível e eugenista de deixar o ser humano morrer, sobrevivendo aqueles mais aptos ou mais fortes, selecionados naturalmente a contrair apenas um *resfriadinho*.

Trata-se, desse modo, de uma banalização perversa e pervertida da disseminação intencional de um mal, reveladas na indiferença aos critérios éticos de definição sobre o que é a vida e como conservá-la, ameaçada também em ações contra a preservação dos princípios sociais fundamentais à valorização da noção de humanidade. Como nos lembra Hannah Arendt (ARENDDT, 1999), este mal se banaliza nos espaços institucionais propícios à ignorância; propícios à negação do conhecimento, da verdade e sobretudo quando pronunciamos uma fala ou até mesmo pensamos em negar a vida e a condição humana (ARENDDT, 2007).

Negação esta que se propagou nos diversos meios de comunicação digital, em que as redes sociais foram utilizadas no intuito de disseminação de ideologias com viés semelhante às políticas autoritária e reacionária do fascismo e nazismo, principalmente quando percebemos aqueles discursos que, constantemente, banalizaram a morte e a dor dos considerados “mais fracos”, “aptos para morrer”.

Como indagou o presidente do Brasil, discursando para seus milhares de seguidores e questionando as medidas de proteção sanitária, disse: “está morrendo gente? Tá! Lamento. Mas vai morrer

muito mais se a economia continuar destroçada⁴”. Infelizmente a retórica do presidente parece que, naquele momento, entoou coro com outras vozes pouco críticas e suscetíveis à manipulação ideológica que banaliza o mal, sobretudo quando se passou a julgar certas ações e comportamentos políticos que destoassem dos interesses do desenvolvimento econômico empresarial e de uma possível economia neoliberal, estariam contra os interesses de “*deus, da pátria e da família*”⁵”,

Diante dessas reflexões, parece que aprendemos bem pouco desde que Hannah Arendt percebeu que o mal se dissemina quando esquecemos o exercício e a capacidade contínua de pensar. E infelizmente, aparentemente, pensamos pouco nas vidas que se foram. A não ser por aquelas pessoas próximas, que vivenciaram a dor de perder uma criança, filhos, filhas, pais, mães, amigos, sobrinhos, tios e tias, enfim, vidas que para muitos não representam um número. A Covid-19 assassinou pessoas que amamos e que neste momento de sofrimento, temos a certeza que nunca mais voltaremos a vê-las.

Até o momento que reescrevo este texto, precisamente no dia 04/03/2022, o Brasil já contabilizou oficialmente 651 mil vidas massacradas⁶. Nesta situação, uma das coisas que mais nos assusta é a capacidade que temos de banalizar este tipo de morte, agora absorvida por parte de uma estrutura do nosso cotidiano, ainda que acreditemos que seja passageira. Como lembramos Michel de Certeau (De CERTEAU, 2014) e Alfred Schutz (SCHUTZ, 2018), nossas intenções no cotidiano são direcionadas às ações adaptadas às

rotinas, daí aos poucos a ideia propagada de “vida normal” ou o “novo normal” que começa a se adequar ao dia a dia, mesmo com as mortes diárias enumeradas nos noticiários da TV. Fazendo agora parte de um cotidiano, a televisão mostra o descarte das vidas sem rosto, sem histórias, nem amigos, nem família... É a banalização da morte e a indiferença com o sofrimento alheio que levam muitos a repetir a frase: *nesta vida que se deve seguir*, também devemos esquecer as vidas que não estão mais aqui!

II

Lembrando inclusive de uma frase de Norbert Elias (ELIAS, 2001, p. 10), quando afirma que: “A morte é um problema dos vivos. Os Mortos não têm problema”. Elias (2001), não estava sendo indiferente com a morte, mas percebeu a imposição de um duro processo civilizador aos padrões afetivos e emocionais que envolviam os rituais do morrer, a pessoa idosa e, não menos importante, ao moribundo. Ironicamente, quando Elias escreve o referido livro⁷ que contém esta frase, já passava dos 80 anos de idade, percebendo que historicamente, o tabu imposto pela civilização, levou a pessoa moribunda e o idoso – este último mesmo ainda com longevidade, caso do próprio Elias⁸ - à segregação social. A civilização, segundo Elias (1994, 2001), conseguiu controlar, higienizar, recalcar a morte, assim como permitiu que o moribundo morresse cada vez mais solitário e o idoso mais recluso. Daí compreendemos a frase de Elias: o morto é um problema dos vivos. Pois o que fazer diante de um corpo que logo viria a se decompor, putrificando o ambiente? O que fazer com um moribundo que logo estaria morto? E o que fazer

com uma pessoa idosa que, gradativamente, seria associada com a morte?

Não há uma resposta satisfatória para essas perguntas, mas Elias (1994, 2001) buscou entender que no percurso do processo civilizador, paulatinamente estruturas emocionais como o medo, acompanhado de nojo, vergonha e repugnância, estariam a compor tipos de sentimentos que moldariam padrões sociais de socialização e sociabilidade diante da morte e dos diversos rituais que aos poucos foram perdendo significados, principalmente nas chamadas sociedades ocidentais.

Não obstante, para Elias (1994), essas mudanças ocorreram devido a introjeção de determinadas normas sociais, como as regras de etiquetas e de comportamento sexual, por exemplo, que reconfigurou a estrutura da personalidade e da psique individual, conforme as estruturas do *habitus* social que se encontra em um processo contínuo de transformação histórica. Transformações estas que gerarão um olhar diferenciado sobre a morte e o morto, agora absorvidos pela disseminação do nojo a uma pessoa falecida, acompanhados da vergonha e/ou embaraço, paralelamente proveniente de situações específicas de morrer, do luto e consequentemente do sofrimento relativo à contenção das emoções.

Elias (2001) perceberá que na idade média as pessoas nutriam mais afeição em relação aos moribundos e à morte, mesmo que ainda fosse aos extremos da barbárie à afabilidade, pois era comum aos indivíduos que exaltavam enforcamentos e decapitações em praças públicas, tivessem certos cuidados com seus entes no leito de morte, garantindo

um funeral com honras e rituais de passagem para o pós-vida.

A morte e o morto faziam parte da vida, exceto nos casos frequentes de pragas e epidemias que também contribuiu com um processo de higienização da morte e o afastamento do moribundo do convívio com os saudáveis. O medo do contágio nas sucessivas epidemias de cóleras, lepras e pestes negras, entre tantas outras, facilitou o declínio da relação do vivo com o convalescente e com a morte. Gradativamente, as crianças que frequentemente conviviam com o morrer, começaram a ser poupadas deste ciclo até então tido como continuidade ou fim da existência, encarados com naturalidade.

Seria uma mudança de mentalidade e de sentimentos dos padrões de comportamentos poucos convencionais, característicos do ser medieval, aquele *cortesão* grosseiro, passional e até mesmo irracional, que daria lugar ao *civilizado* racional, controlado, ponderado e contido emocionalmente. Elias (1994, 2001) compreendeu que uma *nova sensibilidade emotiva* surge como padrão comportamental da civilização. Esse padrão, como comentei parágrafos antes, deu lugar ao nojo, à repugnância, à vergonha, ao embaraço, enfim, aos sentimentos que permitem a criação de barreiras nas relações face a face, entre o “eu” e o “outro”, tensionando uma estrutura da relação “*eu-nós*”, interdependentes funcionalmente (ELIAS, 1994^a).

Busquei até o momento descrever um pouco sobre a teoria de Norbert Elias, no intuito de expor algumas ideias desenvolvidas por Mauro Guilherme Pinheiro Koury, principalmente no que este pesquisador compreendeu enquanto uma *nova*

sensibilidade emotiva, emergente no comportamento social dos indivíduos das classes médias urbanas brasileiras, sobretudo a partir dos anos de 1970.

III

Conforme comentei na introdução deste texto, infelizmente Mauro Guilherme Pinheiro Koury faleceu no dia 29 de agosto de 2021, aos 71 anos de idade, em decorrência de complicações causadas pelo vírus da Covid-19. Mauro Koury era cientista social de formação, fez mestrado e doutorado em sociologia, mas se intitulava antropólogo, sendo assíduo membro da Associação Brasileira em Antropologia (ABA). Foi ainda um dos fundadores do departamento de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e da Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição onde trabalhou como professor e pesquisador durante toda a vida. Era também fundador e editor da primeira revista de Antropologia e Sociologia das Emoções no Brasil, periódico que publicava vários artigos, na sua maioria frutos de pesquisas que desenvolvia incansavelmente. Coordenou o Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM) e o Grupo de Pesquisa em Antropologia das Imagens (GREI). Até à última atualização do seu currículo lattes, datada de 28/06/2021, Mauro Koury havia publicado 34 livros, 221 artigos em diversas revistas, 26 capítulos de livros, orientou 24 dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e dezenas de TCCs e PIBICs. Nos seus 71 anos de vida, Koury continuava incansável e produtivo academicamente.

Dentre as linhas de pesquisa que Mauro Koury trabalhava, temas como a morte, o luto, o medo, a humilhação, entre outros, figuraram como elementos conceituais para o entendimento das relações indivíduo, sociedade e emoção (KOURY, 2003; 2004), principalmente em um campo empírico de apreciação da realidade socioafetiva das classes médias e populares do urbano brasileiro, foco principal do seu olhar antropológico e sociológico. Destarte, a antropologia e a sociologia das emoções não somente foi uma das áreas a qual Mauro Koury se dedicou como pesquisador, mas ajudou a disseminar, ainda nos anos de 1990, este novo campo teórico e metodológico no Brasil, sendo um dos pioneiros.

A interface indivíduo, sociedade e emoção começou a ganhar contornos nos meios acadêmicos das ciências sociais do Brasil, em que se reflete, principalmente, as subjetividades e intersubjetividades dos grupos e atores sociais em tempos históricos e cotidianos específicos.

No caso do fenômeno da morte, Mauro Koury pesquisou os rituais do luto, as fotografias mortuárias, a emoção da dor, da melancolia e a privatização de determinados sentimentos que levou os indivíduos urbanos brasileiros a desenvolverem uma postura mais reservada, individualizada e intimista, a partir das expressões e exposições de sentimentos e emoções que envolvem a morte, o morrer e o luto (KOURY, 2003; 2005; 2018).

Vale aqui ressaltar, mais uma vez, que Koury (2003) compreendeu a formação de uma *nova sensibilidade emotiva*, principalmente nas chamadas classes médias urbanas e populares brasileiras, que,

segundo ele, começa a se desenhar nos anos de 1960 e 1970, com a instauração dos novos setores urbanos e industriais emergentes, permitindo o desenvolvimento de uma possível mentalidade, costumes, regras e decors considerados mais modernizados e civilizados.

Se até então Roberto DaMatta (DaMATTA, 1987), Gilberto Freyre (FREYRE, 2008) e Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995), descreveram padrões comportamentais que remetiam a uma sociedade *relacional, familística e cordial*, alicerçada fortemente sob uma cultura emocional considerada tradicional e, mais do que isto, caracterizada pela proximidade afetiva, pela disseminação de sentimentos que leva ao compartilhamento mútuo de solidariedades entre os atores e grupos sociais, entretanto de modo às vezes irracional e passional², Koury (2003) vai perceber que o urbano brasileiro contemporâneo, através da ótica do luto, revelou uma sociedade mais intimista e impessoal.

São padrões comportamentais que se ressignificaram através de uma cultura emocional mais discreta e menos relacional, em que o luto serve como termômetro para medir as transformações estruturais dos sentimentos e das emoções dos cidadãos brasileiros, viabilizando uma leitura não tão mais arraigada nas teorias provenientes da concepção de sociedade tradicional e ruralista.

Por isso os conceitos como vergonha, embaraço, repulsa e até mesmo nojo, tão presentes na obra de Norbert Elias, ficarão evidentes no olhar de Mauro Koury sobre o Brasil, opondo-se justamente às estruturas de uma cultura definida na ideia de

tradição, fosse aquelas de ordem *patriarcal*, como pensou Gilberto Freyre, ou *relacional*, como enfatiza Roberto DaMatta e, não menos importante, das *coisas do coração*, como preferiu Sérgio Buarque de Holanda.

É interessante notar que, a ideia de *processo civilizador*, presente na obra de Norbert Elias, reflete sobre a contenção de determinadas estruturas emocionais, que levou ao desenvolvimento de sentimentos mais ponderados e até mesmo mais racionais, predominando a dificuldade de externalização das emoções do indivíduo diante de um social e suas redes de sociabilidade. Essa visão de Elias difere, circunstancialmente, das concepções analíticas de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre sobre o *processo colonizador brasileiro*, ambos confluentes na teoria de uma sociedade formada nas tradições do ruralismo, patriarcalismo e de relações familiares hierárquicas, descendentes da herança *iberoportuguesa*, ou seja, daquela região europeia considerada mais *plástica, aventureira, promíscua* e, como enfatizou Holanda (1995) e Freyre (2008), *mestiça*.

Desse modo, Portugal seria menos propensa a estabelecer um processo racional civilizador, no qual permitiu a repressão e contenção das emoções que, respectivamente, foi fundamental para o desenvolvimento da maturação do ser civilizado, isto é, aquela pessoa que se tornou mais requintada, de trato formais e impessoais, conforme defendeu Norbert Elias quando analisou a mudança de mentalidade emocional na cortesia francesa, inglesa e alemã no final da idade média? E pensando no caso do Brasil, Freyre (2008) e Holanda (1995),

compreenderam que as estruturas sociais ibéricas legaram ao brasileiro um tipo e estereótipo de personalidade mais *plástica*, isto quer dizer, menos europeia e muito mais autêntica por ser indefinida socialmente? Povo *híbrido e plástico*, como enfatizou Freyre (2008), que busca o equilíbrio entre os antagonismos dos credos, crenças e costumes por vezes pouco convencionais ao olhar europeu e ainda propensos a degeneração¹⁰.

Já Koury (2014), entendeu que por mais relevante fossem as teorias dos pensadores clássicos brasileiros, até mesmo em autores que analisou os aspectos subjetivos entre emoção e sociedade na formação do *ethos da persona brasileira*, caso de Holanda, DaMatta e Freyre, entre outros, como comentei parágrafos antes, não seriam mais suficientes para compreender as mudanças sociais ocorridas no Brasil contemporâneo, principalmente no que diz respeito a uma ideia de *cultura emocional individualista*, mais *reservada*, *intimista* e menos propícia a exposição de sentimentos.

Exposição esta que Koury (2003) interpretou, sob a ótica do luto, certo declínio dos rituais fúnebres antes necessários para o compartilhamento do sofrimento e do luto causado pela morte, e conseqüentemente um distanciamento social do indivíduo ou falta de empatia com a pessoa enlutada. Desse modo, a exposição pública de atos e ações de solidariedade para com a dor, se tornou algo menos frequente nas relações que condicionavam o luto e os rituais da morte no Brasil. Os funerais mais restritos apenas a poucos membros familiares, como mostra Koury (2003), em pesquisas feitas em várias cidades brasileiras, parece ter retirado o morto da

cena pública e com ele solapa a exibição das emoções da dor e do sofrimento.

Sentimentos mais discretos, como a vergonha, realçadas de autocontrole, de indiferença, de não mais saber lidar com a perda e externar essa dor, assim da preservação da imagem do morto, antes também exposto em fotografias nos álbuns de famílias ou em velórios mais públicos e comunitários, por exemplo, levou os atores urbanos brasileiros ao desenvolvimento de uma espécie autossuficiente de um *Eu*, que nas palavras de Koury (2003), representa condições moralizadas de um *ser discreto* e reprimido emocionalmente.

A morte e o morrer, como um recorte específico das pesquisas desenvolvidas por Mauro Koury, serviu como um campo fértil de reflexões metodológicas para a análise desta relação entre *indivíduo, sociedade e emoção* no Brasil contemporâneo e histórico. Assim, segundo Koury (2003), encaramos na contemporaneidade uma *economia de sentimentos e emoções* que deram lugar às relações pautadas na indiferença, na individualidade e no individualismo contemporâneo. Portanto, as experiências da morte e do luto são vivenciadas cada vez mais na solidão, na indiferença e na personificação deste *ser discreto* que sente a dor da perda com reserva, com emoções contidas e medo de expressá-las.

Mauro Koury, no meu entender, foi bastante assertivo quando compreendeu que, na contemporaneidade, existe um processo intersubjetivo o qual levou os atores sociais de grandes cidades brasileiras a uma economia de sentimentos e emoções, de modo a reproduzir,

paralelamente, ambivalência nas interações afetivas consideradas menos convencionais, principalmente no que diz respeito a exposição social do sofrimento. Pois, quem não se sentiu solitário e/ou incompreendido na experiência sofrida da perda de um ente querido? Faltando-lhe o apoio, uma palavra amiga, um gesto de carinho e afeição solidária com a dor da perda, esse *ser discreto*, que nos fala Mauro Koury, encara o sentimento de vergonha, culpabilidade e embaraço decorrente da incompreensão do seu ser. Ainda nas margens desse sentimento de embaraço pode existir aquela pessoa que diz: quem é você para saber o que estou sentido, deixe-me só, essa dor é minha e de mais ninguém. Como disse Koury, (2005, p. 106) “*Fechada em sua dor a pessoa enlutada vive momentos de ambiguidades de aceitar a ajuda dos de fora e ao mesmo tempo de sentir constrangimento de sua própria dor continuada*”.

É dessa maneira que Mauro Koury percebe um declínio das *subjetividades emocionais afetivas* nos espaços públicos, particularmente quando o indivíduo internalizou uma estrutura ambígua entre como se deve comportar e o que esperar do outro em uma relação cada vez mais atravessada pelo *estranhamento*, o *constrangimento*, o *embaraço* e a *individualidade sentimental e emocional*. Leva, desse modo, o ator social a um tipo do *embotamento afetivo*, não enquanto condições de um transtorno de personalidade individual, mas como consequência da fragmentação parcial de instituições, como a família, a religião e diversas associações comunitárias, por exemplo, que mantinham ou assumiam certa responsabilidade de apoio solidário para com o outro,

em momentos de dificuldade e de sofrimento ocasionado pela morte. Nas palavras de Koury (2005), quando percebeu os processos da individualização do luto em relato de uma moradora de uma comunidade de pescadores nos diz:

Mesmo vivendo em uma sociedade de padrões profundamente marcados por traços relacionais, uma comunidade de pescadores, onde todos se conhece a todos, e ainda existe uma solidariedade quase mecânica nos padrões durkheimianos, o ritual da dor parece passar por um processo de mudança significativa caminhando para um padrão individualizante, onde o trabalho de luto é um atributo interior da pessoa enlutada, sem ou quase sem interferência da comunidade. (KOURY, 2005, p. 106)

Não obstante, Mauro Koury analisou em suas pesquisas, vale aqui mais uma vez reforçar como a contenção de determinadas emoções, levou os atores sociais no Brasil a consequentes perdas de referências afetivas nos meios de socialização. Daí todo um olhar de Koury sobre as teorias do processo civilizador elisiano, pois ele buscou a compreensão das mudanças dos padrões da estrutura da personalidade individual, em consonância com as intercorrências das ações sociais em curso, ou, como

preferiu Elias (1994^a), no modelo da representação figuracional, isto é, na interdependência da estrutura do eu com a dinâmica funcional da sociedade em processo de longa duração histórica.

De modo a demonstrar as transformações das emoções no cotidiano das classes médias e populares brasileiras, bem como das relações socioafetivas, e correndo aqui o risco de ser tautológico, Mauro Koury viu no fenômeno da morte uma estrutura importante para repensar não só as relações mais fragmentadas no contexto urbano brasileiro, *mas como os reflexos dos padrões da civilização* – às vezes até mesmo descritos na historiografia de modo conceitualmente hermético¹¹ – pode mudar a percepção da personalidade individual a uma ideia de sociedade que, teoricamente, não se explica mais apenas pela noção de tradição ou ainda a se modernizar, como se referem alguns interpretes clássicos e atuais do pensamento social nacional.

Neste sentido, o luto encarado como um processo de *auto-restrição* das emoções, parece revelar uma mudança no contexto das representações sociais a respeito da noção de civilização, sobretudo quando percebemos comportamentos mais reservados que dificultam o compartilhamento dos sentimentos afetivos em que há, principalmente, rituais fúnebres de influência religiosa *cristã-ocidental* (KOURY, 2005). Podemos talvez falar, neste caso, de como as estruturas que compuseram restrições individuais são interdependentes com a própria dinâmica funcional das emoções que promoveram a indiferença, o autocontrole, a vergonha e o embaraço de se expor e não ser

compreendido. Um simples ato de chorar, por exemplo, em circunstâncias que envolvem a morte, pode ser visto com estranhamento e de difícil compreensão da dor alheia, ao mesmo tempo que expõe, provavelmente, as consequências de um processo de desnaturalização do sofrimento diante do morrer, colocando em xeque algumas regras sentimentais mantenedoras de apoio e respeito ao próximo.

Regras sentimentais estas que Koury (2003) percebeu através de mudanças significativas nas ações de solidariedade para com a morte de entes queridos, em que famílias das classes médias e populares brasileiras se tornaram mais indiferentes para com o sofrimento dos seus semelhantes e com a pessoa falecida. Assim, se antes esperava-se da família determinado apoio, onde prevalecia uma noção de condições amorosas naturalizadas e estados emocionais mais condizentes com demonstrações de afetos, como declarações de carinho, abraços e compaixões recíprocas, parece que essas ações e gestos emocionais se tornaram menos frequentes nas situações que envolvem a morte, o luto e o morrer na sociedade brasileira das últimas décadas.

Esse “declínio” das emoções mais afetivas contribuiu para a formação contemporânea do que Mauro Koury compreendeu, vale aqui mais uma vez descrever, de um *ser discreto* que é fruto de um processo civilizacional sintomático à contenção e o autocontrole das emoções e das intersubjetividades socioafetivas, seja nos espaços íntimos que tornou a pessoa enlutada mais *auto-restritiva*, ou nos locais públicos onde se prevalece a *indiferença e o estranhamento* para com o sofrimento alheio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de uma fragmentação ou declínio das emoções e dos sentimentos nos espaços públicos, é lembrar também de autores e autoras que Mauro Koury frequentemente recorreu para o desenvolvimento epistemológico de suas pesquisas. Neste sentido, Richard Sennett (SENNETT, 1988) já havia mencionado o nascimento de uma sociedade intimista, com relações sociais narcísicas que declinaria o homem político público. Simmel (2005), discutiu sobre uma economia monetária que esgarçou o indivíduo moderno, a vida tediosa e indiferente nas cidades grandes, surge o sujeito *blasé*, a cultura subjetiva e os conflitos intersubjetivos. Sob forte influência de Simmel, Goffman (1985) também se debruça nas interações faces a face, repleta de representações e papéis sociais que tensiona o *eu* a se adequar moralmente às formas de se comportar em situações impostas pela vida cotidiana. Imposições estas, bem antes analisadas por Marcel Mauss (MAUSS, 2001), quando compreendeu que os rituais fúnebres das tribos australianas são condicionados por tensões entre a espontaneidade e a obrigatoriedade da exposição ou não de sentimentos. Estes, entre tantos outros autores, autoras, pensadores e escolas sociológicas e antropológicas foram trabalhados exaustivamente por Mauro Koury, a exemplo do interacionismo simbólico ao funcionalismo parssoniano e durkeimiano, sem falar na dialética marxista que tanto pareceu o influenciar na juventude quando estudou os sindicatos rurais da zona da mata de Pernambuco.

No entanto, para tentar aqui findar este texto, longe de ter uma conclusão satisfatória, recorro aqui ao pensamento de outra pensadora que Koury corriqueiramente citava nos seus textos e acredito também o ajudou nas suas últimas reflexões sobre o contexto atual da pandemia. Trata-se novamente de Hannan Arendt, que compreendeu que a manutenção da humanidade acontece paralelamente com a preservação dos espaços públicos e privados. A política, para Arendt (2007), surge também como uma ação intersubjetiva de pensar a pluralidade, o diferente, o conflito e a busca do consenso, pois necessariamente não precisamos de ser iguais e inevitavelmente convivemos com o dessemelhante, o que nos dá maior responsabilidade para com o outro e com as nossas ações.

Mauro Koury entendeu que a pandemia no Brasil fragilizou ainda mais nossa percepção da manutenção dos espaços públicos e privados, não só pela incerteza de termos a vida ameaçada pelo vírus, mas pela deterioração dos nossos sentimentos mais condescendentes, reforçados pela indiferença social e institucionais para com a morte, com o luto, com o sofrimento de milhares de pessoas que perderam alguém. Um cenário catastrófico, que instaurou um dos fenômenos sociais mais estudados por este cientista social que nos deixou. Trata-se do *sofrimento social*, agora reforçado pelo medo, pela angústia e perda da confiança em algumas instituições políticas que consideravelmente diminuíram a gravidade da pandemia, como fez e continua a fazer o governo federal na sua atual gestão administrativa.

Num simples exercício de pensamento, Mauro Koury se alinhou a outros antropólogos e citando diretamente Sérgio Adorno destaca que: “a pandemia ressalta, de maneira dramática, toda a escandalosa desigualdade do país” (ADORNO, *Apud* Koury 2020, p.33). Sabendo que as classes populares entre outros grupos sociais estariam mais vulneráveis à exposição do coronavírus, Koury (2020) foi otimista quando descreveu que mesmo com o caos instaurado:

Ações solidárias começaram a surgir na intenção de socorrer populações vulneráveis, como pobres, indígenas, quilombolas, religiões afro-brasileiras, de gênero e sexualidades, etc. discriminadas e em constante ameaça de grileiros, de mineradoras, do agronegócio, do capital financeiro, e de falsos moralistas com o aval e incentivo do governo federal, de um lado; e ações solidárias de tentar minorar a situações da população em estado agravante de pobreza, com campanhas de agasalho e alimentação, entre outras.

Para Koury (2020), esses gestos de solidariedade foram uma resposta de grande parcela da população que resiste à necropolítica e à banalização da indiferença para com o sofrimento, tão disseminado pela nefasta condução de um

governo que se abastece de uma *virtuosa ignorância*, pois, como percebeu Hanna Arendt, em tempos sombrios da política, se procura destruir a razão e o livre exercício de pensamento, tornando muito mais perigosa a aceitação do discurso do extermínio da outra pessoa, como ação e prática necessárias à condução da promessa de um bem maior a ser conquistado.

Termino agora esse texto com um sentimento de admiração pelo Professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury, como seu ex-aluno, ex-orientando e ex-colega de grupo de pesquisa, guardo seus ensinamentos com o compromisso daquilo que hoje muito nos falta ou querem retirar de nós, docentes, discentes, pesquisadores, cientistas, intelectuais e muitos outros e outras que ainda acreditam em uma verdade que busca combater a mentira, o ódio e a propagação ou banalização do mal, principalmente nesta era sombria da negação do bem. Acredito que Mauro Koury deixa um legado em que as ciências sociais no Brasil só têm a se orgulhar.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

COSTA, Lúcia Maria de Sá Antunes e BUENO, José Luiz de Carvalho. Teresina, Cidade Verde: Para além da imagem poética, uma necessidade. In, **Equador**. (UFPI/PPGEO). Teresina: Vol. 05, N° 03, 2016, pp.458-478. Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador**. (2.vol.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994^a.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Introdução a sociologia da emoção**. João Pessoa: Manufatura, GREM, 2004.

_____. **Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Amor e Dor: ensaios em antropologia simbólica.** Recife: Bagaço, 2005.

_____. **Sobre perdas, dor, morte e morrer na cidade de João Pessoa-PB:** um estudo em antropologia das emoções. Recife/João Pessoa: Bagaço/Edições do GREM, 2018.

_____. Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil. In, **Revista Sociedade e Estado**, Vol., 29, N° 03, Brasília/UNB: 2014. Acesso em 16/03/2022. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5925/5369>

_____. **Tempos de Pandemia: Reflexões sobre o caso Brasil.** João Pessoa: (GREM-GREI); Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

_____. Os homens comuns pobres na expansão do núcleo urbano de João Pessoa, PB: A periferização da cidade. In Sociabilidades **Urbanas - Revista de Antropologia e Sociologia**, GREM-GREI, v. 2, n. 5, 2018.

MAUSS, Marcel. “A expressão obrigatória dos sentimentos” In, **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

NETO, Odilon Caldeira. **Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antisemitismo.** Maringá: EDUEM, 2014.

MARX, Karl. **Os 18 brumários de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social: Uma introdução à sociologia compreensiva.** Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In **Mana: estudos de antropologia social**, vol.11 no.2 Rio de Janeiro/UFRJ: 2005, pp. 577-591. Tradução de Leopoldo Waizbord. Acesso em 17/03/2022.

NOTAS:

1<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama> Acesso em 28/02/2022

2 Oficialmente, Teresina foi promulgada a cidade e capital do Piauí em 16 de agosto de 1852, pelo então presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva (COSTA E BUENO, 2016).

3 Sobre o que Bolsonaro já falou da pandemia, ver matéria exibida na página da Folha/Uol: www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml. Acesso em 01/03/2022.

4 Fala do presidente do Brasil, proferida no dia 14/05/2020, para criticar as medidas de isolamento social, que naquele momento estavam sendo adotadas por vários Estados da federação. Ver matéria exibida na página do Globo: <https://oglobo.globo.com/politica/esta-morrendo-gente-talamento-mas-vai-morrer-muito-mais-se-economia-continuar-sendo-destrocada-diz-bolsonaro-1-24426281> Acesso em **02/03/2022**.

5 Outro lema de aspecto fascista, que serviu como a máxima eleitoreira da campanha do atual presidente do Brasil. No entanto, a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político nacionalista de 1930, inspirado no fascismo italiano, tendo como o seu principal mentor intelectual Plínio Salgado, afirmou que “Deus dirige o destino dos povos” e o integralista seria um soldado de Deus que mudaria o destino da pátria (NETO, 2014).

6 Informação colhida no site: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em **04/03/2022**.

7 Ver: ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer. Jorge Zahar: 2001.

8 Norbert Elias morre aos 93 anos no ano de 1990.

9 A noção de cordialidade, que nos fala Sérgio Buarque de Holanda, privilegia os “sentimentos do coração”, onde se compreende uma estrutura emotiva e passional menos favorável aos imperativos da razão, principalmente quando se considerada à dinâmica da impessoalidade burocrática de algumas instituições políticas e públicas.

10 Como mostra DaMatta (1987), os teóricos racistas europeus como Gobineau e que influenciou as teorias racistas brasileiras, viu no Brasil um povo degenerado devido a sua miscigenação.

11 No meu entender, o próprio Norbert Elias, descreve o conceito de civilização enquanto um processo espontâneo na

longa duração histórica apenas ocorridos em algumas regiões do continente europeu. O seu processo civilizador é claro quando define o autocontrole individual imposto pelas restrições da sociedade emergente burguesa entre o século XVIII e XIX, que vai assumir totalmente a legitimidade da violência a partir da formação racional dos Estados Nacionais, fundamental no exercício do controle das emoções individuais. Portugal, por exemplo, descrito sob o modelo elesiano de civilização, parece não se encaixar plenamente aos padrões de auto-restrição e autocontrole das emoções.

DIÁLOGOS DA MORTE¹

Jaqueline Pereira de Sousa²

A proposta deste artigo é apresentar questões atravessadoras sobre a forma de lidar com a morte e, para isso, intitulo este texto a partir de um protagonismo *da* morte, atravessados pela Antropologia e a pesquisa etnográfica sobre rituais fúnebres.

Os diálogos da morte podem ser apreendidos pelas dinâmicas das relações sociais e nesse artigo é trabalhado em consonância às definições de rituais inicialmente em van Gennep (1977), em que ritos de passagem celebram mudanças de status (nascimentos, mortes, casamentos, batizados, etc.) e expandido em Victor Turner, através do olhar para os rituais como momentos de antiestrutura: rituais que reformulam a estrutura, criando as categorias de liminaridade e *communitas* – liminaridade como um momento em que se está suspenso, intermediando as situações de posição social durante o ritual; esses sujeitos suspensos estão numa mesma categoria: a *communitas*. Turner (1974) a descreve como um momento em que não existe hierarquia entre os

¹Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

²Doutora em Antropologia. Professora adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI. Lotada no Colegiado de Antropologia. E-mail: jaqueline.sousa@univasf.edu.br. Telefone: (86)999330327.

sujeitos e que todos possuem as mesmas funções naquele ritual.

Outro aporte teórico para a compreensão do significado de ritual é o de Mary Douglas (1976), que segue a linha de van Gennep e Turner, mas que acrescenta a noção de ordem e desordem, enfatizando que tudo deve estar em seus devidos lugares, evitando o contato com o impuro, através das desobediências simbólicas: “O ritual separa a vida da morte” (DOUGLAS, 1976, p.127).

A passagem para a morte é ritualizada, retirando-a exclusivamente do natural e biológico, e a colocando na dimensão do cultural e, por consequência, no sagrado. Segundo Tambiah (1985), tornar algo sacralizado, intocado, é compartilhar características constitutivas de rituais dedicados aos antepassados, desde que direcionados ao “tradicionalizante” e ao “inquestionável”.

O ritual permite, assim, concentrar a atenção, na medida em que fornece um quadro, estimula a memória e liga o presente a um passado pertinente. Facilita, deste modo, a percepção. Ou antes, transforma-a porque modifica os princípios de seleção. Não basta, pois, dizer que os ritos nos ajudam a viver com mais intensidade uma experiência que teríamos vivido de qualquer maneira. O ritual não é comparável às ilustrações que acompanham as instruções

escritas de como abrir latas de conserva. [...] O rito não só exterioriza a experiência, não só a ilumina, como a modifica pela própria maneira como a exprime (DOUGLAS, 1976: p.81).

O ritual fúnebre cumpre com essas exigências. É tradicionalizante porque continua a ser seguido, acompanhado e executado a cada nova “morte vivida”. É inquestionável porque a morte faz parte da vida. Está entranhada, mesmo quando é estranhada. A morte não é ausência, mas mudança. Os mortos continuam a ocupar lugar nas vidas de seus entes queridos.

Para DaMatta (1997), no Brasil existem dois discursos distintos para se tratar de morte e mortos. Nas sociedades individualistas, fala-se em morte enquanto categoria de pensamento que compõe estruturas no cinema, na literatura, na poesia, na ciência etc. Mas, falar de mortos é subjetivar o assunto, dando a entender a fragilidade da personificação dos sujeitos. Nas sociedades ditas relacionais (tradicionalistas, no caso, a sociedade brasileira), fala-se dos mortos para fugir da morte. E essa presença de mortos é tão marcada e reconhecida, que mortos ocupam lugares nas casas e vidas de seus familiares, ocupando uma posição tão importante que é a da memória. Por isso, escolhi essa mesma divisão de DaMatta para apresentar os diálogos da morte.

A morte é “teoria” e mortos, ligados à etnografia (lembrando que etnografia não é só a ida ao campo e a descrição enxuta do que se observou, mas sim caminhar ao lado dos interlocutores, em

sintonia aos conceitos e definições encontrados nos que falavam da morte, enquanto categoria analítica). É na utilização de um pertencimento social embasado na construção da diferença (o famoso “nós/outros”) que conduz o enredo das narrativas, amparados nas performances narrativas. Essas performances narrativas, definidas em Richard Bauman (1986) como momento em que as narrativas são revividas e ganham um novo sentido, mediante essa experiência de racionalizar o que se experimentou durante a perda de um ente querido.

As teorias clássicas abordam menos a presença da morte do que a sua ausência na contemporaneidade: antes, a morte deixava as portas e janelas do quarto do moribundo para que vizinhos, amigos e familiares pudessem acompanhá-la. Uma morte amansada pela sociedade, que podia passar a mão na sua cabeça, não para fazer um afago, mas para acostumar-se com a sua presença, tocando-a. Como explicita Ariès (1988):

É por isso que quando chamamos a esta morte familiar a morte domada, não entendemos por isso que antigamente era selvagem e que foi em seguida domesticada. Queremos dizer, pelo contrário, que hoje se tornou selvagem quando outrora o não era. A morte mais antiga era domada. (p. 40)

A morte, celebrada no ritual, além de possuir características de evento socializante, se torna

responsável pela manutenção dos aspectos inerentes à socialização como renovação de votos, seja com familiares que há muito tempo não se veem, ou amigos que moram distante. Fazer parte de um rito fúnebre, quando se está pesquisando a morte e o morrer, é estar numa metalinguagem; uma leitura de si mesmo. Nunca se volta para o mesmo lugar, após a viagem até a morte, “o ritual exorciza o perigo, no sentido em que separa o indivíduo do seu antigo estatuto, isola-o durante algum tempo e insere-o de seguida, politicamente, na sua nova condição” (DOULGAS, 1976, p. 117).

Aos que desejem experienciar uma pesquisa etnográfica sobre a morte e seus rituais, é necessário antes de tudo “exorcizar seu exotismo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115), sem perder de vista a inquietação sobre o ir e vir desse estranhar: estranhamento essencial para se iniciar uma pesquisa etnográfica, corroborado nas palavras de Simmel (2006), “o que nossa consciência absorve, o que desperta nosso interesse, o que deve estimular nosso dinamismo precisa de alguma maneira se desprender do óbvio, do cotidiano que habita em nós e fora de nós” (p.45).

Esses predicados são fundamentais na construção de um trabalho etnográfico. O elemento-surpresa, o ocasional e o inesperado são marcas da pesquisa de campo. Cada um à sua maneira, é preciso usá-los a favor da pesquisa e, quando não se pode contrariar os acontecimentos, é melhor incorporá-los no melhor estilo “se não se pode contra eles, junte-se”, sem nunca os ocultar, ou deixá-los passar despercebidos.

Em face desses pressupostos a considerar as particularidades do objeto de estudo em questão – a morte – percebe-se que os ritos fúnebres povoam o imaginário popular como responsável pelo sofrimento da perda. Porém, é preciso buscar não a desmistificação da morte enquanto meio de consternação, mas diferentes olhares *antropologizantes*, numa admissão ao paradigma qualitativo de investigação, que

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crença, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MYNAYO, 1994, p.22)

Uma pesquisa social possui o objetivo de buscar a profundidade das relações entre sujeitos, tal qual a pesquisa sobre os ritos fúnebres que carrega como obstáculo as intervenções na intimidade dos sujeitos. Para admitir que a morte seja inerente às nossas vidas, é preciso, primeiramente, falar na dita cuja. Falar em morte é um tabu (ELIAS, 2001) e que traz consequências de agouro, como se tocar no seu nome atraísse a própria. Aliás, muitos são os sinais da chegada da morte, sem que precisemos chamá-la, pois, dizer seu nome por si só é convidá-la a uma indesejável visita:

no dia da morte, dizem os caboclos que há sinais premonitórios. Assim, o anu preto, mas sobretudo o anu branco poisar em árvore perto da casa do doente e cantar, é sinal seguro de morte. A suindara, à noite, cortando ‘mortaia’ sobre a casa do doente grave, sinal de morte. Cachorro uivar, é sinal também. (ALMEIDA PRADO, 1947, p. 13)

Mas, se tantos são os avisos e maior ainda os temores para que se pronuncie o nome da morte, por que essa presença tão forte dos mortos nas vidas das pessoas? Se morte e morto são tão parecidos, fazem eles partem de uma mesma fórmula? “Por tudo isso, podemos entender por que no Brasil a morte mata, mas os mortos não morrem” (DAMATTA, 1997, p.158). Mas, em qualquer conversa, usar morte e morto numa mesma frase é dessacralizar ambas: a morte, por ser intocável, interdita. O morto, por precisar de uma preparação, ritual, para que seu nome seja lançado: “finado Leônidas, que Deus o tenha e que o livre de todos os pecados aqui da terra, dando-lhe um bom lugar”, ou o singelo “Finado Leônidas, que continue lá que eu não o chamo a cá!”.

Mesmo o assunto se dirigindo apenas aos mortos e o que fizeram, e o que ainda fazem³, é

³ Muitos mortos são evocados para auxílio em doenças ou mesmo para achar coisas perdidas, função dividida com São

inegável lembrar-se da morte (a dos outros⁴, claro), entendida como válvula de escape. Uma maneira de fugir: “... falar dos mortos já é uma forma sutil e disfarçada de negar a morte, fazendo prolongar a memória do morto e dando àquela que foi viça uma forma de realidade” (DAMATTA, 1997, p.140-1).

Rodrigues (1983) brinca com os encargos de interesses da Antropologia, considerando que se trata de uma ciência que estuda coisas mortas ou que estão moribundas, como a cultura popular, as sociedades tradicionais camponesas, as relações comunitárias e, consideravelmente, a própria morte, que neste artigo será conduzida aos fundamentos da ideia de que:

É bastante provável que uma sociologia da ciência demonstre a existência de um vínculo estreito ligando estas mortes e o próprio procedimento antropológico de transformação dos ‘outros’ em objetos, e, entre esses, em objetos de conhecimento. (...). As noções mais importantes da vida escapam inteiramente à ciência: beleza, felicidade, prazer, dor... A propósito delas, as teorias científicas nada podem falar –o que nos autoriza a pergunta: é

Longuinho, que tem como recompensa os pulinhos prometidos.
Às almas, uma vela acesa.

⁴ “A angústia da perspectiva da morte existe, mas está mascarada, na verdade, pela ideia alienada que os homens têm da sua imortalidade: são os outros que morrem” (LOUREIRO, 2000, p.77).

possível falar cientificamente sobre a morte? (RODRIGUES, 1983, p. 11).

Aqui o autor é imediatamente acatado pela sua proposta de que para trabalhar com a morte dentro dos padrões científicos, é preciso colocá-la como objeto, logo, mantê-la distante num intuito de apreendê-la enquanto elemento de pesquisa; mas, a morte em si não pode ser colocada dentro de um frasco de laboratório para observar sobre todas suas nuances e reverberações, até que se tenha um improvável domínio sobre seus atos. A morte é imprevisível e quase que intocável. Quando menos se espera (na maioria das vezes nunca a esperamos) ela chega e se apossa de tudo e de todos e, que dentro dos parâmetros de uma pesquisa acadêmica, “talvez fosse preciso (re)configurar uma linguagem antropológica que possa experimentar aproximar-se do que é insondável ou inapreensível no ‘real’, reconhecendo essa intangibilidade, mas ao mesmo tempo tentando, de algum modo, tocá-la” (MARTINS, 2008, p.10).

Partindo da intenção de dialogar com a morte e, porventura, com os rituais funerários, será preciso ter como fundamentos, aspectos ligados a um sistema de símbolos (GEERTZ, 2002) no qual olhamos a morte, mesmo que de canto de olho, já que não a encaramos diretamente⁵.

Quando o diálogo da morte se configura nos ritos funerários, é possível visualizar espaços

⁵ *Le soleil ni la mort ne se peuvent regarder fixement* (La Rochefoucauld). [Nem o sol nem a morte se pode olhar fixamente].

antropológicos por excelência. É como se estivesse diante das particularidades de uma cultura sob a ótica de uma lupa, meio pelo qual são desvendadas as evidências simbólicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), permitindo que se enxergue o sentido de um ritual para o grupo que o realiza, e quando esses ritos são refletidos.

O ritual fúnebre tanto reflete como absorve as diferenças, contextualmente falando. São pertencimentos sociais que comungam juntos, ao mesmo tempo em que se desafiam e se estranham; que se posicionam diante do diferente, buscando encontrar a si mesmo.

Este texto tem como meta proposital trazer à tona o pensar da relação com o “outro” no trabalho etnográfico, pautada nos discursos dialógicos da morte que estão imersos em uma pesquisa que enfrenta o “estar lá/estar aqui”⁶, *geertzianamente* falando.

A etnografia é a chave para o “acontecer” antropológico. Não que todo antropólogo precise fazer etnografia para realizar-se na profissão, mas as possibilidades de uma “sacudida” hermenêutica se tornam menores.

Durante uma pesquisa etnográfica sobre rituais fúnebres, existem particularidades que numa tentativa da conciliação das autoridades etnográficas – experiencial, interpretativa, dialógica e polifônica

⁶ A expressão “*being here/being there*” de Geertz (2002) se refere às aflições nos interstícios do ir ao campo fazer etnografia e o escrever a etnografia, quando se tem a missão de passar para o papel o universo de sentimentos que fora captado durante a pesquisa.

(CLIFFORD, 2002) – que coloca a observação-participante como um vaivém entre interior e exterior dos acontecimentos: captar sentidos e situar esses significados em contextos mais amplos – se muito da escrita etnográfica é produzida no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar.

Clifford (2002) é um pré-requisito para a interpretação de tradição oral e ritual: por tais oralidades não estarem escritos, vêm a ser marcadas como um corpus, um conjunto potencialmente significativo, separado de uma situação discursiva ou “performativa” imediata. Clifford é irônico ao descrever o “autor generalizado”, que deve ser inventado para dar conta do mundo ou do contexto dentro do qual os textos são ficcionalmente realocados. Exemplo: os “balineses” funcionam como os “autores” da briga de galos, textualizadas por Geertz. É preciso tomar cuidado!

Por fim, o autor diz que os informantes e os cadernos de campo são excluídos da etnografia, e que devemos dar voz (autoridade polifônica) aos participantes da etnografia, remetendo à ruptura da autoridade monológica que se dirige a um único tipo geral de leitor – a polifonia é uma abertura às leituras (escritas) não intencionais. Ao dar voz, também falamos enquanto pesquisadores. Há grandes possibilidades de se ouvir os cochichos dos antropólogos.

De acordo com Geertz (1989), cultura se define como uma teia de significados que o homem (um animal social) definiu e está amarrado aos seus significados: uma ciência interpretativa, à procura do significado e que o antropólogo, ao descrever uma cultura o autor menciona que estamos *etnografando*:

praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário etc.

Realizar uma etnografia da morte, quer dizer, tornar compreensível o sentido que as pessoas dão a ela e à incorporação do morto em seus cotidianos, logo, captar como significado de uma marca identitária, é observar, mesmo que nas entrelinhas a presença da morte nas narrativas dos sujeitos pesquisados e nas expressões de suas performances. Diante de um tema tabu, esta pesquisa busca o lugar da morte na própria vida dos sujeitos:

pois a morte não destrói o morto, ainda que visivelmente extinga sua vida entre os vivos. Ela apenas o desloca, isto é, transporta-o para um outro mundo ou para uma sucessão de outras vidas em outros corpos de outros planos de espírito e da matéria. [...] Não havendo destruição com a morte, mas separação entre planos de vidas e vivos, todo o problema do rito dos mortos é lidar com os mistérios dessa disjunção que, no entanto, realiza em cada um o mais absoluto encontro com sua própria unidade. (BRANDÃO, 1989, p.189-0)

Alguns clássicos das Ciências Sociais oferecem formas – e, por que não, fórmulas – de acessar os códigos culturais produzidos pelas

sociedades que estamos buscando respostas sobre nossas inquietações ou mesmo àquelas que nos são demonstradas. Em Evans-Pritchard (1978), encontramos quase “10 maneiras de se fazer etnografia”. O autor cria fórmulas-ações do procedimento metodológico de extrema importância justamente por unir acontecimentos, sentidos e sentimentos em uma pesquisa, priorizando uma preparação para ir ao campo, como se fosse um modo-de-fazer da antropologia “para que se saiba como e o que observar, e o que é teoricamente significativo. É essencial percebermos que os fatos, em si, não têm significado” (p. 299).

Em Van Velsen (1987), existem maneiras para ter como base um fazer metodológico, visto que o estudo de caso ou análise-situacional⁷ se concentrava na ênfase aos atores em momentos diversos, nas variadas situações existentes, para assim interpretar os conflitos existentes e se chegar ao sistema social, numa apreciação de sistemas interrelacionados, em que “as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente. (...) É exatamente este fato que permite a sua manipulação por parte dos membros da sociedade...” (p. 369).

Diante dos segmentos elucidados, priorizo, então, a vasta cadeia de técnicas disponibilizadas como aporte para o método de pesquisa etnográfica em consonância com algumas dessas técnicas

⁷ Ou os *extended-case* de Max Gluckman (cf. Gluckman, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna In Bianco, B. F. (org.) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global Universitária, 1989, p. 227-344.

clássicas, como a observação-participante. No segmento estrutural de Turner (2008) que, na disposição da morte atravessada pela dinamicidade das relações sociais e das percepções aos rituais funerários pelos seus aspectos de variações e constâncias, dentro de uma estrutura que permitia uma elaboração das antiestruturas.

Na percepção da interação entre as pessoas durante os rituais fúnebres, nota-se uma forma específica desse processo social; uma forma estritamente dramática e metafórica enquanto produto cultural; uma forma estética humana. E essa forma cultural serve de modelo para um conceito social de abordagem para ciências humanas, como um todo.

Turner (2008) enfatizou seus estudos acerca da vida social dos Ndembu, em particular nos conflitos nas aldeias, as práticas recorrentes que se manifestavam em episódios de irrupção pública, conceituando-os “dramas sociais”. Esses dramas explodiam quando interesses e atitudes de grupos ou indivíduos se encontravam em plena oposição, parecendo, para o autor, que os dramas sociais seriam constituidores de “unidades do processo social isoláveis e passíveis de uma descrição pormenorizada” (*Idem*, p. 28). Os dramas sociais, enquanto estruturas temporais ou processuais, podem ser isolados para o estudo em sociedades de todo tamanho e complexidade, não sendo aplicáveis apenas aos Ndembu, pois, existe um arcabouço teórico dividido em fases que colabora com o entendimento do que seria o trajeto desse processo desarmônico:

1ª: A ruptura das relações sociais formais, regidas pela norma, ocorre entre as pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais, sendo sinalizada pelo rompimento público e evidente ou pelo descumprimento, num sinal de dissidência. A diferença de um drama social e de um crime, é que no drama percebemos aspectos altruístas, posto que uma violação dramática pode ser praticada por um indivíduo, que sempre age em nome de outros indivíduos. Ele se vê como um representante.

2ª: A crise expõe um padrão de intriga faccional até então oculta. A crise é sempre um daqueles pontos de inflexão ou momentos de perigo e suspense, quando se revela um verdadeiro estado de coisas. Cada crise pública possui características liminares, uma vez que se trata de um limiar entre fases estáveis.

3ª: Ação corretiva limita o crescimento da crise, apresentando certos “mecanismos” de ajustes e regeneração, operacionalizados pelos líderes, que vão desde conselhos pessoais até mecanismos legais e jurídicos

formais, e, para solucionar certos tipos de crises ou legitimar outras formas de resolução, a performance de ritual público.

4ª: Reintegração ou reconhecimento e legitimação social da separação entre as partes em conflito, no qual é realizado um ritual de reconciliação. (TURNER, 2008, p. 36-7)

É interessante realizar uma análise comparativa das fases dos dramas sociais, descritas por Turner com o conceito de “sociação” de Simmel na Sociologia clássica alemã; pois, a partir de Simmel (1986) encontramos a definição de forma e conteúdo, diferenciadas na percepção da interação entre os sujeitos sociais, que manifestam suas emoções diante de conflitos, paixões, sofrimentos ou qualquer tipo de motivação, para que cause uma inquietação aos indivíduos, criando uma cadeia de sociação, posto que esses sentimentos isolados não têm sentido algum. A sociação seria a forma que os sujeitos encontram para responder a esses sentimentos. Apesar da diferença entre forma e conteúdo, na prática, são inseparáveis.

O pesquisador que busca o entendimento sobre a morte, na grande maioria das vezes, se utiliza dos arbitrários das regras das outras culturas para se construir uma análise; e de vez em quando a da sua própria cultura, porém, sem abalar as suas próprias regras éticas e metodológicas. A pesquisa etnográfica, especificamente, vai aguçar certo tipo de

deslocamento do eixo de arbitrários em nosso próprio grupo doméstico: falar de morte e dos mortos, talvez não se apresente apenas como uma história contada. Afinal, qual o intuito de falar de quem já morreu? Essa questão traz em si o desafio, pois, “não se trata de imaginar uma experiência, mas de experimentar uma imaginação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 123).

A resposta talvez esteja no próprio atravessar das fronteiras subjetivas. Porém, a pesquisa etnográfica nos ensina que nesses momentos, é preciso mergulhar, ir ao fundo e tocar o chão para dar um impulso, para assim chegar à superfície, e então, conseguir respirar. Tentar compreender a dor do outro durante uma etnografia é compartilhar os interditos quando se tenta ler os não ditos, como argumenta Michel de Certeau (1982, p. 76): “é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tomaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem”.

No entanto, surge um nó górdio que perpassa sutilmente a tenuidade entre morte/morto nos diálogos da morte. Para DaMatta (1977), a sociedade individualista não fala em mortos, mas na morte como categoria filosófica, no meu caso, em um nível de pesquisa antropológica. Além do mais, os velórios são sempre temas constantes nas conversas dos habitantes em cidades pequenas – não seria preciso acontecer uma morte em si para ter em mãos um material de análise incomensurável. A antropologia, nesse caso, tem como aporte a junção desses

possíveis contrários, mas que, como diz Thomas, não se faz em tanta oposição assim:

La antropología de la muerte se articula sobre dos ejes: el cadáver condenado necesariamente a la descomposición, o al menos a la disolución progresiva si las técnicas de conservación evitan los horrores de la corrupción; y el conjunto de las construcciones mentales – fantasías individuales y coletivas, sistemas de representaciones, diversos mecanismos de defesa que responden a aspiraciones profundas – em lo cual consiste precisamente lo imaginario, y éste tiene por costumbre recurrir al símbolo, su mediador instrumental privilegiado. (THOMAS, 1983, p.471)

Negar a morte é próprio de nossa civilização tecnológica, o que nos leva a não tolerar sua ritualização e a abandonar os instrumentos rituais que faziam parte dos ritos fúnebres (RODRIGUES, 1983); em decorrência, banimos o moribundo aos cuidados médicos, e, ao morrer, delegamos os tratos do corpo às casas funerárias, responsabilizadas desde o deslocamento do hospital – pois, já não se morre em casa, procurando prolongar ao máximo a (sobre) vida dos moribundos -, banho, vestimentas, maquiagem, atribuindo ao cadáver um ar “saudável” para a

despedida – e não a última, já que contamos com as visitas no dia de Finados.

A “higienização” da morte entra como fato indissociável dessas transformações, como um controle determinado acerca do contágio de doenças que causam a morte, resultado da concepção de impuro, o que causa uma sensação de desconforto em relação ao morto, visto que “a reflexão sobre a impureza implica uma relação sobre a relação entre a ordem e a desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte” (DOUGLAS, 1976, p.18).

Os velórios são realizados nos ambientes propícios das casas funerárias, mostrando o distanciamento daquela morte domesticada (ARIÈS, 1977), conduzida pelas relações próximas de parentes e amigos; enquanto fenômeno público, composto por elementos de estratégia e solidariedade familiar, respondendo às demandas do cotidiano desses sujeitos, no momento em que “a morte, como um estado individualizador por excelência, implicaria uma redefinição de toda a rede de relações sociais numa escala, e numa intensidade de que a sociedade moderna e individualista, obviamente não conhece” (DAMATTA, 1997, p.140).

E quando os diálogos da morte se estendem ao cinema? Melhor ainda: ao cinema piauiense. O filme surrealista “Cipriano⁸”, que narra a história de um vaqueiro, morador do sertão piauiense, que sente a morte chegar e deseja ser enterrado de frente para o mar, e enfrenta, para tanto, uma odisseia de cinco

⁸ Filme Cipriano (2001). Direção: Douglas Machado. Produtora: Trinca Filmes.

sonhos pelo interior do Piauí – demônios, morte, procissão, cemitério e morada das almas. Cipriano segue com seus filhos e um jumento em peregrinação ao litoral, enfrentando os estorvos encontrados nessa busca pelo “morrer em paz” sendo a morte a presença fundamental, encarnada⁹.

A morte, apesar de estar representada em um dos cinco sonhos de Cipriano, se faz presente em todos os momentos, mesmo naqueles em que se esconde em um segundo plano, mas sem piscar, busca com o olhar todos os passos de Cipriano. A figura da morte é representada nesse filme como perversa e amaldiçoada. Porém, a busca para uma convivência é nítida.

A própria busca pela boa morte, ao se deslocar do sertão para o litoral é refletida como um acordo de convívio e aproximação dessa vilã. Em Cipriano, se esquivar da morte é sempre encontrá-la através dos seus símbolos nas lacunas dessa fuga/procura.

Talvez os símbolos ligados à morte estejam ganhando nova configuração, dentro dos contextos culturais das sociedades modernas, e mesmo que existam tantas formas diferentes de lidar com o morto – e não só com a morte –, a “padronização” dessas experiências rituais não impossibilita o desencadear dos rituais fúnebres, pois, na mudança, seus significados permanecem.

⁹ Encarnada, palavra homônima, e seus dois significados nesse texto podem ser lidos e incorporados. Encarnado, de sua cor, vermelha - cor de sangue. Encarnado, na carne, marcado com brasa, que queima a pele, como uma tatuagem do destino ou mesmo a marca de um gado, que mesmo longe de seu pasto, o brasão de seu dono permanecerá e que não se pode fugir dessa morte encarnada.

Os significados só podem ser “armazenados” através de símbolos: uma cruz, um crescente ou uma serpente de plumas. Tais símbolos religiosos, dramatizados em rituais e relatados em mitos, parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, tudo o que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que ele suporta, e a maneira como deve comportar-se nele. (GEERTZ, 1989, p.93)

Essa padronização que me refiro, relaciona-se com os ritos fúnebres que não são mais realizados na casa do falecido, e sim em *funeral house*. Refiro-me a padronização dos carros da funerária que levam o caixão, em que o motorista ajuda a carregá-lo, mesmo sem nenhuma ligação com o morto. Padronização que faz com que os moribundos morram nos leitos de hospitais, sem nenhuma semelhança com seu quarto, muitas vezes, sem a presença de um parente, só dos profissionais de saúde que fazem de tudo para que a morte não vença. Estaríamos vivendo, um *prêt-à-porter* da morte?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, José Nascimento de. **Trabalhos fúnebres na roça.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente:** da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BAUMAN, Richard. **Story, performance and event:** contextual studies of oral narrative. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua.** Campinas: Papirus, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** *Rio de Janeiro:* Forense Universitária, 1982.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **Solidão dos moribundos – seguido de “envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. **A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Os argonautas do pacífico ocidental**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, Valéria Cristina de Paula. A nomeação do mal: Antropologia, Literatura e os limites da linguagem. In: **Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, n.26, Porto Seguro: 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TAMBIAH, Stanley Jeyaraja. A performative approach to ritual. In: **Culture, thought and social action**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1985.

THOMAS, Louis-Vincent. **Antropología de la muerte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

TURNER, Victor Whitter. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor Whitter. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo do caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc.;** Petrópolis: Vozes, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. Mana 8(1). Rio de Janeiro, 2002.

QUEM CUIDA DAQUELA QUE CUIDA? – análise semiótica das relações que atravessam o sujeito mãe professora em contexto de pandemia¹

Shenna Luíssa Motta Rocha²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito da proposta dos estudos interdisciplinares, a aproximação dos estudos da Linguagem e as Ciências Sociais caracterizam a análise de textos proposta pela semiótica discursiva. Nesse sentido, remeto a um questionamento levantado por Greimas em palestra proferida em solo brasileiro: “Como podemos conhecer o homem se não for pelos textos?” (1973). Sendo assim, a proposta de leitura aqui apresentada revela nosso objetivo central com a presente fala: buscamos conhecer as formas de coerção, operadas pelo discurso, que situam a mulher-mãe-trabalhadora em um lugar (ou não-lugar) desconfortável sobremaneira: a multitarefas, a ‘faz-tudo’, a ‘mulher-maravilha’, que, fazendo de tudo para os outros, nada

¹ Declaro que, para a execução da presente pesquisa, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Doutora e Mestre em Letras; professora Assistente III da UESPI – Curso Letras-Português, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira / Parnaíba-PI. Endereço para correspondência: Rua Ver. Arimateia Carvalho, nº 6150, Bairro Conselheiro Alberto Silva. *E-mail*: shenna.rocha@phb.uespi.br. Telefone: (86) 98813-5031. Tipo de Publicação: Artigo científico

consegue fazer a si. Nadando e morrendo na praia, chega à exaustão inerente à sobrecarga. Adoecida física e mentalmente, esse sujeito se revela em sua fragilidade e expõe inevitavelmente a pergunta: quem cuidará daquela que cuida? Foi refletindo sobre essa realidade, que escolhi como tema deste artigo a sobrecarga da mãe professora na pandemia.

No contexto pandêmico, esse cenário se revelou: não que a sobrecarga tenha aumentado, ela apenas foi evidenciada e colocada num nível superior, com as jornadas de trabalho em *home-office*. Aquilo que não era visto, o trabalho invisível dos cuidados (com a casa, com crianças, idosos e doentes), da manutenção da rotina diária (alimentação, higiene, limpeza), foi escancarado como o pano de fundo nas videochamadas do trabalho, nas videoaulas proferidas pela mãe-professora, sujeito examinado nos textos objetos de análise. Diante desse recorte, ampliamos as discussões sobre violência de gênero e buscamos analisar os discursos envolvidos na construção dos sentidos impressos nos textos. Nessa perspectiva discursiva, nossa análise pretende evidenciar as violências que se escondem nas sutilezas construídas pela linguagem.

O CONTEXTO PANDÊMICO E O ADOECIMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Se fizermos uma pesquisa rápida pelos portais da *web*, encontraremos diversas matérias, reportagens, notícias cujo assunto central é o adoecimento mental dos professores decorrente do

excesso de trabalho em regime remoto: ansiedade, depressão, síndrome de *burnout*... O que vai de encontro ao pensamento de parte da população que insiste em acreditar que, porque ficamos em casa, não trabalhamos.

A título de ilustração, exporemos a seguir algumas matérias e suas respectivas *leads*, que acentuam as consequências do excesso de trabalho imposto aos profissionais da educação, a partir da nova configuração de trabalho decorrente das medidas de contenção da pandemia de COVID-19, o chamado *home office*: sistema de teletrabalho em que o empregado pode desempenhar suas funções de onde ele estiver. No contexto da pandemia, em que era imperativo permanecer em casa, o *home office* se instalou no lar de cada pessoa, adicionando ao trabalho doméstico mais um item a ser cumprido.

Matéria 1

SÍNDROME DE BURNOUT: PROFESSORES E A PANDEMIA DO ESGOTAMENTO

JORNALISTA: VANESSA GALASSI 12 DE JULHO DE 2021



Curtir Seja a primeira pessoa entre seus amigos a

▶ 0:00 / 5:01

É praticamente impossível encontrar alguma profissão que não tenha sido afetada pela pandemia da Covid-19, que já dura mais de um ano e três meses. Mudanças na rotina, home-office e necessidade de novos aprendizados digitais se tornaram comuns para a maioria dos grupos de trabalhadores.

Os professores, contudo, são alguns dos profissionais que mais sentiram o impacto de todas as mudanças. Durante muito tempo, quem olhava de fora poderia imaginar que o trabalho dos

Retirado de: <https://www.sinprodf.org.br/sindrome-de-burnout-professores-e-a-pandemia-do-esgotamento/>. Acesso em: jan/2022.

Matéria 2

Pesquisa mostra que 72% dos professores enfrentam problemas de saúde mental

POR CAROLINA DELBONI

23/08/2021, 08h54



Falta de estrutura educacional, conhecimento das ferramentas digitais e sobrecarga na rotina escolar agravou estado de saúde mental de 72% dos professores

Retirado de: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/pesquisa-mostra-que-72-dos-professores-enfrentam-problemas-de-saude-mental/>. Acesso em: jan/2022.

Matéria 3

Professores batalham para manter saúde e aulas em meio à pandemia

PUBLICAÇÃO
segunda-feira, 19 de abril de 2021

Medo da Covid-19, sobrecarga de atividades e dificuldades com o sistema remoto angustiam os docentes, que estão há mais de um ano sob novas condições de trabalho

Retirado de:

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/professores-batalham-para-manter-saude-e-aulas-em-meio-a-pandemia-3068059e.html#:~:text=Mesmo%>

20com%20as%20aulas%20presenciais,e%20ensinar%20ao%20mesmo%20tempo. Acesso em: jan/2022.

As matérias escolhidas datam de um ano (ou mais) após decretarem a pandemia em nível mundial, embora haja notícias, matérias e reportagens em data anterior, cujo tema é o adoecimento mental dos professores, bem como as dificuldades inerentes à nova realidade de imersão em dispositivos eletrônicos e plataformas digitais. Dificuldades relacionadas, sobretudo, à operacionalização de equipamentos e aplicativos e de aquisição de dispositivos móveis e similares.

Na primeira matéria, o que vemos é uma ênfase na Síndrome de *Burnout*. O site do Ministério da Saúde do governo brasileiro assim conceitua a síndrome:

Síndrome de *Burnout*

Síndrome do **Esgotamento**

Profissional é um **distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema e esgotamento**

físico resultante de situações de trabalho desgastante,

que demandam muita competitividade ou

responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o **excesso de trabalho**.

Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros,

professores, policiais, jornalistas, dentre outros. Traduzindo do inglês, "burn" quer dizer queima e "out" exterior (BRASIL. Retirado de: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho.> Acesso em: jul/2022).

Pelo que lemos nessa breve conceituação da doença, ela acomete aqueles profissionais que passam por demandas de alta responsabilidade diariamente. Depreendemos também que há um esgotamento físico por trás da estafa e do cansaço mental. Ainda analisando brevemente o título e os parágrafos iniciais da matéria, percebemos que há o reconhecimento que se desenha uma pandemia dentro da pandemia. Ou seja: decorrente da pandemia de COVID-19, há a pandemia dos profissionais que adoecem de *burnout*.

Na segunda matéria, o percentual elevado (72%) de profissionais da educação que sofrem com algum transtorno mental chama a atenção. Entre os motivos elencados, estão exatamente aqueles que já arrolamos: falta de condições financeiras para acompanhar, a contento, a necessidade do aparelhamento do *home office*. O descompasso entre os saberes adquiridos relativos às TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação)

e suas constantes atualizações. Além da sobrecarga de atividades inerentes ao processo educacional a partir da nova configuração.

Na terceira e última matéria que selecionamos para analisar, o que nos chama a atenção é a contradição da condição do professor: ele luta para manter o andamento das aulas, mesmo sem condições físicas e mentais para continuar. Nessa matéria, há a consideração do medo da pandemia, que pode ser traduzido como medo da doença e, em uma interpretação mais profunda, medo da morte. Sem hesitar, acrescentaríamos medo do desemprego: seja por não conseguir se adequar às TDICs seja por não suprir a demanda exaustiva na realidade do *home-office*, além do medo da morte não apenas pela doença COVID-19, mas também pela fome, que ameaça aqueles que não têm emprego.

Essas três matérias servem como uma amostra diminuta da realidade, diante de sua profusão na *web*, e mostram que o conjunto dos fatos que envolvem professores, no contexto da pandemia, foi atravessado por questões de cunho extremamente subjetivo. Se levamos em conta que as mulheres são maioria no meio docente, a essas questões já levantadas acrescentam-se outras, da ordem do gênero, conforme veremos mais adiante, quando da análise das tirinhas.

Sabemos que a realidade da mãe professora, responsável por múltiplas tarefas, não é recente. No início do século XIX, desenhava-se, a partir das demandas sociais nascidas das necessidades burguesas, o perfil profissional que deveria ser adotado pelas mulheres brasileiras. Em artigo sobre a ocupação do espaço escolar pelo público feminino, na

condição de professoras, Louro esclarece que as atividades fora do lar não deveriam comprometer suas atividades de mãe e esposa, o que pode explicar a tradicional sobrecarga feminina:

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas mais populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de forma a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas, por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. (LOURO, 2004, p. 453)

A partir dessa informação, compreende-se que há uma estrutura que favorece os homens em suas necessidades sociais e profissionais: a mulher se constitui, historicamente, como mão de obra barata para o desempenho de atividades de cuidado, higiene e orientação dos filhos, ao tempo que ajuda a complementar a renda familiar, quando não é a principal provedora da família. Essa estrutura patriarcal, que funda nossa sociedade, se estende até os dias de hoje, acentuando-se sobremaneira em momentos de crise, como o qual se configurou desde março de 2020.

Nesse contexto, o perfil do Instagram “Escola de passarinhos” começou a adaptar suas postagens para o momento de quarentena, que se iniciou no período supracitado, por conta do alastramento do coronavírus em solo brasileiro, instaurando a pandemia de COVID-19. Este perfil publica tirinhas nas quais os personagens são pássaros, figurativizando professores, alunos, pais de alunos e outros atores, que vivenciam problemas típicos da rotina escolar. Quando da mudança de realidade, o chamado, à época, ‘novo normal’, as tirinhas foram ganhando complexidade e revelando os problemas enfrentados pelos profissionais da educação, bem como suas angústias e receios com as novas tecnologias digitais da informação e da comunicação, e, posteriormente, a fadiga, o adoecimento dessa classe, originários da sobrecarga de atividades acumuladas pelo imperativo ‘fique em casa’.

O que nos chamou a atenção num grupo de tirinhas organizadas sob a seção de título ‘Vida de professor’, foi a dupla pressão sentida pelo sujeito discursivo mãe professora, que tenta se equilibrar

entre suas múltiplas atividades: mãe, docente, dona de casa, trabalhando em modo remoto, sem poder contar com rede de apoio, tendo que gerenciar suas (muitas) salas de aula *on-line*, mais as de seus filhos, além de todo o trabalho de cuidados domésticos.

Para darmos início à análise proposta, faz-se necessário um esforço acerca do método que nos embasa: o percurso gerativo de sentido, que caracteriza a semiótica discursiva de linha francesa, tema da próxima seção do artigo.

O PERCURSO GERATIVO E O(S) SENTIDO(S) DOS TEXTOS

A presente seção tem por finalidade apresentar, ainda que em linhas gerais, os níveis integrantes do percurso gerativo, que respaldam a análise semiótica discursiva de linhagem greimasiana, e que embasam a presente análise. Antes, porém, acredito ser necessário realizar um esforço acerca das origens da semiótica do discurso, ao qual daremos início a partir de agora.

Anne Hénault (2006. p. 12) afirma ser uma tarefa impossível escrever uma verdadeira história da semiótica. Não obstante a constatação da ilustre semioticista, atrevo-me na tentativa de arrolar alguns poucos nomes que são expoentes para a teoria semiótica de inspiração semiolinguística. Faço-o com o objetivo de dar a conhecer suas raízes àqueles que iniciam seu percurso na teoria.

A semiótica discursiva de linha francesa tem filiação saussuriana. É no âmbito do Curso de Linguística Geral (1916), organizado pelos discípulos do linguista genebrino, que conhecemos o esboço

proposto do que seriam os estudos de Semiologia. Para além da célebre dicotomia língua / fala, Ferdinand de Saussure promove uma discussão sobre o estudo da língua que possam envolver outros sistemas de signos, e até mesmo a cultura seja considerada na análise sobre o seu uso. É desse modo que lemos o seguinte trecho:

[...] Se se quiser descobrir a verdadeira natureza da língua, será mister considerá-la inicialmente no que ela tem de comum com todos os outros sistemas da mesma ordem; e fatores linguísticos que aparecem, à primeira vista, como muito importantes (por exemplo: o funcionamento do aparelho vocal) devem ser considerados de secundária importância quando servirem somente para distinguir a língua dos outros sistemas. Com isso, não apenas se esclarecerá o problema linguístico, mas acreditamos que, considerando os ritos, os costumes etc. como signos, esses fatos aparecerão sob outra luz, e sentir-se-á a necessidade de agrupá-los na Semiologia e de explicá-los pelas leis da ciência (SAUSSURE, 2012, p. 49).

Nesse sentido, a Semiologia seria, assim, a ciência que se ocuparia dos fatos humanos, uma

ciência dos signos que teria na língua a materialização de seu objeto. A Linguística atravessaria, portanto, o estudo da palavra isolada e passaria a analisar os signos comportados nas palavras, expressões, frases, nos textos, de modo geral. Para continuarmos no breve percurso sobre as origens da semiótica, recorreremos às palavras de Roland Barthes, que assim assenta a Semiologia nos estudos linguísticos:

A Semiologia é talvez, então, chamada a absorver-se numa translinguística, cuja matéria será ora o mito, a narrativa, o artigo de imprensa, ora os objetos de nossa civilização, tanto quanto sejam falados (por meio da imprensa, do prospecto, da entrevista, da conversa e talvez mesmo da linguagem interior, de ordem fantasmática). É preciso, em suma, admitir desde agora a possibilidade de revirar um dia a proposição de Saussure: a Linguística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: A Semiologia é que é uma parte da Linguística; mais precisamente, a parte que se encarregaria das grandes unidades significantes do discurso (BARTHES, 2006, p. 13).

Essas ‘grandes unidades significantes do discurso’ podem ser compreendidas como textos, no sentido lato da palavra: qualquer todo significante, independentemente de sua linguagem, seja verbal (oral ou escrita) ou não-verbal. Ou seja: a Semiologia é a ciência que investiga a significação por trás dos signos engendrados em dada cultura. A partir daqui, faz-se necessário diferenciar Semiologia de Semiótica. Aquela, investe seu método para além das línguas em si, esta, se concentra em desvendar mecanismos de construção do sentido, a partir de manifestações linguísticas, propriamente ditas, ou de situações languageiras, como propõem posteriormente os semioticistas.

Para explicitar essa compreensão, recorreremos ao Dicionário de Semiótica organizado na década de 1970 por Greimas e Courtés, que apresenta a definição do vocábulo ‘Semiótica’, desdobrando-a não apenas em um conceito, mas reconhecendo-a como uma teoria da significação. Leiamos um fragmento:

O termo semiótica é empregado em sentido diferente, conforme designe (A) uma grandeza* manifestada qualquer, que se propõe conhecer; (B) um objeto de conhecimento, tal qual aparece no decorrer e em seguida à sua descrição; e (C) o conjunto dos meios que tornam possível seu conhecimento.

C. 3. A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, como

uma **teoria da significação**. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceitual, as condições de apreensão e da produção do sentido. Dessa forma, situando-se na tradição saussuriana e hjelmsleviana, segundo a qual a significação é a criação e/ou apreensão das ‘diferenças’, ela terá que reunir todos os conceitos que, mesmo sendo eles próprios indefiníveis, são necessários para estabelecer a definição de estrutura elementar da significação (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 448-455).

E é como teoria da significação que a teoria semiótica servirá à nossa análise discursiva. No seu cerne está a busca, mediante um conjunto de meios, das condições de apreensão e de produção do sentido do texto, que passa a ser tomado como unidade de análise. Desse modo, a análise do sentido de um texto deve ser gerativa, sintagmática e geral, que, nas palavras de Fiorin, significam:

Gerativa: estabelecer modelos que apreendem os níveis de invariância crescente do sentido de tal forma que se perceba que diferentes elementos do nível de superfície podem significar a mesma coisa num nível mais profundo;

Sintagmática: explicar não as unidades lexicais que entram na feitura das frases, mas a produção e a interpretação do discurso;

Geral: deve ter como postulado a unicidade do sentido, que pode ser manifestado por diferentes planos de expressão (exemplo: o conteúdo de uma telenovela é manifestado, ao mesmo tempo, por um plano de expressão verbal, por um visual, etc.) (FIORIN, 2018, p. 16).

Na base da teoria semiótica, e fundamentado nessas três qualidades do método, há o percurso gerativo de sentido, organizado em níveis de profundidade, que se propõe a descrever a produção e a interpretação do (ou dos) sentido (s) do texto, num processo que vai do nível mais abstrato e profundo ao nível mais concreto e superficial, assim sendo: nível fundamental, nível narrativo e nível discursivo. É esse rigor metodológico que permite segurança relativa na interpretação de textos das mais variadas naturezas. Nas palavras de Eliane Soares de Lima, a Teoria Semiótica fornece um caráter mais seguro e prático para a leitura e análise de textos:

[...] Procurando identificar, delimitar, organizar e descrever os níveis de pertinência na produção da significação, a proposta da Semiótica indica categorias (invariantes) de

análise que ajudam a lidar com as infindáveis formas (variáveis) de sua realização. O foco de atenção se coloca, dessa forma, antes de mais nada, sobre a apreensão do *modo de dizer* que manifesta e particulariza os textos, examinados para além do que é dito e, assim, como espaço de construção discursivo-textual, levando ao entendimento de que qualquer produção, seja ela oral ou escrita, verbal ou não-verbal, exerce uma influência no meio em que se concretiza, determina uma certa forma de interação e uma visão de mundo (LIMA, 2021, p. 18-19).

Com a análise voltada aos modos de dizer, o texto passa a ser encarado como espaço de construção discursivo-textual, e, portanto, como manifestação ideológica, situada em dados tempo e espaço e com propósitos enunciativos específicos, voltados a determinadas situação e finalidade. Nesse sentido, tendo por objeto o texto, e por propósito o desvendamento do (ou dos) sentido (s) proposto (s) por ele, é que a Semiótica vai procurar, segundo célebres palavras de Diana Barros, “descrever e explicar *o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.*” (BARROS, 2011, p. 07), num procedimento descritivo que prioriza a compreensão da organização de recursos linguísticos nas manifestações discursivas.

Vale dizer que a noção de texto proposta, incluindo manifestações verbais (oral ou escrita) ou não verbais (fotografia, desenho, pintura) ou ainda sincréticas (quadrinhos, charges, peças publicitárias, memes), amplia o campo de possibilidades do trabalho com a Teoria Semiótica, no que diz respeito a seus objetos de análise. No entanto, é preciso conhecer um procedimento importante nesse tipo de análise: decorrente da proposta do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, é necessário, na análise semiótica dos textos, que se separe o que ele considerou chamar de plano do conteúdo e plano da expressão. É com Barros, que encontramos uma explicação simplificada para essa separação:

Cabe lembrar que, a partir de Hjelmslev, a semiótica condiciona a construção de uma metalinguagem descritiva à separação dos planos da expressão e do conteúdo, sem que isso signifique deixar de reconhecer a implicação mútua que os define. Entende-se o percurso gerativo, portanto, como um percurso do conteúdo, independente de sua manifestação e anterior a ela. A manifestação tem implicações diversas, como a linearidade e a organização no espaço, a escolha lexical, as marcas estilísticas, de que a semiótica não se ocupa. No caso da manifestação verbal, o nível

textual desdobra-se, por sua vez, em instância das estruturas de superfície e instância das estruturas profundas, estudadas pela linguística (BARROS, 1988, p. 20).

Desse modo, a investigação dos sentidos do texto proposta pela semiótica discursiva, conforme afirmamos anteriormente, é uma busca que tem por objeto o plano do conteúdo, cujo cerne são os discursos que o compõe e os temas presentes em dada manifestação.

Ainda na reflexão sobre os planos do conteúdo e da expressão, é importante dizer que a análise semiótica discursiva também pode se ocupar da expressão, uma vez que, a depender do gênero no qual texto se desenvolve, a forma como ele se manifesta, como se apresenta, agrega valor e sentido ao conteúdo. Assim explicam Castro e Portela ao afirmar que o percurso gerativo de sentido dá enfoque ao plano do conteúdo, sem desconsiderar a relação entre os planos. Ao mesmo tempo, os autores explicitam que o plano da expressão pode contribuir para os vários sentidos do texto quando este apresenta uma função estética:

De todo modo, o percurso gerativo do sentido, em um primeiro momento, dá ênfase às análises do plano do conteúdo, já que é pressuposto na semiótica considerada standard que nesse plano se encontram os sentidos construídos no texto.

Porém, se num primeiro momento, a teoria semiótica analisa o plano do conteúdo, num segundo momento, considerando que o texto só se constitui plenamente quando o conteúdo se junta à expressão, a disciplina busca examinar também o plano da expressão daqueles textos em que esse plano faz mais do que expressar o conteúdo, como ocorre, por exemplo, nos textos de função estética (poema, pintura, cinema, quadrinhos etc.). Neles, como ressalta Lara (2011, p. 3), “o plano da expressão pode não se limitar a expressar o conteúdo, (como nos textos com função utilitária); nesse caso, ele cria novas relações com o conteúdo, contribuindo para a significação global do texto.” (CASTRO; PORTELA, 2018, p. 04).

Na análise de um objeto que se apresenta sincrético, como as tirinhas que compõem o *corpus* do presente artigo, a atenção se voltará aos aspectos discursivos que emanam do texto. Não trataremos da imagem, dos desenhos propriamente ditos, mas sim dos temas que eles expõem e dos discursos revelados a partir das figuras utilizadas (professora, filho, diretora, coordenadora). Dizendo de outro modo, temos um discurso que se revela nos planos do conteúdo e da expressão. No entanto, o plano do

conteúdo é o que nos interessa para desvendar os sentidos inscritos no texto. Seu plano de expressão (cores, sugestão de movimento, sons, balões, contornos dos quadros) merece análise acurada em outro momento.

O percurso gerativo, por sua vez, é a ferramenta para esse procedimento descritivo sobre como se constroem os sentidos do texto. Ele é composto por três níveis, organizados hierarquicamente, mas que podem ser analisados separadamente. São eles (em termos simplificados): o nível fundamental, a partir do qual se identificam as oposições semânticas mínimas que caracterizam o texto, o nível narrativo, no qual se analisam as relações de manipulação entre os sujeitos que integram a narratividade, e o nível discursivo, em que se observam os temas e as figuras sobre os quais o texto se desenvolve, além de verificar as determinações ideológicas que o circunscrevem.

O percurso apresenta-se consoante o seguinte quadro, retirado do Dicionário de Semiótica de Greimas e Courtés:

QUADRO 1

PERCURSO GERATIVO			
	componente sintático		componente semântico
Estruturas sêmo-nar- rativas	nível profundo	SINTAXE FUNDAMENTAL	SEMÂNTICA FUNDAMENTAL
	nível de superfície	SINTAXE NARRATIVA DE SUPERFÍCIE	SEMÂNTICA NARRATIVA
Estruturas discursivas	SINTAXE DISCURSIVA		SEMÂNTICA DISCURSIVA
	Discursivização actorialização / temporalização espacialização		Tematização Figurativização

(GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 235)

Conforme se observa, para cada nível, há uma sintaxe e uma semântica que embasam a construção de um texto. No âmbito das estruturas semionarrativas, temos a semântica do nível fundamental, que abriga o que se convencionou chamar de oposição de base, que são palavras que se opõem entre si e mantêm uma relação de contrariedade. A sintaxe do mesmo nível abrange duas operações: afirmação e negação dos conceitos. Segundo Fiorin, “A semântica e a sintaxe do nível fundamental representam a instância inicial do percurso gerativo e procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso.” (FIORIN, 2018, p. 24).

Ainda no que tange a estrutura semionarrativa, temos a sintaxe do nível narrativo, na qual se observa uma narrativa mínima, pautada nas

transformações de um sujeito, que ocorrem a partir de um estado inicial em direção a um estado final, e das relações de conjunção e disjunção do sujeito com o objeto perseguido. No entanto, os textos são narrativas complexas que encadeiam enunciados de estado e enunciados de fazer. Sendo assim, a sequência canônica de uma narrativa estrutura-se em quatro fases no que diz respeito às relações entre os sujeitos: a manipulação, a ação e a sanção. Essas fases nem sempre aparecem nos textos nessa ordem, algumas delas devendo ser recuperadas a partir das relações de pressuposição. Há também a possibilidade de não haver a realização de todas as fases e há ainda narrativas que podem relatar apenas uma das fases.

Por outro lado, a semântica desse nível ocupa-se dos valores inscritos nos objetos. Há, no entanto, que se fazer a distinção entre o objeto-valor e o objeto modal. Este último é necessário para realizar a performance final. Já o primeiro, é o objeto com que ocorre a conjunção ou disjunção na performance principal. Em termos resumidos, Fiorin assim nos apresenta ambos os objetos: “Objeto-valor e objeto modal são posições na sequência narrativa. O objeto modal é aquele necessário para obter outro objeto. O objeto-valor é aquele cuja obtenção é o fim último de um sujeito” (*Idem*, p. 37).

No nível das estruturas discursivas, observam-se as concretizações das abstrações apresentadas nos níveis anteriores. Este é o patamar de superfície, o mais próximo da manifestação textual. É no âmbito da sintaxe que se observa como atores, tempo e espaço são instalados discursivamente. Projeções da enunciação (primeira

ou terceira pessoa do discurso) e os efeitos de sentido decorrentes delas (de proximidade ou distanciamento; de realidade ou de referente) são compreendidos como recursos, procedimentos discursivos cuja finalidade é definida a partir do que se propõe na produção do texto. Já na semântica discursiva, aparecem os temas e as figuras responsáveis por darem concretude aos textos. Vejamos como Barros sintetiza a apresentação da semântica discursiva:

Os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos. A disseminação dos temas e a figurativização deles são tarefas do sujeito da enunciação. Assim procedendo, o sujeito da enunciação assegura, graças aos percursos temáticos e figurativos, a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido sobretudo de realidade (BARROS, 2011, p. 68).

Diante dessa breve exposição sobre a principal ferramenta de análise da semiótica discursiva, é possível perceber a hierarquia dos níveis de análise textual proposto pelo percurso gerativo de sentido. Seu objetivo é ir construindo, de acordo com

os patamares, o caminho que o sentido percorre, a partir do que lhe é mais abstrato, as estruturas fundamentais, até o mais concreto, aquilo é visível, manifestado pelo discurso. É nesse sentido que propomos a leitura de três tirinhas cujo tema central é a sobrecarga da mãe professora, em realidade de trabalho remoto, no período pandêmico.

O SUJEITO MÃE PROFESSORA E SEUS DESTINADORES: AS COERÇÕES OPERADAS PELA LINGUAGEM

A despeito do sincretismo que caracteriza o gênero ‘tirinha’, composto por um plano de expressão e um plano de conteúdo, vamos nos concentrar na análise discursiva do plano do conteúdo pelos motivos já arrolados anteriormente. Retomo, portanto, o percurso gerativo do sentido, que orienta o método da análise semiótica discursiva. A partir dele, observa-se o texto nos seus três níveis, já citados: o mais simples e abstrato, chamado fundamental; o narrativo, em que as estruturas narrativas se organizam do ponto de vista de um sujeito; e o nível discursivo, em que o sujeito da enunciação se revela. Como esses níveis podem ser analisados de modo independente, nós escolhemos nos concentrar no nível narrativo das tirinhas que compõem o *corpus* do presente artigo, embora tenhamos que identificar elementos dos demais níveis para avançar no estudo dos textos.

A seguir, faremos a exposição das três tirinhas escolhidas no perfil do Instagram ‘Escola de Passarinhos’, publicadas após os decretos de quarentena decorrentes da pandemia de Covid-19, no

ano de 2020. A primeira tirinha sobre a pandemia foi publicada em 18 de março de 2020, na seção ‘Coronavirus’. Já a primeira tirinha sobre a suspensão das aulas presenciais foi publicada no dia seguinte, na seção ‘Quarentena’. As tirinhas analisadas no presente estudo foram retiradas da seção ‘Vida de professor’, que já existia antes da pandemia, o que nos leva a entender que as adaptações na rotina escolar para o período da pandemia já estavam sendo articuladas e planejadas desde os primeiros dias. Vamos às tirinhas:

Tirinha 1



Retirado de: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos/>
Acesso em: 22/05/2021.

Tirinha 2



Retirado de: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos/>
Acesso em: 22/05/2021.

Tirinha 3



Retirado de: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos/>
Acesso em: 22/05/2021.

No nível das estruturas fundamentais, identificamos inicialmente, como oposição semântica mínima que orienta a interpretação dos textos, o par liberdade *vs.* opressão. Há um sujeito coletivo, figurativizado pela professora que se encontra oprimida pelas exigências da nova realidade escolar, com a imposição do *home-office*. Essa nova realidade escolar traz implicações diretas na realidade doméstica: há um conflito entre as duas frentes de trabalho assumidas pela mãe-professora, que é revelada pela fala do filho, seu anti-sujeito. Tanto as

relações parentais, quanto as relações trabalhistas sofrem implicações diretas do momento pandêmico. Ao tempo em que a mãe-professora continua com as mesmas exigências domésticas (atividades de cuidado, limpeza e higiene da casa e dos filhos), agregam-se a estas outras mais, decorrentes da necessidade de readaptações para a realização das atividades docentes em regime remoto de trabalho. Ela detém um saber-fazer que já não supre mais sua necessidade de ensino na nova modalidade. Ela precisa adquirir novo saber (objeto valor) para ser útil e produtiva novamente no seu meio de trabalho.

Estando em disforia com esse novo saber, o sujeito movimentava-se no sentido de dever-saber sobre as novas tecnologias, ou tecnologias digitais da informação e comunicação, sendo condição para atualização do seu antigo saber-fazer na nova realidade pandêmica. Quando esse sujeito coletivo, figurativizado pássaro mãe-professora, é confrontado pela figura do pássaro filho, seu anti-sujeito, e este o sanciona negativamente (seja reclamando pela falta de atenção plena, seja apontando o excesso de trabalho), temos uma espécie de representação do pensamento de uma coletividade, um destinador social, que, ao mesmo tempo que cobra produtividade da mulher, a julga por atribuir a outrem a educação/os cuidados dos seus filhos. Mas na realidade da mulher mãe trabalhadora, essa é uma equação que está longe de atingir um denominador comum, pois para que o sujeito coletivo mãe-professora adquira os novos saberes, ele deve priorizar o estudo em detrimento da família e das atividades domésticas, delegando a outros as atividades de cuidado, sempre social e historicamente impostas a ela.

Instaura-se no discurso uma relação complexa: sendo mãe, precisa ser presente e dar atenção ao filho; sendo professora, precisa se dedicar a aprender novos meios de trabalho, abdicando de um tempo que seria familiar. A dedicação a esse saber é compulsória, visto que o sujeito coletivo professora precisa do trabalho para continuar a suprir necessidades básicas da família.

Ao tempo em que esse sujeito é sancionado negativamente pelo filho ('Mãe, quando você vai voltar pra casa?' ou 'Mãe, a senhora tá trabalhando demais...'), é sancionado positivamente pela escola, por conta da dedicação investida. E nesse meio discursivo, a mãe-professora permanece oprimida pelo excesso de obrigações inerentes às suas duas frentes de atuação: a maternidade e a docência.

Encaminhando-me às considerações finais, retorno às tirinhas para iniciar novo pensamento, novo questionamento acerca dos ditos e dos não-ditos: a mãe-professora sabe que a cobrança do filho é devida. O seu silêncio revela isso, ele não é apenas o final da tirinha. Aventurando-me na análise do plano de expressão, as expressões de espanto e surpresa no pássaro que figurativiza a mãe-professora, revelam que ela sabe que está sendo observada e sancionada por aquele que é a inspiração dos seus cuidados. Esse sujeito, no entanto, faz uma escolha: vai em busca do saber-fazer que sustenta o seu trabalho, ainda que isso custe a disforia nas relações familiares. Ou seja: a euforia do sujeito mãe-professora com o seu objeto valor (novos saberes sobre a TDICs) custa a disforia desse sujeito com sua família.

Embora seja um texto de ficção, não estamos nos referindo apenas a um sujeito discursivo presente em uma tirinha, que “encarna” a mãe-professora. Há nos textos analisados, um discurso que nos impõe uma equação a ser resolvida no âmbito social: ou a sociedade organizada entende a mãe como um sujeito que tem direitos (o de maternar, o de trabalhar com o que quiser, dentre vários outros) ou ainda vamos continuar amargando por muito tempo essas violências estruturais: invisibilização do trabalho com cuidados e sobrecarga, imposta às mulheres, de tarefas domésticas e familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Semiótica do discurso, assumida aqui como método de análise dos textos retirados do perfil do Instagram “Escola de Passarinhos”, cujo tema é a sobrecarga de trabalho que afeta mães professoras, nos oferece possibilidades de compreensão dos discursos que subjazem às manifestações linguísticas, ao tempo em que possibilitam refletir sobre a realidade na qual vivemos.

Em artigo anteriormente citado, Louro percorre as origens da inserção da mulher no mercado de trabalho docente e constata que havia um motivo chancelado socialmente para que as salas de aula do ensino básico fossem comandadas por mulheres:

Dizia-se ainda que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de ‘um só turno’, o que permitia que elas atendessem ‘suas

obrigações domésticas' no outro período. Tal característica se constituiria em mais um argumento para justificar o salário reduzido – supostamente, um 'salário complementar'. Com certeza, não se considerava as situações em que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas. (LOURO, 2004, p. 454)

Essa suposição de que sua participação nas finanças domésticas fosse apenas acessória é uma compreensão que justifica a naturalização de tamanha sobrecarga feminina. A figura masculina aparece sempre pressuposta na vida das mulheres: a elas não pode ser dada a dedicação a algum ofício, pois elas precisam ser suporte para os maridos, que passam o dia a buscar o sustento da família.

Atualmente, pensar sobre a realidade das profissionais da educação, que também são mães, é pensar sobre uma parcela da sociedade esquecida em seus afazeres, nas suas inúmeras demandas maternas, domésticas e docentes. O machismo estrutural que funda nossa sociedade não dá alternativas a essas mulheres, que esbarram na sobrecarga de trabalhos infundáveis e se deparam, inevitavelmente, com o sofrimento físico e mental, vivenciando violências há muito institucionalizadas e normalizadas, como sua invisibilização, a minimização da sua dor e do seu sofrimento.

O que é possível perceber, ao longo da história, dos comportamentos sociais estabelecidos para homens e para mulheres, é que foi dado à mulher um conjunto de regras sobre como agir, proceder e ser. Instituiu-se um papel feminino no seio da sociedade, com uma marca religiosa, para que o domínio e o controle sobre o gênero fossem incontestáveis, pois ganhava ares de dogma. Ainda com Louro, alinhamos nossa análise:

Como vimos, as atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres. Dessa forma, ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância, etc. De algum modo, se poderia dizer que “os ofícios novos’ abertos às mulheres neste fim de século, levarão à dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício”. (*Idem. Ibidem*)

Desse modo, retornamos ao título do artigo e à pergunta que o encabeça: quem cuida daquela que cuida? Não é possível obter respostas para o presente. No entanto, é preciso apontar para a urgência de

políticas públicas que incluam mães e crianças em todos os espaços sociais: é necessário garantir àquelas condições de permanecerem empregadas para sustentarem suas crianças e para que estas possam estar seguras enquanto suas mães trabalham, se aperfeiçoem e sejam produtivas para além de um emprego, mas para si mesmas, se esta for a sua vontade.

É igualmente imperativo que haja uma educação igualitária para meninos e meninas. Que ambos os gêneros possam ter iguais deveres na convivência social, para que o machismo estrutural que mina as relações domésticas e familiares não se perpetue e para que as mulheres do futuro não continuem sofrendo de sobrecarga, adoecendo física e mentalmente e não paguem com sua saúde pela abdicação de sonhos e projetos, em nome da manutenção das velhas estruturas patriarcais, que nos impedem, a nós mulheres, de viver plenamente.

Retomando a pergunta retórica de Greimas, que inicia nosso texto, finalizo o presente artigo na esperança de que os futuros textos da humanidade revelem homens e mulheres dividindo responsabilidades igualmente, caminhando juntos na construção de uma sociedade menos injusta e dolorosa para mulheres e meninas. Precisamos do empenho de todos para escrever outros textos sob a égide de novos valores e no qual todos sejam representados de modo respeitoso.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo. Cultrix. 2006.

BRASIL. **Síndrome de Burnout**. Retirado de: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho.> Acesso em: jul/2022.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo. Ática. 2011.

_____. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo. Atual. 1988.

CASTRO, C. M. de; PORTELA, J. C. A noção de conteúdo e de expressão no percurso gerativo do sentido. **Estudos Semióticos**. v. 14, nº 3, 2018, p. 1 – 14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/148463>

DELBONI, C. **Pesquisa mostra que 72% dos professores enfrentam problemas de saúde mental**. Retirado de: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/pesquisa-mostra-que-72-dos-professores-enfrentam-problemas-de-saude-mental/>. Acesso em jan de 2022.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo. Contexto. 2018.

GALASSI, V. **Síndrome de Burnout: professores e a pandemia do esgotamento**. Retirado de:

<https://www.sinprodf.org.br/sindrome-de-burnout-professores-e-a-pandemia-do-esgotamento/>. Acesso em: jan de 2022.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo. Contexto. 2018.

GREIMAS, A. J. A Enunciação (Uma postura epistemológica). Trad. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz. Significação – **Revista Brasileira de Semiótica**, nº 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto (SP), 1974. pp. 09-25. Disponível em: <https://semiotica.fflch.usp.br/sites/semiotica.fflch.usp.br/files/u45/enunciacao-Greimas.pdf>.

HÉNAULT, A. **História Concisa da semiótica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LIMA, E. S. de. **Semiótica discursiva e educação básica**: um diálogo possível e necessário. Estudos semióticos, vol 17, nº1, 2021, p. 13 - 36. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/181019>

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. PRIORE, M. del. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

MENDONÇA, J. M. **Escola de Passarinhos**. Retirado de:

<https://www.instagram.com/escoladepassarinhos/>.
Acesso em: maio de 2021.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**.
Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro
Blikstein. São Paulo. Cultrix. 2012.

**REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À LUZ DA
SEMIÓTICA DISCURSIVA: a leitura do “*era
uma vez...*” na perspectiva das vítimas¹**

Iara Mola²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“Quando eu fui ferido, vi tudo mudar
das verdades que eu sabia
só sobraram restos, e eu não esqueci
toda aquela paz que eu tinha [...]”
(Guilherme Arantes, 1976)*

No que se refere ao problema da violência doméstica contra a mulher no Brasil, qual a relação que, a propósito do discurso sobre ele enunciado pelas suas próprias vítimas ao longo do primeiro ano de pandemia, se poderia delinear entre a perpetração desse tipo de crime e a perpetuação de uma

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Doutoranda em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) – *Campus Higienópolis* –, Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Especialista em Comunicação no Instituto J&F. Endereço para correspondência: Rua da Independência, 715, ap. 178A; Cambuci, SP/SP. CEP: 01524-001. Áreas de interesse: Linguística/Letras; Semiótica Discursiva/Semiótica Francesa; Análise do Discurso de Linha Francesa; Estudos do Discurso. E-mail: iaramola@gmail.com, Telefones: (11) 9.9312-1333 / (11) 9-7600-7898 (WhatsApp).

determinada leitura/interpretação socialmente fomentada a partir dos contos de fadas, mediante a construção dos seus romances envolvendo “príncipes” e “princesas”?

O tema no contexto: a violência doméstica no Brasil em meio à pandemia

Mais do que uma oportunidade, ante o convite recebido para uma participação no evento da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) ocorrido entre 10 e 15 de janeiro de 2022 sob a organização do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Sociologia da Saúde (NIPESS) em parceria com a coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais (UESPI-Parnaíba), a ocasião de mais uma vez se refletir acerca do grave problema da violência doméstica no Brasil pareceu uma necessidade evocada pela própria delimitação do tema: “Encontro de Socioantropologia Política do Corpo, da Saúde, da Doença e da Morte: reflexos e reflexões da pandemia – sobre o corpo, a saúde, a doença e a morte”.

Tomada como a questão central sobre a qual este estudo se detém, por violência doméstica e familiar contra a mulher (doravante, apenas “violência doméstica”) entende-se o crime que contempla “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” em qualquer uma destas esferas: i) a da unidade doméstica (“[...] compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas

[...]”); (ii) a da família (“[...] compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa [...]”); e (iii) a de qualquer relação íntima de afeto (“[...] na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação [...]” (BRASIL, 2006³).

Assim, uma vez que, em relação à violência doméstica, estão previstas quaisquer ações ou omissões baseadas no gênero que lhe causem morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, nela, portanto, estão previstos cinco tipos de violência por meio dos quais esse crime se engendra: o físico, o psicológico, o moral, o sexual e o patrimonial – muito embora ainda sejam poucos aqueles levantamentos nos quais, assim como a físico e a sexual, as demais práticas de agressão sejam também enfocadas (MOLA, 2021a; MOLA, 2021b).

Apenas para se ter uma ideia dos índices a esse respeito, no mesmo ano em que a pandemia da Covid-19 alcançaria também o território nacional, somente na polícia civil foram computados 694.131 ligações efetuadas para o 190 devido a casos de violência doméstica, 294.440 medidas protetivas de urgência concedidas pelos tribunais de justiça e 230.160 registros de lesão corporal dolosa por violência doméstica (FÓRUM BRASILEIRO..., 2021). Em relação às ligações e às medidas

³ Ainda de acordo com o art. 5º da Lei nº 11.340/2006, já mais amplamente conhecida como “Lei Maria da Penha”, “As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”.

protetivas, os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 indicam, respectivamente, aumentos de 16,3% e de 3,6% comparativamente ao ano de 2019, segundo o próprio documento, sendo que, de modo bastante prático, somente no que diz respeito aos telefonemas, “[...] Isto significa dizer que, ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica” (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021).

Quanto aos registros de lesão corporal, houve queda de 7,4% – o que não sugere, em absoluto, motivo algum para qualquer “comemoração”. Isto porque tal redução pode ser explicada em razão do próprio contexto em que se deu, e por dois motivos: o primeiro diz respeito ao fato de que, em decorrência das mudanças provocadas pela necessidade de distanciamento social imposto pela própria disseminação da Covid-19 em solo nacional, “muitos serviços públicos estavam ainda se adequando para garantir o atendimento não-presencial” (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021, p. 94); o segundo, ao problema da subnotificação também durante a pandemia – o que já se verificava no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 (FÓRUM BRASILEIRO..., 2020).

Assim, no que se refere ainda mais especificamente à violência doméstica no contexto da disseminação do contágio do novo coronavírus no País no seu primeiro ano é que, sob o título “O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil”, Pimentel e Martins (2020) introduzem a sua análise considerando que, não bastasse a perplexidade com que se assistia à proliferação de

casos de infecção e de morte causadas pelo novo coronavírus por todo o mundo, a ela se somou ainda a perplexidade com que se assistiu ao aumento no número de casos de violência doméstica, consoante os próprios números assinalam. Conforme explicam, milhares de mulheres que já eram vítimas desse tipo de crime em períodos anteriores “viram essa realidade agravar-se em razão do novo contexto gerado pelo regime de isolamento social, que embora eficaz do ponto de vista sanitário, impôs a elas um tipo de convívio muito mais intenso e duradouro junto a seu agressor, em geral seu parceiro” (PIMENTEL; MARTINS, 2020, p. 38).

Se, em 2019, 1.326 mulheres foram vítimas de feminicídio (FÓRUM BRASILEIRO..., 2020), em 2020 foram 1.350 (FÓRUM BRASILEIRO..., 2021) – 0,7% a mais do que no ano anterior –, com o acréscimo das informações também assinaladas pelo próprio levantamento de que 81,5% delas foram mortas por companheiros ou ex-companheiros, de que 74,7% tinham idade entre 18 e 44 anos e de que, em 55,1% dos casos, o assassinato ocorreu mediante o uso de arma branca por parte do agressor (FÓRUM BRASILEIRO..., 2021), sendo que mais da metade das vítimas foi assassinada dentro de casa (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021).

Ademais, para além daquilo que veicula o noticiário e do que se pode recuperar individual e/ou coletivamente da própria memória, o primeiro gráfico do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 disponibilizado no capítulo dedicado à tratativa dos dados de “Violência doméstica e sexual” revela a velocidade com que os casos de feminicídio seguem crescendo: antes de esse tipo de crime alcançar 1.350

mulheres somente no ano de 2020, ele vitimara 929 somente no ano de 2016 (FÓRUM BRASILEIRO..., 2021). E, diante do crescimento de 100,6% no total de registro de posses de arma no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) desde 2017 no Brasil – incluindo-se aí as mudanças que, desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 e mediante cerca de 30 de normas por ele assinadas, abrandaram as exigências para a posse e o porte, aumentando a quantidade de armas e munições que o cidadão pode possuir, liberando o comércio de armas antes restritas às forças de segurança pública e dificultando a fiscalização e o rastreo de balas (WESTIN, 2021) –, vive-se ainda com “[...] o sério risco da antecipação de desfechos ainda mais violentos como os feminicídios para as mulheres expostas à violência doméstica [...]” (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021, p. 100).

Diante dessa conjuntura, na qual dados tão recentes chamam cada vez mais atenção para a complexidade de que se reveste o combate a um problema social tão antigo, foi que, para a participação no Encontro já mencionado, a temática da violência doméstica despontou como um crime que, também no decorrer da pandemia, atingiu milhares de “corpos”. E que, independentemente de “se materializar” factualmente nos corpos (mediante as violências física e/ou sexual) ou não (dadas também as violências psicológica, moral e/ou patrimonial), é certo que comprometeu a saúde e/ou o bem-estar das suas vítimas nos mais diferentes aspectos, com o acréscimo de que, por mais de duas mil vezes somente no biênio 2020-2021, como “não

bastasse” adoecê-las, chegou até mesmo ao ponto de tirar-lhes a vida.

No que compreende esses desastrosos reflexos, especificamente, parte deles já vinha sendo observada mais de perto durante os primeiros três meses do período pandêmico no País, quando, numa determinada conta da rede social Instagram dedicada a “sobreviventes de abusos” – a página “Sobrevivendo ao Abuso” (2022) (“@sobrevivendoaoabuso”) –, pôde ser identificado um repentino aumento no número de publicações de depoimentos atribuídos a mulheres que neles enunciavam como vítimas de violência doméstica.

Até então, a página mencionada já era “seguida” por esta pesquisadora, que nela vislumbrava a possibilidade de ainda constituir um futuro *corpus* de pesquisa, conquanto, nessa ocasião, o plano de ingresso no programa de doutoramento em Letras ainda não tivesse se efetivado. Já no segundo semestre de 2020 – agora, sim, na condição de aluna regularmente inscrita no programa no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGL-Letras/UPM) para o curso de doutorado –, o espaço dado a esse tipo de “*post*” se manteve por parte da idealizadora da referida página, perfazendo um total de 17 relatos produzidos somente entre fevereiro e agosto desse mesmo ano.

Em conformidade, todos eles guardavam a autoria de mulheres que se declaravam vítimas de violência doméstica durante a relação íntima de afeto estabelecida com agressores homens, sobre a qual discorriam, visando ora a um desabafo, ora a uma “denúncia tardia” ou a um “alerta” para outras

“seguidoras” que estivessem enfrentando o mesmo tipo de situação. Esse, porém, não seria o único aspecto observado em comum entre eles.

Como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, cujo objetivo consiste em compreender como se configura o discurso da mulher que é vítima de violência doméstica a partir da perspectiva dela própria como sujeito enunciador, ocorre que, durante a leitura mais minuciosa do *corpus* aí constituído a partir de 24 textos (os 17 colhidos de 2020 somados aos outros sete datados de 2019), outra peculiaridade também despontou: em um terço deles, emergiu na superfície linguística a menção explícita a “príncipes (encantados)” e/ou a “conto(s) de fadas”, numa referência dessas enunciadoras à forma como os seus agressores – até então, ainda na condição de “companheiros” – teriam se apresentado a/teriam se comportado com cada uma delas no início e/ou durante a fase inicial do seu relacionamento amoroso. E, nesse um terço dos 24 depoimentos selecionados para o *corpus* da tese de doutorado, esses oito depoimentos em questão eram justamente aqueles publicados em 2020, em meio à pandemia e aos 17 citados.

Do problema de pesquisa à definição do objetivo: um olhar discursivo

Nesse contexto, então, foi que adveio o interesse por se investigar, em particular, a relação identificada no discurso da violência doméstica entre essa situação de violência da qual um conjunto de enunciadoras se declara vítima e a sua própria alusão aos “príncipes (encantados)” e/ou aos “contos de

fadas” que elas *acreditavam* (ou que lhes *parecia*) ter encontrado e/ou estar vivenciando. Uma relação, portanto, na qual essa alusão recuperaria/recupera “uma leitura” da construção dos romances entre príncipes e (futuras) princesas nas narrativas oriundas dos contos de fadas que seria/é aquela ainda mais socialmente consolidada – e, por isso mesmo, aquela ainda mais frequentemente assimilada. Concomitantemente, porém, também uma relação em cujo desfecho, no lugar do “felizes para sempre” para ambos os personagens, se pode “improvisar”, por mais de mil de vezes ao longo de um único ano somente no Brasil, até mesmo a morte da personagem feminina, conforme os dados já pincelados evidenciam a esse respeito.

Assim, situado nessa conjuntura – pandêmica e acadêmica – e orientado pelas prescrições de uma pesquisa exploratória (GIL, 2002), este trabalho tem por objetivo problematizar o efeito moralizante relativo à idealização dos romances construídos nessa categoria do universo fantástico (os contos de fadas) na condição de fomentador (ou, ao menos, de potencial fomentador) de toda uma base de crenças que vão sendo instituídas, consolidadas e perpetuadas socialmente para/entre as mulheres, especialmente no que se aplica à idealização desse público feminino na construção das suas próprias “histórias de amor”, no desenvolvimento das suas relações íntimas de afeto.

Como pressuposto, considera-se, então, que essas seriam/são crenças acerca das quais ainda seguiria/segue sendo suscitada essa correspondência entre os “príncipes” aparentemente “saídos dos contos de fadas” e os homens que cada uma delas efetivamente encontraria/encontrará/encontra no seu

mundo “não ficcional” – uma correspondência, portanto, que, além de “ingênua” e/ou “irreal”, entre outras possíveis apreciações, também pode vir a ser “perigosa”, uma vez identificada no contexto em questão. Logo, em vista disso é que se parte da necessidade de o estudo se debruçar sobre as representações enunciativo-discursivas desses homens nos textos produzidos por essas mulheres, buscando-se refletir sobre esse *fazer interpretativo* que parece caracterizar o discurso desse perfil de enunciadora, sobre o qual o *fazer persuasivo* dos contos de fadas, no que tange ao efeito moralizante já mais socialmente definido a respeito dos romances de que se constroem (e tal como os constroem), suscitaria um “efeito de verdade”.

Assim, o estudo aqui apresentado não apenas se empreende como um tópico específico do projeto mais amplo de pesquisa a que pertence, como também – e em boa medida – dá continuidade a uma investigação anterior que, pautada por uma triangulação, também buscou problematizar a – até então – possível (e/ou provável) relação entre (i) a perpetuação de uma prática pedagógica na qual a contação de contos de fadas frequentemente se dá sem uma intervenção desalienadora por parte dos alfabetizadores, (ii) o consumo compulsório desses conteúdos (e dos seus valores implícitos) por parte do alunado infantil, sobretudo das meninas em período de formação, e (iii) os efeitos desse consumo já na sua vida adulta, especialmente na condição de vítimas que, apesar de terem sido atraídas por “príncipes”, descobriram neles os seus agressores (MOLA, 2021c).

No que envolve o seu arcabouço teórico, bem como tendo-se em vista o gênero capítulo de livro resultante de uma apresentação realizada na Mesa-Redonda Semiótica e Violência de Gênero do evento reportado desde o início, esta pesquisa se ancora nas contribuições advindas da Semiótica Discursiva, e naquelas advindas principalmente de Greimas (1979, 2014), a partir das suas reflexões sobre o *contrato de veridicção*, encontrando-se aí e nesse próprio campo de estudos específicos da semiótica não “apenas” um base teórica, mas todo um ferramental teórico-metodológico por meio do qual se logra a ocasião de viabilizar a problematização pretendida.

Por fim, quanto à sua organização a partir destas considerações iniciais, o desenvolvimento se dá por meio de duas outras seções: uma dedicada à melhor apresentação do *corpus*, da sua fonte até a sua delimitação para este estudo; outra dedicada ao aporte teórico e às reflexões que se desdobram a partir dele e do objeto de estudo selecionado. Ademais, às últimas considerações, nas quais se vislumbram alguns encaminhamentos futuros, seguem as referências que tornaram este trabalho possível.

CORPUS DESTA PESQUISA: DA FONTE À DELIMITAÇÃO


*“[...] Eu que tinha tudo, hoje estou mudo
estou mudado
à meia-noite, à meia luz pensando
daria tudo por um modo de esquecer [...]”
(Guilherme Arantes, 1976)*

Metodologicamente, este trabalho se desenvolve como de natureza exploratória, uma vez que o objetivo desse tipo de investigação se volta a “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 42); ou, em síntese, ao aprimoramento de ideias ou à descoberta de intuições. Dado que se trata de um método bastante flexível, permitindo que sejam considerados os mais variados aspectos relativos ao fato estudado, neste optamos, na esteira do que sucede na maioria dos casos, pelo levantamento bibliográfico e pela análise de exemplos que “estimulam a compreensão” (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63 *apud* GIL, 2002, p. 42).

Quanto a esses “exemplos”, conforme já antecipado, eles foram extraídos do *corpus* de base da pesquisa de doutorado já reportada, perfazendo, então, oito *textos*, uma vez que é no texto que a Semiótica Discursiva encontra o seu objeto de estudo e dele que procura explicar os sentidos, bem como os mecanismos e procedimentos que constroem esses sentidos tanto mediante a organização linguístico-discursiva do texto quanto por meio das relações que ele estabelece com a sociedade e a história (BARROS, 2016).

Por esses textos neste trabalho, no entanto, não se deve considerar a apresentação de cada um na sua totalidade: antes, consoante o contexto situado, o tipo de pesquisa definido e o objetivo estabelecido, bem como o fato de que ele deve guardar correspondência com o exposto durante o “Encontro de Socioantropologia Política do Corpo, da Saúde, da Doença e da Morte: reflexos e reflexões da pandemia – sobre o corpo, a saúde, a doença e a morte”, este

estudo recorre a eles por meio dos excertos que interessam ao recorte já estipulado – e que serão explicitados pouco mais adiante –, deixando à investigação mais ampla (na tese) a análise de cada um na íntegra.

No que se refere à fonte da qual esses textos foram coletados, mais detalhadamente, na apresentação da página do Instagram se lê: “Sobrevivente de um relacionamento abusivo de quase 20 anos, meu objetivo é levar ajuda, conforto e conhecimento a quem passou ou passa por isso!  ” (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2022). Nela, que até a data de conclusão deste trabalho (ao final da primeira quinzena de agosto), conta com 16.600 seguidores, estão reunidas publicações que, de modo geral, perpassam estas quatro macrocategorias: (i) conteúdos informativos acerca de como identificar violências (“abusos” domésticos) e de quais são os comportamentos mais característicos dos agressores; (ii) mensagens motivacionais voltadas à superação dos efeitos (traumáticos ou não) decorrentes da violência; (iii) reprodução de *posts* que estejam circulando em outras páginas ou de vídeos disponíveis na internet cujos temas abordados versem a respeito da violência doméstica ou dialoguem com ele; e (iv) depoimentos enviados para a página por mulheres que têm em comum o fato de serem vítimas de um ou mais tipos de violência executados pelos seus próprios companheiros.

No caso desse último tópico, dos 17 depoimentos datados de 2020, o primeiro corresponde a 26 de fevereiro, mesma data em que, em território nacional, foi identificado o primeiro

caso de Covid-19; o último, a 25 de agosto, mesmo mês em que foi aprovada a Medida Provisória 994/2020, que destinava R\$ 1,9 bilhão à produção e à aquisição da vacina contra doença, que seria desenvolvida pelo laboratório AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Distribuídos nesse intervalo, foram encontradas as seguintes quantidades de texto em cada mês: um em fevereiro, dois em março, cinco em abril, cinco em maio, dois em junho, um em julho e um em agosto. Na quase metade deles – com mais exatidão, em 47% –, a explicitação a “príncipe (encantado)” ou a “contos de fadas” foi verificada – em relação ao primeiro caso, totalizando seis ocorrências e, em relação ao segundo, duas, conforme esquematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – *Corpus* desta pesquisa: excertos dos oito textos enunciados pelas próprias vítimas.

Nº	Depoimentos	Alusão a “príncipe (encantado)” ou a “contos de fadas”	Tipo de violência	Referência
1	• 26 de fevereiro	<p><i>“[...] quem diz que aquele príncipe Thales estourou minha boca no dia da minha própria festa porque tirei uma foto abraçada com meus amigos? [...] Muitos vão se admirar com esse</i></p>	psicológico, moral e físico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020a

		<i>texto porque o Thales sempre foi o meu príncipe encantado, mas só EU sei o que passei nesses 3 anos [...]</i>		
2	• 8 de março	<i>“[...] No começo era lindo, até me fez acreditar que tinha finalmente encontrado a pessoa que me iria fazer feliz, mas esse príncipe encantado nunca poderia abusar sexualmente de alguém que ama. [...]”</i>	psicológico e sexual	Sobrevivendo ao Abuso, 2020b
3	• 29 de março	<i>“[...] Primeiro encontro foi perfeito! Ele foi extremamente gentil, educado, um príncipe! [...]”</i>	psicológico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020c
4	• 15 de abril	<i>“[...] Confesso que hoje vejo que muito foi porque eu acreditei que ele era um príncipe encantado, que sendo diferente de mim, eu iria crescer junto dele. E a minha mãe o adorava. [...]”</i>	psicológico e patrimonial	Sobrevivendo ao Abuso, 2020d

5	• 28 de abril	<p>“[...] <i>Como sempre gostei de estar numa relação, me envolvi aos prazeres que ele me proporcionava. Tudo o que eu pedia ele fazia e até mesmo sem pedir, parecia conto de fadas.</i> [...]”</p>	psicológico e físico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020e
6	• 4 de maio	<p>“[...] <i>No início, o cara era um príncipe! Me tratava como se eu fosse a última coca cola do deserto. [...] Voltamos de novo e ele pediu perdão, voltou a ser um príncipe.</i> [...]”</p>	psicológico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020f
7	• 17 de maio	<p>“<i>Após 10 anos de casada e 5 anos de namoro, meu ‘conto de fadas’ se tornou nos últimos meses um pesadelo [...]</i>”</p>	psicológico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020g
8	• 25 de agosto	<p>“[...] <i>Em 2009 eu conheci um homem; no início do relacionamento ele era um ‘príncipe’.</i> O</p>	psicológico e físico	Sobrevivendo ao Abuso, 2020h

		<i>homem dos sonhos de qualquer mulher! [...]</i>		
--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Sobrevivendo ao Abuso, 2022.

Conquanto cada um desses depoimentos, publicado por meio de um carrossel de imagens em cada “*post*”, seja também acompanhado de uma legenda – a qual muitas vezes contextualiza os bastidores da conversa entre as vítimas e a idealizadora da página –, à problematização pretendida neste trabalho interessam somente os conteúdos desses relatos em si, todos eles enunciados em primeira pessoa pelas mulheres que discorrem a respeito da violência doméstica por elas próprias sofrida.

DO APORTE TEÓRICO ÀS REFLEXÕES: O(S) CONTRATO(S) VERIDICTÓRIO(S) DO “*ERA UMA VEZ...*”

*“[...] Eu queria tanto estar no escuro do meu quarto,
à meia-noite, à meia luz sonhando,
daria tudo por meu mundo e nada mais. [...]”
(Guilherme Arantes, 1976)*

Visando à sua melhor organização, esta seção foi dividida em três partes.

1 Os contos de fadas no discurso da violência doméstica: o problema do (*in*)verossímil

De volta ao início desta pesquisa, tendo-se em vista a menção direta (por meio da explicitação dos “contos de fadas”) ou indireta (mediante a referência a “príncipes (encantados)”) identificada no discurso sobre a violência doméstica enunciado por um conjunto de mulheres que dela se apresenta como vítima, parte-se, como já assinalado introdutoriamente, da associação entre essas referências e o universo desses contos dos quais, entre outros, personagens como príncipes sobressaem, bem como a construção dos romances que os envolvem nessas narrativas.

A fim de tornar menos vaga essa alusão à construção dos romances, especialmente naqueles contos de fadas “clássicos”, pareceu pertinente mencioná-los acompanhados de uma síntese, organizando-se a seguinte sequência de títulos: *A Bela Adormecida*, em que a Bela se viu desperta por um corajoso príncipe, cujo beijo foi capaz de salvá-la do feitiço a que fora submetida; *A Bela e a Fera*, em que a Bela, trancada num palácio onde se viu impelida a morar para conferir liberdade ao próprio pai, acabou se afeiçoando por uma figura até então “monstruosa”, cujo “interior” lhe foi dado a conhecer, após o que a ela se revelou “um príncipe”, com quem se casou; *Cinderela*, que, até então, era uma “gata borralheira”, por quem um príncipe se apaixonou durante um baile ao qual ela compareceu com a ajuda de uma fada madrinha, também resultando daí mais um casamento; *A Princesa e a Ervilha*, em que, no lugar de uma “camponesa” transformada em princesa, como nos dois contos anteriores, havia uma “princesa de verdade”, porque somente uma “verdadeira princesa” poderia ter a pele

“tão sensível” a ponto de sentir o incômodo causado por uma única ervilha debaixo de vinte colchões e de vinte edredons; *Branca de Neve*, a quem um príncipe também salvou, casando-se com ela, depois de despertá-la do sono profundo a que fora condenada, momentos depois de ter comido uma maçã envenenada; e Rapunzel, personagem cuja maldição sofrida (em decorrência de o pai furtar rabanetes do quintal da vizinha, que era uma feiticeira, para satisfazer ao desejo da mãe, que estava grávida) acabou se estendendo ao príncipe com quem aceitara se casar (ele a resgataria da torre onde permanecia presa), deixando-o cego e vagando pelo deserto por muitos anos, até finalmente reencontrar a sua amada, que dera à luz duas crianças, após o que todos forma “felizes para sempre” (FUKS, 2022).

Trata-se, portanto, de um tipo de conteúdo literário cujo conhecimento é socialmente compartilhado (conhecimento popular) e cujo desfecho, no qual geralmente prepondera o “*E viveram felizes para sempre*”, frequentemente se veicula um entendimento de felicidade conjugal (e/ou de uma construção de família) que é aquele aqui contemplado como o seu caráter moralizante, tomado como uma leitura já “mais consolidada”, à qual também estão consorciados outros discursos sociais, como o religioso⁴.

⁴ Por exemplo, numa aproximação entre os contos de fadas exemplificados no parágrafo anterior e o discurso religioso encontrado na Bíblia, pode-se vislumbrar uma mesma construção do papel social da mulher, ao menos no que se refere às suas relações íntimas de afeto: tanto num quanto noutra espaço, ela tem a sua vida transformada quando encontrada pelo homem a quem amará; tanto como personagem desse tipo de

Assim, mobilizando-se esse conhecimento enciclopédico, bem como os conhecimentos linguísticos e discursivos no que se refere, na sociedade brasileira (e, ao menos no hemisfério ocidental), a uma mulher conhecer um homem ao qual metaforicamente se reporta como “príncipe”, ou com o qual considera desfrutar uma relação amorosa que identifica como “um conto de fadas”, tem-se que, nessas correlações, está sendo abarcado todo um escopo de comportamentos e de acontecimentos constitutivos de narrativas ficcionais, conforme se verifica nos excertos dos textos organizados no Quadro 1.

No primeiro deles, a enunciadora registra, por exemplo, “*Thales sempre foi o meu príncipe encantado [...]*” (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020a, grifos desta pesquisadora), de modo que, por meio desse emprego do advérbio (“sempre”), pode-se deduzir uma referência que recupera o início dessa relação: quando o conheceu e/ou passou a se relacionar com esse homem numa relação íntima de afeto, essa primeira mulher associou a figura/o comportamento de “Thales” à imagem/às virtudes socialmente construídas em torno de “um príncipe encantado”. A mesma coisa em relação ao terceiro depoimento: “[...] *Primeiro encontro foi perfeito! Ele foi extremamente gentil, educado, um príncipe!* [...]” (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020c,

ficção (como nos casos da Bela e da Cinderela) quanto como referência bíblica de “virtude”, ambas são, “concreta” ou metaforicamente, “coroadas” no e/ou por meio do casamento [“A mulher exemplar é a coroa do seu marido” (PROVÉRBIOS, 12:4 *apud* BÍBLIA SAGRADA..., 2022)].

grifos desta pesquisadora); o que se repete em relação ao sexto: “[...] *No início, o cara era **um príncipe!*** [...]” (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020f, grifos desta pesquisadora); e exatamente o mesmo em relação ao oitavo: “[...] *Em 2009 eu conheci um homem; no início do relacionamento **ele era um ‘príncipe’**. O homem dos sonhos de qualquer mulher!* [...]” SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020h, grifos desta pesquisadora), com o acréscimo de que, neste último, a referência a “o homem dos sonhos de qualquer mulher” reforça essa associação – ainda que, nesse caso, seja a única vez em que as aspas são identificadas, colocando o sentido “em suspenso”. (Afinal, no momento em que escreve esse relato, essa oitava enunciativa já sabe que um e outro não são os mesmos “personagens”...)

Quanto às duas menções encontradas nos depoimentos sobre os “contos de fadas”, a correlação mencionada também pode ser facilmente observada: no quinto excerto, por exemplo, em “[...] *me envolvi aos prazeres que ele me proporcionava. Tudo o que eu pedia ele fazia e até mesmo sem pedir, **parecia conto de fadas.*** [...]” (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020e, grifos desta pesquisadora), a impressão de que a sua relação íntima de afeto com o então “companheiro” “parecia um conto de fadas” só pôde ser estabelecida por parte dessa mulher em razão do seu conhecimento prévio do que preconiza (direta e/ou indiretamente) esse tipo de discurso literário no direcionamento que lhe é dado socialmente, bem como em razão do tipo de leitura/de assimilação desse tipo de discurso por ela própria levado a cabo, individualmente. O mesmo se dá, mais uma vez, no sétimo depoimento, no qual, a exemplo

da última alusão ao “príncipe” destacada no parágrafo anterior, a sétima enunciadora emprega aspas, agora já “desiludida” de que o “conto de fadas” pudesse se realizar como tal: *“Após 10 anos de casada e 5 anos de namoro, meu ‘conto de fadas’ se tornou nos últimos meses um pesadelo [...]”* (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2020e, grifos desta pesquisadora).

De volta, pois, às narrativas ficcionais, o que se tem é que, tal como lhes é constitutivo no seu caráter de “ficção”, elas não se ancoram nem tampouco emergem daquilo a que o próprio senso comum denomina “fatos reais”, para efeito de distinção entre o “universo da fantasia” e o da “realidade”. Não obstante, conforme os excertos reproduzidos atestam no contexto de violência doméstica em que situam, ocorre que, dessa idealização própria das relações amorosas que (magicamente) se forjam no mundo das fadas (onde também existem “feitiços” e “encantamentos”, camponesas repentinamente transformadas em princesas, príncipes que as “salvam” das “maldições” mais perversas e/ou que “vagam” pelo deserto por anos a fio à incansável procura das suas amadas), parece advir a adesão a um tipo de crença do qual a própria realidade em si se abasteceria. Em suma, o romance da fantasia, com os seus devidos personagens e situações, se transportaria para fora dela, repetindo-se desse outro lado.

Nesse caso, pois, poder-se-ia inicialmente propor que se teria aí um problema de “verossimilhança”, ao que, detendo-se sobre o verossímil e o verídico, Greimas (2014, p. 115) esclarece: “[...] o conceito de verossimilhança está

necessariamente sujeito a certo relativismo cultural [...]”. Contudo, conforme o próprio autor adverte,

[...] Quando mudamos de contexto cultural somos levados a mudar também de problemática, pois ao passo que a noção de verossimilhança está intimamente ligada à concepção de discurso como representação de outra coisa, **o fato de um discurso ser qualificado como ‘verdadeiro’ em si mesmo não elimina a questão de seu estatuto próprio e das condições de produção e consumo de discursos verdadeiros**” (2014, p. 117, grifos desta pesquisadora).

À Semiótica Discursiva, no entanto, não obstante se saber que “[...] o conceito de verossimilhança não é somente o produto cultural de determinada sociedade”, mas que “sua elaboração exige um longo aprendizado que dá acesso a uma ‘realidade’ do mundo, fundada sobre certa racionalidade adulta” (GREIMAS, 2014, p. 116), não interessam, como objeto de estudo, nem a verossimilhança nem a “verdade”, mas, sim, o *contrato de veridicção*:

[...] o discurso é esse lugar frágil em que se inscrevem e se leem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; **modos de**

veridicção resultantes da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário; **suas diferentes posições não se estabelecem senão na forma de um equilíbrio mais ou menos estável que provêm de um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação. É esse acordo tácito que é designado pelo nome de contrato de veridicção** (GREIMAS, 2014, p. 117, grifos desta pesquisadora).

Sob essa perspectiva, portanto, não existe “discurso verdadeiro” e/ou “discurso falso” em si mesmos. Inclusive porque, se toda a questão se resumisse ao problema da verossimilhança e à existência de um “discurso verdadeiro”, é possível – ou, ainda, é o mais provável – que as alusões a “príncipes” e/ou a “contos de fadas” não despontassem no discurso da violência doméstica enunciado pelas suas próprias vítimas. Afinal, uma vez que fosse ponto pacífico que o discurso literário desses contos de fadas seria/é “mentiroso” em si mesmo, elas saberiam – presume-se – da impossibilidade de conhecer um homem cujos modos fossem/sejam os mesmos de um “príncipe” e/ou com quem a convivência/felicidade conjugal fosse/seja a mesma que aquela veiculada pelas narrativas fantásticas. Logo, em se sabendo que, exceto na esfera da ficção, “isso não existe”, não se estima a existência de motivos pelos quais essas mulheres

estabeleceriam esse tipo de associação. Se, no entanto, estabeleceram, pressupõe-se que assim o teriam/tenham feito por acreditarem nessa correspondência entre uma coisa e outra – do que se deduz que a experiência formulada na fantasia poderia ser “replicada” fora dela. Mas como?

2 A crença nos contos de fadas no contexto da violência doméstica: um contrato veridictório

Ainda no que tange ao texto literário, sobre o qual, ainda assim, se poderia insistir na questão de que são múltiplas as leituras que poderia receber, Greimas (2014) reflete que o conceito de “conotação” – no qual se comportariam, então, leituras variadas – equivaleria a uma “etiqueta cômoda, grudada em um porta-treco repleto de questões embaraçosas” (p. 118). Isto porque, segundo ele próprio adverte, não se pode esquecer que, no lugar de “um simples efeito secundário”, a conotação também detém uma estrutura de signo e,

[...] por isso, se integra a uma “língua” conotativa, pois as marcas de veridicção inscritas no discurso enunciado [a exemplo do “Era uma vez...”, como já lembrado] devem ser consideradas constituintes do “significado conotativo”, cuja articulação global [...] expressa o “significado conotativo”. Não é por ser uma metassemiótica oblíqua, que se desvia da semiótica que ela conota, que a

organização da linguagem de conotação deixa de estar fundada sobre os mesmos postulados de base (GREIMAS, 2014, p. 118-119).

Invertendo, assim, a problemática segundo a qual a leitura de um discurso literário, por exemplo, se definiria pelo contexto cultural no qual ela é realizada, Greimas (2014, p. 119) concluirá que, ao contrário, **“são os contextos culturais (quer dizer, as culturas) que se definem pelas interpretações conotativas que dão aos discursos”**. Assim, o que aqui se propõe a respeito do modo como os contos de fadas são consumidos é que, ainda hoje, a cultura atual se define por um número de isotopias das suas leituras que é limitado, circunscrito a uma determinada quantidade de interpretações conotativas que lhes são dadas e que interferem, ainda, na construção do papel social de mulher – o que abrange, por extensão, as aspirações que lhe são estimuladas em relação a todos os âmbitos da sua vida, entre os quais estão aquelas relativas à “construção da sua vida amorosa”. Na prática, tal como as princesas, as mulheres – desde pequenas, como maiores consumidoras desse tipo de conteúdo – também desejariam/desejam “ser felizes”, sendo essa a recompensa prevista no “*contrato social*” apresentado por essa leitura mais disseminada dos contos de fadas envolvendo figuras principescas.

Ora: tomando-se o contexto cultural organizado em torno desse número de interpretações possível a um texto literário (GREIMAS, 2014), tem-se que o contexto cultural atual tanto se define pela

conotação interpretativa que confere ao discurso de “*felizes para sempre*” promovido por intermédio dos contos de fadas, que o Brasil comporta algumas unidades da “Escola de Princesas”, cujo *slogan* é “todo sonho de menina é tornar-se uma princesa” (ESCOLA DE PRINCESAS, 2022). Em vista dessa máxima, aliás, é que surgiu o projeto de “levar ao coração de meninas, valores e princípios morais e sociais que as ajudarão a conduzir sua vida com sabedoria e discernimento”, abrangendo um público entre 4 e 15 anos de idade.

Para se ter uma ideia, conforme a sua própria apresentação, a escola tem como “missão” “oferecer serviços de excelência que propiciem experiências de natureza intelectual, comportamental e vivencial **do dia a dia da realeza**” (ESCOLA DE PRINCESAS, 2022, grifos desta pesquisadora), fazendo com que essas meninas “resgatem” “a essência feminina que existe em seus corações” – o que poderia levar a se questionar se, dada a necessidade de “resgatar a essência feminina”, deve-se mesmo pressupor que, nessa idade, elas já a tivessem “perdido”... Ademais, no último módulo da sua “grade curricular”, intitulado “de princesa a rainha” –, a instituição apresenta os tópicos “restaurando os valores e os princípios morais do matrimônio” e “**à espera do príncipe (como se guardar)**” – logo, uma “espera” da qual, se presume, deve-se resultar algum tipo de “*felizes para sempre*” como contrapartida...

Reverberando, por exemplo, o que se produz a esse respeito na indústria cinematográfica, uma busca efetuada no Google sob a inscrição “filmes de princesas” apresentou como primeiro resultado – de um total de aproximadamente 8.660.000 – um blogue

intitulado “Dicas de Mulher”, no qual se encontra a matéria “Filmes de princesas: **20 opções que vão te levar para reinos encantados**” (HERRMANN, [s.d.], grifos desta pesquisadora). Nesse caso, dois pontos inter-relacionados merecem atenção: o público ao qual esse blogue se destina e o “tu” a que se dirige no enunciado que corresponde à manchete da publicação. Isto porque, na sua apresentação, em relação ao primeiro aspecto, lê-se:

O Dicas de Mulher **existe para empoderar as mulheres brasileiras por meio da informação**. Acreditamos que a vida pode ser descomplicada com **boas dicas** e menos dúvidas e motivos para se preocupar.

Desde 2010, produzimos conteúdo pensando nesse propósito. São milhares de matérias que tratam de moda a saúde, de carreira a artesanato, de beleza a maternidade, de receitas a finanças...

Também sabemos dos desafios e das delícias de ser mulher. Por isso, trocamos as regras pelo incentivo de liberdade, valorizamos a diversidade e **escrevemos conteúdos que nós mesmas gostaríamos de ler** (DICAS DE MULHER, [202?], grifos desta pesquisadora).

Em relação a esses dois pontos, tem-se que, no título “Filmes de princesas: 20 opções que vão **te** levar para reinos encantados” (HERRMANN, [s.d.], grifo desta pesquisadora), o “te” a que a enunciadora se reporta (e na posição de quem enuncia em nome do blogue, ao qual se filia institucionalmente) são as mulheres. Ou melhor: de acordo com o público-alvo do veículo, são as “mulheres brasileiras”, às quais se deseja “empoderar”, de modo que os conteúdos aí produzidos, tal como a matéria destacada (sobre os filmes de princesas), são “pensados sob esse propósito”. E mais: trata-se de um conteúdo que as próprias mulheres que assinam esse blogue manifestam que “gostariam de ler” – uma lista com 20 “filmes de princesas” que “as levarão para reinos encantados”.

Em vista disso, reflete-se: essa, porém, não deveria ser uma “transposição” – do “real” para o universo do encantamento – que interessasse *a priori* e/ou preponderantemente às crianças (meninas)? Afinal, por que mulheres já adultas seguiriam se abastecendo desse tipo de conteúdo, sobretudo diante da proposta de “empoderamento” expressa pela instância enunciativa que o elaborou e veiculou?

Ademais, ainda em relação a esse primeiro aspecto, não bastasse o apelo da indústria cinematográfica nessa direção – extrapolando os “filmes infantis” e a própria categoria de “romances”, por exemplo –, a organização do contexto cultural em torno de uma determinada interpretação conotativa dada a esse discurso literário compreende ainda a repercussão desse modelo de “*felizes para sempre*” em livros, revistas, quadrinhos, novelas, desenhos, cursos, palestras, tutoriais, *podcasts*, *realities show*...

Em segundo lugar, o segundo aspecto considerado é o de que, diferentemente da abordagem dada à problemática da “verdade” sob a ótica da Semiótica Discursiva, o contexto cultural não só admite a existência de discursos ditos “verossímeis” ou “inverossímeis” (ou, ainda, nem “verossímeis” nem “inverossímeis”, a exemplo dos científicos), como ainda “entende que o **caráter verossímil do discurso só pode ser adequadamente formulado pela classe dos adultos e por isso pressupõe certo grau de desenvolvimento da inteligência**” (GREIMAS, 2014, p. 116, grifos desta pesquisadora). Assim, esse segundo aspecto recupera o primeiro, pois, “De fato, os psicólogos nos dizem que **até certa idade as crianças, ao assistir à televisão, não conseguem distinguir os personagens que existem ‘realmente’ dos seres imaginários; as ações e as histórias ‘reais’, da pura fantasia [...]**”.

Ora: se, até essa certa idade, os psicólogos também explicam que está se desenvolvendo a formação da personalidade, de maneira que os valores aí disseminados pelos adultos e apreendidos pelas crianças serão também aqueles por meio dos quais elas tenderão a se orientar por toda a vida, então, pondera-se: esse contrato de “romance”/“construção da vida amorosa” como equivalente do “*felizes para sempre*” que circula socialmente para que se dê o aceite das mulheres não seria tão somente a oficialização do tipo de proposta que, por meio do próprio contexto cultural (via, por exemplo, determinada leitura dos contos de fadas), elas já teriam sido/foram orientadas (e preparadas) desde cedo para aceitar?

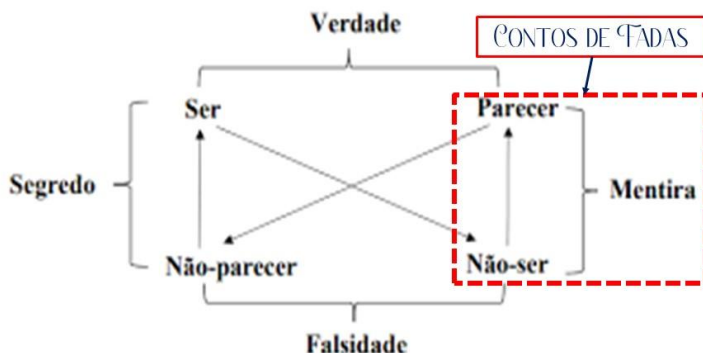
Conforme prossegue Greimas (2014, p. 116, grifos desta pesquisadora), “[...] trata-se de ver como, a partir desse imbróglio, se dá **a aquisição progressiva de ‘realidade’**, isto é, da visão segundo o ‘senso comum’”, de forma que “[...] **o conceito de verossimilhança não é somente o produto cultural de determinada sociedade; sua elaboração exige um longo aprendizado que dá acesso a uma ‘realidade’ do mundo, fundada sobre certa racionalidade adulta**”. Entretanto, porque a aquisição de “realidade” é uma construção progressiva, se poderia partir da expectativa de que, no que se refere a essas meninas que um dia se transformarão em mulheres, o entendimento de *felicidade conjugal* por elas tantas vezes social/culturalmente reiterado ao longo da vida seria automaticamente revisto na fase adulta?

Discorrendo sobre a veridicção como um “estatuto próprio” do discurso, que diz respeito ao dizer-verdadeiro e que se trata de uma questão discursiva, Greimas (2014) acrescentará que existem variados tipos de contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário, ilustrando que o discurso que começa com “*Era uma vez...*” não é regido pelo mesmo contrato veridictório que um texto jornalístico – este sobre o qual se espera uma leitura cujo efeito de sentido seja o de “verdadeiro”.

Como todo e qualquer outro, o texto literário também pressupõe um *acordo fiduciário* entre enunciador e enunciatário que determina o seu *estatuto veridictório*, a contar pelas suas próprias marcas de *veridicção*: do ponto de vista da verdade e da realidade, é senso comum que os contos de fadas devem ser lidos como conteúdo de ficção,

pertencentes ao universo da fantasia. Não por acaso, por exemplo, é que costumam ser introduzidos pela expressão “Era uma vez...” – e, na esteira disso, não menos importante, encerrados com a sentença “E viveram felizes para sempre...”. À luz da semiótica, pois, eles ser lidos como *textos mentirosos*, isto é, como textos que *nem são nem parecem* verdadeiros, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1 – Quadrado veridictório da leitura dos textos de contos de fadas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Contudo, reflete-se: tanto o fato de que essas leituras são feitas quando essas mulheres (ainda meninas) não desfrutam ainda de “certa racionalidade adulta” para distinguir o “real” do “imaginário” (as ações e histórias “reais” da pura fantasia) quanto o fato de que os valores absorvidos ao longo da infância (sobretudo da primeira infância) serão aqueles que orientarão o indivíduo ao longo de toda a sua vida não seriam, por si sós, indicativos de que, mesmo quando

já adultas, as mulheres continuariam voltadas à concretização dessa ideia de “*felizes para sempre*” como um valor desejável, ainda mais por terem sido/serem tantas vezes direcionadas a isso?

Além disso, passando à questão da verdade e da certeza ainda no capítulo sobre o contrato de veridicção, Greimas (2014, p. 124, grifos desta pesquisadora) chama atenção para a questão de que

[...] o “conhecimento do valor” nada mais é do que o saber-verdadeiro sobre os valores-objetos. **A negociação que precede, recobre e condiciona a operação gestual da troca se apresenta, então, como um fazer cognitivo recíproco**, isto é, como um *fazer persuasivo* que tem diante de si um *fazer interpretativo inverso* e igualmente exigente. Entretanto, **esses dois discursos cognitivos que, com a ajuda de um saber-fazer apropriado, manipulam de maneira diferente o saber sobre os valores, constituem apenas as preliminares da troca, que só se efetiva após a conclusão do contrato. Ora, embora esse contrato se apoie nos resultados do fazer cognitivo, ele próprio não é de natureza cognitiva, mas fiduciária.** [...]

Conquanto ainda se pudesse vir a insistir no questionamento acerca do porquê de mulheres adultas ainda manifestarem alguma espera pelo “príncipe/homem dos sonhos” (quando isso, supostamente, deveria permanecer circunscrito ao mundo das fantasias da meninice), o contrato de “*felizes para sempre*”, embora “se apoie nos resultados do fazer cognitivo”, “não é de natureza cognitiva, mas *fiduciária* [...]” (GREIMAS, 2014, p. 124).

3 Entre o *ser* e o *parecer* do “príncipe” inicialmente encontrado: a “mentira “dos contos de fadas”

Como destinatárias desse discurso literário veiculado pelos contos de fadas no que abarca a construção dos romances e de tudo o que estes implicam (por exemplo, “amor verdadeiro” e “salvação”, como nos contos em si; “ajudar em tudo”, fazer pelo outro até mesmo aquilo que nem era “pedido”, tratá-lo “como se fosse a última Coca-Cola do deserto”, “ser simpático/blogueiro/carismático; fazer lindas declarações nas redes sociais”, como no primeiro, no terceiro, no quinto e no sexto depoimentos do Quadro 1), é preciso não perder de vista que o destinatário *não* é um receptor passivo da comunicação, cuja competência é transformada, compulsoriamente, mediante o fazer manipulativo do destinador. E, nesse caso, importa aqui se considerarem estes dois: o destinador social, que põe em circulação esse tipo de discurso, dotado desse efeito moralizante, e os destinadores “companheiros”, que incorporavam/incorporam esse

caráter, “personificando” em seus próprios comportamentos, ao menos por um período de tempo, essas virtudes emprestadas dos príncipes dos contos de fadas.

No lugar dessa “passividade”, fato é que a essas destinadoras também compete – tal como assinalado no último excerto extraído de Greimas (2014) – um *fazer interpretativo*, numa interpretação que se dá com base tanto nos seus conhecimentos e crenças anteriores quanto na análise das estratégias empregadas pelo destinador. No que se refere a essas estratégias, a sua análise, então, se deterá no *ser* e no *parecer* das chamadas “modalidades veridictórias”: elas avaliarão/avaliam se o destinador *é* e *parece* confiável, se *é* confiável mas *não parece*, se *não é* confiável mas *parece*, se *não parece* confiável e *nem é* (GREIMAS; COURTÉS, 1979; BARROS, 2016). Em suma,

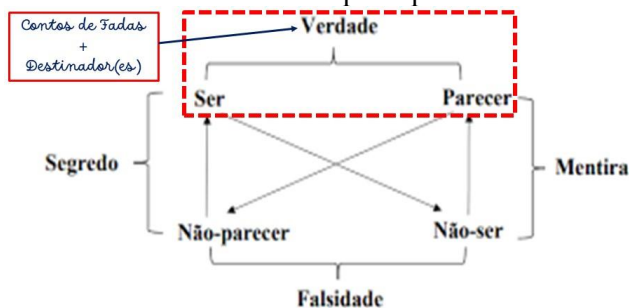
O bom funcionamento desse contrato (de veridicção) depende, em definitivo, da instância do enunciatário, para quem toda mensagem recebida, seja qual for seu modo veridictório, apresenta-se como uma manifestação (**parecer – não parecer**) a partir da qual ele é chamado a atribuir este ou aquele estatuto ao nível da imanência (**a decidir sobre o seu ser ou não-ser**) (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 486)

Mais precisamente, então, essa avaliação dessas destinatárias no que envolve a confiabilidade que interpretam ou não da parte do destinador (ou, ainda, dos seus dois destinadores) também se aplicará aos valores por ele propostos, os quais podem ser classificados em “verdadeiros (parecem e são desejados ou temidos), falsos (nem parecem e nem são), mentirosos (parecem, mas não são) e secretos (não parecem, mas são)” (BARROS, 2016, p. 199).

De volta ao quadrado veridictório da leitura dos textos de contos de fadas apresentado na Figura 1, tal como se estima que estes deveriam ser lidos e interpretados por mulheres já adultas, o que se verifica, então, seria/é a transposição de um para outro quadrante, conforme representado na Figura 2 a seguir (caso das enunciadoras a que correspondem os excertos reunidos no Quadro 1). Isto porque, consoante a problemática que desponta à própria medida que esta análise se desenrola, bem como sustentada pelo próprio registro de Greimas (2014, p. 116) – recuperando a unanimidade entre os psicólogos – acerca da incapacidade que, “até certa idade” as crianças têm quanto a discernir “os personagens que existem ‘realmente’ dos seres imaginários; as ações e as histórias ‘reais’, da pura fantasia [...]”, o *fazer interpretativo* dessas enunciadoras não corresponderia àquele oriundo da sua leitura desses contos a partir da veiculação deles quando já na sua idade adulta: antes, o seu *fazer interpretativo* a esse respeito na idade adulta corresponderia à manutenção daquele já efetuado “até certa idade” quando meninas, no período em que esses valores lhes teriam sido/foram oportunamente disseminados como eufóricos – deslocados, portanto,

do universo da fantasia para o da sua própria realidade como algo “possível”.

Figura 2 – Quadrado veridictório do *fazer interpretativo* das mulheres que buscariam uma correspondência entre homens e “príncipes”.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nessa direção, estima-se ainda uma última consideração na direção de todo o exposto até aqui: a questão de que, justamente por acreditarem na factibilidade desse contrato em razão do acordo fiduciário estabelecido já na própria infância (quando, como meninas, ainda não distinguem uma coisa da outra), é que parte importante dessas mulheres, quando já adultas, viria a robustecer a veiculação desse contrato, incorporando-o e, assim, reiterando-o, ainda que o objeto por ele propagado tenha sido (ou seja ou venha a ser) por elas mesmas inalcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Não estou bem certo

*se ainda vou sorrir
sem um travo de amargura
Como ser mais livre
como ser capaz
de enxergar um novo dia?”
(Guilherme Arantes, 1976)*

Este é um estudo que – espera-se – não perde de vista a complexidade que envolve o tema violência doméstica sob o recorte que lhe foi dado – o da violência doméstica e familiar contra a mulher cometido no âmbito das suas relações íntimas de afeto –, tampouco a complexidade dos desafios no seu enfrentamento em meio ao crescimento anual de índices assombrosos – ao quais se soma, inclusive, o próprio estarecimento diante dos requintes de perversidade de que a consumação desses crimes vai também se revestindo com o passar do tempo. E, como parte de um evento no qual os “reflexos” e as “reflexões da pandemia – sobre o corpo, a saúde, a doença e a morte” foram a tônica de um importante encontro para se discutirem as muitas questões envolvendo a “Socioantropologia Política do Corpo, da Saúde, da Doença e da Morte”, espera ser capaz – de algum modo – de contribuir para o combate desse grave problema de saúde pública não apenas por buscar lançar mais um pouco de luz sobre ele, como também – quiçá – por propor, acerca dele, uma relação sobre a qual se acredita ser realmente necessário chamar atenção. Afinal, quem a faz, tal como demonstram os excertos dos textos que compuseram o *corpus* constituído para este estudo em particular, são as suas próprias vítimas. Logo, acredita-se que, a esse respeito, sejam urgentes novas

investigações cada vez mais consistentes, bem como orientadas pelas mais diversas perspectivas.

Acerca dessa relação, muito embora ainda circunscrito ao seu caráter exploratório, o que este trabalho sugere, ao final, é que haveria/há, sim, uma associação que pode ser identificada, por parte de uma significativa quantidade de enunciatóricas de depoimentos sobre violência doméstica publicados nos primeiros meses da pandemia, entre a situação de violência por elas experimentada e a ideia (ou, melhor dizendo, a idealização) de “príncipes” e de “contos de fadas” evocadas no seu discurso. Uma associação a partir da qual essas mulheres foram levadas (e/ou se sentiram estimuladas) a iniciar/manter uma relação com esses então “parceiros” que, depois de um determinado período, “se revelaram” e/ou foram por elas mesmas descobertos como agressores, agora dissociados dessas imagens socialmente construídas de personagens e situações cujas particularidades são próprias do universo no qual se engendram: o da fantasia.

Chama atenção, no entanto, a manifestação dessas enunciatóricas no sentido de que somente ante a frustração dos “romances” por elas até então experimentada é que a leitura dos romances forjados nos contos de fadas, cujas marcas de veridicção pressupõem um *fazer interpretativo* segundo o qual esse tipo de discurso literário deve ser assimilado como “mentiroso”, passou a ser considerada como tal. Antes, como uma leitura socialmente assentada num caráter moralizante que encontra respaldo em outros discursos voltados ao papel social da mulher (envolvendo, sobretudo, a formação da própria família, na qual a sua atuação principal se dá como

boa esposa e mãe), e também como uma leitura individualmente transformada numa espécie de “aspiração” (como bem se viu a propósito de uma “escola de princesas”, segundo a qual “todo sonho de menina é tornar-se uma princesa”), ocorre que, mesmo para essas mulheres (portanto, como pessoas adultas), a aproximação entre a “ficção” e o “real” parecia/seria possível. Ou, mesmo, a sua transposição de lá para cá. Logo, a personificação das virtudes das figuras masculinas principescas desses contos por parte dos homens que conheceram e com os quais passaram a se relacionar também lhes parecia/pareceu possível. E, neste estudo, com base em Greimas (2014), o que se ventila, finalmente, é que esse *fazer interpretativo*, que contraria o que prevê como acordo fiduciário o próprio contrato de veridicção de um texto iniciado com a marca “*Era uma vez...*”, só poderia/pode ser possível pelo fato de que esse efeito moralizante dos contos de fadas acerca da construção dos romances é nelas cultivado numa idade em que ainda lhes falta “certo grau de desenvolvimento da inteligência” para julgar “o caráter verossímil de determinados discursos”.

Em vista disso, outras perguntas que se formulam para encaminhamentos futuros são, entre outras: se, desde pequenas, essas mesmas enunciadoras interpretassem esses discursos projetados do universo dos contos fantásticos como “mentirosos”, elas teriam “se encantado” com esses agressores a quem confundiram/foram levadas a confundir como “príncipes” – ou, em vez disso, teriam “desconfiado” deles e/ou de algum aspecto associado a esses seus comportamentos? Ainda sob essa condição, mesmo na possibilidade de que

tivessem mesmo “se encantado”, elas ainda se demorariam o mesmo período nesses relacionamentos, saindo deles somente depois da violência doméstica efetivamente sentida, ou teriam levado menos tempo para isso? E mais: mulheres que não acreditam e/ou nunca acreditaram nem em “príncipes” nem em “contos de fadas” perfariam/perfazem qual total nos dados de violência doméstica?

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, Brasília, 26 fev. 2021. Saúde. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 10 ago. 2022.

AGÊNCIA O GLOBO. Mimado pela família, ‘príncipe’ Jairinho se mostrava violento desde a infância. **Último Segundo**, [S.l.], 25 abr. 2021. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-04-25/mimado-pela-familia--principe-jairinho-se-mostrava-violento-desde-a-infancia.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARANTES, Guilherme. **Meu mundo e nada mais**. [S.l.]: Som Livre: 1976 (3:26).

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística II**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 187-219.

BÍBLIA SAGRADA ONLINE. Versículos sobre o papel da mulher. **Bíblia on**, [S.l.], [S.d.]. Disponível em: https://www.bibliakon.com/papel_da_mulher/. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. *In*: FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15. [S.l.]: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022. p. 89-109.

DICAS DE MULHER. Sobre. **Dicas de Mulher**, [S.l.], [S.d.], 2022. Disponível em: <https://www.dicademulher.com.br/sobre/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

HERRMANN, Vanessa. Filmes de princesas: 20 opções que vão te levar para reinos encantados. **Dicas de Mulher**, [S.l.], 24 jun. 2022. Entretenimento.

Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/filmes-de-princesas/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ESCOLA DE PRINCESAS. **Escola de princesas.**

Disponível em: <http://escoladeprincesas.net/ws/#a-escola>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.** Ano 14. [S.l.]: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.** Ano 15. [S.l.]: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FUKS, Rebeca. 13 grandes contos de fadas comentados. **Cultura Genial**, [S.l.], 2022. Literatura. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/contos-de-fadas-comentados/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien. Contrato de veridicção. *In*: GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS; Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

MOLA, Iara Cristina de Fátima. Actorialização, tematização e figurativização no discurso da violência doméstica: a construção dos sentidos na perspectiva da vítima. **Cadernos de Linguística**, v. 2, p. e563, 2021a.

MOLA, Iara. Os efeitos de sentido do eu-aqui- agora no discurso da violência doméstica: análise de um caso de violência moral e psicológica à luz da Semiótica Discursiva. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 21, n. 2, p. 59-75, 27 ago. 2021b.

MOLA, Iara. De “príncipes” a agressores saídos dos contos de fadas: um estudo exploratório sobre a manutenção da pedagogia do oprimido na manutenção da violência doméstica. *In*: SILVEIRA, Isabel Orestes. BRITO, Antônio Iraildo de. (Orgs). **Cartografia expandida: educação, cultura e todas as letras**. São Paulo: Editora Paulus, 2021c. p. 166-177.

PIMENTEL, Amanda; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. *In*: FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Ano 14. [S.l.]: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022. p. 38-42.

SERRA, Paolla. Caso Henry: ‘versão de monstro’, diz pai do menino sobre carta em que Jairinho sugere morte natural ou por envenenamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2022. Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caso-henry-versao-de-monstro-diz-pai-do-menino-sobre-carta-em-que-jairinho-sugere-morte-natural-ou-por-envenenamento-25342694>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Página inicial. [S.l.], 2022. Instagram: @sobrevivendoaoabuso. Disponível em: https://www.instagram.com/sobrevivendo_ao_abuso/. Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Alerta de gatilho! [...]. [S.l.], 26 fev. 2020a. Instagram: @sobrevivendoaoabuso. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9C-XIVJU5e/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Alerta de gatilho! [...]. [S.l.], 8 mar. 2020b. Instagram: @sobrevivendoaoabuso. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B9fiNl_FgER/. Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento anônimo [...]. [S.l.], 29 mar. 2020c. Instagram: @sobrevivendoaoabuso. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-dBp7LIT4i/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento anônimo [...]. [S.l.], 15 abr. 2020d. Instagram:

@sobrevivendoaoabuso. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/B_BhQ-lpzg6/.
 Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento [...].
[S.l.], 28 abr. 2020e. Instagram:
 @sobrevivendoaoabuso. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/B_isaRkF32l/ e em
https://www.instagram.com/p/B_iwYwHFXFf/.
 Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento anônimo [...]. *[S.l.]*, 4 maio 2020f. Instagram:
 @sobrevivendoaoabuso. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/B_yH_g3lwpm/.
 Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento anônimo [...]. *[S.l.]*, 17 maio 2020g. Instagram:
 @sobrevivendoaoabuso. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CAT6kfDFLug/>.
 Acesso em: 11 ago. 2022.

SOBREVIVENDO AO ABUSO. Depoimento anônimo [...]. *[S.l.]*, 25 ago. 2020h. Instagram:
 @sobrevivendoaoabuso. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CEVdeepBUH/>.
 Acesso em: 11 ago. 2022.

WESTIN, Ricardo. Especialistas veem perigo em armar cidadãos. Atiradores esperam mais incentivos do governo. **Agência Senado**, *[S.l.]*, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/especialistas-veem-perigo->

em-armar-cidadãos-e-atiradores-esperam-mais-incentivos-do-governo. Acesso em: 17 abr. 2022.

A BANALIZAÇÃO DA MORTE NO CENÁRIO ATUAL¹

Yarley Laila Monteiro de Sousa²

INTRODUÇÃO

No dia 31 de dezembro de 2019, a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi informada sobre um grande número de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Uma semana depois, foi confirmado que se tratava de um novo tipo de coronavírus que, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de *SARS-CoV-2*, responsável pela doença COVID-19 (OPAS, 2020).

No dia 30 de janeiro de 2020, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da OMS, declarou emergência de saúde pública de preocupação internacional com o surto global do novo coronavírus. O principal ponto de atenção não era a situação na China, que estava tomando todas as medidas necessárias para o controle da multiplicação do vírus, e sim de sua chegada em lugares com sistemas de saúde fragilizados, pouco preparados

¹ Declaro que, para a execução da presente pesquisa, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Graduanda do 5º período do curso de bacharelado em Psicologia, pela Faculdade Regional da Bahia – UNIRB, polo Parnaíba. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Desigualdade e Intervenção Psicossocial – CONATUS. E-mail: yarleylayla@gmail.com. Telefone: (86) 9 9563- 9176.

para lidar com a propagação do vírus. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia, não mais se referindo à sua gravidade, mas à sua distribuição geográfica.

Durante os dois anos que se seguiram, a população mundial se viu obrigada a se adaptar a esse novo cenário. Profissionais da área da saúde encontraram-se em jornadas desgastantes e se deparando todos os dias com milhares de casos e poucos leitos, sendo forçados a escolher entre os pacientes que teriam mais chance de sobreviver, priorizando, em sua maioria, jovens em vez de idosos, ou aqueles que não possuíam comorbidades. Enquanto isso, as populações se viam soterradas de incertezas, em virtude da divergência de informações que lhes eram destinadas.

No Brasil, os desafios eram muitos, pois pouco se sabia sobre como seriam as características de transmissão da COVID-19 em um contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK; CARVALHO, 2020). Tal preocupação foi reforçada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que, em 2019, classificou o Brasil como o sétimo país mais desigual do mundo, perdendo apenas para nações africanas e, ainda corroborando com esse fato, no mesmo ano, um estudo do Banco Mundial apontou que o Brasil possuía 51,7 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, tendo 24,7% do total da população uma renda mensal de R\$ 387,079 (IHU, 2021).

Desse modo, era necessário que o país fosse criterioso em suas medidas, podendo subdividir em quatro fases: contenção, mitigação, supressão e recuperação, em que a primeira consistiria em um rastreamento ativo dos passageiros vindos do exterior e seus contactantes, visando a não propagação por meio destes, podendo, assim, focar suas preocupações em rastrear os casos já existentes no país e prevenir a sobrecarga do Sistema Único de Saúde – SUS.

A segunda fase, de mitigação, consiste em diminuir os níveis de transmissão da doença para os grupos com maior risco de apresentar quadros clínicos graves, além do isolamento dos casos positivos identificados, usando o isolamento vertical, diminuindo o contato visual com estimulantes de socialização tais como *shows*, teatros, cinemas, escolas ou qualquer espaço que aglomere grande número de pessoas e propicie a propagação do vírus.

A terceira fase é necessária quando as medidas anteriores não conseguem ser efetivas, seja porque sua implementação não pôde ser concretizada de forma adequada e imediata ou por que a redução alcançada na transmissão é insuficiente para impedir o colapso do sistema de saúde. Nessa etapa, as medidas de isolamento são mais radicais, o objetivo é adiar ao máximo a explosão do número de casos, por tempo suficiente até que a situação se estabilize no campo da assistência à saúde, procedimentos de testagem sejam ampliados e, eventualmente, alguma nova ferramenta terapêutica ou preventiva eficaz seja desenvolvida.

Por último e não menos importante, a fase de recuperação, que inicia quando há sinal consistente

de involução da epidemia e o número de casos se torna residual. Essa última fase requer uma organização da sociedade para a reestruturação social e econômica do país e, certamente, intervenção do Estado (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Essas eram as medidas mais adequadas para lidar com um país tão desigual de forma a reduzir a superlotação dos leitos, contudo, as medidas tomadas pelo governo vigente e a difusão de informações que iam contra as recomendações da OMS propiciaram um número exacerbado de mortes, aumento da fome no país, superlotação dos leitos, desgaste físico e emocional dos profissionais de frente e criações de crenças que fortaleceram a banalização da morte no cenário atual.

É esse cenário que o Diretor Geral da OMS alertava quando resumiu as recomendações em sete áreas-chave, o qual em quarto lugar menciona o combate à propagação de rumores e desinformação e reitera dizendo: “É tempo de fatos, não de medo. É tempo da ciência, não de rumores. É tempo da solidariedade, não do estigma” (WHO, 2020, online).

Com o desenrolar dos meses, a diminuição gradativa do número de mortes e o aumento de pessoas vacinadas fez com que o medo do desconhecido adquirido anteriormente perdesse sua força, contribuindo para que tanto os profissionais de frente quanto os cidadãos diminuíssem os cuidados preventivos. Isso trouxe-nos a reflexão de que as tragédias mais terríveis são as que aceitamos passivamente, as que absorvemos como naturais e que não nos causam indignação, isto é, quando não se vê mais vidas perdidas e sim números em uma tabela. É necessário o olhar atento para a desumanização em

virtude da normatização da banalização da morte que pode ser evitada.

COMO O GOVERNO BRASILEIRO LIDOU COM A SITUAÇÃO E A CRIAÇÃO DE CRENÇAS NA POPULAÇÃO

Com apenas oito meses que os primeiros casos de contaminação pelo coronavírus foram identificados, o Brasil já estava entre os países com piores indicadores referentes a óbitos e disseminação do vírus. Apesar de muitos considerarem a falta de estratégia por parte do governo como sendo a causadora deste cenário, segundo Calil (2021, p. 01):

Tudo que aconteceu no país é resultado de uma estratégia bem definida, coerente e sistematicamente aplicada por parte do governo Jair Bolsonaro que, orientando-se pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva (ou “imunidade de rebanho”), se utilizou de distintos instrumentos para estimular a intensificação da contaminação, recorrendo para tanto à disseminação de dados incorretos ou mesmo inteiramente falsos e à demonstração exemplar de comportamentos propícios à contaminação.

Ele ainda reitera trazendo à memória as afirmações muitas vezes proferidas pelo presidente e disseminadas por seus colaboradores e seguidores como “histeria”, “história mal contada”, “gripezinha”, “neurose” (*Idem*, 2021, p. 01).

A partir disso, inicia-se um embate entre ciência e governo em relação à relevância do vírus e qual seria a melhor estratégia para lidar com isso. Enquanto a OMS e toda a comunidade científica reiteravam a necessidade de medidas restritivas para a contenção do vírus, o governo tomou como estratégia a criação de crenças voltadas para o pensamento de que a economia não poderia parar, e que todas essas medidas restritivas eram infundadas, pois se tratava apenas de uma “gripezinha”.

Em 02 de Abril de 2020, no início da pandemia, o presidente, em entrevista para a rádio Jovem Pan, afirmava seu desejo de abrir o comércio. Em sua fala compartilhada no portal da Uol, diz:

Eu tenho um projeto (uma minuta) de decreto pronto na minha frente, para ser assinado, se preciso for considerando atividade essencial toda aquela exercida pelo homem ou pela mulher, toda aquela que seja indispensável para ele levar o pão para casa todo dia. (UOL, 2020).

Ele justificava suas intenções com a seguinte fala:

Entre morrer de vírus, que uma pequena minoria vai morrer; e uma parcela maior, que poderá morrer de fome, de depressão, de suicídio, de problemas psiquiátricos entre outros, é uma diferença muito grande. E eu, como chefe de Estado, tenho que decidir. Se tiver que chegar a esse momento, eu vou assinar essa medida provisória. (UOL, 2020)

Vale lembrar que isso ocorreu no início da pandemia, momento delicado que cobrava uma postura cirúrgica para minimizar as perdas, seja de vidas ou econômicas. Contudo, em suas falas é perceptível sempre uma preocupação em fazer com que a população volte a trabalhar em vez de educar essa população para se manter protegida do vírus.

Logo em seguida, no dia 08 de março de 2020, em pronunciamento, Bolsonaro voltou a defender o uso do medicamento hidroxicloroquina no tratamento da doença COVID-19, o qual o presidente vinha indicando desde o dia 21 de março como um meio de “tratamento precoce”, medicamento esse que é utilizado no Brasil desde os anos 1950 para o tratamento de doenças como artrite reumatoide, lúpus e malária.

A droga vinha sendo usada de forma experimental em outros países, porém não existiam testes clínicos suficientes para garantir sua eficiência ou segurança no tratamento da COVID-19, além de expor a população aos efeitos colaterais do medicamento, como a arritmia cardíaca e possíveis

danos à visão e à audição. Na mesma época, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) alertou para o cuidado com o uso da droga, pois a medicação pode ser letal em algumas circunstâncias (BBC, 2020). Entretanto, mais uma vez o presidente foi contra as recomendações e orientou a população a utilizar um medicamento sem comprovação científica e que poderia pôr em risco a saúde da população com seus efeitos adversos, mesmo comprovada a sua ineficiência, através do trabalho *Solidarity Therapeutics Trial*, da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicada no dia 15 de outubro de 2020 (WHO, 2020). O estudo em questão foi conduzido em 405 hospitais de 30 países, com 11.330 pacientes e teve como conclusão: “Para hidroxicloroquina e Lopinavir, ou *Solidarity* não foi encontrado evidência definitiva de benefício ou perigo em nenhum subgrupo”. O estudo conduzido pela organização vinculada à ONU é considerado “padrão ouro” e contém metodologia considerada rígida na coleta de dados (UOL, 2020, online).

Bolsonaro, apesar disso, voltou a incentivar o uso da hidroxicloroquina em transmissão ao vivo, após mais de um ano da comprovação de sua ineficiência contra a COVID-19. “Não vou falar o nome (do remédio) para não cair a *live*”, disse Bolsonaro durante transmissão, pois as empresas de tecnologia vinham encerrando transmissões que propagavam notícias falsas sobre a COVID-19, como a promoção da suposta eficácia da hidroxicloroquina. O presidente continuou dizendo:

Aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária, eu

usei lá atrás e no dia seguinte *tava* bom. E vou dizer mais: há poucos dias estava me sentindo mal e, antes mesmo de procurar o médico... Olha só que exemplo estou dando: tomei depois aquele remédio porque estava com sintoma. Tomei, fiz exame, não estava (doente). Mas, por precaução, tomei. (IDOETA, 2021, online)

Em 20 de abril de 2020, quando questionado por um jornalista no Palácio da Alvorada sobre o recorde de óbitos, tendo em vista a marca de 2.575 vítimas fatais decorrentes da COVID-19, números esses divulgados pelo ministro da saúde que retificou afirmando ter sido apenas um erro de digitação, Bolsonaro disse: “não sou coveiro”, e logo mudou de assunto. (CNNBRASIL, 2020). Com tantas perdas, histórias interrompidas e famílias arrasadas, é impensável uma fala tão distante da dor de vidas que se perderam. Em todo momento, o governo reforçava a importância de retornarem às atividades normais, pois estava preocupado com os impactos que a pandemia poderia causar na economia, mas não com a dor das milhares de famílias que eram atingidas, nas quais muitos desses casos eram resultados do descaso do governo que optou por vendiar seus olhos para a real situação do país, além de influenciar multidões a ir às ruas em momento de isolamento, acarretando a sobrecarga do SUS, causando muitos óbitos que poderiam ser evitados, além de gastos exacerbados decorrentes das consequências da recusa do governo em enfrentar corretamente a situação. Desse modo,

acabou gerando custos além do necessário, custos esses que poderiam ter sido convertidos em medidas preventivas, tais como um *lockdown* eficiente, que teria sido mantido com a implementação de um auxílio que realmente atendesse às necessidades de uma população em situação de grande desigualdade social.

O DESGASTE DOS PROFISSIONAIS EM DECORRÊNCIA DESSA CRENÇA

Com o agravamento da incidência de casos subsequentes à propagação das *Fake News* e constantes afirmações negacionistas por parte do governo vigente, os profissionais da área da saúde foram expostos a diversos fatores fragilizantes. Além da exposição constante aos agentes biológicos, esses profissionais foram submetidos a extensos períodos de trabalho, manifestações psicossociais, exaustão diante das atividades desenvolvidas, valorização social negativa, afronta e violência emocional (OLIVEIRA; SOARES, 2021). Segundo Bezerra *et al* (2020), as principais implicações na saúde mental dos profissionais relacionam-se principalmente à depressão, insônia, ansiedade, angústia, distúrbios do sono, síndrome de Burnout, Transtorno Compulsivo Obsessivo – TOC, exaustão, além de níveis mais baixos de satisfação no trabalho e Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT, sendo o último persistente mesmo após um período de ausência do trabalho.

Muitos profissionais de frente tiveram que se abster de seus lares por medo de colocar em risco sua família e se deparavam todos os dias com inúmeros

casos, a ausência de leitos e respiradores disponíveis, tendo que, eventualmente, escolher por qual vida tinha mais chance de sobrevivência. Quando em regresso dos hospitais, depois de uma rotina desgastante, tendo presenciado várias vidas ceifadas, viam bares abertos, supermercados lotados, festas ilegais e pessoas sem equipamentos de proteção individual.

Ao chegarem em suas residências, através dos meios midiáticos, deparavam-se com o governo instigando o retorno das atividades como se todas aquelas mortes fossem números em uma tabela, enquanto estes perdiam a conta de quantos amigos, familiares e colegas de trabalho eram perdidos pelo vírus. Tudo isso corroborava com o sentimento de autoeficácia que acabava nem podendo ser trabalhado por eles, pois a sobrecarga do SUS e a grande demanda de novos casos dispensava qualquer questão que não fosse cuidar dos novos casos que estavam adentrando. Mediante isso, a presença da Síndrome de Burnout foi bem apresentada, já que ela é proveniente de períodos de tensão emocional experienciados pelos trabalhadores (contexto interno ou intrapsíquico) mediada por forte relação com o estresse (contexto externo) (ALBERTON *et al*, 2022). As manifestações da síndrome incluem exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal e, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), é definida em termos como sensação de esgotamento, falta de energia, ineficácia, ampliação do distanciamento com o trabalho (alienação), dentre outras (OMS, 2019).

Em um estudo conduzido pela Fiocruz Mato Grosso do Sul, em parceria com a Fiocruz Brasília,

que tinha como participantes 800 profissionais de saúde do Distrito Federal pertencentes a categorias diversas como enfermagem, odontologia, medicina, farmácia e fisioterapia, em um relatório parcial foi observado que 65% dos participantes apresentavam sintomas de transtornos de estresse, enquanto 61,6% de ansiedade e 61,5% de depressão. Dentre eles, 33,8% dos casos que apresentavam ansiedade foram classificados como extremamente severos, esse percentual foi de 21,4% e 19,5%, respectivamente, para sintomas extremamente severos de depressão e estresse (FIOCRUZ, 2022).

Entre os envolvidos, apenas 8,5% relataram considerar sua saúde física excelente enquanto quando questionados sobre o estado de sua saúde mental, apenas 6,3% tinham essa percepção. Antes da pandemia, só 24,1% faziam acompanhamento ou tratamento psicológico ou psiquiátrico, contudo, durante a pandemia, houve um aumento de 13,9% (FIOCRUZ, 2022). Os dados obtidos reforçam que os trabalhos na área da saúde por si só já possuem um impacto na saúde mental dos seus colaboradores e, com a pandemia, o aumento das demandas colaboraram com desgastes não somente físicos, mas mentais.

Esse fator pode ser exemplificado com a entrevista publicada pela Folha de São Paulo, com base no levantamento do COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) e CFM (Conselho Federal de Medicina), em que é apresentado o relato da enfermeira Cristiane Lamarão, de 43 anos. Ela se encontrava na linha de frente de um Pronto-Socorro e de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Porto Velho, Rondônia. A enfermeira expõe o quanto

se encontra exausta e como vem encarando a morte pela COVID-19 diariamente. A perda mais dura foi a de seu marido, o também enfermeiro Raimundo Lamarão de 51 anos, que veio a óbito por COVID-19 em agosto de 2020, deixando-a viúva e sem ter com quem dividir os cuidados dos filhos de 5, 15 e 17 anos. Além de seu marido, Cristiane relata que viu colegas falecendo pelo vírus, além de inúmeros pacientes, e como tudo isso causou uma depressão: “Vi colegas morrendo. Chego a intubar até quatro pacientes num plantão. Perdi meu marido, estou com depressão” (COFEN, 2021).

A história de Cristiane e Raimundo é uma das milhares de histórias entre os profissionais da linha de frente. Em 19 de junho de 2021, o Brasil já batia a triste marca de 500 mil mortes por COVID-19, tornando-se o segundo país a ultrapassar a barreira de meio milhão de vítimas. Mediante a isso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) demonstrou preocupação para a pressão prolongada sobre os profissionais dos serviços públicos essenciais que estavam respondendo diretamente a COVID-19 (COFEN, 2021).

Além disso, até maio de 2021, segundo os dados somados do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), já era contabilizado quase 1.600 mortes por complicações de COVID-19 de profissionais de saúde que, segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de até 12 de junho de 2021, contabilizava 112.997 profissionais de saúde diagnosticados com COVID-19, em que as profissões mais afetadas foram técnicos e auxiliares de enfermagem (29,5%), seguido dos enfermeiros

(16,9%), médicos (10,6%) e agentes comunitários de saúde (5,3%) (COFEN, 2021). É nesse cenário que o alerta do chefe da delegação do CICV (2021, p. 01), que diz que, “Para 2021, no Brasil, estamos preocupados com quem atua na linha frente a resposta à pandemia. Eles são humanos, não super-heróis”, faz-se tão necessário em um momento de extrema sobrecarga emocional e física como mencionado na fala de Simone Casabianca-Aeschlimann: “São Profissionais que trabalham sem parar, correndo risco de infecção, sob extrema pressão emocional” (COFEN, 2021).

O AUMENTO DAS MORTES EM FUNÇÃO DA ECONOMIA

O descumprimento das medidas sanitárias relacionadas ao novo coronavírus, no primeiro ano da pandemia, foram motivadas, de maneira negativa, pelas falas do presidente Jair Bolsonaro, para quem a economia também importa tanto como a continuidade da vida, numa verdadeira banalização da morte, contribuindo inteiramente para o extermínio de uma população, principalmente a dos mais idosos. Em abril de 2020, Bolsonaro declarou: “Em primeiro lugar é cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar teu vovô e tua vovó num canto e evitar o contato com ele, né?”. Percebe-se, de maneira clara, a recusa de responsabilidade do presidente com o cuidado dos idosos, ao sugerir que isso é dever da família, e não do Estado, repelindo qualquer prejuízo de saúde que porventura eles venham a ter. Em outras palavras, Bolsonaro afasta de si as obrigações que lhe são dadas

e esperadas pela população. Logo, a ideia do presidente, na verdade, é que os adultos e jovens continuem trabalhando, de modo que a economia não pare e não haja o aumento de desemprego, mesmo diante das necessidades de isolamento social e eventuais fechamentos de comércios e empresas.

Sob tal perspectiva, de uma forma memorável, o Ministério da Saúde, em uma reunião com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), declarou que a morte de idosos seria favorável para as contas da previdência. Segundo publicou o Jornal O Estadão (2020), a economista Solange Vieira, superintendente de Seguros Privados, do Ministério da Economia disse: “É bom que as mortes se concentram entre os idosos. Isso vai melhorar nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”.

Essa colocação, embora não tenha sido dita pelo presidente Jair Bolsonaro, de maneira clara, vai ao seu encontro, visto que a série de declarações, que em um momento nega o potencial da pandemia, em outro momento vai contra as medidas sanitárias, sempre estão em favorecimento à economia, cuja ideologia neoliberal é o eixo central das suas atitudes e falas.

Diante dessa discussão, tem-se que a posição que Bolsonaro ocupa ao negligenciar as maneiras de conservação da vida, não condiz com que se espera de um chefe de governo, de tal forma que os seus críticos o têm chamado de genocida, em razão dos altíssimos números promovidos em desfavorecimento do isolamento social e demais medidas praticadas pelos governadores. Assim, em mais uma fala, Bolsonaro minimizou a ameaça da

COVID-19 e pediu para que população enfrentasse o vírus:

Nós temos três ondas: a questão da vida, a recessão, e em cima da miséria, vem o socialismo. É isso o que vocês querem no Brasil? Temos é que enfrentar as coisas, acontece. Eu estou no grupo de risco. Eu nunca negligenciei, eu sabia que um dia ia pegar, como infelizmente, eu acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta. (BOLSONARO, 2020)

Diante do exposto, embora o presidente Jair Bolsonaro demonstre preocupação com a vida, em um primeiro momento, o seu discurso torna-se nulo quando pede para que as pessoas enfrentem a pandemia. Sendo um vírus extremamente letal, “a questão da vida” nesse momento se sobrepõe à questão da economia, haja vista que não é possível manter a economia totalmente ativa, diante do fato de o trabalhador não exercer suas atividades.

Conforme pontuado, o presidente fez uma sucessão de declarações em que o risco de alta de desemprego e da fome é a sua maior defesa e política de governo, evidenciando que a vida é inferior à economia. Em 20 de março de 2020, Bolsonaro novamente minimiza a doença: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”. No momento da fala, o número de infectados no Brasil chegava a 904. Nesse sentido, observa-se que, em

quase todas as suas colocações, o mandatário sugere que sejam abandonadas as ações protetivas e posto em prática o trabalho presencial, a fim de evitar a recessão e o socialismo. Em segundo plano, quando diz estar no grupo de risco, Bolsonaro converte-se em um exemplo, visto que, ainda nessa condição de pandemia, atua, coloca-se em perigo constante, enfrenta o risco estando exposto ao vírus, pois sugere que, se for contaminado, será curado de maneira rápida e, sendo assim, estará apto a dar continuidade à vida rotineira, em um gesto no qual cria um modelo de si próprio para a sociedade com o único propósito: o retorno econômico.

Somado a esse debate, o presidente, durante suas interpretações, busca convencer que, embora o vírus de fato exista, o perigo estará sempre iminente, independente de se escolher permanecer em casa naquele momento ou sair depois. Assim, em uma de suas obras, o professor Osakabe (1999) afirma que muito mais do que persuadir, ato de se dirigir unicamente a um indivíduo particular, Jair Bolsonaro tenta, através do convencimento, fazer crer que o país terá consequências danosas na economia se não houver o retorno ao trabalho, “mesmo que isso não corresponda à realidade dos fatos” (OSAKABE, 1999, p. 101). Percebe-se, portanto, que as diversas falas do presidente Bolsonaro provocam atritos entre o que diz a ciência (por exemplo, promover o isolamento, usar máscara, manter o distanciamento etc.) e o negacionismo que as envolvem (sair às ruas, ir trabalhar, enfrentar o vírus).

Em suma, em algumas leituras no Paraná Pesquisas (2020) houve um levantamento feito em julho de 2020, em que foi respondida a seguinte

questão: “De uma maneira geral, o Sr(a) diria que aprova ou desaprova a administração do Presidente Jair Bolsonaro até o momento?”, 47,0% dos que aprovam são da faixa etária com mais de 60 anos ou mais, não muito distante dos 48,0% que compreendem eleitores com idade entre 45 a 59 anos. Esses dois grupos etários são os eleitores que maior destinam apoio ao presidente e, por consequência, aqueles que mais sofrem com os efeitos do novo coronavírus, se acaso seguirem à risca o que foi mencionado pelo presidente acima. Não interessa a essa parcela de eleitores/apoiadores quais são as consequências do vírus, interessa o discurso convincente do presidente. Mesmo esses apoiadores deixando-se levar pela sedução do discurso do presidente Bolsonaro, esses eleitores são instrumentos para o que realmente importa: o funcionamento da economia.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, é perceptível como o governo desconsiderou as recomendações iniciais da OMS e plantou na mente da população as crenças de que o importante era o crescimento econômico e relutou inúmeras vezes a acatar as medidas preventivas. A sua resistência durante toda a pandemia em tomar medidas para diminuir o avanço do vírus, proporcionou uma sobrecarga do sistema único de saúde – SUS que acarretou não somente em uma perda significativa de profissionais da saúde como sequelas físicas, emocionais e psicológicas nos profissionais remanescentes.

Em virtude disso, o aumento no número de mortos passou a ser visto por grande parte da população como um pequeno preço a se pagar pelo crescimento econômico, fazendo do alerta do Diretor-Geral da OMS (WHO, 2020, online): “Devemos lembrar que são pessoas, não números”, uma triste realidade gerada pela banalização da morte no cenário atual.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Silvana *et al.* Síndrome de Burnout em profissionais da saúde na pandemia Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e6511628668, 2022.

BBC NEWS. **A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743?msclkid=d32e0248ce6c11ec9f7c23f5ae89ce4f>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BBC NEWS. **Coronavírus: médicos podem ter de fazer 'escolha de Sofia' por quem vai viver na Itália,** 2020. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional51864814. Acesso em: 07 maio 2022.

BEZERRA, Gabriela Duarte *et al.* O impacto da pandemia por covid-19 na saúde mental dos profissionais da saúde: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme** – Edição Especial Covid19 – 2020 e-020012. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/06/1253303/>

758-texto-do-artigo-3635-1-10-20200904.pdf.
Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL, CNN. “Não sou coveiro”, diz Bolsonaro ao ser questionado por mortes por COVID-19. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. A Negação da Pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

COFEN. Brasil perde ao menos um profissional de saúde a cada 19 horas para a Covid. 2021. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/brasil-perde-ao-menos-um-profissional-de-saude-a-cada-19-horas-para-a-covid_85778.html. Acesso em: 07 ago. 2022.

COFEN. Covid-19: Brasil chega a 500 mil mortos e profissionais de Saúde estão exaustos. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/covid-19-brasil-chega-a-500-mil-mortos-e-profissionais-da-linha-de-frente-estao-exaustos_87940.html. Acesso em: 07 ago. 2022.

FIOCRUZ. Saúde mental dos profissionais da saúde na pandemia da covid-19 em MS e DF. 2022. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp->

content/uploads/2022/02/relatorio_parcial_saudemental_profissionais_DF.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

GEMAQUE, Adrimauro. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil.** IHU. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/?id=609486>. Acesso em: 17 abr. 2022.

HONGCHAO, Pan *et al.* **Repurposed antiviral drugs for COVID-19** – interim WHO SOLIDARITY trial results. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.10.15.20209817v1.full.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

OLIVEIRA, Olga Cristina; SOARES, Pedro Júnior Rodrigues. **O impacto da pandemia de covid-19 na saúde mental das equipes de enfermagem no brasil e o enfrentamento frente a este desafio: revisão integrativa.** Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14866/1/tccRUNA.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

OMS. Organização Mundial da Saúde. (2019). **11ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11).** 11a rev. n.p. Organização Mundial da Saúde.

OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 27 fev. 2022.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PARANÁ PESQUISAS. **Pesquisa de Opinião Pública Nacional**. 2020. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-nacional-situacaoeleitoral-para-o-executivo-federal-a-presidente-em-2022-e-avaliacao-da-administracaofederal-julho-2020/76118>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UOL. **Bolsonaro diz que pode determinar abertura do comércio com 'uma canetada' semana que vem**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/04/02/bolsonaro-diz-que-pode-determinar-abertura-do-comercio-com-uma-canetada-semana-que-vem.htm>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UOL. **OMS reafirma ineficácia da cloroquina após Brasil lançar protocolo**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/20/oms-reafirma-ineficacia-da-cloroquina-apos-brasil-lancar-protocolo.htm?msclkid=01f1a6f8ce6f11ec836bac05f9dbfa34>. Acesso em: 19 abr. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pz75jqtqNC9HGRXZsDR75BnG/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

WHO. World Health Organization. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 27 fev. 2022.

DESCANSA EM PAZ? Reflexões sobre a morte e o luto no cenário pandêmico da Covid-19¹

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior²

Alberto Manuel Quintana³

INTRODUÇÃO

A morte, apesar de ser uma etapa comum ao desenvolvimento dos seres vivos, é olhada com estranhamento e incertezas diante de algumas sociedades. Com a construção das cidades e dos meios os quais as pessoas usufruem, o morrer traduz a negação de toda essa instância de vida. Ela representa, portanto, a perda de oportunidades e de se encontrar disponível para viver e ter acesso a possibilidades múltiplas. Dessa forma, foram criados estigmas e representações negativas sobre a morte, fazendo, muitas vezes, com que ela não seja encarada e buscando atrasar a sua chegada (MARANHÃO, 2017).

A depender do ponto de perspectiva do qual se fala, outros significados foram construídos sobre a

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário UniFacid | Wyden. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista CAPES. Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Camobi - CEP 97105-900 – Santa Maria/RS, Prédio 74B, 3º Andar, Sala 3301. E-mail: paulo_juniorpio@hotmail.com. Telefone: (86) 998440592.

³ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

morte. Independentemente do paradigma social construído, a perda de um ente querido traduz desafios tanto para as pessoas próximas a esses sujeitos como para os profissionais que são acarretados por este tipo de demanda. A forma como se enxerga à morte também pode ocasionar influências no comportamento das pessoas, ditando, assim, as maneiras como cada uma segue sua vida e cotidiano. Dessa maneira, é preciso que as ciências estejam juntas para buscarem novas formas de entendimento sobre este processo, uma vez que ele tem implicação direta no aqui e agora das pessoas (COMBINATO; QUEIROZ, 2005).

Não é à toa que nos rituais de despedida, os quais marcam a perda de uma pessoa, estão presentes diversas sensações e sentimentos externados em forma de dor e sofrimento. Isso caracteriza o momento de fragilidade que mostra a gênese dessa ausência. Esses movimentos caracterizam, então, a morte como uma consequência negativa, reiterando, portanto, o tabu estabelecido socialmente por este fenômeno. Assim, fica mais evidente a falta de informação e discussão sobre a temática, deixando de lado a relevância que o entendimento sobre ela poderia acarretar a vida humana (RODRIGUES, 2006).

Um exemplo que deixou claro para a sociedade sobre a presença do morrer foi o período pandêmico da Covid-19. Conforme Brasil (2022), mais de 600 milhões de mortes de brasileiros e brasileiras foram confirmadas em decorrência das consequências do vírus Sars-CoV-2. Demenech *et al.*, (2020) contam sobre como as desigualdades existentes no Brasil possibilitaram o alto número de

contágios e de óbitos. A falta de estrutura e de cuidado perante o enfrentamento da pandemia foram alguns dos pontos responsáveis pelo grande número de perdas provocadas neste cenário.

Diante todas essas causas, as redes sociais, juntamente com os demais veículos de comunicação em massa, divulgaram constantemente sobre os óbitos e demais mudanças provocadas por quem se contagiava por Covid-19. Além do mais, as desinformações foram também atreladas a comportamentos de risco e de pouca proteção, o que facilitou a letalidade do vírus na população, fora os demais casos que não estão presentes nas estatísticas oficiais, mas seguiram produzindo afetamentos diretamente, ou não, a todas as pessoas envolvidas (KIN; CORDEIRO, 2020).

Juntamente a este ponto, as maneiras de construção, ou não, dos rituais fúnebres sofreram alterações na pandemia em decorrência da possibilidade de transmissão do vírus, o que provocou formas alternativas, ou não, de se despedir do sujeito falecido. Isso trouxe novos atravessamentos à forma como cada um vivenciou, ou não, o luto, sendo um fato preponderante em alguns casos para adoecimentos psíquicos mesmo após o período pandêmico (CREPALDI *et al.*, 2020).

É pensando nessas perspectivas que este estudo foi idealizado e construído. O trabalho possui como objetivo geral discutir os aspectos vivenciados pelo morrer e o luto ocasionados pela Covid-19. As discussões desenvolvidas aqui apresentam relevâncias para a academia e para a sociedade de um modo geral. Primeiramente, por reiterar o fortalecimento da ciência como mecanismo de ação

social e, também, promovendo transformações materializadas no cotidiano das comunidades.

Essa pesquisa ainda promove indagações a serem pensadas a longo prazo, estabelecendo conexões e ideias necessárias para a produção de um futuro pós-pandêmico mais preparado para lidar com adversidades desconhecidas.

MÉTODO

Este trabalho adota como modalidade a pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2017), este tipo de estudo busca realizar uma síntese das produções acerca de uma determinada área e/ou temática. Com base nessa investigação, é possível inferir sobre a gênese de uma determinada problemática, apresentando pontos e discussões importantes. Dessa forma, a pesquisa se torna importante para a academia por apresentar um conteúdo abrangente e direto sobre uma questão levantada.

Dentre os diversos tipos que se caracterizam como estudos bibliográficos, utilizou-se nesta pesquisa a categoria integrativa. De acordo com Ercole, Melo e Alcoforado (2014), esta forma busca não apenas mostrar os trabalhos de uma determinada área, mas elaborar um apanhado que apresente as ideias, formatos e considerações de estudos mais comuns entre o que se encontra disponível na literatura. Assim, conforme cada objetivo do pesquisador, será possível estabelecer conexões entre essas ideias e o objetivo do estudo.

Em seguida, o trabalho estabeleceu a pergunta norteadora. Para isto, se utilizou da estratégia PCC

como alternativa, onde P (*Population*) representaria as sociedades de um modo geral, C (*Concept*) seria sobre os conceitos de morte e luto, e, por fim, C (*Context*) aplicado à pandemia da Covid-19. Dessa forma, o questionamento apresentado consiste em: Como o cenário pandêmico apresentou novas configurações diante da morte e do luto?

Os passos seguidos para a produção desta pesquisa foram: definição da pergunta norteadora/objetivos; escolha dos critérios de seleção; busca nas bases de dados; escolha do material a ser utilizado; submissão dos resultados à análise de dados; composição de um artigo final condensando os achados da pesquisa.

Após a definição dos objetivos, foram escolhidas as seguintes bibliotecas virtuais para a realização da busca das publicações: *Scielo*, BVS Brasil, Pepsic e Lilacs com os descritores Covid-19, morte, luto e rituais funerários. Para isto, como critérios de elegibilidade, as publicações deviam estar em língua portuguesa e com data de produção entre o intervalo de tempo de 2020 a 2022. Já como critérios de exclusão, foram utilizadas as produções que destoavam dos objetivos traçados, além de se caracterizarem como resumos, entrevistas e artigos de opinião.

Após a definição dos critérios de elegibilidade, o material selecionado foi colocado em uma pré-análise. Dessa maneira, quinze referências acabaram sendo utilizadas como resultados para a produção das discussões. Como maneira de analisar os achados desta investigação, foi utilizado o método de análise de conteúdo. Conforme Gomes (2016), esta forma permite categorizar o retorno das

pesquisas, observando as nuances às quais convergem e divergem. Assim, se cria um ponto de discussão e reflexão delas.

Como forma de organização e melhor compreensão desses achados, foram definidas duas categorias de resultados. A primeira diz respeito ao entendimento do luto em decorrência da Covid-19 e seus atravessamentos. Já a segunda abrange um recorte deste fenômeno no contexto brasileiro, levando em consideração aspectos vivenciados neste país como maneira de formulação e vivência desse luto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As buscas realizadas mostraram em evidência muitas publicações sobre a temática desta investigação. Isso se dá diante da necessidade urgente de lidar com a problemática, uma vez que as discussões entre os autores estavam sendo vivenciadas em tempo real. A importância dessa observação traduz a necessidade das ciências não apenas em pesquisar, mas fomentar informações que produzam algum tipo de transformação social.

Há de se destacar também a variedade de formação dos autores, compreendendo em estudos multidisciplinares. Entre as áreas mais evidenciadas, observaram-se trabalhos da Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais e demais áreas afins das humanidades. Entretanto, também foi possível observar exemplos das Ciências da Saúde, como a Enfermagem e a Medicina, apesar desta última estar em menor produção.

As modalidades de estudos compreendem desde relatos de experiência, como revisões bibliográficas e pesquisas de campo. Essas possibilidades surgiram diante do panorama o qual as restrições sanitárias permitiram. O conteúdo, dessa forma, mesclava desde a atuação profissional, até mesmo, às barreiras e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos que perderam alguma pessoa significativa para a Covid-19.

A presença de uma literatura internacional também se fez presente em alguns dos achados, representando, portanto, o acompanhamento diante das consequências de uma mazela que atingiu realidades distintas de maneiras semelhantes, de certo modo. Isso faz com que surjam, inclusive, inquietações acerca do modo como a pandemia foi conduzida em polos opostos.

Esta investigação optou, portanto, pela construção de categorias de análise dos seus resultados, oportunizando uma reflexão à luz da literatura vigente.

A morte e o morrer no cenário pandêmico

Nesta categoria, as referências fazem reflexões diante do processo da morte em decorrência da Covid-19. Os estudos se debruçaram a investigar sobre como esse fenômeno se difere dos demais tipos de enfermidade, oportunizando debates diante das novas configurações sociais e cotidianas que o vírus Sars-CoV-2 implicou nas sociedades. Além disso, buscou-se entender como que essa morte afeta as pessoas que possuem algum tipo de ligação com esse sujeito que veio a óbito.

Pereira, Medeiros e Bertholini (2020) descrevem sobre como o morrer passou a sofrer outras influências dentro do estado de pandemia no Brasil. Esse temor construído sobre a morte pareceu sofrer um acalento diante de desinformações e ideologias pregadas por determinadas redes de apoio político. O que essas referências, sem nenhum valor científico e real, não contavam era com o elevado número de óbitos que o país enfrentaria. A dimensão sobre quem a morte atingiria ou não se baseava, portanto, na acreditação de uma onda ideológica.

Isso faz pensar em como o temor sobre a morte trouxe novas aquisições diante da pandemia. O que pareceu algo que poderia ser sanado em dias, ou até mesmo que atingiria apenas uma parte da população, fez com que o Brasil atingisse marcas elevadas do número de mortos por Covid. Os estudos questionam, dessa forma, o poder que a informação, até a falsa, provocou em como se portar e agir diante de um vírus desconhecido, mas com consequências desastrosas.

Além disso, o próprio morrer também carrega uma conotação individual dentro do contexto pandêmico. Souza, Souza e Tirelli (2020) chamam atenção para aspectos que permearam a morte: a desigualdade presente nas distintas realidades do Brasil. Dessa maneira, foram observadas nuances no que diz respeito à proteção, ao cuidado e à atenção à saúde. Muitas vezes, esses óbitos estão carregados da invisibilidade que boa parte da população padece, em que as (poucas) políticas desenvolvidas não chegaram, culminando, assim, na falta de atendimento diante das consequências do vírus.

Diante dessas informações, é preciso estar atento às diversas formas de morrer observadas durante a pandemia. Existem contextos que estabelecem marcadores importantes para a saúde. Nesses casos, a falta deles propiciou a perda da própria existência. Os achados nesta investigação convidam os leitores a pensarem criticamente sobre as formas ocultas que propiciaram esta morte.

A força promotora desse morrer devido a inconseqüências diante da não prática de cuidados frente a Covid-19 liderou diversos discursos, como analisa o trabalho de Missiatto (2021). O autor descreve como a força de ideias e crenças discorridas pelas falas, sejam elas no campo social como no virtual, impulsionaram a construção de uma necropolítica. Não tem como dissociar este fator das mortes enfrentadas no Brasil. Diante da associação de ideias sem o teor científico, em contrapartida a questões políticas e conservadoras, a fala se tornou um dos fatores mais agravantes diante do quadro de adoecimento e morte provocada pela pandemia.

Willrich *et al.* (2022) contam como a realidade brasileira foi encarada diante das conseqüências adversas da Covid-19:

Os processos excludentes que se vive no país, que é extremamente desigual, foram aprofundados com a pandemia. Ao invés de priorizar o coletivo sobre as individualidades, uma vez que a saúde de um sujeito interfere na saúde do outro e da coletividade, os brasileiros

foram abandonados à própria sorte em uma cortina de fumaça que coloca todo o desrespeito com a vida e incompetência política como respeito às liberdades individuais. (WILLRICH *et al.*, 2022, p. 7)

Essas falas, inclusive, atingiriam as massas, sendo replicadas em questões de segundos. A partir daí, a própria ciência foi colocada em xeque. Desse modo, surgiram desconfianças e dúvidas diante das medidas adotadas frente a pandemia. Essa ação polarizou as estratégias de cuidado pessoal e coletivo. Esse fenômeno apresenta uma nova discussão no centro dos desastrosos efeitos enfrentados. Como seguir protegendo a sua vida e a dos demais com base nesse tipo de fala? Como a morte é encarada por essas pessoas? Questões desse gênero tiveram ações como perdas em inúmeros fatores como respostas para elas.

Estrela *et al.* (2021) apontam para os diversos recursos utilizados pelas pessoas próximas ao indivíduo que padeceu por Covid. Com a ausência de alguns tipos de rituais de despedida, cada um passou a desenvolver estratégias específicas que justificariam a necessidade e o desejo de realizar um último adeus. Foram elaboradas, então, ações envolvendo escrita e outros recursos lúdicos para simbolizar essa partida. Isso possibilitou ressignificar a ausência marcada pela falta de ritos como o velório.

Entretanto, os mesmos autores alertam para a necessidade de apoio psicológico a ser oferecido aos familiares e demais pessoas relevantes. É provável que, mesmo com essas novas alternativas, esses

sujeitos ainda levem bastante tempo para não só vivenciar o luto como buscar formas de atingir outros sentidos sobre ele.

Carvalho *et al.* (2021) apontam:

A pandemia causada pelo SARS-COV-2 e suas inúmeras perdas, seja pelas mortes, seja pelas mudanças no estilo e hábitos de vida, desencadeou um estado de luto patológico, caracterizado por duração prolongada e muitas vezes sem resolução completa do quadro. A impossibilidade de encarar o luto de maneira completa e vivenciá-lo como fase do processo de aceitação da morte seria a principal causa, corroborando com o aumento de quadros depressivos e demais transtornos psiquiátricos no período (CARVALHO *et al.*, 2021, p. 90867).

Mesmo assim, o tema sobre a morte e o morrer gera mais receios dentro da sociedade. Nem mesmo o atual cenário de pandemia deixou de evidenciar essa questão. Assim, muitos ainda encararam essas temáticas de uma maneira negativa e carregada de sofrimento. Os questionamentos encontrados nesta pesquisa evidenciam a importância de se pensar sobre a morte, onde, não necessariamente, ela se faça presente. Essa possibilidade remonta a ideia sobre pensar a si

mesmo e aos demais, compreendendo como encarar a sua própria finitude e as consequências que ela proporciona aos sujeitos e à sociedade.

Pensando, então, a longo prazo, os trabalhos revelam a necessidade de se olhar para além do contexto da pandemia em si. Mesmo com o fim dela, ainda estarão presentes situações e sequelas provocadas pelo vírus de inúmeras formas. E não necessariamente do contágio é que se fala neste ponto, mas de como os afetamentos diretos e indiretos deste cenário produzirão consequências a serem sentidas mesmo pós-pandemia.

O caminhar após a perda

Essa categoria abarcou as ideias colhidas nesta pesquisa sobre o período de vivência do luto e de consequências a longo prazo sobre ele. Além do mais, as referências apresentaram reflexões para um momento pós-pandêmico. O debate aqui segue pensando no futuro, nas aplicações cotidianas ocasionadas por essa perda. Adicionando também como cada sujeito segue suas experiências, observando se existe um suporte, ou não, para o entendimento e ressignificação das suas questões.

Estrela *et al.* (2021) abordam sobre como as pessoas, após essa perda ocasionada pela pandemia, encontram-se em uma espécie de desordem em diversos segmentos da vida. Por mais que elas estejam passando por essa situação da qual se desdobra bastante sofrimento, seguem invisibilizadas pelo poder público. Isso significa dizer que elas não conseguem ter acesso a serviços que poderiam prestar ajuda diante dessas demandas. Além disso, essas

unidades precisariam conceber estratégias que visem à integralidade nesses casos, observando todas as nuances e consequências que esse luto provoca, compreendendo as demais perdas que estão latentes na vida de cada um.

Diante de tantas mudanças ocorridas por conta do período pandêmico, cada uma teve uma consequência significativa e pessoal a cada sujeito. Consequentemente, possuem uma característica particular e individual. Os trabalhos evidenciaram que essas perdas apresentaram perspectivas difíceis a quem permanecia por aqui. Além de lidar com a morte especificamente, havia outros condicionantes dentro das ciências de cada um. Os trabalhos refletem, portanto, sobre aspectos sociais, culturais e, até mesmo, econômicos. Foram transformações drásticas e que ocasionaram mais sofrimento e desigualdade à população brasileira.

Essas perdas também precisam ser sentidas a cada modo. Daí a importância de uma educação que saiba lidar e acolher esse luto. Silva *et al.* (2020), inclusive, relatam em seu trabalho sobre como a morte em consequência da Covid-19 abala toda uma estrutura direta e indireta no seio familiar/social. Isso compreende desde crianças a adultos, em que cada um, a seu modo e de acordo com o seu sentimento, acaba por refletir em si ações oriundas dessa dor.

A partir de, então, o processo de reconfiguração se tornou solitário em muitos casos. E dentro de desigualdades se evidenciou a falta de apoio por parte do poder público. Até hoje, inclusive, muitos ainda devem estar em processo de readaptação. Esse momento não apresenta, ao contrário do que se imagina, uma nova guinada na

vida da pessoa. É possível que ainda existam muitas barreiras a serem enfrentadas. A partir de então, o desafio maior se torna seguir em frente, uma vez que nem sempre existe a oportunidade de auxílio genuíno à sua dor. Ainda existem preestabelecimentos sobre como esse sofrimento pode ou não ser externado. Do que decorre, então, mais uma problemática.

Santos e Paz (2021) seguem advertindo uma questão importante:

Muitas são as tragédias familiares em tempos de pandemia que não encontram um esteio de cuidado ao fim de tantas perdas, mas que ao buscarem ajuda para fora das cercanias do hospital podem encontrar uma rede de serviços que deve amparar as vítimas desse adoecimento que produz lutas pela sobrevivência, luto por vidas que se foram. No isolamento, familiares sofrem com os efeitos deletérios da doença e com o “fantasma” da morte além de enfrentarem o medo da perda do ente amado. (SANTOS; PAZ, 2021, p. 184)

Foram essas situações as quais os familiares dos sujeitos que faleceram em decorrência da Covid-19 seguiram no seu cotidiano. Muitos ainda carregam em si os sentimentos advindos desde o processo de internação até o velório, onde este último sofreu diversas modificações devido ao risco ainda eminente

de contágio. A negação diante dessa despedida também pode ocasionar sentimentos ainda presentes no cotidiano desses sujeitos, conforme encontrado nos resultados deste estudo.

Moretti, Guedes-Neta e Batista (2020) seguem dizendo que, apesar de muitos acreditarem na pandemia como um dos maiores desafios já enfrentados, que esta experiência ainda está longe de uma conclusão concreta e definitiva. Diversos aspectos psicológicos foram ativados diante de tamanhas incertezas e as inúmeras perdas enfrentadas. Cabe à sociedade, portanto, buscar entender e compreender as demandas a serem enfrentadas, buscando, assim, uma saída genuína a todas as pessoas envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou promover uma discussão diante da temática da morte e do luto de acordo com o cenário de pandemia da Covid-19. Com base nas referências encontradas, ainda há muito o que se discutir, pensar e agir diante disso. A própria concepção dessas temáticas, antes mesmo da chegada desse período de isolamento, já traduz em elementos importantes para o entendimento da problemática. Ambos os temas nunca estiveram no centro de discussões sociais, e, em muitos casos, ainda são vistos como tabus.

Definitivamente, apesar dos estudos desenvolvidos, ainda existem barreiras para o estabelecimento de uma educação para a morte e o morrer. Os estigmas sociais contribuem para a produção de comportamentos que são aceitáveis ou

não, incluindo, até mesmo, o tempo que a pessoa deveria se dedicar ao luto dessa perda. Esses movimentos culminaram também em como se deram as ações diante da perda provocada pela Covid-19.

Além da falta do ente querido, as famílias e demais pessoas importantes àqueles sujeitos tiveram que lidar com outros empecilhos, como os rituais funerários. A última chance de despedida precisou de novos contextos e produções para, de fato, serem realizadas. O isolamento também provocou a ideia de uma dor vivida solitariamente, onde cada um em seus espaços, cumprindo o distanciamento social, não puderam, muitas vezes, falar sobre esse sofrimento.

Este trabalho ainda chama a atenção para aquelas pessoas que seguem em seus espaços destinados à vivência dessa perda, encarando a dificuldade de encontrar um auxílio diante da rede de atenção à saúde pública. Por mais que os novos tempos coloquem a pandemia como um capítulo a se encerrar, as suas marcas ainda seguirão. E, acima de tudo, seguem sendo sentidas por milhões de pessoas. Juntamente com a ciência, novas possibilidades poderão ser cumpridas, entretanto, é necessário inicialmente querer.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Flávia Moreira de et al. Perdas, mortes e luto durante a pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática Loss, death, and mourning during the COVID-19 pandemy: a systematic review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 90853-90870, 2021.

CREPALDI, Maria Aparecida et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.

DEMENECH, Lauro Miranda et al. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Enfrentamento do luto por perda familiar pela covid-19: estratégias de curto e longo prazo. **Persona y Bioética**, v. 25, n. 1, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a covid-19 no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

KOVÁCS, Maria Julia. Educação para a morte. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 25, n. 3, p. 484-497, 2005.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Brasiliense, 2017.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Necrodiscursos: Discursos articulados pelas políticas da morte. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e14810817302-e14810817302, 2021.

MORETTI, Sarah de Andrade; GUEDES-NETA, Maria de Lourdes; BATISTA, Eraldo Carlos. Nossas vidas em meio à Pandemia da covid-19: Incertezas e medos sociais. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva-REVESC**, v. 5, n. 1, p. 32-41, 2020.

PEREIRA, Carlos; MEDEIROS, Amanda; BERTHOLINI, Frederico. O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 952-968, 2020.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2006.

SANTOS, Helen Barbosa; PAZ, Fernanda Marques. Luta pela vida, luto pela perda: atenção em saúde mental a uma sobrevivente de COVID. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, v. 4, n. 1, p. 176-189, 2021.

SILVA, Isabella Navarro et al. Ajudando as crianças a enfrentarem o luto pela perda de pessoas significativas por COVID-19. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped**, v. 20, n. spe, p. 85-90, 2020.

SOUZA, Luís Paulo et al. COVID-19 no Brasil: seguimos no mesmo mar, mas não nos mesmos barcos. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 31, n. 03, p. 41-48, 2020.

WILLRICH, Janaína Quinzen et al. O (des) governo na pandemia de COVID-19 e as implicações psicossociais: disciplinarizações, sujeições e subjetividade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022.

**A FINITUDE DO HOMEM EM JOÃO
CABRAL DE MELO NETO: versos do passado e
do presente¹**

Camila de Lima Sales²

A leitura de *Morte e Vida Severina* deve ser feita com o olhar aguçado sobre as denúncias que ali são trazidas. Esse poema é não só um retrato da fuga do nordestino, no passado, em busca de uma (sobre)vivência digna, como também é o retrato de nosso Brasil moderno, pré e pós a pandemia de Covid-19. Podemos pensar que, talvez, o autor do poema tenha visto de perto o cenário que o inspirou a escrever a odisseia severina tão rica em detalhes sobre um tema, a morte, que por mais que seja ordinariamente comum em todos os meios digitais e analógicos de divulgação, por variados motivos, ainda é um tabu, sobretudo, repulsivo.

Desta forma, quando propomos uma leitura aguçada sob lentes modernas, não estamos anulando a importância deste poema excepcional sobre a seca nordestina. Destarte, o que queremos é mostrar a ‘seca’ simbólica que se alastrou por meio da

¹ Declaro que, para a execução da presente pesquisa, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Graduanda do curso de Letras-Português, pela Universidade Estadual do Piauí -UESPI. Campus Parnaíba. Departamento do curso de Letras-Português. Áreas de interesse: Literatura portuguesa. Email: salescamila573@gmail.com Telefone: 86 9 9444-8334. Tipo de publicação: artigo.

pandemia de Covid-19, que por sua vez, potencializou vários outros momentos sociais dentro da sociedade brasileira, como a violência, a desigualdade social, o preconceito, a banalização da morte e a falta de políticas públicas. Corroborando como o homem é finito qualquer que seja seu estado social.

Mas, se falando tanto em morte, qual é o seu significado? Existem muitas concepções que definem esse substantivo feminino. O termo vem do latim, *mors, mortis*, e pode ser definida por “Óbito ou falecimento; cessação completa da vida, da existência. Extinção; falta de existência ou ausência definitiva de alguma coisa: morte de uma espécie; morte da esperança; morte de uma planta” (DICIO, 2022). As religiões dizem que a morte é a perda do fôlego de vida concedido por Deus. A ciência já determina que a morte pode ser um processo lento e doloroso quando em um estado avançado de alguma enfermidade incurável. Ou, ainda, o que é regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, artigo 4º, considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, especifica que para a constatação desse processo se deve considerar a “ausência de atividade motora supra-espinal e apnéia” (SUKYS-CLAUDINO, 2015, p. 6,7).

Todos esses conceitos repassam a ideia de inatividade física (mesmo algumas religiões pregando a vida após a morte). Logo só consideramos morto o corpo que não se move física e mentalmente. Todavia, existem outros tipos de mortes, por exemplo, ‘a ausência definitiva’ da ‘esperança’ ou

ainda, a ‘cessação da existência’ do ser. Assim temos: a morte do corpo e do espírito humano. Sendo esta última entendida por uma morte simbólica, onde o sujeito, mesmo vivo em seus aspectos biológicos, é tido inexistente pela sociedade. O que queremos destacar quando apresentamos esses conceitos é que todos eles estão descritos nos versos de *Morte e Vida Severina*. Tanto a morte do corpo quanto a do espírito são comentadas por uma perspectiva exploradora e sem preconceito pelo autor na personagem Severino.

É nesse personagem que encontramos a imagem do povo brasileiro pobre, que tenta uma vivência digna quando decide migrar para as grandes metrópoles. Veremos nos diálogos entre a personagem principal e outras personagens secundárias que essa busca é uma das formas que muitos encontram na tentativa de se manter vivos, em corpo e espírito, biológica e socialmente. Nessa busca, o personagem principal se depara com várias situações envolvidas pela morte: do sepultamento ao suicídio. Fazendo-nos perceber sua visão eufórica da vida e disfórica da morte, logo nos primeiros versos (FIORIN, 2018).

Marilena Chauí (2000) afirma que o ato de morrer é solitário, não pela chegada da morte no corpo sem a presença física de parentes, amigos, médicos etc., mas que quando se morre, morre-se sozinho porque a morte cabe apenas àquele corpo, simplesmente, e assim se morre sozinho, mesmo quando assistido pelos parentes. E estes, ao assistirem a partida do ente querido ficam solitários por sentirem cada um, a dor da perda de formas diferentes. Por isso, Chauí assevera que o ato de morrer é solitário, que a essência da morte é a solidão.

A obra de Melo Neto reafirma essas falas em seus versos quando nos apresenta uma personagem “morta” que parte em uma jornada em busca de “vida”. Dizemos morto, pois, a personagem perdeu a esperança de vida digna em seu lugar, às margens do Capibaribe. Paradoxalmente, compreende que, só terá novamente “vida” na cidade grande, no caso, Recife, por saber das “facilidades” econômicas, sociais e políticas que se desenvolvem nela. Por isso, também, Severino é solitário em uma jornada onde seu objetivo maior é viver e não adquirir muitas riquezas. Nesse sentido, para Norbert Elias (2001, p. 6-7), essa solidão é resultado de uma desigualdade social humana, uma não ‘identificação entre vivos e moribundos’.

Para Wilson Martins (MARTINS, 1978 p. 35), explicar essas desigualdades humanas é penetrar “nesse terreno alucinatório que é o homem dentro de si mesmo”. Macieira *et al* (2019, p. 44) aponta que o “mergulhar dentro do homem” será a via que explorará com eficácia “as injustiças sociais e, por meio delas, para o social, em que a vida se configura”, apresentando uma imagem do homem, “que se apresenta marcada pela disputa entre a vida e a morte”. Nessa disputa encontramos nosso personagem em sua viagem épica severina. Essa viagem expõe ainda a Questão Social que é dissertada por Mariara Pelozo Coluccini:

Existem questões estruturantes das desigualdades geradas pelo antagonismo de classes no Brasil, entre as quais, o desenvolvimento intensivo do

capital provoca os fluxos dos trabalhadores, acarretando em migrações internas em busca de terra, trabalho, condições dignas de vida e garantias de direitos. Os trabalhadores desapropriados — retiram para outras localidades a fim de inserção no — crescimento capitalista (COLUCCINI, 2021. p. 16, 17).

A Questão Social evidenciada por Coluccini (2021) encontrada na obra *Morte e Vida Severina* são as mesmas que se estampam nas mídias e nas histórias de vida de muitos “severinos” modernos. Segundo a autora, essa questão é resultante da ciranda ‘Capital x Trabalho’ que são um dos dois pilares impulsionadores das desigualdades sociais na sociedade brasileira e, por que não, no mundo. Por meio destes, outros elementos são alavancados gerando movimentos, situações como, por exemplo, a “manifestação dos elementos desiguais na sociedade capitalista moderna, o desequilíbrio econômico, político e cultural das classes sociais, permeado pelos aspectos regionais, de gênero e étnicos” (COLUCCINI, 2021, p. 16). Na obra de Melo Neto (2007) encontramos Severino imerso nessas “questões estruturantes das desigualdades geradas” devido a esse “antagonismo de classes no Brasil” e podemos notar que essas “questões geradas” continuam a atuar no cenário atual brasileiro onde a pandemia de Covid-19 foi um catalizador para o aumento de todas essas desigualdades apontadas por Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, evidenciando

a finitude humana e a dor deixada por sua não aceitação.

O que desejamos com todas essas considerações é o encaminhamento ao ponto chave do tema deste trabalho que é a análise do poema, apontando o discurso que preconiza e expõe a finitude do homem ante o passado e o presente. Sabendo que é esse nosso propósito, daremos início às análises do poema *Morte e Vida Severina* (2007), discorrendo sobre como ele revela desigualdades tão óbvias da atualidade brasileira e que o torna assim uma obra atemporal, repleta de denúncias sociais que são tão presentes hoje, quanto foram no passado; cabendo leituras atuais que nos mostram que a pandemia de Covid-19 atuou/ atua como gerenciadora de muitas dessas desigualdades de modo que as trouxe aos olhos de toda a sociedade.

Iniciaremos as análises com o trecho da primeira parte do poema, onde após a apresentação do retirante ao leitor sobre “quem é e a que vai”, ele finaliza a sua apresentação mostrando ao leitor que o seu sofrimento e a sua penalidade são os mesmos de seus semelhantes:

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,

e até gente não nascida) (MELO NETO, 2007, p. 74-75).

Notamos nas palavras do retirante, situações que nos são tão comuns, que muitas vezes, banalizamos: “velhice antes dos trinta”, “emboscada”, “fome”, fraqueza e doença”. Situações que eram vistas como comuns apenas, ou com mais frequência, no Sertão nordestino, mas que se alastram em todo o país e que já deveriam ter sido erradicadas pelas tantas políticas públicas criadas, porém, ainda perduram e, nesta pandemia, com mais intensidade. Neste sentido, destacamos a ‘insegurança alimentar’, usando de termos menos agressivos, para dessa forma, sim, agredir o olhar do leitor ao trazer os dados da FAO (Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) que ao apresentar o seu relatório, abordou dados alarmantes sobre a fome no Brasil, que permanece nesse mapa desde 2018, ultrapassando a média mundial com 4,1%, ou seja, são 61 milhões de brasileiros em estado de insegurança alimentar (FAO, 2022). O coletivo severino, descrito no poema com pernas finas, barriga grande, com fome, fraco e doente, incapaz de até gerar uma nova vida em consequência desses infortúnios, sendo “emboscado” pela ganância humana que o explora e o envelhece antes da idade, é o mesmo coletivo que hoje em dia ainda sofre pelas mesmas situações – a classe pobre e trabalhadora. Em suma, é nesse trecho, onde o autor põe diante de nossos olhos todas as situações que o retirante Severino encontrará em sua jornada. É neste trecho que nos deparamos com muitos infortúnios e mazelas sociais noticiados nas mídias digitais e analógicas.

Temos visto em muitos noticiários – telejornais, redes sociais – o aumento da fome, da violência, da falta de acesso a políticas públicas essenciais e claro, doenças. No ano de 2018, novamente o Brasil volta a figurar como um dos países mais desiguais do mundo, ocupando a 10^a posição. Os dados do mapa da desigualdade social apontam que ‘os seis bilionários brasileiros possuem renda equivalente à da metade da população pobre’ e complementa que desigualdades salariais entre brancos e pretos, homens e mulheres, continuam sem movimentos expressivos de igualdade. O mapa ainda expõe que mortes e violências têm incidência maior sobre negros e pobres, mulheres e sobre a comunidade LGBTQIAP+ (SÃO PAULO, 2018). Esses dados seguem mais agravados nesta pandemia de Covid-19 onde a falta de políticas públicas para erradicação destes altos índices se fez ausente por um governo que produziu mais milionários que outros governos (UOL, 2022).

Neste sentido, temos o trecho a seguir, no qual encontramos a violência como aspecto manifesto para a finitude precoce do sujeito:

- A quem estais carregando,
irmãos das almas, *embrulhado
nessa rede?* dizei que eu saiba.
- *A um defunto de nada*, irmão
das almas, que *há muitas horas
viaja à sua morada*
- Até que não foi morrida,
irmão das almas,
esta foi morte matada,
numa *emboscada*.
- E o que guardava a
emboscada,

irmãos das almas,
 e com que foi que o mataram,
 com *faca* ou *bala*?
 — Este foi morto de bala,
 irmão das almas,
mais garantido é de bala,
 mais longe vara.
 — E quem foi que o emboscou,
 irmãos das almas,
 quem contra ele soltou
 essa ave-bala?
 — Ali é difícil dizer,
 irmão das almas,
sempre há uma bala voando
desocupada (MELO NETO,
 2007, 75).

O trecho é referente ao encontro entre Severino e um cortejo fúnebre que acontece logo nos primeiros versos. Severino questiona quem é o falecido, pois, segundo a personagem, pode ser alguém que conhece e, nos mostra que, nesse momento de intensa dor pelo fim da vida humana, o homem sofre o desamparo estatal, tendo por esquite, uma rede; provavelmente, a que lhe servia de cama. Durante as secas nordestinas (1877-1879; 1934-1936) que mataram e expulsaram milhares de pessoas, era comum em regiões afastadas dos centros urbanos o morto ser sepultado em sua rede de balanço, pois, não havia meios econômicos para a compra de um caixão digno. Atualmente, mesmo em algumas regiões mais afastadas dos grandes centros comerciais, essa já não é uma visão comum. Todavia, a resposta dos “irmãos das almas” é, ao noticiarem o passamento de alguém quando se referem por “defunto de nada”, expressa

que a morte daquela pessoa, segundo as suas ações em vida e sua classe social, não é grande coisa e não deve gerar comoção. E segue o discurso banalizado de que todos morrerão um dia, cedo ou tarde, na expressão “viaja à sua morada”, no sentido simbólico de que nossa morada final é o mesmo espaço – o cemitério.

Ainda sobre a resposta dos “irmãos das almas” a Severino acerca do defunto, temos algumas situações descritas no âmbito da violência que desemboca na finitude humana e rompe seus laços com os vivos, causando medo e solidão em quem fica, após o fim biológico do ser. A resposta dada ao retirante é muito clara no que diz respeito ao uso da violência para o fim precoce do homem como meio vantajoso em empreitadas capitalistas. Tomamos por exemplo, a morte em detrimento de uma “emboscada” seja pelo uso de armas brancas (faca) seja por armas de fogo (bala). E ainda temos uma das muitas causas de morte em nosso país que são as “aves-balas”, ou seja, as balas perdidas que, como escreve o poeta, “sempre há uma bala voando desocupada”.

Há, entretanto, ainda uma forma sutil de uso da finitude humana para meios bem menos nobres; meios esses que nos habituamos a considerar um avanço social e até capitalista que é o uso da morte para fins comerciais. O trecho a seguir nos mostra a realidade de muitos que trabalham como coveiros em cemitérios usufruindo de um momento de sofrimento gerado pela perda de um ente querido. O personagem Severino ao chegar em seu destino, Recife, ouve a conversa entre dois coveiros:

- Pois eu me daria por contente
se me mandassem para cá.
Se trabalhasses no de Casa
Amarela
não estarias a reclamar.
De trabalhar no de Santo Amaro
deve alegrar-se o colega
porque parece que a gente
que se enterra no de Casa
Amarela
está decidida a mudar-se
toda para debaixo da terra
(2007, p. 90).

Percebamos que a morte é tida como meio de vida para os coveiros, e há a denúncia da falta e da abundância (se é que se pode usar esse termo) de mortes. A fala do coveiro que trabalha em um cemitério de nome “Casa Amarela” ao outro é que aquele deve alegrar-se por ter poucos defuntos a enterrar, pois, ele se contentaria em trabalhar no lugar daquele devido a menor incidência de mortos. A fala do personagem secundário é bem impactante quando percebemos que vivemos uma pandemia e perdemos muitos entes queridos causando uma onda gigantesca de mortos nos cemitérios de todo o Brasil. E sabemos que essa onda poderia ter sido evitada e, conseqüentemente, também evitada a ‘mudança’ de todos esses entes queridos “para debaixo da terra”. Destacamos, porém, a questão comercial aqui apontada sagazmente. O cemitério conhecido por Santo Amaro é um cemitério que desde a sua fundação foi usado para o sepultamento de pessoas providas de famílias abastadas. Ou seja, a comercialização da morte tem uma relação direta com

o maior índice de sepultamentos em um cemitério que em outro (MACHADO; CASTRO. 2008. p. 204). Consequentemente, essa relação estreita condiciona uma posição social econômica que preconiza o alto valor monetário imposto em um cemitério rebaixando o outro a um nível comum, menos importante; dando-lhe uma imagem de cemitério preparado para atender a população pobre. Tal fato nos remete ao que aconteceu durante a pandemia em sua onda mais mortífera, em que pessoas de regiões específicas foram sepultadas em valas, especialmente as de classes mais baixas que eram as que mais se arriscavam em trabalhos informais e sem segurança ou uso obrigatório de EPIs.

Essa fala também nos apresenta outra questão. Infelizmente, a pandemia de Covid-19 escancarou para o mundo que a morte é um marco na vida de todos os seres humanos e nada – religião, economia, educação – pode livrar o homem de seu fim e foi comum ouvirmos expressões como “da maneira em que está não vão ter onde se enterrar” (MELO NETO, 2007, p. 93). Expressando dessa forma parece cruel, até insensível. No entanto, é essa verdade nua e crua que tentamos a todo custo, esquecer e até proteger nossos familiares e amigos de pensar sobre, pois, nos é cruel. Mas, como escreveu Phillipe Ariès (2003), em *História da Morte no Ocidente*, é um pensamento, de veras, preconceituoso com respeito a nossa finitude.

Essa muralha construída em torno do assunto “Morte” é feita de maneiras sutis, a começar por nossos discursos fúnebres eufemistas (Passou dessa para melhor; Viajou à cidade dos pés juntos; Faleceu; Não está mais entre nós etc) findando em nossas

ações, como a procura pela vida digna, no caso da personagem Severino que se retira de sua cidade natal em busca de vida; fuga da morte. Esses discursos que preconizam os instantes da morte não são novos. São discursos que vêm sendo passados de geração a geração e, variam de acordo com o círculo social, econômico e religioso de cada sujeito em cada sociedade. O que nos mostra que o ser humano tem um discurso disjunto de sua perspectiva de vida, em que essa perspectiva é, ao final de um ciclo, morrer. Em contrapartida a essa disjunção de seu objeto ‘morte’, esses discursos são uma afirmação da conjunção do objeto ‘vida’ do ser humano. Assim, temos o personagem Severino como representante do homem finito em uma viagem conjunta pelo objeto vida e disjunta pelo objeto morte (FIORIN, 2018).

Vimos que durante toda a viagem de Severino, o retirante, houve situações que mostraram o cenário fora de sua cidade natal, às margens do Capibaribe, e sem dúvida, o fizeram refletir que a morte, a desigualdade social, econômica e outros fatores que culminam para a chegada rápida ou demorada do fim humano, não se restringia ao seu sertão. Entender esse fato triste, porém indiscutível, fez o personagem acreditar que morrer logo, seria a melhor saída para seu sofrimento, e já em seu destino ele indaga:

- O rio daria a mortalha
e até um macio caixão de água;
e também o acompanhamento
que levaria com passo lento
o defunto ao enterro final
a ser feito no mar de sal.

— E não precisava dinheiro,
e não precisava coveiro,
e não precisava oração,
e não precisava inscrição (...)
— Seu José, mestre carpina,
que diferença faria
se em vez de continuar
tomasse a melhor saída:
a de saltar, numa noite,
fora da ponte e da vida? (MELO
NETO, 2007, p. 93, 97).

Para Severino, o suicídio seria a melhor maneira de acabar com todo o sofrimento que passaria além das marcas dos tantos já passados. Percebemos então, que o suicídio é uma questão de saúde pública, como escreveu Santana (2015, p. 43):

A falta de informação a respeito do suicídio, aliada à existência do tabu sobre a morte na sociedade moderna, são barreiras que precisam ser superadas para ampliar a discussão sobre a violência auto-infligida, considerando-a como uma problemática de incumbência da saúde pública.

Novamente, o tabu do que é a Morte, preconiza o tabu do que é o suicídio. Em uma sociedade onde os avanços modernos estão a todo vapor, é muito triste olharmos para as taxas de suicídio e entender que ainda não é um tema em debate social, assim como a morte. Severino, não

queria morrer por morrer, entretanto, seu desejo real era acabar com a dor que havia em seu ser por saber que mesmo na cidade grande e moderna, fatores como desigualdade social, política, econômica, cultural, religiosa e educacional, entre tantos outros, não eram exclusividade de sua terra, pelo contrário, eram até mais promovidas no espaço moderno. Saber que estava nessa situação o fez querer desistir de tudo por ter perdido a esperança. Nesse momento, percebe-se que a morte social é a causa do desejo suicida da personagem. E por isso é espantoso que ainda perdure por tanto tempo em uma sociedade que se diz desenvolvida e avançada seja em ciência seja em tecnologia. Durkheim explica que esse estado de anomia é gerado por falta de coesão e coerência social devido a não existência de uma moralidade e ética verdadeira dentro da sociedade moderna expressa em valores puramente capitalistas; gerando o pensamento e a ação individualista e sem nenhuma solidariedade com o próximo (FORMIGA, 2012). Assim, a personagem severina tem em si o desejo suicida por ser um mero receptor dessa falta de solidariedade social (HERCULANO, 2006).

CONCLUSÃO.

Neste trabalho, analisamos trechos do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, apontando alguns aspectos causadores da finitude do homem, explorando fatores sociais, políticos entre outros. Vimos que há um discurso que perpassa a morte e seus momentos solitários em cada sociedade e indivíduo. Compreendemos que existe ainda o tabu em relação ao que é a morte, em suas variadas faces.

A morte por violência, por descaso dos governantes, por desigualdades sociais e políticas, o suicídio, a morte por fome e doenças, são apenas algumas das aqui citadas e comentadas. Todavia, expressou-se o discurso repleto de eufemismos sobre a finitude humana.

Ademais, a não aceitação dessa finitude é ainda mais assustadora, tendo em vista que, há milhares de anos, muitas comunidades menos desenvolvidas que nossa sociedade, já tinham o conceito de morte bem desenvolvido e aceito. Em vista dessa relação disfórica no que diz respeito ao objeto Morte é que tentamos a todo custo esquecer que somos perecíveis, enfim. Por isso, também, nossa relação conjuntiva com o objeto Vida. Assim, temos Morte x Vida, construídas na personagem Severino. Assim como todos nós, Severino é manipulado por essa relação disfórica entre vida e morte à qual está sujeito, revelando que todos buscamos um meio de fuga para nossa finitude indiscutível. É, ainda, nessa personagem que encontramos escopo para nossas variadas explicações e aprofundamentos em temas sociais e atuais, como a anomia social diante uma pandemia que ceifou milhões de vidas; a classe pobre sendo hostilizada pela classe rica que não precisava se preocupar com comida ou EPIs básicos; um governo que fechou os olhos para o sofrimento humano deixando claro que sua prioridade era capitalista, a produção de dinheiro e pessoas ricas e não a vida de milhares de brasileiros etc. Isso nos faz refletir no significado que Durkheim deu à palavra ‘Solidariedade’; que é o ato de ser bom não no sentido material, e sim, no que diz respeito ao pensamento e ação coletiva para o outro, mesmo que esse outro não

seja meu irmão ou conhecido. Diante desse conceito, entendemos que a sociedade brasileira e o seu governo, não foram tão solidários como deveriam. Deste modo, findamos nossa discussão refletindo sobre qual o papel do Estado perante as representações da morte que são constantemente expostas e denunciadas pela literatura, como em *Morte e Vida Severina*.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Phillipe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **O Homem diante da Morte**. Tradução: Luíza Ribeiro. São Paulo. Editora Unesp. 2014.

BÍBLIA SAGRADA, Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada. Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Cesário Lange, São Paulo, 2015.

BRASILIENSE, Correio. **Com aumento de mortes por covid, prefeitura de SP começa abrir 600 valas por dia**. Disponível em: Com aumento de mortes por covid, Prefeitura de SP começa abrir 600 valas por dia (correiobrasiliense.com.br) Acesso em: 9 de dez. 2022.

SÃO PAULO, Rede Nossa. **Mapa da Desigualdade Social**. Disponível em: Campanhas - Rede Nossa São Paulo (nossasaopaulo.org.br) Acesso em: 9 de dez. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Editora Ática. São Paulo, 2000.

COLUCCINI, Mariara Pelozo. **As Expressões da “Questão Social” Retratadas na Obra “Morte e Vida Severina” de João Cabral De Melo Neto**. 2021. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/morte/>
Acesso em: 21 de março de 2022.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos** seguido de **Envelhecer e Morrer**. Tradução: Plínio Dentzien. Zahar. 2001.

FIORIN, José Luis. **Elementos de Análise do Discurso**. Contexto. São Paulo. 2018.

FORMIGA, Nilton Soares. **Anomia social, sentimento anômico e condutas desviantes: verificação de um modelo teórico em jovens**. Revista Latinoamericana de Psicología Social IMB - Número 1 - Santiago, Diciembre 2012 – 56/79 pp.- ISSN 0719-2703. Rev. latinoam. psicol. soc.

FAO. Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **The State of Food Security and Nutrition and the World**. 2022. Disponível em: O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022 || da FAO Organização

das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Acesso em: 8 de dez. 2022.

G1, Jornal Nacional. **Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas**. Disponível em: Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas | Jornal Nacional | G1 (globo.com) Acesso em: 8 de dez. 2022.

GLOBO, O. **Coronavírus: com cemitério superlotado, Manaus enterra vítimas em valas comuns**. Disponível em: Coronavírus: com cemitério superlotado, Manaus enterra vítimas em valas comuns - Jornal O Globo Acesso em: 9 de dez. 2022.

HERCULANO, Selene. **A SOCIOLOGIA DE ÉMILE DURKHEIM: MODERAÇÃO E SOLIDARIEDADE PARA VENCER A ANOMIA MODERNA E ALCANÇAR A FELICIDADE**. In: Em busca da boa sociedade. Niterói. EDUFF. 2006.

MACIEIRA, Vitor Siqueira; ALMEIDA, Laura Paste de; SODRÉ, Paulo Roberto. **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORTE EM VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS**. CLARABOIA, Jacarezinho/PR, v.11, p. 43-63, jan./jun, 2019. ISSN: 2357-9234.

MARTINS, Wilson. **Graciliano Ramos, o Cristo e o Grande Inquisidor**. In: BRAYNER, Sônia (Org.). Graciliano Ramos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 34- 46. (Coleção Fortuna Crítica, v. 2).

MACHADO, Filipe Diêgo Cintra; CASTRO, Viviane Maria Cavalcante de. **Arqueologia Funerária no Cemitério de Santo Amaro, Recife, Pe.:** Jazigos e Signos da Elite Recifense na Segunda Metade do Século XIX. *Clio Arqueológica* 2017, V32, N2, p.187-208.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida severina.** Editora Alfabeta. 2007.

SANTANA, Crisley Buqueroni et all. **A história da morte no Ocidente e o contexto social como fator de risco para o suicídio.** In: *Rev. AMBIENTE ACADÊMICO*, vol.1, nº 2, ano 2015.

SILVA, Enock Douglas Roberto da. et all. **A Morte no Ocidente:** Considerações sobre a história da morte no Ocidente e suas representações históricas. Editora Realize eventos & científicos. 2017.

SUKIS-CLAUDINO, LUCIA. **Coma e Morte Encefálica.** Disponível em: [Coma-e-morte-encefálica-2015.pdf \(ufsc.br\)](#) Acesso em: 8 dez. 2022.

UOL. **Números de milionários bateu recorde sob Bolsonaro.** Disponível em: [Número de milionários bateu recorde sob Bolsonaro | Paraná Portal \(uol.com.br\)](#) Acesso em: 9 de dez. 2022.

**O TUCUNS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS
DO MUNDO SOCIAL: um estudo sobre
envelhecimento e pertencimento no Bairro São
José na cidade de Parnaíba – PI¹**

Vivianne de Oliveira Costa²

INTRODUÇÃO

O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. (PIERRE MAYOL, 1994, p.42)

As formas de vida social no meio urbano contemporâneo tornaram-se objeto de estudos para diversas disciplinas das ciências humanas e sociais

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - PPGS/UECE, Campus Itaperi; Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Alexandre Alves de Oliveira; Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí- PPGS/UFPI. Parnaíba, Piauí. Telefone: (86)98817-5284.

E-mail: vivianne.oliveira@aluno.uece.br

que buscavam fazer do meio urbano lugar no qual a análise científica deve e pode se debruçar. Nas formas de organização social, podemos nos perguntar como se processam e constituem as interações entre indivíduos, as representações sociais, os valores morais, os conflitos, as hierarquias e, tudo aquilo que se movimenta dentro de um campo simbólico e social onde o outro e os outros, em reciprocidade, fundam a sociedade.

Este artigo tem como objetivo compreender as nuances do bairro São José, localizado na cidade de Parnaíba, Piauí, tido como tradicional por seus moradores. Buscamos observar como o bairro foi se revelando enquanto campo de práticas sociais, resultado da interação de várias atividades e de diferentes grupos ou tribos (MAFFESOLI, 2006) que utilizam o ambiente do bairro como cenário de interações sociais cotidianas, bem como compreender a forma que o seu cotidiano interage com as diferentes formas de existir em sociedade.

O bairro São José, outrora Tucuns³, compreende o que ficou conhecido como a “parte histórica” da cidade de Parnaíba. De acordo com o último censo (2010), existem mais mulheres do que homens, com 55,06% de mulheres e 44,94, de homens. A população jovem entre 15 a 25 anos

³ De acordo com Caio Passos (1982), o bairro era apenas uma grande mata fechada, carregada de uma planta chamada tucum. Esta planta é denominação comum a diversas palmeiras, em geral cespitosas do gênero *Astrocaryum* e *Bactris*, nativas da América do Sul, especialmente do Brasil; Palmeira de grande porte, que se encontra principalmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste.

compõe 19,6% e idosos a partir de 65 anos e correspondem a 12,3%.

Situado às margens do rio Igarapu “rumo” ao centro da cidade, o bairro é conhecido por muitos aspectos, além de compor a arquitetura histórica da cidade. “O cheira mijo”, como também é conhecido, já foi palco de marinheiros que desciam do Porto das Barcas para aventurar-se às margens do rio Igarapu nas embarcações que iam e vinham de diversos lugares com matéria prima de importação e exportação.

O bairro São José compreende hoje o seguinte perímetro: ao norte – Santa Casa de Misericórdia, ao sul – Rio Igarapu, ao leste – Avenida Álvaro Mendes e ao oeste – Rio Igarapu. Ao amparo das margens do rio Igarapu, o bairro surge gradualmente, juntamente com os bairros Quarenta (Mendonça Clark) e Coroa (Bairro Do Carmo) compreendendo o perímetro central da cidade com características próprias, de arquitetura, composição histórica e geográfica, fazendo parte do processo de expansão da cidade, naquele período, entre o centro e as margens. Três extensas ruas incluem o perímetro do São José, sem incluir a Quarenta e a Coroa, são as ruas: Vera Cruz, Rua Barão e a rua Sete de janeiro (Rua do Tamancão).

No envoltório do bairro, encontram-se praças, escolas municipais, igrejas, bares e mercearias que também são residência, espetinhos, e posto de saúde (UBS). O bairro possui atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população com cerca de 5.576 habitantes o que

corresponde a 3,7% da população total de Parnaíba, estimada em 153.863 habitantes⁴.

SÃO JOSÉ, TUCUNS E AS SUAS NUANCES

De acordo com Elias (1994), é nas formas de interdependência social que se encontram os efeitos de configurações arquitetados e modelados por indivíduos que, a todo o momento, se processam ganhando novas formas e novos significados. Os indivíduos, neste sentido, não são apenas tratados como objeto de uma racionalidade, mas como sujeitos com emoções, ações e sentimentos específicos, resultantes da cultura, da sociedade e de todos os fatores simbólicos, ritualísticos e subjetivos que se configuram e ressignificam na sociedade e na vida cotidiana de seus agentes.

Dessa forma, o indivíduo atua na formação do social e não são agentes sociais passivos, mas indivíduos únicos, que vivem em função de outros (SCHUTZ, 2012) e ao interagirem formam uma rede de inter-relações. Para Mauss (1974), o indivíduo é construído culturalmente a partir de um sistema simbólico e representado por algo ou alguma coisa, no entanto, está sujeito a se modificar de acordo com tempos e espaços determinados socialmente, logo, a ideia de indivíduo varia, de sociedade para sociedade, e é interessante que saibamos que este indivíduo além de fazer parte da categoria de “ser social” é antes de tudo, uma conscientização da sua própria existência enquanto pessoa, é um ser único e inconfundível, racional e subjetivo.

⁴IBGE 2021.

Portanto, é na complexidade das cidades que a vida humana se projeta. Sob ações e reações dos sujeitos, das suas histórias de vidas, nos conflitos e intrigas, amores e frustrações dos atores sociais, mas, também, é na complexidade desse espaço citadino, entre ruas, bares, praças, lojas etc. que os agentes sociais buscam viver ou sobreviver em um tempo e espaço que se refaz cotidianamente.

Ainda, segundo Elias (1998), o tempo e o espaço, em sociedades tidas como industrializadas, estão enraizados de tal forma na consciência individual que dificilmente alguém se orientaria sem a presença de símbolos como o relógio e calendário, ou tomaria consciência de um local se não houvesse coordenadas posicionais construídas mediante aparelhos precisos e imutáveis. Entretanto, tempo e espaço não só nos ajudam a criar uma consciência da nossa realidade histórica, como também nós mesmos podemos produzir e se reproduzir em tempos e espaços distintos, bem como, servem para regular e controlar nossas ações dentro da sociedade na qual estamos imersos.

A sociedade aqui observada é a de um bairro. Popularmente, um bairro é classificado como uma faixa de terra, de divisões físicas da cidade que pode constituir por ser a principal forma de reprodução do espaço urbano. Para além das formas geográficas de um bairro, assim como afirma Prost (1994), é também regido por regras coletivas, um lar, pois existe uma proximidade espacial, e por que não dizer um contrato social que é estabelecido entre os que compartilham esse espaço.

Esse contrato é assinado desde o momento em que passamos a viver em sociedade. É no viver em

sociedade que apreendemos as regras do jogo social da vida, regras estas que tornam o espaço de convívio uma teia de trocas simbólicas, de formas e conteúdos sociais que possibilitam a elaboração da vida social, como aponta Simmel (1983). Pois, as interações sociais constituem o principal elemento da sociedade onde se estabelecem significados reciprocamente compartilhados. Logo, a sociologia das formas e conteúdo simmeliano nos ajuda a compreender que o mundo social, é constituído por uma complexa *rede interativa* entre os indivíduos. Esta rede de interações, de relações é motivada por contratos sociais diversos, nas palavras de Simmel “na medida em que os indivíduos estejam ligados uns com os outros pela influência mútua uns e os outros” (2006, p.60).

É mediante essas formas que a vida no bairro São José se compõe. Na medida em que as práticas cotidianas são realizadas, podemos identificar no bairro os conteúdos que formam a vida social dos atores que assinam esse contrato, e que se configura de acordo com o conjunto das regras de convívio (MAYOL, 1994). A partir disso, é que tomamos o espaço do bairro São José enquanto *lócus* em que se expressam variadas formas de práticas sociais, práticas essas que nos permitem compreender os espaços microssociais e como eles se configuram no decorrer do tempo e da história.

Era também abrigo de uma massa de trabalhadores informais, vareiros, comerciantes, donas de casa, prostitutas, boêmios e mulheres que lavavam roupas nas bordas do rio (PASSOS, 1982). Por ser um bairro localizado às margens da cidade, norteia alguns elementos que denotam precariedade

em sua estrutura e saneamento básico como reforça Ferreira (2019, p. 49)

Os bairros à margem do centro, local de moradia dos trabalhadores do comércio e do cais, vão estar sujeitos aos problemas inerentes ao próprio lugar e entre eles podemos citar os alagamentos e a proliferação de doenças oportunistas devido justamente à falta de saneamento. A falta de água encanada era situação presente o que fazia com que as atividades diárias como a lida com a roupa e o abastecimento de água das casas fossem feitas diretamente no rio.

Os alagamentos são até os dias de hoje um problema que afeta o bairro. Enquanto moradora, ouvia constantemente, comentários, ou “zoações” com relação às cheias. Pois diziam que no bairro São José “os carros são como as lanchas, as motos são como os *jet ski* e os pedestres são como os banhistas”⁵. Outras vezes, em época de fortes chuvas na região, ouvia que para poder sair de casa tinha que “pegar o bote” por ser área alagadiça, era comum ver alguns botes nas ruas das residências onde a cheia do rio mais prejudicava, ou até mesmo, crianças brincando nas poças d’água que formavam. Em uma

⁵ Referência a propaganda da Marinha do Brasil da Campanha de segurança do mar de 2010.

matéria especial do jornal Inovação (1985) sobre as enchentes, tem-se o alerta aos riscos das cheias e a possibilidade de os moradores ficarem desabrigados.

De acordo com alguns moradores, apesar da sua proximidade com o centro da cidade, foi em decorrência das inundações que a procura por residência nesse local diminuiu consideravelmente. Podemos perceber, portanto que os elementos históricos, culturais e subjetivos dos indivíduos que compartilham do ambiente do bairro nos auxiliam na construção do processo identitário tanto do bairro, quanto da cidade, e servem como parâmetro para compreendermos as mudanças ocorridas durante o processo de urbanização. Esses elementos denotam o que ficou incorporado na memória dos moradores: em cada um existe uma forma diferente do sentido de habitar, existir, e pertencer no espaço.

O bairro como local de morada e pertencimento possibilita a percepção dos processos que configuram e reconfiguram o imaginário popular, permitindo, assim, a compreensão dos diversos códigos históricos e cotidianos vividos, enquanto espaços de pertencimento. Chamamos aqui de pertencimento o apego que os indivíduos têm ao local em que estão inseridos (KOURY, 2016) no qual as pessoas se ligam umas às outras ao compartilharem experiências, o viver do dia a dia, as lembranças acionadas em conversas de calçada. O lugar, enquanto pertença, é o espaço onde, podemos dizer que se fundam as relações sociais em que os indivíduos reconhecem a si mesmos e aos outros a partir dos diversos sistemas simbólicos.

É no mundo das relações sociais que o mundo social se constrói. São as formas específicas, o viver

cotidiano, a vida de “todo santo dia”, na qual os indivíduos interagem, agem, e definem as ações humanas. Podemos compreendê-la enquanto a “realidade interpretada pelos homens subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (SCHUTZ, 2012, p.35), dessa forma, a realidade é constituída de acordo como apreendemos o mundo, e na apreensão dos sentidos subjetivamente construídos nas experiências vividas. Assim sendo, essa apreensão dos fenômenos sociais dá-se pelo sentido que os atores sociais dão às suas ações, no decorrer do seu cotidiano. (MARTINS, 1984).

É nas ruas, nos bairros, nas cidades, heterogêneos e dinâmicos em sua apreensão imaginária relacional, e que, apesar das transformações culturais e da modernização, ainda se mantêm, como relações que sedimentam tradições, e se abastecem de vínculos primários, como os de vizinhança, onde a confiança consolida uma forma sempre renovada de solidariedade e afeto entre os seus moradores.

O cotidiano, nesse sentido, nos oferece segurança, ele é imutável, mas não passível de mudanças. O que sentimos quando o cotidiano de uma hora para outra sofre mudança, é insegurança. A rotina que nos prende ao invisível do cotidiano torna-se visível ao quando percebemos que somos de certa forma, reféns dele.

Simmel (2006) compreende que o processo das relações sociais são formas de *sociedades*, isto é, tudo o que existe na interação dos indivíduos movimentada por interesses, impulsos, condicionamentos psíquicos, preferências

individuais que estimulam efeitos recíprocos e interdependentes uns sobre os outros. A fofoca, por exemplo, é um tipo de sociação que impulsiona os indivíduos a estabelecerem contratos sobre o que se, de quem e como se fofoca, dentro do ambiente do bairro ou de uma rua, fazendo com que os moradores interajam seguindo certas regras, sendo assim, o interesse que move o sentido do interagir.

Podemos então dizer que, a representação da vida social é vista sob um conjunto de significados, em que os indivíduos dão sentido e reproduzem seus signos, seus modos e estilos de vida, sua posição de classe, suas hierarquias, suas redes de solidariedade, etc. ambientado diversos espaços de convívio, ou pertencimento, os laços nos quais estes atores sociais, utilizam suas formas e conteúdo compõem a constituição e o desenvolvimento do mundo da vida⁶.

Esse mundo, como dito acima, é um mundo compartilhado, e, é um mundo experienciado por mim e pelos outros, é o mundo da relação Nós-Eu (ELIAS, 1994), das nossas experiências na esfera mundana (*alter ego*). É nesse sentido, que o mundo da vida cotidiana deve ser considerado como o mundo intersubjetivo (SCHUTZ, p.84, 2012) comum a todos nós. E se nós direcionamos nossas ações a esse mundo, elas nos modificam assim como são modificadas por ele, como aponta Schutz:

⁶ No sentido Schutziano de Mundo da vida, dentro de uma abordagem fenomenológica, é o mundo onde o indivíduo está totalmente desperto, é a principal realidade de sua vida, trata-se das esferas totais da experiência de um indivíduo. (2012, p. 348).

O mundo é tomado como evidente por mim é também tomado como evidente por você, meu semelhante, e mais do que isso, que é tomado como evidente por “nós”, mas esse “nós” não inclui somente eu e você, mas todos aqueles que pertencem ao “nós”, ou seja, a todos aqueles que possuem um sistema de relevâncias (suficientemente) semelhante ao meu e ao seu. (2012, p.201)

É dessa forma que Schutz fala que nós encontramos nossas *consciências* nesse mundo e para onde a direcionamos. Esse mundo é o da vida cotidiana. É no mundo ordinário, que o cenário da apreensão das nossas experiências, são guiadas, onde podemos desempenhar diferentes papéis sociais na medida em que nós experienciamos, pertencemos, compartilhamos esse mundo. Goffman (1985), trata a vida social como um teatro, onde estamos na maioria das vezes, representando papéis e acionando *fachadas*. Para ele, esse mundo tem a possibilidade da plasticidade, do orientar-se mediante o tempo, já que o “EU” é ator de si mesmo no palco da vida cotidiana.

Aqui o minguamento do mundo até a sua “essência” é apreendido socialmente, testado “ao longo do tempo”, somando esferas de costumes, tradições, e uma herança social que é transmitida, algumas enraizadas na condição humana (SCHUTZ, 2012, p. 91). É nada mais do que perceber como esse mundo funciona, com base no que o indivíduo

percebe dele, nas suas miudezas, chegando na esfera da subjetividade individual, bem como na compreensão que eu tenho de mim e do outro.

Portanto, a natureza dos fenômenos sociais, os códigos compartilhados, que nos permitem que tenhamos contato com outros (interacionismo-simbólico), partindo do indivíduo para compreender os aspectos microssociais da sociedade, até mesmo da própria individualidade a saber, o que os sujeitos pensam sobre suas próprias relações. Parte-se, desse modo, da ideia da consciência de que o sujeito pensa do mundo e de si (do comportamento individual para o coletivo) e tendo como pressuposto que o interacionismo-simbólico trata, enquanto uma filosofia da vida. Dessa forma, as relações sociais são caracterizadas pela relação entre o indivíduo e o mundo da vida em que são formadas por processos intersubjetivos onde são construídos tanto pelo compartilhamento entre os sujeitos quanto pelas experiências humanas.

Envelhecer na cidade

Lembro-me que ao iniciar a pesquisa, ainda na graduação, minhas impressões da população do bairro foram diferentes da que a pesquisa apresentou. Nesse caso, acreditava haver mais idosos do que jovens, pois na medida que ia caminhando pelo bairro, eram os idosos que mais se destacavam no perímetro das ruas: praças, bares, beiras de calçada, esquinas, igreja, padaria, ficando restrito aos jovens a quadra praça José Narciso, e algumas esquinas, ou retornando das escolas em horários específicos.

Dessa forma, os idosos eram aqueles que mais dialogavam, uns mais comunicativos que outros, não havendo tanto empecilho para que começassem a dissertar sobre suas vidas naquele lugar. Assim, me veio a questão do envelhecimento no bairro, e na cidade enquanto forma de pertencimento. Como é envelhecer no São José? Nas sociedades tidas como industrializadas, por exemplo, o Estado protege o idoso como qualquer outro cidadão da violência física,⁷ mas ao mesmo tempo, as pessoas quando envelhecem ficam cada vez mais isoladas da sociedade e, portanto, do círculo de familiares e dos mais próximos. Mesmo com o alto grau de individualização, a maioria das pessoas em nossa sociedade forma, antes da aposentadoria, laços afetivos não só com a família, mas com um círculo maior ou menor de conhecidos.

Na sociedade ocidental, envelhecer marca a redução progressiva ao corpo ou, como diz Le Breton (2013, p. 226), “uma espécie de escravização a uma dualidade que opõe o sujeito ao seu corpo e o torna dependente deste último”. A velhice também marca de forma desigual no juízo social a mulher e o homem. A mulher perde socialmente a construção de uma sedução juvenil e o homem ganha experiência por ter como valor sua energia e força vital, pois nele se valoriza a experiência e a “maturidade”.

No que diz respeito tanto ao bairro São José, quanto à Rua Coronel Gervásio, onde a maioria das

⁷ O art. 9 do estatuto do idoso assegura que é obrigação do estado garantir à pessoa idosa a proteção a vida e da saúde mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

observações foram feitas, parte dos seus moradores são idosos e idosas. Ou seja, o bairro e a rua envelhecem junto dos seus moradores, sendo o primeiro conhecido como o “bairro dos véi”, uma identidade que remete à sua própria historiografia. Alguns vivem sozinhos ou com netos e netas, restando aos filhos apenas visitas rápidas de finais de semana, ou datas comemorativas como Dia das Mães ou Dia dos Pais, aniversários e feriados. É comum ver carros nas portas das residências nestas ocasiões, e logo após, o vazio retorna às ruas e calçadas.

O vazio é algo simbólico para os idosos, principalmente na rua Coronel Gervásio, conhecida por ser a “a rua morta” do bairro São José. Adjetivos como “morta”, “parada”, “não passa uma alma viva”, “rua do assalto”, “quieta”, “solitária”, dentre outros, estão intimamente relacionados a uma mudança característica na cidade, que tem lugar quando as pessoas envelhecem ou estão perto da morte, pois quando envelhecem estão mais dependentes dos outros e menos fortes que os jovens. Então, a forma como as pessoas dão conta, quando envelhecem, de sua maior dependência dos outros, da diminuição da sua força, varia de pessoa para pessoa, pois depende de todo o curso de suas vidas e, portanto, da estrutura de sua personalidade.

É interessante ressaltar que de certas coisas que os velhos fazem, em especial, as coisas estranhas, podem estar relacionadas ao receio, ou até mesmo medo, de perder a força e a independência, de perder o controle de si mesmo (ELIAS, 2001, p. 82), daí a teimosia. Eclea Bosi (1994) nos lembra que aos velhos devem-se poupar os seus conselhos, e designá-los um papel passivo da sua existência, privá-los da

sua liberdade de escolha. O dar conselhos torna-se uma opção antiquada (OLIVEIRA, 2011, p. 22), pois, a sabedoria atribuída ao idoso está em extinção. Assim, o envelhecimento é geralmente acompanhado pelo esgarçamento desses laços que ultrapassam o círculo familiar mais estreito fazendo com que represente, portanto, um sentimento (LE BRETON, 2013).

Tomando como base esses pressupostos, observamos que o idoso está intimamente ligado na relação que é estabelecida entre os atores sociais do bairro São José. Hoje, em um menor número, os idosos estão constantemente ocupando os espaços de maior visibilidade, seja nas portas de suas casas, nas igrejas, nos mercados centrais, seja andando de casa em casa em busca de “ter o que fazer” ou de “alguém para conversar”.

E qual relação é estabelecida entre eles e o bairro? Estão ligados em sintonia com as memórias, lembranças, com a vida, com a história presente, sem suas memórias e recordações, com suas casas e espaços construídos e vividos. Algumas características sobressaem mais do que outras, como por exemplo, “casa própria”, “morar perto de algum parente”, “perto de tudo”, ou até mesmo as recordações que latejam sobre o que um dia o bairro foi, como por exemplo, o significado do seu nome. Pois, mesmo com as mudanças na arquitetura do bairro devido às transformações quotidianas da própria cidade, o bairro ainda é visto pelo que um dia foi, características que reforçam o sentimento de pertença entre os moradores, tanto pelo nome de “batismo” (Tucuns) como por sua formação histórica, já que os mais velhos, ainda o chamam,

carinhosamente de Tucuns. Portanto, mais do que sua formação histórica, o sentimento de pertencimento é carregado de afeições e como tudo deriva de uma origem. Conforme Passos (1982, p. 44),

Era uma mata cerrada. O tucum, planta da família das palmáceas que dá um coco bom e gostoso, imperava na região. O rio “caminho que anda”, deslizava. O homem, este aventureiro audaz, começou a fazer às margens do rio Igarapu, as suas casas de barro batido, cobertas das palhas dessas palmeiras balouçantes ao vento. Era um novo povoamento que nascia dentro da mata, em busca de um horizonte, de um amanhã, cheio de sol. Dentro de pouco tempo estava formada a Rua do Tamancão, bem na beira do rio. A sua denominação surgiu do hábito dos seus moradores usarem rústicos tamancos, por ser zona alagadiça. E o apelido pegou, até que passou para Sete de Janeiro, isto em 1893[...] Ali moravam as famílias que faziam do rio seu tesouro encantado. Eram vareiros, canoieiros e pescadores. E foi assim que surgiu o Bairro dos Tucuns, sob o signo do trabalho e da tenacidade do homem que se

levanta ao nascer do sol e se deita ao faiscar das estrelas.

O bairro teria 107 anos de idade de acordo com sua primeira planta. Quando seu traçado definitivo feito pelo Intendente Municipal Cel. Constantino Correia o construiu (1913). Em uma entrevista com um antigo morador do bairro, que hoje reside em outra cidade, mas que ainda mantém vínculos, tem-se uma fala sobre a condição do bairro “antigamente”:

O bairro era muito movimentado, principalmente aqui pra baixo, pois as embarcações motorizadas faziam o transporte de passageiros e cargas entre Parnaíba e povoados e as cidades do Maranhão e Ceará no sentido rio acima. As ruas eram todas de areia. Mas durante a década de 70 começou a aparecer problemas que não tínhamos mesmo sendo famílias simples e humildes, mas era um povo que procurava viver da melhor maneira. Como sempre teve muitos bares no bairro, alguns cabarés. Com o tempo que isso foi acabando, as drogas começaram a entrar, que já existia, mas era pouca. Tinha as brigas de bairro, mas o bairro era seguro. Na minha época, não existia isso que começou na

década de 70 e ta aí até hoje. O São José não é mais o Tucuns que eu conheci. Os maconheiros nas esquinas e na beira do Igaracu, é só o que tem hoje pra se ver” (Francisco, contador, 57 anos, casado)

Os espaços aqui observados, também interagem em um tempo histórico e presente na memória, delineando a condição para se falar sobre: “o outro lado do centro de Parnaíba” e que implica, de algum modo, com as classes estigmatizadas e marginalizadas entre o século XIX e XX, mas que ainda persiste em nossa contemporaneidade. Na fala do Sr. Francisco, nota-se o sentimento de saudade em relação ao bairro de antigamente. Para ele, o “São José” é diferente do “Tucuns”, pois foi perdido *ethos*⁸ do bairro, assim, não era mais o povo que, mesmo pobre e humilde, “procurava viver da melhor maneira”, mas agora os “maconheiros” que começam a tomar conta do bairro e “desmoralizar” aquele ambiente do trabalhador dito honesto, que labutava cotidianamente no antigo bairro dos Tucuns.

A ênfase nesse aspecto salienta o imaginário do bairro em relação à cidade e a contradição sobre ser um bairro ora tranquilo de se viver, ora conhecido por ser ponto de drogas na cidade, o que é enfatizado

⁸ De acordo com o dicionário de Sociologia de Boudon (1990, p.99) o *ethos* é uma ordem normativa interiorizada, um conjunto de princípios mais ou menos sistematizados que regulam a conduta da vida. O *ethos* é um conceito abstrato que correspondem indicadores empíricos nas esferas económica, religiosa, moral, etc.

pela mídia local, que o coloca como região “problema”, por sua proximidade com o bairro vizinho, Mendonça Clark, algo que persiste no imaginário de alguns de seus moradores do bairro. Mesmo com a imagem estigmatizada elaborada pela mídia e pelos moradores, o bairro para grande parte das pessoas, ainda é o lugar onde a “saudosa” *Parnahyba*⁹ nasceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos sobre o que faz do bairro São José, antigo Tucuns, um espaço para as relações sociais se efetivarem, e encontrar sentido no mundo social, através da sua historiografia, bem como, o sentimento de pertencimento. Na discussão, o envelhecimento se tornou uma categoria importante para análise do cotidiano moderno e das formas como ele se efetiva, na configuração atual do referido bairro.

De acordo com Le Breton (2013), o envelhecimento é intolerável. Nossa sociedade atribui ao envelhecer ao corpo desfeito, ao indesejável. Como forma de uma rejeição social, mais ou menos branda, que distingue a velhice colocando-a em relação à sociabilidade ordinária. A pessoa idosa tem na marca de seu corpo um lembrete da precariedade e da fragilidade da condição humana. Vivemos em uma sociedade que cultua a juventude e talvez tenha perdido o sentido do quão simbólico é o envelhecer e o morrer. Nesse sentido, o envelhecimento se torna um processo que por sua

⁹ Antiga grafia do nome da cidade.

vez, produz modificações graduais em diversos sistemas, orgânicos com o uso do tempo que não é mais o de outros tempos (LE BRETON, 2018, p. 143).

E o que envelhecer significa? Envelhecer significa tornar-se velho, de acordo com os dicionários. Por sua vez, velho significa antigo, gasto pelo uso, obsoleto. De forma geral, o envelhecimento está atrelado àquilo que um dia foi novo e passou pelo processo de tornar-se envelhecido. Mas para além do significado da palavra, o envelhecimento carrega consigo diversos significados. De acordo com as especificidades da cultura do Ocidente ao Oriente os sujeitos sociais dão significados as representações sociais do sentido de envelhecer. É o que nos interessa aqui, a perspectiva do envelhecimento para além do tornar-se envelhecido, e sim as subjetividades que a categoria remete. E podemos observar que o sentido do envelhecimento também está descrito sob as ruas e casas abandonadas ou não, bem como pelo imaginário dos moradores de um bairro tido como “antiquado”, “sem novidade”, “velho”, “precário” entre outros adjetivos que permeiam seu imaginário urbano.

O bairro é recordado pelo o que já foi, assim como marca da cidade. Os velhos estão em interação com o passado, como lembra Drummond (1986) *“Todos nasceram velhos - desconfio, em casas mais velhas que a velhice, em ruas que existiram sempre”*. Interação com as memórias, lembranças, com a vida, com a história presente. Sem suas memórias e lembranças, não poderíamos construir esse trabalho, sem suas histórias de vida, sem seus apegos

emocionais ao passado e ao presente que lateja com a memória do que um dia foi o bairro, a cidade e a rua.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. **Poemas**. Boitempo II. São Paulo: Record.1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. 3º edição, Editora Ática S.A. São Paulo, 1995.

ELIAS. NORBERT. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo civilizacional**. Capítulo I – Da sociogênese dos conceitos de “civilização e “cultura” (p.59-75); publicações Dom Quixote, volume 1, Portugal, 1989.

FERREIRA, Ivanilda Sá. **Meu bairro é meu Patrimônio: educação patrimonial no conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba-PI**. Dissertação de mestrado, UFDPAR, Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Parnaíba, 2019.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Quebra de Confiança e conflito entre iguais: Cultura emotiva e moralidade em um bairro popular**. Coleção Cadernos do GREM, Recife Ed. Bagaço, 2016.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, 3^a ed., Editora Vozes, 2013.

_____. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify; 1974.

MARTINS. José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA. Paulo de Salles. **Vidas Compartilhadas: Cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Associação Parnaibana de Letras, Parnaíba – PI. 1982.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

_____. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Ática, 1983.

SHUTZ. Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. WAGNER, Helmut R. (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ZANCHI, M.T. ZUGNO, P.L. Envelhecimento humano. In: _____. **Sociologia da Saúde**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

JUVENTUDES: interpretações sobre o jovem na sociedade e na política¹

Rogério de Oliveira Araújo²

A juventude é comumente compreendida como uma fase da vida em que os indivíduos são mais “livres”, mais contestadores e de algum modo, mais ativos. Essa percepção é alimentada tanto pela mídia na promoção de padrões de consumo, quanto por pesquisas acadêmicas inspiradas pelos movimentos revolucionários, em especial desde a década de 60, na qual, a juventude despontou como protagonista de diversas transformações sociais e políticas. (SHERER-WARREN, 2014)

É no bojo dessas transformações e no sentido de compreendê-las que Melucci (1997) interpreta a juventude como uma camada da sociedade na qual as tendências de transformação social costumam se manifestar mais rápido e de modo mais visível. Para

¹ Este trabalho compreende parte de minha pesquisa de dissertação intitulada: Antipartidarismos e Juventudes: efeitos do ciclo de vida e do contexto político sobre a expressão de sentimentos antipartidários entre os jovens. Declaro que, para a execução da presente pesquisa, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI. Licenciado em Ciências Sociais pela UESPI. Professor de sociologia da rede pública estadual SEDUC-PI. Endereço: Avenida Alcides de Araújo Mourão 1128, Bairro Santa Fé, Pedro II-PI. E-mail: rogeroliveira373@outlook.com. Contato: 86 98155-6695

Melucci, essa capacidade “termômetro” da juventude é possível devido a sua íntima relação com a dinâmica do tempo nas sociedades complexas. A sociedade, enquanto complexo de interdependências e conflitos, é preenchida por significados culturais. Assim, os conflitos emergem nas áreas mais expostas aos “investimentos simbólicos” e pressões para adequação. Os sujeitos desses conflitos são também aqueles mais expostos e sua ação em relação à pressão simbólica aponta sinais para a sociedade como um todo. Nesse sentido, a juventude, que se encontra demarcada a partir de elementos biológicos e culturais em relação ao tempo, ocuparia essa posição indicada por Melucci como centro das pressões simbólicas da sociedade.

As conclusões de Melucci, inspiradas em parte pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX, acabam por gerar uma visão da juventude como essencialmente progressista e dotada de uma sensibilidade voltada para antever processos de mudanças sociais. Entretanto, essa interpretação deixa de lado os diversos movimentos que as diferentes juventudes têm seguido ao longo das últimas décadas, nem sempre caminhando junto a pautas progressistas ou contestadoras. Como Ribeiro e Fuks (2019) atestam em seu estudo sobre tolerância política no Brasil, os jovens têm apresentado uma intolerância de viés moralmente conservador, elencando entre seus grupos de antipatia os que apoiam a descriminalização do aborto (pauta que é essencialmente progressista).

Assim, o estudo das juventudes carece de um olhar mais amplo com o cuidado sobre os estereótipos amplamente difundidos sobre esses atores. Nesse

intento, temos uma ampla reflexão desenvolvida, em especial na sociologia, na qual a juventude é analisada em diferentes aspectos, resultando igualmente em diferentes abordagens teóricas.

Uma das análises clássicas sobre o que é a juventude vem do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Pensando a construção do ideal de juventude, Pierre Bourdieu (1983) nos apresenta como a linha divisória entre a juventude e a velhice seria uma construção social que perpassa a história e está relacionada, em última instância, com a questão da divisão do poder na sociedade. Segundo Bourdieu, as categorias de juventude e velhice são determinadas pelo campo em que se situam, de modo que podem assumir uma variedade de classificações dentro de uma mesma faixa biológica de desenvolvimento físico.

Ainda que a observação de Bourdieu seja taxativa quanto à construção social da juventude, cabe considerar que a sociedade tende a naturalizar no decorrer do tempo suas categorias, dotando estas de um caráter tradicional. Assim, a juventude passou a ser tomada como um elemento dado, construído, um conceito pré-definido ao qual pouco se discutia. A referência aos jovens enquanto uma determinada faixa etária com um conjunto de interesses comuns evidencia de antemão a manipulação do que se compreende por juventude (PAIS, 1990).

Diante disso, a juventude tende a ser encarada inicialmente como um período de instabilidade. Enquanto a vida adulta seria interpretada como o período em que os indivíduos assumem uma série de responsabilidades em vários âmbitos (profissional, conjugal, financeiro), a juventude estaria situada na incerteza. Desse modo, o jovem deixaria de ser visto

como tal, na medida em que vai assumindo as responsabilidades supracitadas. Compreende-se assim o porquê de a juventude ser entendida como a fase da “irresponsabilidade”, dada a leitura em contraste com a fase adulta (PAIS, 1990).

A sociologia, como demonstra Pais (1990), navegou por muito tempo entre duas tendências sobre a análise da juventude, na perspectiva de compreender não apenas as similaridades desse público, mas também as suas diferenças. Como resultado, temos uma leitura que foca no aspecto etário, priorizando os elementos que tratam das similaridades entre os indivíduos considerados jovens, incidindo numa ótica homogeneizante. De outro lado, há a análise que parte do pressuposto de uma juventude diversificada, que se manifesta em diferentes culturas juvenis em relação à classe social. O estudo sobre a juventude pode ser resumido então na necessidade de considerar tanto as similaridades quanto a diversidade das juventudes.

Pais (1990) elenca então duas correntes teóricas sobre a condição juvenil que se concentram cada uma num desses polos similaridade/diversidade. A primeira delas é a teoria geracional, que se concentra na juventude enquanto fase de vida. Assumindo que cada sociedade possui uma variedade de culturas, é pautada na investigação da continuidade e descontinuidade dos traços culturais. A teoria geracional tem uma base funcionalista e procura compreender a socialização dos indivíduos, reconhecendo as descontinuidades como disfunções do processo de socialização. Nesta leitura, a juventude se formaria em relação à geração anterior

da qual tenta distinguir-se, ainda que carregue muitas similaridades com esta (PAIS, 1990).

A corrente classista irá compreender a juventude em termos de classe. Crítica à perspectiva geracional, esta teoria compreende a juventude em termos de reprodução classista. A cultura juvenil, nesta leitura, é entendida sempre em relação à situação de classe dos indivíduos, pautadas nos antagonismos entre as classes. Devido a isso, Pais (1990) salienta como há uma tradição nesta corrente em considerar as culturas juvenis como “culturas de resistência”. Uma crítica a esta corrente teórica é a sua tendência em recortar apenas os fatos empíricos que se encaixem na concepção de juventude como resistência. Desconsideram assim as diferenças internas à própria juventude no interior de uma mesma classe.

Essas leituras sobre a condição juvenil marcaram as bases da pesquisa sobre como os jovens se comportam e o seu papel e impacto dentro das sociedades. Elas permanecem significativas na medida em que se ligam às abordagens mais contemporâneas. A teoria geracional está intimamente relacionada às investigações no âmbito da socialização, enquanto que a corrente classista tem um viés de análise mais conjuntural.

A teoria geracional, em especial, é comumente utilizada como suporte para analisar o comportamento juvenil tendo em vista o modo como ela se propõe a agregar a delimitação etária às condições sociais que definem cada geração. Pautada principalmente nos estudos seminais de Karl Mannheim (1982), a teoria geracional propõe um olhar sobre as diferenças de comportamento e

percepção social, tendo em vista como cada geração assimila a cultura a partir da geração anterior e ressignifica esses elementos diante do contexto ao qual está exposta, num processo dialético, como pontua Mannheim (1982).

Nas definições de Mannheim (1982) a geração é um fato no qual os indivíduos se veem inseridos, independentemente de sua escolha ou identificação. Dessa forma, geração pode ser compreendida como uma “situação”, a qual o sociólogo compara com a situação de classe. O que definiria a geração seria então o estar situado num contexto histórico-social no qual os indivíduos ficam expostos aos mesmos fenômenos e acontecimentos.

A perspectiva de Mannheim (1982) enfatiza ainda alguns pontos específicos sobre a condição juvenil dentro da dinâmica das gerações. Ao trabalhar a concepção de “contato original” e a lógica de sucessão das gerações e conseqüente necessidade de transmissão da cultura acumulada, o sociólogo evidencia como a geração jovem está mais sujeita a assimilar as transformações do mundo social de modo mais “tranquilo”. Isso aconteceria devido a geração mais jovem ainda estar em processo de assimilação da cultura repassada pelas gerações mais velhas e, por isso mesmo, menos presa aos padrões sociais.

Mesmo com essa definição de geração que aponta para similaridade e a experiência comum dentro do mesmo contexto histórico e social, a teoria de Mannheim abre espaço para a percepção de diferenças dentro de uma mesma “geração real”. Como observa Okado (2013), o conceito de “unidade geracional” proposto por Mannheim visa explicar as

diferenças dentro de uma mesma geração a partir das diversas formas como os indivíduos dentro de uma mesma geração podem interpretar os acontecimentos aos quais são expostos, formando com base neles identidades mais específicas que se agregam em pequenos grupos.

As teorias clássicas sobre as juventudes, como a teoria classista e geracional se propõe a explicar as diferenças entre o comportamento dos indivíduos sem fazer referências às mudanças nos papéis sociais que estes desempenham, ou, em outras palavras, nas mudanças ao longo do ciclo de vida (OKADO, 2013). Essa outra leitura sobre as mudanças no comportamento dos indivíduos, denominada ciclo de vida, se constrói em relação tanto do desenvolvimento biológico dos indivíduos, mas especialmente considerando diferentes marcadores sociais que estabeleceriam os limites de cada fase da vida (SHANAHAN, 2000).

A teoria do ciclo de vida possui suas bases nos estudos de socialização política, no intento de compreender como os valores e a cultura política de um modo geral são assimiladas pelos indivíduos e formam suas preferências (OKADO, 2013). Entretanto, a perspectiva do ciclo de vida extrapola algumas limitações das teorias de socialização que, estabelecem a primazia dos processos de socialização primária e sua conseqüente cristalização após as primeiras décadas de vida do indivíduo (OPPO, 1998).

Pelo que contempla a teoria do ciclo de vida, que propõe dessa forma, mesmo com a permanência de elementos provenientes da socialização primária, o comportamento dos indivíduos ainda será

influenciado pelos papéis sociais que estes venham a desempenhar ao longo da vida, formando assim novos “padrões de socialização” (OKADO; RIBEIRO, 2015). Esses novos papéis sociais desempenhados podem ser observados na medida em que os indivíduos assumem novas responsabilidades, compreendidas em marcadores sociais (SHANAHAN, 2000).

Dentre os marcadores sociais que servem como delimitadores entre a fase adulta e a juventude temos “o tempo de permanência em um mesmo local de residência, o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a posse de uma casa própria, o abandono da casa dos pais e término da escola” (OKADO; RIBEIRO, 2015, p. 60). Além disso, considerando a realidade brasileira, Okado e Ribeiro (2015) reforçam que, o ingresso no mercado de trabalho e casamento são suficientes para chegar a um recorte mais aproximado de quem seriam os jovens no Brasil. A delimitação da condição juvenil, dentro da ótica do ciclo de vida se daria então pela ausência das dimensões da produção e da reprodução (OKADO, RIBEIRO, 2015).

A percepção da juventude enquanto uma condição delimitada tanto por fatores biológicos próprios do processo de maturação física, quanto por marcadores sociais permitem uma melhor visualização das diferentes juventudes. A tese do ciclo de vida propicia uma série de possibilidades de relação entre maturação biológica e inserção em dinâmicas sociais que nos levam a diferentes categorias de juventudes, as quais possuem por sua vez estilos e comportamentos próprios que ainda carecem de estudos, em especial na ciência política,

que tem se concentrado nas dinâmicas de socialização política e como elas afetam a atuação e participação desses atores, desde o engajamento em movimentos sociais, até, em especial, o desenvolvimento de suas preferências partidárias.

Por exemplo, Rute e Marcello Baquero (2007) abordam a influência do processo de socialização sobre a cultura política dos jovens. Os autores constataam que a socialização primária é um fator de forte impacto sobre as crenças políticas dos indivíduos, mas que não é de todo determinista. A participação em outros grupos na fase da juventude, bem como o fator educacional e exposição aos meios de comunicação de massa são variáveis que precisam ser levadas em conta. Fuks (2011) retoma esses elementos ao desenvolver seu estudo sobre a participação política dos jovens, evidenciando como a participação dos pais, a exposição a informação, a eficácia política subjetiva e a religião desempenham um papel importante no desenvolvimento da participação juvenil.

Baquero e Baquero (2012), em seu estudo sobre a participação política dos jovens, reconhecem de antemão que estes não nutrem grandes expectativas em relação aos governos. Os escândalos de corrupção e a permanência das desigualdades sociais se apresentam como elementos que influenciam a descrença dos jovens em relação a política institucional. A profissionalização da política também é salientada por eles como um fator que contribui para o afastamento da juventude. Entretanto, se a participação através dos canais institucionais tem reduzido, isso não implica para os pesquisadores que a juventude não esteja

participando por outros meios, tais como os chamados “novos movimentos sociais” (PEREZ, 2019; PEREZ, 2021).

Além das Observações de Baquero e Baquero (2012) sobre a imagem que os partidos têm diante da juventude, temos também a questão da estrutura interna de funcionamento dos partidos. O modo como os partidos organizam sua atuação e a participação interna não só é pouco atrativa para os jovens como dificulta a sua inserção nas atividades do partido (OKADO; RIBEIRO, 2015). De modo mais direto, os partidos políticos em sua hierarquia e exigências, tanto de tempo, quanto principalmente de recursos, cobram da juventude algo que a grande maioria dos jovens não possui e que são pertinentes a vida adulta (OKADO; RIBEIRO, 2015).

Okado e Ribeiro (2015), trazem para o debate sobre a juventude na ciência política a perspectiva do ciclo de vida e como os papéis sociais com sua consequente adoção de responsabilidades e condições específicas a cada fase da vida, levariam a uma delimitação mais aproximada da juventude e, especialmente, como essas mudanças impactam na sua cultura política.

Neste contexto, estudos têm indicado a emergência de um novo paradigma de participação juvenil, com a gestação, por parte dos jovens, de novos modos de organizar a vida cotidiana, com uma forte negação institucional e de parâmetros político-ideológicos (PEREZ; SOUZA, 2017, PEREZ, 2019).

Como é conhecido no histórico de mobilizações brasileiras, a juventude rotineiramente esteve entre os protagonistas das lutas sociais e políticas. Cabe ressaltar sua presença em eventos

como o simbólico Caras Pintadas, as diversas edições do Grito dos Excluídos, Marcha das Margaridas e Diretas Já, dentre outros (SCHERER-WARREN, 2014). Como destacado por Baquero e Baquero (2012), a juventude estaria caminhando não no sentido de uma apatia política generalizada, mas no desenvolvimento e valorização de outras formas de participação social e política.

Essa percepção já era observada em estudos sobre as democracias consolidadas, pautada especialmente na análise das mudanças advindas de uma sociedade pós-materialista. Essa leitura pode ser encontrada nos estudos de Inglehart e Welzel (2005), na qual os autores procuram demonstrar como o processo de modernização das sociedades e segurança em relação às necessidades materiais mais urgentes (alimentação, trabalho, moradia e etc.), permitiram o desenvolvimento de um cidadão mais inclinado às necessidades individuais e de auto expressão.

A tese do desenvolvimento humano defendida por Inglehart e Welzel (2005), corrobora com a visão de que as mudanças percebidas na juventude não seriam o fruto de uma apatia política, mas contrariamente seriam a expressão de uma mudança de padrão de comportamento que, na lógica da sua teoria, estaria agora se voltando para formas de ativismo menos burocráticas e por mecanismo de participação direta.

A juventude, na leitura de Okado (2013), estaria mais predisposta a assimilar essas mudanças de comportamento e percepção da política na medida em que representa um extrato com maiores índices de escolaridade e disponibilidade de recursos cognitivos

quando comparada às gerações anteriores. Teríamos assim um ideal de democracia que ultrapassa a ótica de deveres a cumprir e responsabilidades estabelecidas e caminha na direção de uma cidadania que se pauta na ação direta (OKADO, 2013). Outro ponto que é reforçado por Okado (2013), se dá em relação a importância dos eventos históricos de grande impacto sobre o comportamento político dos indivíduos. Mesmo na teoria geracional Mannheim (1982) pontuava que os eventos históricos, como crises econômicas e guerras, por exemplo, impactam no modo como os atores assimilam e formam sua percepção cultural. Assim, os eventos históricos de grande impacto possuem um peso que merece ser considerado na medida em que influenciam no modo como a cidadania crítica pode se manifestar (NORRIS, 2003).

Segundo Ribeiro (2012), durante a primeira década do século XXI, é observada uma certa estabilidade quanto à relação dos jovens com os meios institucionais de participação. De acordo com os estudos do pesquisador, não há uma acentuada tendência na rejeição destes mecanismos ao longo da década pesquisada. Entretanto, logo no início da década seguinte (2010), é perceptível o desenvolvimento ou, ao menos, a demonstração de rejeição dos canais institucionais.

A percepção negativa dos jovens sobre os partidos políticos possui bases em diversos pontos, desde a imagem pública que esses atores institucionais possuem, até a sua prática interna, associada a intensa burocracia. A baixa adesão da juventude diante dos canais institucionais incidiu numa visão de que os jovens são pouco mobilizados

e tendem a não se engajar em questões políticas. O início de um ciclo de protestos na segunda década do século XXI veio a confrontar essa ótica na medida em que revelou uma juventude engajada e com alta capacidade de mobilização (PEREZ, 2021).

Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 se consolidaram como um marco para o estudo sobre a atuação política da juventude. Scherer-Warren (2014) apresenta em seu estudo como as manifestações têm início em torno da luta pela redução das passagens do transporte coletivo, encabeçada pelo MPL (Movimento Passe Livre). Entretanto, a repressão policial em São Paulo acaba direcionando, ou redirecionando, o ideal das manifestações para uma perspectiva democrática maior: o direito de participar, de manifestar, a cidadania. Isso, segundo a autora influenciou a participação massiva nas manifestações que se seguiram.

Tatagiba e Galvão (2019), analisando as Jornadas de Junho, estabelecem algumas características marcantes desse ciclo de protestos, especialmente a polarização política. Segundo as pesquisadoras, o antipetismo e uma heterogeneização dos atores e reivindicações seriam características proeminentes das Jornadas de Junho. No entanto, apesar do antipetismo ser um fator marcante, os protestos extrapolam a polarização política englobando outros tipos de pertencimento. Nesse aspecto, Scherer-Warren (2014) já em 2014 apontava como as manifestações expressaram uma diversidade de antagonismos que, no viés da política institucional, iam do partidarismo, passando pelo apartidarismo, até o antipartidarismo.

Ainda segundo Tatagiba e Galvão (2019), nas Jornadas de Junho a pluralidade de atores e pautas iam de um lado a outro do espectro ideológico. E diferentemente do que se pensava nos primeiros estudos, as Jornadas não foram um ciclo de protestos capitaneado essencialmente pela juventude. Apesar disso, a presença da juventude desde as primeiras manifestações constituiu-se ao longo do ciclo de protestos como o 4º maior grupo (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Essa guinada “repentina” no comportamento político levou os pesquisadores a se questionarem sobre como se deu tal processo de mudança e eclosão de um ciclo de protesto tão forte. Assim, começou-se a notar e enfatizar certas tendências que, nas Jornadas de Junho, se apresentaram de maneira proeminente.

Apesar de as Jornadas serem tomadas como um marco, os estudos mais recentes têm evidenciado que muito das características novas, ou os ditos novos atores, ou ainda tipos de movimento, existiam bem antes das manifestações de 2013. Em seu estudo sobre coletivos, Perez e Souza (2017) abordam grupos que se organizam nesses moldes ditos “novos” desde o início do nosso século. Entretanto, é inegável a importância das manifestações de 2013 para o despertar sobre essas formas de organização e atuação política que, especialmente na juventude, tem ganhado espaço. Perez (2019) demonstra como a rejeição aos canais convencionais de participação e mediação política é um dado comum na retórica dos coletivos, podendo se manifestar na figura do antipartidarismo ou do apartidarismo.

Importa perceber que as características elencadas para os coletivos não são universais a todos

eles e que é preciso ressignificar certos conceitos em relação ao que eles representam para os atores. A autonomia é um bom exemplo, longe de significar a ausência de lideranças dentro dos movimentos, ela representa uma percepção de como realizar o processo de tomada de decisão de modo mais democrático (PEREZ, 2019). Como bem ressalta Perez (2019), essa lógica de participação vai na contramão do que os atores identificam na forma de ser dos partidos políticos.

Não se constituindo num fenômeno restrito ao Brasil, o caráter antipartidário observado nas ações coletivas também tem sido objeto de estudos em pesquisas no exterior. Precedendo os estudos sobre as ações coletivas da última década, estudos como os de Soeiro (2014) já apontavam a rejeição dos indivíduos que protagonizavam o ciclo de protestos em Portugal a partir de 2011 contra as formas clássicas de representação, das quais destacam-se os partidos políticos.

Outros estudos tentam compreender o fenômeno à luz das consequências econômicas decorrentes da austeridade proposta pela agenda econômica neoliberal. Nesse aspecto, Lima e Artiles (2014) refletem sobre as ações coletivas na Europa, ressaltando os “modos alternativos de organização e ação, flexível e horizontal” (LIMA; ARTILES, 2014, p. 139).

A expressão de sentimentos antipartidários por meio dos ciclos de protestos da última década, em grande parte capitaneados por jovens, nos leva à necessidade de compreender em que sentido essa rejeição aos canais de mediação vem se

desenvolvendo e quais seus impactos sobre a democracia brasileira.

Os estudos mais recentes sobre a juventude tendem a focar na análise da internet como um fator explicativo sobre os novos padrões de comportamento juvenil (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016; RAMÍREZ, 2016; BAQUERO; MORAIS, 2018). No entanto, tais estudos não abarcam os sentimentos antipartidários da juventude de modo direto, deixando em aberto como esses atores têm desenvolvido sua rejeição aos partidos políticos.

É nesse espaço em aberto, que a presente pesquisa desenvolve sua análise, considerando o papel da juventude nos grandes eventos que têm marcado a história recente do país, em especial nas primeiras décadas deste século. Analisamos em que medida o antipartidarismo tem se manifestado na juventude dentro desse recorte temporal, estabelecendo um perfil do jovem antipartidário ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, tomando como hipótese a influência do contexto político e dos marcadores sociais do ciclo de vida sobre a percepção política dos jovens com relação ao antipartidarismo.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.19-25, nov. 2012.

_____. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11: 2º sem. 2007.

BAQUERO, M, BAQUERO, R; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas n.137, v.37, p.989–1008, out-dez. 2016.

BAQUERO, M; MORAIS, J. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n.25, p.33-62, jul.-dez. 2018.

BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: **Marco Zero**. p. 112-121, 1983.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, n°83, p. 145-178, 2011.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.

LIMA, M. P. C.; ARTILES, A. M. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva a participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, Maio, p. 137-172, 2014.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, M. M. (org), **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. n.º 6, p. 05-14, 1997.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford University Press, 1999.

OKADO, L. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?**. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 102. 2013.

OKADO, L; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n.01, v.04, p.53-78, fev. 2015.

OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N. (org) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

PAIS, J. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. **Análise Social**, n.º 1, 2, v. 25, p. 139-165, 1990.

PEREZ, O. Relação entre coletivos e as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, n.3, v.25, p.577-

596, set.-dez. 2019.

PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual da Anpocs. Anais...**2017.

PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Revista Izquierdas*. p. 1–16, 2021.

RAMÍREZ, L. Dinâmicas transnacionais em tempos de internet: jovens, mobilização e a apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, n.12, p.08-16, set. 2016.

RIBEIRO, E; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, nº 3, p. 531-555, 2019.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SHANAHAN, M. J. Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective. *Annual review of sociology*, p. 667-692, 2000.

SOEIRO, J. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia*, **Revista da Faculdade de**

Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVIII, pág. 55 – 79, 2014.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p. 35-62, 2014.

ESTÉTICA NEGRA E INSTAGRAM: estudo sobre gênero, identidades, e autoimagem no ambiente virtual¹

Raylane Maria de Sousa Pereira²

A história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (Chimamanda Ngozi Adichi).

INTRODUÇÃO

O presente artigo problematiza a influência do ambiente virtual no processo identitário de jovens negras, tendo como campo de estudo o aplicativo de compartilhamento de fotos e vídeos, *Instagram*. A partir de uma investigação qualitativa, compreendemos como o racismo estrutural se manifesta nas relações digitais, interferindo na autoestima e autoimagem de nossas coautoras. A

¹ Declaro que, para a produção desse artigo, não houve qualquer financiamento ou benefício recebido de instituições privadas. Declaro ainda que não há conflito de interesses que comprometa este trabalho.

² Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí. Endereço: Rua Dirceu Arcoverde, 2104, bairro Piauí. Telefone: (86) 99865-8810. E-mail: raylanedesousaadr@gmail.com. Tipo de publicação: artigo científico.

pesquisadora desse estudo se apresenta como mulher preta³, usuária de mídias digitais e inserida nesse ciberespaço como aprendiz e observadora.

Para situar a construção desse artigo no tempo e no espaço, a execução de todas as suas etapas insere-se no contexto de crise sanitária ocasionado pela pandemia da Covid-19, que impediu a obtenção presencial dos dados, mas que possibilitou o uso da Etnografia virtual. Além da crise sanitária, o Brasil vive também uma crise política causada pela gestão federal do governo Bolsonaro (2018-2022), que tem causado retrocesso de direitos humanos obtidos no decorrer da nossa história. Tal gestão tem tomado decisões polêmicas acerca de temas e instituições importantes para a manutenção da história negra e indígena, desrespeitando povos e memórias.

Adiante, propomos um breve exercício de imaginação para esclarecer nossas reflexões futuras: se pudéssemos voltar dez anos no tempo, em uma cidade brasileira de médio porte como Parnaíba, no estado do Piauí, encontraríamos pelas ruas do centro da cidade inúmeras mulheres negras com os cabelos alisados, resultado de procedimentos químicos ou uso de “chapinha⁴”. Mas, se formos a esse mesmo lugar atualmente encontraremos muitas dessas mesmas mulheres com os cabelos naturalmente cacheados,

³ Torna-se necessário diferenciar os termos *negro* e *preto* para maior compreensão do leitor. *Preto* refere-se a pessoas com pele de cor retinta enquanto *negro* engloba pretos e pardos. No decorrer do texto usaremos o termo negro para nos referir aos resultados de nossa pesquisa e as nossas coautoras. E usaremos preto para nos referir a situações específicas.

⁴ Chapinhas são alisadores de cabelos, aparelhos que alteram a estrutura do cabelo através da aplicação de calor.

identificaremos ainda suas filhas e netas que talvez nunca tenham alisado os cabelos.

Esse exercício nos permite pensar, qual é o significado dessa mudança estética na vida e autoestima de mulheres negras? Essa mudança é o resultado de um processo custoso de valorização de corpos negros ao longo da história. Ademais, a influência das primeiras associações de negros, o movimento *Black is Beautiful* nos anos 1970, a criação da Revista Raça⁵ e o atual movimento negro no Brasil foram essenciais no desenvolvimento e propagação de ideias antirracistas e de empoderamento negro, a partir dos quais a estética do corpo e dos cabelos são elementos simbólicos de pertencimento e discurso. Contudo, esses ideais produzem tensões racistas contrárias, apesar delas, as transformações sociais continuam a acontecer.

Destarte, a atual geração vivencia um processo de socialização inimaginável décadas atrás, por isso, a necessidade de ressaltar que se trata de um processo constante e que podem ocorrer retrocessos. Logo, essas transformações são possíveis porque negros estão conquistando mais visibilidade nas mídias de massa, mas isso não se reverte em mudança de classe social, pois o mercado de trabalho continua funcionando através de práticas de racismo e discriminação. Hasenbalg (2005, p. 200) afirma que “a raça, por sua vez, age como um dos critérios mais relevantes na regulação dos mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de

⁵ Criada em 1996, como consequência da chamada nova imprensa negra, sendo a primeira revista brasileira com conteúdo relacionado à cultura afro.

classes”. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2020), negros correspondem a 72,9% dos desocupados no país, uma estimativa de 13,9 milhões dos brasileiros desempregados.

É necessário informar, que meninas e mulheres negras são as vítimas preferenciais da violência no país. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), elas corresponderam, em 2020, a 71% das vítimas de feminicídio e outras mortes violentas intencionais. Também são a maioria nas estatísticas de estupro e tentativa de estupro de vulnerável, correspondendo a 50,7% dos casos. Esses dados representam corpos humanos que são diariamente negligenciados e desrespeitados por sua cor, gênero, condição econômica e social, resultantes de uma estrutura patriarcal racista.

Do mesmo modo, quando uma mulher negra tem apenas referenciais brancos de beleza e comportamento desde a infância (bonecas, personagens, modelos ou atrizes), ela tende a buscar compulsivamente parecer com este ideal estético. Somado a isto, conforme estudos desenvolvidos pelo psiquiatra e filósofo Frantz Fanon (2008, p. 66), “o preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo neurótico obsessional... ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui”. Para Chimamanda Adichie (2009, p. 13) conhecer apenas uma versão de algo ou alguém produz estereótipos danosos às relações humanas e ao autoconhecimento:

É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio o nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.

Nesse sentido, é uma corrida sem vencedor porque uma mulher negra não deve tornar-se como uma mulher branca, a diversidade é a regra e não a exceção, e isso demorou muito tempo para que fosse percebido. Segundo Honneth (2003, p. 218), o reconhecimento recusado dos outros de quem se é, configura-se como uma forma de desrespeito e lesa o indivíduo intersubjetivamente em sua autodescrição:

(...) um sujeito só pode referir essas espécies de degradação cultural a si mesmo, como pessoa individual, na medida

em que os padrões institucionalmente ancorados de estima social se individualizam historicamente, isto é, na medida em que se referem de forma valorativa as capacidades individuais, em vez de propriedades coletivas, daí essa experiência de desrespeito estar inserida também, como a da privação de direitos, num processo de modificações históricas.

Entendemos que “a raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica” (HALL, 1992, p. 63), e há apenas uma única espécie humana. Todavia, estética e culturalmente, a mulher negra tem suas particularidades que vão desde a textura e cor de sua pele até sua historicidade sociocultural. A assunção dessa condição lhe permite conhecer e usufruir de todo seu potencial. Logo, a beleza negra não é regida pelos parâmetros brancos, ela não possui as mesmas referências e características. Percebemos isso ao conhecermos personalidades famosas como a cantora norte-americana Beyoncé e a atriz brasileira Thaís Araújo.

Contudo, a promoção da diversidade é também impulsionada pelas ações mercadológicas, que se apropriam de ideias e bens culturais para lucrar. De acordo com Bauman (2009, p.06), o capitalismo atua como um parasita em busca de novos organismos para sobreviver, como um colonizador em busca de novas terras para desbravar e retirar dela todos os seus recursos naturais, feito

isto, ele deixa a terra arrasada e sai em busca de novas oportunidades. Com os elementos culturais, o processo não é muito diferente, o mercado se apropria e ressignifica elementos simbólicos importantes e os vende de forma “compacta” a preço de mercado.

É importante ressaltar que, em nenhum momento esquecemos que estamos falando do Brasil, país de origem colonialista, racista e patriarcal. Não estamos sendo utópicos ou fantasiosos. Compartilhamos da ideia de Fanon (2008, p. 85), para o qual, “defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas”. Em contrapartida ao empoderamento estético negro, a violência contra mulheres e homens pretos continua crescendo. Segundo dados do Mapa da Violência (2019), pessoas negras são as que mais morrem vítimas de homicídio no país. Para cada 100.000 habitantes, a morte de pessoas negras correspondeu a 45%, enquanto no mesmo ano, a morte de pessoas não negras correspondeu a 15%.

Dito isto, faz-se necessário conhecer nosso campo de estudo virtual, a rede social de compartilhamento de mídias digitais *Instagram*. A plataforma foi criada em 2012 e se destaca das outras pelo conteúdo de suas postagens. As fotos ou vídeos postados têm como requisitos qualidade, requinte e diferencial estético e econômico. Em outras palavras, os elementos inseridos exigem beleza e poder econômico. Quanto mais bela, exótica e ostentatória for a postagem, mais receberá curtidas e comentários positivos. Essa atmosfera constitui um grupo restrito que distingue entre os usuários que estabelecem esse

padrão e os que consomem sensações proporcionadas por aqueles. Dentro do grupo seletivo, surgem os *influenciadores digitais*, responsáveis por ditar e reproduzir moda, padrões físicos e ideias.

Outro ponto, o público-alvo de nossa pesquisa é formado por jovens negras nordestinas. Estas são portadoras de múltiplas identidades em contínuo processo de construção. Inseridas no ambiente virtual, são expostas às interações culturais e sociais que ocorrem nesse espaço diariamente, pois esse processo é feito de trocas. A idade das mesmas (15 a 25 anos) determina um limite geracional de uma década. Apesar das diferentes fases (adolescência e adulta) as coautoras vivenciam as atuais transformações estéticas para mulheres negras brasileiras.

A escolha pela região Nordeste pauta-se na limitação territorial da amostra e nas semelhanças socioculturais e econômicas entre os estados. Historicamente, a região é marcada por um desenvolvimento econômico e social menor em relação às outras regiões do país como resultado da concentração de investimentos no centro sul-sudeste. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), no ano de 2019 a região apresentou queda no desenvolvimento enquanto nas outras houve aumento. Essa queda pode ser justificada pelos cortes de famílias no programa Bolsa Família, já que o Nordeste apresenta o maior número de beneficiários do país.

A presente realidade permeada de virtualidade tornou imprescindível o estudo de relações étnicas dentro do ambiente virtual, pois estas são orientadas pelos conceitos e preconceitos que

norteiam as relações sociais no mundo. Dentro desse tema, recortamos a padronização de um padrão estético branco que encontrou nas plataformas digitais mais uma forma de imposição social assim como nas mídias de massa. A problematização da representatividade nesses espaços e a percepção de usuárias negras sobre esse assunto serviu como base para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Logo, utilizamos dos próprios meios digitais (Google Formulários) para criação e divulgação de questionários respondidos por 31 participantes. Os resultados serão abordados em seção específica neste artigo.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE CORPOS NEGROS

Os problemas raciais no Brasil remontam ao início de sua formação social e econômica. Historicamente corpos negros são marginalizados e sexualizados. A visão sobre corpos negros femininos é uma construção escravagista. Essa percepção desrespeitosa passou por importantes modificações ao longo do tempo. Além do trabalho no campo e do serviço doméstico, o sofrimento da mulher preta era acentuado pelos abusos sexuais praticados pelos senhores de engenho. Uma violação romantizada como podemos ver na obra de Freyre (2003, p. 367), “trazemos quase todos a marca da influência negra. Da (mulata) que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem”. Contudo, Freyre também expôs as situações de maus tratos: as esposas dos senhores não se agradavam com a relação que

eles mantinham com as escravas e aquelas proferiam terríveis castigos físicos a estas. Em alguns casos a violência era motivada pela simples suspeita de traição: “sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas... ou mandavam lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas” (FREYRE, 2003, p. 432). A partir disso, ao analisar a estética na identidade nacional percebemos que a fisionomia de uma pessoa está historicamente carregada de valores sociais, culturais e econômicos.

Entretanto, um marco importante na história negra foi o movimento *Black is beautiful* iniciado nos Estados Unidos nos anos 1970. Ele tinha “como proposição básica desconstruir a ideia racista básica que inferiorizava o fenótipo natural do sujeito negro, a partir de suas características físicas como tom da pele, textura capilar e complexões faciais e/ou corporais”. Suas ideias reverberaram no Brasil a criação do movimento *Black Rio*. Os bailes cariocas eram marcados pelo *soul* norte-americano: roupas coloridas e chamativas, os cabelos engarfados, sapatos de salto e acessórios demonstravam o quanto o negro queria ser visto depois de tantos anos de apagamento. Essas atitudes incorporaram uma nova maneira de perceber o negro na vida urbana e buscavam distanciar a cultura negra da identidade brasileira: “era uma estratégia de desvio e subversão das estruturas racistas da sociedade e do discurso oficial da democracia racial” (OLIVEIRA, 2008, p. 192). Logo, compreendemos que os valores e interpretações estéticas são determinados e feitos pelo outro. O outro é quem assimila as sensações proporcionadas pelo que vê e conclui se é bonito e moral. Posto isso, o exercício de reconhecer a beleza

negra em si mesmo exige do indivíduo um exercício para ressignificar o belo.

Segundo Silva (2015, p. 21), o corpo biológico é a materialização dos sujeitos no mundo. Ele, como elemento moldável, externaliza representações culturais, sociais e políticas socialmente impostas desde a infância atuando como elo entre o Eu e o outro, e entre o Eu e as coisas do mundo. O processo de construção desse corpo, através da coerção ou da educação, pode constituir violências simbólicas. Assim, a instituição de estereótipos garante a superioridade de determinados tipos corporais em relação a outros. Nas palavras da autora:

Em nossa sociedade, os caracteres físicos possuem um peso de diferenciação com relação aos outros, portanto, corpos negros, deficientes, obesos e todos os outros corpos que estão em desacordo com o ideal projetado são discriminados e excluídos do padrão estético e comportamental estabelecidos e realocados na condição de fealdade e marginalidade (SILVA, 2015, p. 21).

Com base nisso, entendemos a objetificação de corpos negros como um processo de dominação imposta pelo sistema capitalista colonial, no qual a domesticação da consciência e do corpo eram fundamentais para a demarcação de força e poder

(SILVA, 2015). Dentre essas formas de demarcação de poder está a atribuição de fealdade às formas, traços, texturas, tons de pele e a sexualização dos negros. Segundo Júnior (2012, p. 41), “a operação controladora começa no corpo e com o corpo. Operando nas consciências individuais e no plano ideológico, a sociedade capitalista investiu no biológico, no somático e no corporal”.

REPRESENTAÇÃO NEGRA EM MÍDIAS DE MASSA E NO MEIO ARTÍSTICO, OS DESAFIOS DO CONSUMO DE PRODUTOS COSMÉTICOS PARA O PÚBLICO NEGRO E O BLACK MONEY

Antes de pensar a representatividade negra nas mídias digitais, precisamos conhecer a participação do negro na mídia de massa e publicidade brasileiras. Em um país que na mídia há uma predominância de padrões estéticos europeus, a representação dos negros nos canais de comunicação em massa obedece a uma hierarquia de poder. Nesses meios de comunicação é representado o modo como determinado grupo social se vê ou deseja ser, legitimando sua posição social, e sendo reproduzido pelos telespectadores.

Segundo Gomes (2008), a hegemonia branca representada faz parte de um projeto maior de intimidação dos grupos minoritários e manutenção do *status quo* étnico. Uma maneira de garantir que aqueles que não se identificam com ela mantenham-se no “seu lugar”. É importante citar que no início da televisão brasileira os negros nem sequer eram representados. Quando passaram a aparecer recebiam

papéis em que mal era possível reconhecer uma figura humana, que só reafirmava a imagem deturpada que a sociedade tinha dos negros. As mulheres eram expostas como servis ou sedutoras. Quando não havia “papéis para negros”, atores negros não eram escalados. Logo, essa representação teve um peso na auto discriminação do povo negro porque lhes impossibilitava de se ver em outras posições para além de serviçais ou figuras cômicas. A repetição constante desses personagens nas produções era internalizada de maneira inconsciente. Desconstruir a visão que o negro formou de si mesmo exigiu um processo social e político custoso (GOMES, 2008, p. 24).

De antemão, o mercado percebeu o negro como público consumidor e nos anos 2000 começou a desenvolver produtos voltados para o cabelo crespo e corpo negro. Pela primeira vez representando o corpo da mulher negra como belo. Como aponta Gomes (2008), apesar da criação de produtos de higiene e beleza para negros ter cunho mercadológico, a escolha por este nicho e pela maneira que fora feita sua publicidade possibilitou novas discussões em torno da imagem do negro, que antes não existiam. Em outras palavras, o mercado foi peça-chave para a visibilidade negra. Embora com vista nos lucros, é ele quem afirma um movimento e atua no seu processo de “naturalização”. Porém, até então, não era uma prioridade para o mercado fazer cosméticos para negros, havia poucas opções e pesquisas para o desenvolvimento de produtos especificamente para essa parcela do mercado consumidor. Logo, a adoção do discurso de empoderamento negro, próprio das comunidades

negra, por parte do mercado justifica os atuais investimentos.

Nesse percurso, tem-se o movimento *Black Money* que tem ganhado força no Brasil, estimulando as interações comerciais entre negros. Inspirado no movimento de origem norte-americana, atua como solução para a exclusão de negros nas empresas e apoia o empreendedorismo. No Brasil, existem 13 milhões de empreendedores negros, porém sua lucratividade ainda é menor do que a dos empreendedores brancos. O ramo da moda e de cosméticos, incentivado pelo empoderamento negro nas redes sociais, se destacam entre as áreas de investimentos. Ele não é a solução econômica, ainda está em fase embrionária no país, mas atua como reparação história à uma população que sempre esteve à margem do mercado formal (GUIA NEGRO, 2018).

REPRESENTATIVIDADE, CIBERESPAÇO E RACISMO ALGORÍTMICO

É importante pontuar que as desigualdades sociais e econômicas são empecilhos para a inclusão digital de jovens negros. A falta de recursos financeiros pode inibir sua participação nas mídias digitais. Segundo dados da pesquisa TIC DOMICÍLIOS (2019), somente 71% dos domicílios brasileiros possui acesso à internet. Uma grande parcela da população permanece em desigualdade digital: 28 milhões de pessoas não têm acesso à internet. A exclusão digital prejudica o acesso e consumo de informações e formas de entretenimento das camadas mais baixas. Entre os pretos o acesso à

internet apresenta um dos menores índices em relação a outras etnias (71%).

Segundo Moreira, “o *racismo* é uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas em diferentes momentos históricos” (2019, p. 27). Dito isto, entendemos que no mundo virtual, o racismo se apresenta de múltiplas maneiras, desde um comentário ou um meme de cunho racista até formas silenciosas e discretas como a ação de algoritmos.

Ou seja, os algoritmos são “modelos matemáticos não neutros e desenvolvidos por “seres humanos falíveis” (O’NEIL, 2020, p. 04 – 05). São eles que determinam os resultados de uma pesquisa simples feita ao Google; o alcance de público de uma determinada foto no Instagram; quais anúncios aparecem no seu *feed*⁶ e quais perfis você verá com mais frequência. Em um sentido amplo, os algoritmos estão infiltrados em todas as áreas de nossas vidas, afetando desde as decisões mais simples como comprar uma assinatura de uma plataforma de *streaming* até conseguir um empréstimo no banco (O’NEIL, 2020).

Nesse contexto, a representatividade de pessoas negras depende dos algoritmos porque eles tendem a reproduzir estigmas sociais e econômicos. Embora haja a crença que os cálculos matemáticos são frios e imparciais, há a ressalva de que são criados por pessoas com propósitos e opiniões. Para

⁶ Feed, *tradução do inglês*: alimentar. Trata-se do fluxo de imagens e conteúdos de uma mídia digital alimentadas por seus usuários.

exemplificar a ação de algoritmos racistas trazemos a experiência de influenciadores digitais negros que passaram a perceber, apesar do significativo número de seguidores e de investimentos financeiros na carreira, uma grande queda nos seus índices de alcance de público de seguidores. Então, realizaram de forma independente uma experiência: por um determinado tempo postaram apenas fotos de pessoas brancas em seu perfil do Instagram e incrivelmente viram o alcance das suas publicações aumentar em 6000% (MORAIS, 2021).

Por mais que afirmem ser “reais”, no ambiente virtual os usuários estão representando. Para Goffman (1985, p. 29), “representação refere-se a toda atitude de um ator social que ocorre durante um período contínuo diante de um grupo restrito de telespectadores, sobre quem ele exerce certa influência”. Nesse contexto, as publicações do *Instagram* em sua essência excluem ou minimizam os percalços da vida cotidiana. Os programas e aplicativos de edição de fotos como o *Photoshop* corrigem imperfeições do corpo, os momentos de estresse e solidão são ignorados. Os produtores de conteúdo precisam manter determinado padrão de comportamento para garantir o engajamento com seu público. Expor defeitos ou fraquezas nem sempre é atraente para pessoas que buscam nas redes sociais uma fuga da realidade.

O equipamento de suporte do ator digital no *Instagram* é o seu perfil, que desempenha a função de *fachada social*, conceituada como um “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Ele

opera como “cenário” suporte para a atuação desse ator, transmite segurança a ele e aumenta seu poder de convencimento ao público. Posto isso, desde a disposição das fotos, a paleta de cores, as ideias, a qualidade das fotos, o uso das palavras, *emojis*⁷ e *hashtags*⁸ tudo deve ser escolhido de forma estratégica. Um perfil bem estruturado atrai seguidores e desperta o interesse de possíveis patrocinadores. Para muitos usuários ou influenciadores digitais, um perfil bonito é motivo de orgulho. Existem empresas e profissionais especializados em criar e gerenciar esses perfis. Esse “cenário” afirma a representação do ator, mostrando como ele é organizado, positivo, antenado, e merece ser seguido.

Ainda segundo o autor, espera-se que os diferentes elementos de uma fachada social desempenhem “naturalmente certa coerência entre ambiente, aparência e maneira” (GOFFMAN, 1985, p. 35). É cobrado dos usuários um alinhamento entre o que representam e o que são. Essa pressão social pode desencadear em alguns casos ansiedade, depressão ou distúrbios alimentares (CARBONARI, 2017). Para Goffman (1985, p. 35), “tal coerência representa um tipo ideal que nos fornece o meio de estimular nossa atenção para nosso interesse nas exceções”. Segundo Carrera (2012, p. 153), “o desvio é também uma forma de distinção”. Tais argumentos se aplicam quando usuários que fogem ao padrão de

⁷ Figurinhas usadas para interação na rede, que expressam reações humanas.

⁸ Palavras-chaves que representam movimentos ou temas dentro das redes sociais acompanhadas do símbolo #.

belo e usam do humor para produzir conteúdo alcançam o sucesso. São indivíduos que expõem seus defeitos, uma casa simples ou bagunçada e comportamentos extrovertidos e cômicos.

Quanto a essa discussão, o aplicativo de compartilhamento de fotos e vídeos *Instagram*, que, atualmente, pertence a empresa *Facebook Inc.*, é uma rede social *on-line* que se diferencia de outros aplicativos pelo estilo sofisticado e luxuoso das publicações. No geral, as fotos seletas, retratam um estilo de vida distante da maioria dos brasileiros. Quando criado, apenas os aparelhos celulares com sistema *IOS* podiam ter acesso ao aplicativo, o que já caracteriza uma exclusão da maioria das pessoas pelo alto custo dos dispositivos da *Apple*. Somente em 2012, o aplicativo foi disponibilizado para o sistema *Android*, popularizando o acesso. A ação não agradou o grupo restrito de usuários da *Apple*, pois o livre acesso diminuiria seu *status* de artigo de luxo (CARRERA, 2012).

Apesar da popularização do aplicativo para as camadas menos favorecidas, as publicações de fotos mantiveram um pouco de seu padrão. Para postar, é preciso que a foto seja bem capturada e tenha tratamento por meio de filtros. Não é uma regra do *Instagram*, mas é subentendido entre seus usuários. Essa manipulação da realidade e idealização do estilo de vida perfeita o classificou como a rede social mais nociva à saúde mental humana de acordo com pesquisas realizadas pelo *Royal Society for Public Health*. (CARBONARI, 2017)

A interação dentro do *Instagram* é regida pelas curtidas, comentários e números de seguidores. O usuário sabe se está agradando a seu público por

meio dessas interações. Quando os resultados não são positivos, o usuário precisa se adequar ao interesse dos seus seguidores. Estes legitimam a imagem social construída. Conforme os argumentos de Carrera (2012), sua aprovação é essencial para a construção do *self* e manutenção da fachada social.

Há por parte dos usuários uma necessidade de diferenciação com a exposição de capital econômico, como objetos ou tendências que ninguém tem ou conhece. Segundo a perspectiva bourdieusiana de distinção social (2007, p. 65), o valor de bens simbólicos depende da atribuição dada a eles por parte de quem os observa e de quem os produz. Principalmente, por quem os vê como excelência, tornando-os marcadores classistas privilegiados, ao passo que constroem distâncias sociais. Essa exclusividade inclui os indivíduos detentores dos bens em um grupo restrito, contrastando com a grande maioria, proporcionando a seus seguidores o consumo de sensações e bens divulgados que provavelmente não poderão obter.

PÚBLICO-ALVO: JUVENTUDES

Sob o ponto de vista ocidental, o termo jovem foi inventado para demarcar uma das etapas da vida. Dá-se o crédito a Rousseau, quando em Emílio (2018), aborda sobre a adolescência de um rapaz, momento em que passa a ter vida social, uma função além de sua existência. Segundo Ariès (1960), durante a Idade Média não havia uma preocupação com a definição de idade. Na escola havia turmas formadas por pessoas de todas as idades: crianças, jovens, adultos e velhos. Todos estudavam o mesmo

conteúdo. A criança ao adentrar na escola era inserida no mundo dos adultos. A não referência à idade perdeu por bastante tempo e somente se tornou motivo fundamental de discussão no século XIX. Essa situação se estendia para fora da sala de aula, durante o cotidiano dos alunos. Conforme Ariès (1960, p. 168) “essa promiscuidade das idades hoje nos surpreende, quando não nos escandaliza, no entanto: os medievais eram tão pouco sensíveis a ela que nem a notavam, como acontece com as coisas muito familiares”.

Atualmente, a adolescência é um estado de moratória, onde o indivíduo não participa produtivamente da economia e deve apenas se aprimorar intelectualmente. Estando sob a tutela dos pais financeiramente. Não podendo tomar decisões civis. Tendo mais tempo disponível para estudos, entretenimento e lazer. Quanto mais os países são abastados ou maior as condições econômicas de uma família, maior a extensão do tempo de moratória. Nesse sentido, é um período marcado por comportamentos e sentimentos conflituosos. Em 1904, o psicólogo experimental e fisiologista Stanley Hall, apontou que as crises juvenis são causadas por motivos fisiológicos e pelas mudanças corporais. Contudo, é sabido que as alterações hormonais são responsáveis por inúmeros eventos no corpo e comportamento humano, mas não são a única explicação para tais mudanças⁹ (TOJEIRA, 2013).

⁹ Em 1925, a antropóloga Margareth Mead *in* Tojeira (2013) realizou sua pesquisa de doutorado com a observação de 25 adolescentes da Ilha de Samoa no Pacífico e constatou que eles não tinham os mesmos conflitos pessoais e sociais que os

Entre as adolescentes negras que se encontram em um momento de autoafirmação e formação, há atrelado às demais questões os conflitos raciais por que de acordo com Rodrigues (2007, p. 78), “(...) a construção da identidade do ser negro tem uma dimensão complexa e contraditória para o adolescente em especial”. Segundo ela, ao passo que “sintam-se reconhecidos na sua identidade racial, poderão firmar-se como pessoas pertencentes a um meio social que os trata com respeito, respeitando sua identidade do ser negro” (2007, p. 78). No Brasil, ainda há a realidade de adolescentes exercendo o trabalho doméstico informal. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, no ano de 2015, 88,7% da função era desempenhada por meninas entre 10 e 17 anos de idade, sendo que 71 % delas eram negras. Segundo a OIT, o trabalho doméstico informal é um dos piores em todo mundo. Ele interfere diretamente na formação física, psicossocial e educacional dessas pessoas, sendo uma alternativa para suprir carências financeiras da família em muitas cidades brasileiras.

Ainda de acordo com Tojeira (2013, p.04), o gênero feminino tem maior adesão aos meios de comunicação, influenciando diretamente o seu comportamento. Desde o uso do telefone nos anos 1940 e 1950 até às redes sociais e o uso smartphones atualmente, a imagem das mulheres é explorada. Primeiro, com a idealização da garota que fala ao

adolescentes americanos. Refutando a ideia de que as “turbulências emocionais” eram causadas somente por questões biológicas. E que as mesmas sofriam grandes influências da cultura ocidental (TOJEIRA, 2013).

telefone e depois com a exposição do corpo feminino nas mídias digitais.

Segundo Carbonari (2017, p.01), “a ‘vida perfeita’ compartilhada nas redes sociais faz com que os jovens desenvolvam expectativas irreais sobre suas próprias vivências”. Estudos afirmam que 90% das pessoas entre 14 e 24 anos são as que mais usam a rede Instagram, estando mais suscetíveis aos efeitos colaterais. Nos últimos 25 anos, as taxas de ansiedade e depressão aumentaram em 70% nessa faixa etária. O uso da rede social prejudica o sono, a autoimagem e provoca o medo de ficar por fora dos acontecimentos e tendências, conhecido como FOMO (*fear of missing out*). O estado de moratória e ociosidade em oposição as responsabilidades da vida adulta permitem maior tempo de uso das redes sociais.

PONTUANDO OS RESULTADOS

A investigação qualitativa foi realizada através de questionário sobre a representatividade negra e o uso do Instagram com 31 jovens nordestinas consideradas, a partir do tom de pele e traços fenóticos, como negras ou pardas, com idades entre 15 e 25 anos. Apesar de usarmos esses critérios, colocamos no questionário espaço para a autodeclaração. A escolha desta faixa etária pautou-se numa questão geracional de 10 anos. Esse recorte nos permitiu conhecer e entender mudanças identitárias importantes e o avanço no uso das mídias digitais nesta geração. Usamos a plataforma Google Formulários para desenvolver e aplicar os questionários que foram respondidos pelas mesmas.

Após todo o processo de elaboração e obtenção das informações, apresentamos os seguintes resultados.

Fizemos às coautoras perguntas relacionadas aos seus dados pessoais básicos, trabalho, renda, atividades cotidianas, uso das mídias digitais, uso do Instagram, consumo e produção de conteúdo digital, percepção corporal, cabelo, influenciadoras digitais e referências pretas na plataforma Instagram. A partir da análise das informações obtidas montamos um perfil das entrevistadas. Em sua maioria são mulheres autodeclaradas pardas (58,1%), seguido de pretas (25,8%) e brancas (16,1%) com faixa etária predominante entre 23 e 24 anos (55,5%). Possuem o ensino superior incompleto (51,6%), logo têm ou tiveram em algum momento da vida acesso a ambientes acadêmicos, as demais apresentam boa escolarização.

A ocupação, área de atuação profissional e renda põem-se como elementos importantes para interpretar o poder de consumo e a categoria social das participantes. A maioria afirma trabalhar e estudar (52,3%); apenas estudam (45,2%); desempregadas em busca de emprego (12,9%) e as que só trabalham (6,5%). A predominância nas áreas de atuação está saúde (25%) e empreendedorismo (25%). Segundo Daise Rosas (2009), muitas mulheres começam a empreender por sobrevivência, conciliando seu trabalho e o cuidado doméstico. Contudo, a maioria delas não consegue manter o empreendimento por necessitar de mais segurança e termina por entrar em algum trabalho informal. Vale pontuar que a romantização em torno do empreendedorismo das camadas mais pobres, é, na realidade, uma forma de escape da miséria, pautada

em trabalhos expostos a péssimas condições, sem nenhum direito ou seguridade social.

Com base na renda pessoal, a maioria das entrevistadas apresenta baixo poder aquisitivo, pois declara ter menos de um salário mínimo (48,4%). Nos ambientes virtuais e reais comprar é um ato de posicionamento social. Adquirir bens e serviços estabelece um lugar na hierarquia da beleza, bom gosto e prestígio. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (2020), as mulheres correspondem a 52,9% dos brasileiros desempregados. Situação que limita seu poder de compra e qualidade de vida.

As redes sociais são modernos agentes socializantes, pois onde há interação humana há trocas culturais. O tempo que nossas usuárias permanecem nesses ambientes é determinante para conhecermos o quanto estão expostas a interações digitais. Conforme a pesquisa, as usuárias dedicam bastante do seu tempo livre no uso dessas mídias (45,2%) em relação a outras atividades. Em comparação com outras redes sociais, a rede social Instagram é a mais acessada por elas (80,6%), passando de 1 a 2 horas por dia no app (38,7%), outras mais de 4 horas (25,8%). O tempo de exposição e consumo de conteúdos é razoável para considerar interações identitárias.

Logo, podemos conceituar a *produção de conteúdo* como a criação de fotos, vídeos e textos com propósito interativo e comercial com o grande público e empresas. Orientamos nossas escolhas de participantes em perfis de pessoas anônimas, contudo quando questionamos sobre a produção de conteúdo uma parcela razoável afirma tal produção (22,6%) e

as que talvez produzam (12,9 %). O uso de redes sociais como o Instagram pode causar danos emocionais aos seus usuários, por este motivo perguntamos a elas se em algum momento deixaram de usar a plataforma e quais os motivos: (48,4%) disseram que usar a mídia atrapalhava outras atividades, (29%) usavam excessivamente, (12,9%) por motivos de ansiedade e apenas (6,5%) afirmaram que a rede lhes causava baixa autoestima.

Posto isso, passamos para informações que aprofundam nosso interesse sobre estética negra. Fizemos perguntas sobre a percepção que elas tinham do próprio corpo e cabelo, as respostas foram as seguintes. Em relação ao tipo corporal, a maioria se considera magra (58,1%), gorda (35,5%) e mesomorfa (6,5%). Quando perguntadas sobre o grau de satisfação sobre seu corpo (41,9%) responderam estar mais ou menos satisfeita.

O cabelo compreendido como elemento simbólico para a cultura negra exige que se faça questionamentos voltados apenas para ele. Logo, conhecemos que a grande parcela tem cabelos cacheados e crespos (48,4%), lisos (25,8%) e ondulados (22,6%) em detrimento de alisados (3,2%). Perguntamos também sobre o quanto estavam satisfeitas em relação a ele, as respostas foram bastante positivas: estão muito satisfeitas (45,2%) e satisfeitas (41,9%). Quando perguntadas sobre qual tipo de cabelo gostariam de ter, (54,8%) declararam querer ter os cabelos cacheados ou crespos. Tais informações expressam uma mudança de concepção a respeito do cabelo afro, contrapondo-se às críticas e rejeições históricas.

A modelação do corpo por meio de procedimentos estéticos e cirúrgicos também é bastante difundida nas mídias sociais como solução para alcançar o tão sonhado padrão de beleza. Os objetivos dessas intervenções são por vezes contraditórios, ora buscam corrigir imperfeições que aproximem o indivíduo de características negroides como a rinoplastia ora buscam assemelhar a estes aspectos como busto, bumbum e lábios grandes, que são marcas da mulata, figura sexualizada do imaginário nacional.

Dito isto, sobre procedimentos estéticos e cirúrgicos, (51,6%) não pretendem fazer nenhum dos procedimentos apresentados nas alternativas, mas (16,1%) desejam fazer rinoplastia; e outros (16,1%) querem fazer lipoaspiração ou *lipolaser*. Sobre ter feito algum dos procedimentos, (22,7%) afirmam nunca ter feito nenhum, enquanto (4,1%) já tenham feito alisamento nos fios do cabelo. Ainda sobre procedimentos, mas dessa vez influenciados pelo Instagram: (29%) afirmaram ter feito alisamento químico.

Em seguida fizemos questões sobre a representatividade negra na rede social e determinação de parâmetros estéticos. Quando perguntadas se as influenciadoras digitais determinam os padrões de beleza, (71%) disseram que sim, enquanto (9,7%) disseram não e (19,4%) talvez. Com base no tema, fizemos dois testes dentro do próprio questionário. Primeiro, em relação a influenciadoras digitais, pedimos para que elas citassem o primeiro nome que viesse a sua cabeça. O nome da influenciadora Bruna Vieira se sobressaiu às demais (4 citações), enquanto os outros nomes foram

citados apenas uma vez. A personalidade mais citada é considerada branca, escritora de livros e recentemente passou por um processo de transição capilar.

Segundo, apresentamos seis influenciadoras, consideradas muito famosas no nicho da beleza, de diferentes tipos corporais, etnias e estilos e, em seguida, pedimos que as participantes escolhessem quem dentre as opções conheciam pelo menos de vista. A influenciadora mais apontada foi a blogueira e maquiadora Mari Maria, ruiva, magra e branca; a segunda mais apontada foi Rayza Nicácio, parda, magra e com cabelos cacheados. As influenciadoras gordas brancas e negras foram as menos apontadas.

Por fim, perguntamos a elas, como negras, o quanto se sentiam representadas na plataforma e 71% se consideram mal representadas. 45,2% afirmaram sentir dificuldade para encontrar conteúdo destinado a esse público. Perguntamos quais medidas poderiam ser adotadas para solucionar a problemática: 32,3% afirmaram que a rede social deve realizar campanhas de incentivo à diversidade e outras 32,3% disseram que empresas devem fazer mais parcerias com influenciadoras digitais negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas investigações teóricas e práticas, concluímos que as mídias sociais impõem um padrão estético sobre seus usuários fundamentado por nossa construção histórica, que reafirma a padronização de corpos femininos magros e brancos. Criando necessidades econômicas para o alcance do tipo corporal perfeito como procedimentos estéticos

e cirúrgicos. Entretanto, nos deparamos em nossa amostra de público com uma consciência corporal positiva, embora em alguns momentos reproduzam cobranças físicas desanimadoras. As respostas mostram mulheres que se sentem bem com o próprio corpo, embora demonstrem desconforto com um ou outro ponto. O que mais chamou a atenção foi a forma com que lidam com o cabelo cacheado. Elas demonstram apreço por ele, comportamento muito raro há décadas. Confirmando nossas hipóteses sobre uma mudança na percepção corporal da mulher negra.

Contudo, algumas declarações sobre partes que menos gostam do corpo se revelam preocupantes, influenciadas por uma imposição de padrões inalcançáveis, como: “Não é padrão”; “redondo demais”; “Acho muito magro”; “Porque minha barriga está um pouco grande...”; “São exageradamente grande”; “Finas”. Tais autocobranças mostram a necessidade de correlacionar questões étnicas e de gênero na abordagem estética corporal e aprofundar estudos sobre a temática. Constatamos que apesar de avanços quanto a aceitação do cabelo e da cor da pele, há uma percepção bastante negativa quanto ao tipo corporal, uma necessidade de ter o corpo milimetricamente aceitável pelo outro. O que nos faz retornar à percepção de Fanon (2008) de uma obsessão em alcançar um padrão estético imposto, mas agora para além de ser branco deve-se ser magra, definida e bela.

Dito isso, é perceptível que há uma mudança no pensamento da mulher negra brasileira que começa a entender e respeitar seu corpo. Nesse processo as mídias digitais atuam como importantes

ferramentas. Eles são determinantes de padrões sociais e culturais, podendo afirmar ou negar elementos específicos com base no ganho ou prejuízo de mercado. Entenda-se que questões socioculturais discutidas pelas mídias giram em torno do teor lucrativo que estas trazem para elas.

Por fim, compreende-se o presente processo de aceitação étnica preta como algo maleável. Em seu curso, estão possíveis avanços e retrocessos, estamos falando de um ambiente de lutas ideológicas, históricas e culturais. Para que ele se mantenha e avance é preciso expandir o conhecimento acerca das novas formas de interações sociais, mídias digitais, onde há possíveis espaços para a reprodução e necessária desconstrução do racismo.

Acerca da representatividade negra na rede *Instagram*, os resultados da pesquisa como um todo confirmam padrões racistas existentes nos ambientes não virtuais. A ausência de negros garante a manutenção e imposição de padrões brancos e de estereótipos raciais. Fatores econômicos e sociais também são determinantes para a exclusão digital como: desemprego, baixa renda, falta de acesso à internet e de recursos tecnológicos. Logo, pensar a construção identitária e estética de jovens negras exige um olhar amplo que se estende para além do corpo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história única**. EDITORA SCHWARCZ S.A. São Paulo. 2009.

BARROS JUNIOR, Francisco de Oliveira. **A religião do corpo: um mercado de promessas e devoções.** Corpografia: multiplicidades em fusão. Coleção diálogos intempestivos n°129. Edições UFC. Ceará. 2012.

ARIÈS, Phillipe. **A história Social da Criança e da Família.** Editora Guanabara. Ed. 2°. Rio de Janeiro. 1960.

Atlas da violência / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: a crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007

CARBONARI, Pâmela. **Instagram é a rede social mais prejudicial a saúde mental.** SUPER INTERESSANTE. 19 mai. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/instagram-e-a-rede-social-mais-prejudicial-a-saude-mental/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CARRERA, Fernanda. **Instagram no Facebook: uma reflexão sobre ethos, consumo e construção de subjetividades em sites de redes sociais.** Revista Interamericana de Comunicação Midiática,

www.ufsm.br/animus, n.3, v.11. p. 148-165, dezembro, 2012.

CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros –**TIC Domicílios 2019**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 481 ed. rev. São Paulo: Global. 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GOMES, Ana Paula Pereira. **Mídia e Beleza Negra: A mulher negra em propagandas televisivas e de produtos de higiene e beleza**. Universidade Federal de São Carlos. Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária. São Carlos, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A. Rio de Janeiro, 2006.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005.

MORAIS, Yasmin. **Digital Influencers denunciam racismo algorítmico do Instagram.** NEGRÊ. 14 out. 2020. Disponível em: <https://negre.com.br/digital-influencers-denunciam-racismo-algoritmico-do-instagram/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (50), p. 209-224. 2004.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. **Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise.** Revista de Administração Pública -RAP. Pg. 231-56. Rio de Janeiro. JAN./FEV. 2009

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **Negro é lindo: estética, identidade e políticas de estilo.** Volume 12, p. 187-205, Número 3, dezembro de 2018

O'NEIL, Cathy **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia.** Editora Rua do Sabão. São Paulo, 2020.

O que é black money?. GUIA NEGRO. 10 de setembro. Disponível em: <https://guianegro.com.br/o-que-e-blackmoney/>. Acesso em: 19 set. 2021.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2021.

RODRIGUES, Rosário de Fátima Bezerra. **Socializando ser negro: os embates da família, da escola e do adolescente**. Teresina –PI: FUNDAC. 2007.

ROSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou Da educação**. Martins Fontes. 4ª edição. São Paulo. 2018.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **“Nós também somos belas” a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras**. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CEFET. Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, Maria de Fátima Ferreira; MORAES, Lauro Almeida de. **Mídia e racismo: Época e IstoÉ na Semana da Consciência Negra**. REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS – V. 5, N. 2, MAIO-AGO. 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

TRABALHO DOMÉSTICO. Organização Internacional do Trabalho, 2020. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022

TOJEIRA, Mariane. **A imagem das adolescentes na web: a busca pela corporeidade espetacular**. São Paulo: TEDE- Sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações. 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4514>. Acesso em 23 setembro de 2021

O SUJEITO FEMININO E A SOCIEDADE DO SÉC XX NA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA¹

Jéssica dos Santos Reis²
Shenna Luíssa Motta Rocha³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As primeiras décadas do século XX em Portugal são marcadas pela queda da Monarquia Constitucional em 1910, seguida do Estado Novo, regime ditatorial datado de 1933 até 1974. A tentativa de instaurar-se uma República no país resultou em muitos problemas econômicos e políticos, isso facilitou para que em 1920 o discurso conservador fosse visto como uma saída para a instabilidade vivenciada. Em consequência disso, um golpe foi realizado por militares conservadores em 1926,

¹ Declaro, para os devidos fins, que não houve financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não e que não há conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

² Licenciada em Letras Português pela UESPI, *Campus* Prof. Alexandre Alves de Oliveira / Parnaíba-PI. Endereço para correspondência: Rua Ver. Arimateia Carvalho, nº 7075, Bairro Conselheiro Alberto Silva. E-mail: jessicadsreis99@gmail.com. Telefone: (86) 99477-2272.

³ Doutora e Mestre em Letras; professora Assistente III da UESPI – Curso Letras-Português, *Campus* Prof. Alexandre Alves de Oliveira / Parnaíba-PI. Endereço para correspondência: Rua Ver. Arimateia Carvalho, nº 6150, Bairro Conselheiro Alberto Silva. E-mail: shenna.rocha@phb.uespi.br. Telefone: (86) 98813-5031. Tipo de Publicação: Artigo científico

período conhecido como a Ditadura Nacional. Em 1933, a indicação de Salazar para assumir o cargo de presidente do Conselho dos Ministros marcou o início de uma longa ditadura salazarista, também conhecida como Estado Novo.

Nesse período, as mulheres não possuíam, de acordo com Esteves (2001, p. 87), "quaisquer direitos políticos e confinadas ao tradicional, e imutável, papel de esposas, mãe, irmãs ou filhas, as mulheres portuguesas, transição do séc. XIX, estavam remetidas para um plano de inferioridade legal, social e cultural". Esse papel social inferior a elas designados, gerava revoltas entre o público feminino, principalmente nas mulheres da elite que não queriam se limitar a esse padrão.

Isso contribuiu para que ainda no início do século a primeira onda feminista do país ganhasse força, liderada, sobretudo, por médicas, professoras, escritoras e educadoras. Elas aspiravam uma participação mais ativa dentro da sociedade. Inicialmente, queriam despertar uma consciência feminina na pequena elite para, depois, introduzirem suas reivindicações de forma explícita, essas voltadas para o contexto político.

Com isso, em 1908 é fundada uma organização política e feminista nomeada Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que teve como principais objetivos: "O voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicância infantil" (PIRES, 2012, p. 173). Sendo assim, os estatutos da liga consistiam em:

[...] orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças (SILVA, 1983, p. 876-877).

A Liga teve certas vitórias no campo legal como a lei do divórcio, aprovada em 1910 e leis familiares. Por outro lado, algumas promessas feitas pelo partido republicano foram esquecidas ou ignoradas. A autoria feminina também se fez presente nesse momento, uma vez que as ativistas da Liga tinham sua própria empresa periódica de distribuição nacional. Apoiadas nisso, os estudos sobre as mulheres e feminismo português crescem.

As lutas contra a inferioridade social, os direitos conquistados e a liberdade feminina são revestidos pelo autoritarismo no país que se instaurou após a queda da monarquia. Os ideais conservadores pautados na defesa da pátria, da família e de Deus fizeram parte desse momento, bem como a censura que limitava as ideologias diferentes do governo e a concentração de poder. Essa censura restringia também as artes, em especial a literatura, uma vez que segundo Fiorin (1998) é através da linguagem que os comportamentos da sociedade são transmitidos e os estereótipos considerados naturais. Logo, a

linguagem deveria refletir a ideologia do Governo e pregar seus ideais.

É nesse período que muitas escritoras portuguesas, como Florbela Espanca, levantam voz e reclamam seus direitos sociais. Essa afirmação pode ser comprovada por Magalhães:

Não obstante, nas primeiras décadas do século XX escritoras como Florbela Espanca e Judith Teixeira produzam obras que subvertam o papel feminino rigidamente imposto pelo regime ditatorial e historicamente adotado pela sociedade portuguesa, a produção de autoria feminina, nesse período, segue sem conseguir romper de todo as amarras que por tantos anos a impediram de libertar-se desse modelo, obrigando a utilização de recursos que permitam driblar a censura e a repreensão sobre as mulheres" (MAGALHÃES, 2018, p. 144).

Mesmo que, de acordo com Magalhães, as escritoras citadas, entre elas Florbela, que terá alguns poemas analisados nessa pesquisa, não consigam romper as amarras sociais que foram impostas ao sujeito feminino, elas utilizam-se de recursos, muitas vezes metafóricos, para ludibriar os críticos e a censura do Estado. Assim, tentavam expressar seus pensamentos, pontos de vista e revoltas acerca da

repreensão sofrida pelas mulheres nesse período para construir uma nova identidade do sujeito feminino pautada na valorização pessoal e afirmação como ser social.

A poetisa Florbela Espanca nasceu em uma pequena vila de Portugal no final do século XIX, período transitório em que os direitos femininos eram constantemente negados e, como exposto acima, iniciaram-se os primeiros debates acerca do feminismo e do entendimento da mulher como um ser social. Durante sua infância ocorrem momentos marcantes para a reconstrução do papel feminino na sociedade. Contudo, a repressão do regime ditatorial invalida esse processo. A autora não participou oficialmente de nenhum movimento literário, todavia seu estilo lembra bastante os poetas românticos. Sua poética possui um caráter sentimental, as vezes em tom de confissão, destacando sua voz feminina. Em vista disso, ela se tornou uma grande figura do feminismo nas primeiras décadas da literatura portuguesa do século XX.

Os sonetos da autora, apesar de não levantarem abertamente bandeiras sociais versam entre a desconstrução social do sujeito feminino, a exposição velada acerca da opressão política, social e cultural e a identidade feminina, entre outros. Em vista disso, essa pesquisa propõe-se a analisar alguns poemas de Florbela. Para tanto, foi necessário compreender primeiramente o contexto em que a autora está inserida para iniciar a análise, uma vez que "[...] o texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido. (BARROS, 2005, p. 12). A análise que será feita consiste em um

estudo semiótico, de origem discursiva, sendo assim no próximo tópico focaremos na concepção de semiótica.

A SEMIÓTICA DISCURSIVA

Os estudos linguísticos foram delimitados e enfocados, durante muito tempo, nas dimensões frasais. Logo, o texto e seu contexto eram retirados da equação, uma vez que os estudiosos da teoria da língua e da linguagem não visavam ao estudo dos encadeamentos entre contexto histórico e social dos falantes com a língua (BARROS, 2005). Após a difusão desse pensamento, iniciam-se transformações nos fatos da linguagem que influenciam no surgimento de novas teorias que compreendem o texto também como uma unidade de sentido.

Assim, a semiótica é um campo de estudo que tem como objeto de análise o texto. A análise dos poemas feita a seguir basear-se-á na teoria semiótica desenvolvida A. J. Greimas. De acordo com ele, para construir o sentido do texto é preciso construir um percurso gerativo do sentido. Para tanto, são estabelecidas três etapas no percurso, sendo o sentido do texto dependente desses níveis, entretanto eles ainda podem ser descritos e explicados separadamente.

A primeira etapa desse percurso é considerada mais simples e abstrata, em vista disso é nomeado como nível fundamental. Nele, portanto, há a necessidade de identificar uma oposição semântica mínima no texto, também chamada de oposição de base, ela constitui-se em conceitos opostos que sustentam o sentido do texto. A próxima recebe o

nome de nível narrativo e, nessa etapa, são analisados os elementos que constroem a narrativa. O terceiro e último é o nível do discurso, no qual devem ser refletidos os discursos produzidos a partir do texto. Posto isto, no próximo tópico analisaremos alguns sonetos de Florbela Espanca que possuem em seu nível fundamental a mesma oposição de base.

UMA LINHA TÊNUE ENTRE A LIBERDADE E A OPRESSÃO DIRECIONADA AO SUJEITO FEMININO

Para compreendermos melhor o papel do percurso gerativo na construção do sentido do texto, será examinado o primeiro soneto escolhido do livro *Charneca em Flor* em cada nível do percurso exposto acima.

A UMA RAPARIGA
À Nice

Abre os olhos e encara a vida! A sina
Tem que cumprir-se! Alarga os horizontes!
Por sobre lamaçais alteia pontes
Com tuas mãos preciosas de menina.

Nessa estrada da vida que fascina
Caminha sempre em frente, além dos montes!
Morde os frutos a rir! Bebe nas fontes!
Beija aqueles que a sorte te destina!

Trata por tu a mais longínqua estrela,
Escava com as mãos a própria cova
E depois, a sorrir, deita-te nela!

Que as mãos da terra façam, com amor,
 Da graça do teu corpo, esguia e nova,
 Surgir à luz a haste duma flor!...
 (ESPANCA, 2013, p. 54)

A *priori*, pode-se identificar em um nível mais abstrato e fundamental uma oposição semântica mínima de /liberdade/ *versus* /opressão/. Nos primeiros versos, tem-se o desejo e uma afirmação de /liberdade/, essa que normalmente o sujeito feminino da época era privado. O termo “horizontes” utilizado faz referência a vastidão que pode ser encontrada na autonomia feminina. Em seguida, ainda na estrofe inicial ocorre uma afirmação da /opressão/ nos versos “Por sobre lamaçais alteia pontes / Com tuas mãos preciosas de menina”. Nesse contexto, o termo lamaçais é referido com uma metáfora a opressão sofrida, o eu-lírico destaca a vontade de atravessá-la e alcançar a libertação desejada.

Ademais, tem-se uma negação de /liberdade/ no trecho “Trata por tu a mais longínqua estrela, / Escava com as mãos a própria cova”. A palavra “longínqua” refere-se ao que, em um tempo, está distante, isso seria não apenas a liberdade, mas também o desejo de tê-la, que às vezes por medo é deixado de lado e, por conseguinte, são aceitas as imposições sociais ao sujeito feminino. A comparação da liberdade como uma cova relaciona-se com as dificuldades sofridas pelas mulheres ao alcançarem a independência que lhes é negada. Sendo assim, essa liberdade volta a ser opressiva, uma que vez não há uma libertação real sem preocupações. Ainda nessa estrofe há a negação da /opressão/: “E depois, a sorrir, deita-te nela!”, nesse caso,

compreende-se que a cova observada no verso anterior, apesar de desagradável, no fim, pode ser um passo para a não-opressão, mas não a liberdade requerida. Entretanto, esse parece o máximo que o eu-lírico pode conseguir dentro da sociedade em que vive.

Com base nessa análise entende-se a /liberdade/ como eufórica e a /opressão/ como disfórica, visto que, consoante a Fiorin (2018, p. 23):

O termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dado a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo. [...] Euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto.

Em síntese, o poema se fundamenta na oposição de base liberdade vs. opressão. Nos versos pode ser constatado que a liberdade possui um valor positivo e a opressão negativo, uma vez que o eu-lírico deseja fugir do padrão imposto ao sujeito feminino e alcançar sua independência pessoal e social. Assim, por conseguinte, libertar-se da opressão destinada às mulheres.

Para a construção de sentido no nível narrativo, é preciso compreender, inicialmente, que narratividade e narração possuem conceitos distintos. Assim, mesmo que um texto não seja do tipo de textos narrativos, ele dispõe da narratividade, visto que esse componente ocorre quando há um estado inicial, uma

transformação e, por último, um estado final. Logo, ela envolve todos os textos independente de seu tipo textual e é parte constituinte da teoria do discurso (FIORIN, 2018).

No nível narrativo temos a sintaxe narrativa, nela existem dois tipos de enunciados elementares. Os primeiros são os enunciados de estado, eles estabelecem relação de junção (conjunção ou disjunção) entre um sujeito e um objeto (FIORIN, 2018). No seguinte trecho do poema “Trata por tu a mais longínqua estrela, / Escava com as mãos a própria cova” há uma relação de disjunção entre eu-lírico (sujeito) e os valores de ‘liberdade’ (objeto) buscados por ele. Já em “Que as mãos da terra façam, com amor, / Da graça do teu corpo, esguia e nova, / Surgir à luz a haste duma flor!...” identificamos uma relação de conjunção do sujeito com os valores de liberdade encontrado. Os últimos são os enunciados de fazer, eles mostram as transformações correspondentes à passagem de um enunciado de estado a outro (FIORIN, 2018). Nos versos ‘Escava com as mãos a própria cova / E depois, a sorrir, deita-te nela!’ há a transformação de um estado inicial ‘não-liberdade’ para um estado final ‘liberdade’.

A partir disso, existem duas espécies de narrativas mínimas, baseadas nos dois tipos de enunciados de estado, que marcam a conjunção e a disjunção do sujeito com o seu objeto valor. Na primeira há uma narrativa de privação, ou seja, estado inicial conjunto e estado final disjunto. Já na última existe uma narrativa de liquidação de uma privação: estado inicial disjunto e final conjunto. No soneto, temos uma narrativa de liquidação de uma privação: O eu-lírico passa do estado inicial de disjunção na

procura pela liberdade para um estado de conjunção final quando a encontra, mesmo que não seja totalmente da forma que almeja. É válido destacar que “Não se pode confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais” (Ibid., p. 29).

Ademais, os textos possuem narrativas complexas, sendo assim se configuram em uma sequência que compreende quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. De acordo com Fiorin (2018) a manipulação se dá quando um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer algo. No nosso poema, o desejo do eu-lírico é despertar a vontade pela liberdade no sujeito feminino. Assim, podemos utilizar o seguinte trecho: ‘Abre os olhos e encara a vida! A sina / Tem que cumprir-se! Alarga os horizontes!’, como um exemplo de manipulação por sedução, quando há uma manifestação de juízo positivo a respeito da competência do manipulado. Nessa perspectiva, o eu-lírico tenta manipular esse sujeito feminino a buscar pela liberdade desejada por ele, haja vista que irá alargar seus horizontes. Além dessa, há outros tipos de manipulação, as quatro principais citadas por Fiorin (2018), são: tentação, intimidação, sedução e provocação.

Na competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. No poema não temos a concretização dessa fase. Entretanto, consoante Fiorin (2018) “[...] Muitas narrativas não se realizam completamente.” (p. 32) ou “[...] podem relatar,

preferentemente, uma das fases.” – a depender do objetivo do texto (p. 33).

Já na performance ocorre uma transformação central da narrativa. No soneto a transformação se dá nos versos: “Trata por tu a mais longínqua estrela, / Escava com as mãos a própria cova / E depois, a sorrir, deita-te nela!” quando o eu-lírico expõe que a liberdade alcançada não será total e no fundo será uma cova que o sujeito mesmo irá cavar, entretanto é melhor do que a opressão completa. A última fase recebe o nome de sanção, consistindo no reconhecimento do sujeito que operou a transformação e, por conseguinte, na constatação de que a performance se concretizou. Um exemplo disso pode ser visto na última estrofe: “Que as mãos da terra façam, com amor, / Da graça do teu corpo, esguia e nova, / Surgir à luz a haste duma flor!...” em que a liberdade parcial é finalmente encontrada.

A análise do nível discursivo será feita após a observação e investigação dos três poemas escolhidos. Sendo assim, o próximo soneto Florbeliano a ser visto recebe o nome de *Rústica* e possui a mesma oposição base do anterior: /liberdade/ *versus* /opressão.

Ser a moça mais linda do povoado.
Pisar, sempre contente, o mesmo trilho,
Ver descer sobre o ninho aconchegado
A bênção do Senhor em cada filho.

Um vestido de chita bem lavado,
Cheirando a alfazema e a tomilho...
- Com o luar matar a sede ao gado,
Dar às pombas o sol num grão de milho...

Ser pura como a água da cisterna,
 Ter confiança numa vida eterna
 Quando descer à "terra da verdade"...

Deus, dai-me esta calma, esta pobreza!
 Dou por elas meu trono de Princesa,
 E todos os meus Reinos de Ansiedade.
 (ESPANCA, 2013, p. 13)

Entretanto, nesse caso a /liberdade/ é disfórica, ou seja, possui um valor negativo para o sujeito e a /opressão/ é eufórica com um valor positivo, visto que “[...] dois textos podem utilizar-se da categoria de base [...] e valorizar, de maneira distinta, esses termos” (FIORIN, 2018, p. 23). Nesse ponto, o sujeito do poema deseja se adequar ao padrão imposto ao sujeito feminino, mesmo que discorde do mesmo, afim de evitar mais conflitos. Dessa forma, constituiu-se como um “[...] sujeito lírico que não consegue encontrar qualquer conforto ao assumir a identidade que lhe é determinada pela sociedade também não consegue fixar-se como uma imagem una e definitiva” (MAGALHÃES, 2018, p. 55).

Além disso, a afirmação de opressão se dá nos versos iniciais “Pisar, sempre contente, o mesmo trilho, / Ver descer sobre o ninho aconchegado / A bênção do Senhor em cada filho”. Aqui há uma aceitação, sem fugir dos valores designados ao sujeito feminino, o principal deles sendo a maternidade. Logo na estrofe seguinte, temos a negação dessa opressão: “Um vestido de chita bem lavado, / Cheirando a alfazema e a tomilho...”. Nessa perspectiva, é encontrado um conforto entre a

liberdade e opressão, que não totalmente é opressivo, mas que limita o sujeito feminino, incluindo as ações, os desejos e os pensamentos, reduzindo-o apenas a algo bonito para exibição.

Por fim, temos a aceitação e negação da liberdade na última estrofe, no verso “Deus, dai-me esta calma, esta pobreza!” o sujeito compreende que a busca pela liberdade desperta emoções conflitantes e aceitar as regras sociais opressivas é mais cômodo do que lutar para mudá-las, a aceitação pode ser libertadora. E no trecho: “E todos os meus Reinos de Ansiedade.”, ela vista como algo que desperta sentimentos inquietantes, que no fim não pode ser vista como uma liberdade total, mas sim uma extensão da opressão.

No seguinte trecho do texto “Um vestido de chita bem lavado, /Cheirando a alfazema e a tomilho...” estabelece-se uma relação de conjunção do sujeito com os valores opressivos buscados. Quanto as espécies de narrativas mínimas, nele há uma narrativa de privação, ou seja, estado inicial conjunto e final disjunto. Comprova-se isso, quando o eu-lírico passa do estado inicial de conjunção ao exibir a opressão como confortável para um final onde a considera uma “pobreza”. Quanto a sequência canônica que configuram as narrativas, nesse poema, o desejo do eu-lírico é se convencer da comodidade encontrada nos padrões opressivos, sendo ao mesmo tempo manipulador e manipulado.

Para concluir as análises de poemas, faremos agora uma reflexão acerca do poema que deu nome à um dos livros de Florbela, *Charneca em flor*:

Enche o meu peito, num encanto mago,

O frêmito das coisas dolorosas...
 Sob as urzes queimadas nascem rosas...
 Nos meus olhos as lágrimas apago...

Anseio! Asas abertas! O que trago
 Em mim? Eu oiço bocas silenciosas
 Murmurar-me as palavras misteriosas
 Que perturbam meu ser como um afago!

E nesta febre ansiosa que me invade,
 Dispo a minha mortalha, o meu burel,
 E, já não sou, Amor, Sórór Saudade...

Olhos a arder em êxtases de amor,
 Boca a saber a sol, a fruto, a mel:
 Sou a charneca rude a abrir em flor!
 (ESPANCA, 2013, p. 11)

O poema, assim como os anteriores, se fundamenta na oposição de base liberdade vs. opressão. Nos versos pode ser constatado que a liberdade é eufórica e a opressão disfórica, uma vez que o eu-lírico deseja se encontrar, libertar-se de si, para assim florescer. Isso pode ser comprovado nos trechos a seguir. Iniciamos o poema com a afirmação de opressão: “O frêmito das coisas dolorosas... /Sob as urzes queimadas nascem rosas... / Nos meus olhos as lágrimas apago...”, mesmo com toda as restrições sofridas, o sujeito feminino se constrói e floresce. Em seguida, tem-se um desejo de buscar a liberdade, acompanhada de uma negação da mesma: Anseio! Asas abertas! O que trago/ Em mim? [...], concebe-se a aspiração de voar, de ser livre e, ao mesmo tempo, não conseguir compreender o que há em sim. Ademais, há uma negação da opressão: “Murmurar-

me as palavras misteriosas/Que perturbam meu ser como um afago!”, aqui mostra como essa submissão pode ser disfarçada de amabilidade E, por sim, a afirmação de liberdade: “Sou a charneca rude a abrir em flor!”, quando o sujeito lírico finalmente encontra a liberdade que buscava.

Os enunciados de estado do nível narrativo são encontrados na última estrofe “Olhos a arder em êxtases de amor, / Boca a saber a sol, a fruto, a mel: / Sou a charneca rude a abrir em flor!”, onde identificamos uma relação de conjunção do sujeito com os valores de liberdade pessoal almejados. Já os enunciados de fazer são expressos nos versos ‘E, já não sou, Amor, Sórora Saudade.../ Sou a charneca rude a abrir em flor!’, aqui há a transformação de um estado inicial ‘não-liberdade’ para um estado final ‘liberdade’. Além disso, no soneto temos uma narrativa de liquidação de uma privação, quando o eu-lírico passa do estado inicial de disjunção na procura pela liberdade para um estado de conjunção final quando a encontra.

A narrativa se desdobra em apenas duas de suas quatro fases principais, não ocorrendo a manipulação, nem a competência. A Performance ou transformação central se dá no verso: ‘E, já não sou, Amor, Sórora Saudade.../’, em que se tem uma negação do sujeito lírico. E, por fim, a sanção se encontra na afirmação final do poema: “Sou a charneca rude a abrir em flor!”.

De acordo com Fiorin (2018, p. 41) “O nível discursivo produz as variações de conteúdos narrativos invariantes”. Em cada um dos sonetos há um discurso distinto acerca da concepção de liberdade, no primeiro temos a aspiração em

despertar no sujeito feminino o desejo pela libertação dos padrões que lhe são impostos. Dentro disso, há uma descoberta acerca dessa autonomia desejada, por mais livre que o sujeito possa ser, ele ainda estará ligado as convenções sociais. Assim, o eu-lírico constrói nas duas primeiras estrofes do poema uma visão de liberdade harmônica que desperta sentimentos desconhecidos. Na terceira estrofe temos uma declaração da liberdade com complexidade maior, entretanto os esforços para alcançá-la no final valem a pena.

Aqui temos a liberdade como algo ilusório que desperta sentimentos conflitantes, uma vez que não há como alcançá-la da forma desejada, o sujeito aceita as regras que lhe são atribuídas e tenta vê-las como algo simples e objetivo. Diferentemente do que normalmente se entende por liberdade, sendo ela entendida, nesse caso, com um conjunto de direitos que deveriam ser reconhecidos para o sujeito feminino, uma forma que ele tem para exercer a sua vontade, em face da sociedade e seus padrões, nesse poema ela pode ser encontrada nos limites da opressão. No último soneto há um conflito intrínseco ao eu-lírico, um desejo de alcançar a liberdade para si e respeitar aos seus próprios desejos. A opressão nesse caso é refletida nele mesmo a partir das convenções sociais. No fim, há a aceitação de si, por conseguinte, a liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XX, Portugal passou por momentos de extrema importância para o cenário político que, por conseguinte, influenciaram a

sociedade e retardaram algumas transformações sociais. O regime ditatorial vigente ao longo de quarenta anos trouxe consigo inúmeras restrições ao sujeito feminino. Com isso, após e durante esse período muitos artistas usaram seus conhecimentos para expressarem suas liberdades individuais. Um exemplo disso é a forma como a poeta Florbela Espanca utilizou-se de recursos para driblar a censura durante o período, isso reflete a ideologia dominante em que as mulheres deveriam limitar-se aos padrões sociais impostos a elas, sem reclamar seus direitos políticos e/ou sociais.

Logo, afirma-se que "[...] a linguagem serve de apoio para as teses individualistas de cada ser humano e da liberdade abstrata de pensamento e de expressão" (FIORIN, p. 1998, 42). Florbela tinha um pensamento acima do seu tempo e usou sua escrita para expressar seus posicionamentos acerca da valorização e aceitação do sujeito feminino com ser social. Assim, afirmamos a importância de se estudar a autora, uma vez que ela se posicionou contra o patriarcado e sua poética abriu novas perspectivas na autoria feminina.

Ademais, é válido destacar que a produção de um percurso gerativo semiótico para desvendar os sentidos construídos nos poemas foi de extrema importância para essa pesquisa, uma vez que abriu novos horizontes acerca do estudo do texto e dos significados que ele pode portar. Além disso, Florbela ao expor um sujeito feminino com seus desejos, pensamentos e vontades, abriu portas e fez com que muitas mulheres pudessem se enxergar em seus poemas. Em vista disso, pode-se afirmar que sua poética representa não apenas um período social e

político, mas também se tornou atemporal, visto que as discussões sobre as restrições impostas público feminino persistem até os dias atuais. Portanto, diante do exposto, pretendemos fomentar novas discussões e estudos sobre a análise semiótica, o sujeito feminino na poética de Florbela e a sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

ESPANCA, Florbela. **Charneca em Flor**. Livro PDF. 2013. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-charneca-em-flor-florbela-espanca-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/> Acesso em: 10 maio 2022.

ESTEVES, João. **Os primórdios do feminismo em Portugal**: 1ª década do século XX. *Penélope*, nº 25, p. 87-112, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

MAGALHÃES, C. C. **Diálogos com a obra de Florbela Espanca**: a recepção produtiva. Tese (Doutorado em História da Literatura) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Programa de pós graduação em Letras. Rio Grande - RS, p. 249, 2018.

PIRES, Ana Maria Barros. **A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século XX** - leituras na imprensa feminista. Coimbra, *Revista de Enfermagem*, v. 3, n. 8, dec., p. 171-178, 2012.

SILVA, Maria Regina Tavares da. **Feminismo Em Portugal Na Voz de Mulheres Escritoras** Do Início Do Século XX. In: *Análise Social* 19, p. 875–907, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41010433>. Acesso em: 9 maio 2022.



NIPESS

**NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE
PESQUISA E EXTENSÃO EM
SOCIOLOGIA DA SAÚDE**

UESPI